



resenha

de política exterior do brasil

número 41, abril, maio e junho de 1984

1. brasil recebe o rei carlos XVI gustavo, da suécia
2. a visita do presidente joão figueiredo ao marrocos
3. figueiredo na espanha: brasil quer dialogar em bases construtivas
4. a viagem do presidente joão figueiredo ao japão
5. figueiredo, em pequim, destaca as faixas de convergência entre brasil e china
6. presidente do peru, fernando belaúnde terry, visita o brasil
7. saraiva guerreiro em lisboa: dinamizar o intercâmbio brasil-portugal
8. a visita do ministro das relações exteriores e culto da argentina
9. carlos calero rodrigues, o novo secretário geral das relações exteriores
10. embaixador baena soares assume a secretaria geral da oea
11. no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros da tchecoslováquia
12. a visita da ministra dos negócios estrangeiros de são tomé e príncipe

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

brasil recebe o rei carlos xvi gustavo, da suécia

Discursos do Presidente João Figueiredo e do Rei Carlos XVI Gustavo, da Suécia (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 2 de abril de 1984, por ocasião do banquete oferecido pelo Presidente brasileiro ao Rei e à Rainha Sílvia, da Suécia.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Majestade,

O Brasil acolhe, com grande satisfação a visita de Vossa Majestade e da Rainha Sílvia. Vossas Majestades representam uma nação a que os brasileiros votam grande estima e respeito.

Pelo espírito empreendedor de seu povo, pela riqueza de sua cultura e de suas criações artísticas, por sua tradição universitária, pelo admirável progresso tecnológico, por sua experiência política, pela nobre preocupação com a paz, que orienta as suas ações diplomáticas, a Suécia ocupa lugar privilegiado no Ocidente.

Para o povo brasileiro, a Suécia representa uma nobre tradição de luta pela sobrevivência e pela soberania, a capacidade de trabalho de sua população, a alta qualidade de seus produtos industriais, a profundidade de seus pensadores, a sensibilidade de sua criação literária, teatral e cinematográfica, seu apego aos ideais democráticos, seu em-

penho na luta pela paz e pela segurança internacionais.

Como toda a humanidade, somos gratos à Suécia pelos seus grandes filhos, que enriqueceram nosso patrimônio intelectual e moral.

A filantropia de Alfred Nobel dignifica o povo sueco e está viva na concessão de prêmios, destinados a estimular o aperfeiçoamento da humanidade.

Sueco foi um dos mais ativos e dedicados Secretários Gerais das Nações Unidas, cuja atuação, dedicada à paz, ocupa lugar de importância na história diplomática contemporânea.

No campo político, são notáveis as conquistas de seu país. A Suécia demonstra, em sua vivência diária, que a essência do processo democrático é a preservação do diálogo, instrumento do constante aperfeiçoamento político. Dotada da mais antiga Constituição escrita do mundo e de secular experiência parlamentar, a Suécia moderni-

zou suas instituições e criou nova Carta Magna para atender aos reclamos de um povo vigoroso e dinâmico.

Vossa Majestade é o símbolo vivo de uma monarquia consagrada pela vontade de seu povo. Aliam-se, no trono, a tradição e a têmpera renovadora expressas no lema: "Pela Suécia e com os nossos tempos".

A Rainha Sílvia — permita-me Vossa Majestade dizê-lo — atraí o carinho especial de todos os brasileiros. Por suas origens, pelos anos que viveu entre nós e, sobretudo, por sua cativante simpatia, é com carinho que, entre nós, a chamamos "a Rainha brasileira da Suécia".

Renovam-se, assim, os laços entre a monarquia sueca e o Brasil, que remontam ao século passado, quando as casas reais das duas nações se viram irmanadas nas pessoas da Imperatriz Amélia e da Rainha Josefina.

No quadro dos antecedentes históricos que aproximam nossos povos, evoco também a viagem de D. Pedro II à Suécia em 1876, onde foi cordialmente acolhido. Décênios antes, residira em Uppsala o Patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, cujo labor intelectual lhe valeu a admissão na Academia Sueca de Ciências.

As relações diplomáticas entre nossos dois países datam do alvorecer da vida independente do Brasil.

Esta é, porém, a primeira vez que recebemos, oficialmente, a honrosa visita de um monarca sueco. Sua presença entre nós reflete a amizade que anima as relações entre a Suécia e o Brasil. Expressa a vontade recíproca de estreitar a cooperação bilateral que floresce nos mais diversos campos.

A Suécia constitui importante parceiro do Brasil no terreno económico. Quase uma centena de empresas suecas estão aqui instaladas, com ativa participação na economia nacional. A cooperação industrial, bem

como o comércio bilateral oferecem amplas perspectivas de expansão.

Este é o fundamento do Acordo de Cooperação Económica, Industrial e Tecnológica, a ser assinado amanhã pelos Chanceleres dos dois países. Será instrumento útil para tornar nosso intercâmbio compatível com o vasto potencial de ambos os mercados.

A Semana Técnica Brasil—Suécia, a ser inaugurada por Vossa Majestade, ensinará valiosa troca de experiências no âmbito da tecnologia industrial e estimulará os contatos entre nossos empresários.

Vossa Majestade terá, assim, a oportunidade de apreciar alguns dos frutos concretos da deliberada vontade de cooperar que caracteriza os últimos anos do relacionamento entre Brasil e Suécia.

O dinamismo de nossas relações se fortalece com as visitas que se vêm realizando, em alto nível, em ambos os sentidos, as quais confirmam plenamente a extensa linha de afinidades que une suecos e brasileiros. Tais encontros devem ser mantidos e ampliados.

Também no campo político, consolida-se o entendimento. O diálogo entre os Governos brasileiro e sueco flui, ágil e franco, porque embasado em valores comuns do ideário ocidental.

A vocação democrática constitui fator decisivo a orientar as ações brasileiras, tanto no plano interno quanto no plano internacional. É constante o nosso esforço em busca de formas de harmonização de interesses, sempre a partir dos postulados da compreensão pluralista.

Tal atitude é tão mais necessária quanto é árdua a realidade internacional de nossos dias. Proliferam as ameaças à segurança do globo na acumulação de arsenais nucleares, que buscam a paz pelo equilíbrio do terror. Sucedem-se as manifestações de poder que violam a soberania, a integridade territorial e a independência política dos Estados.

Esse quadro sombrio apresenta incessantes desafios para as diplomacias dedicadas às causas da paz e liberdade das nações. O Brasil, assim como a Suécia, norteia sua política externa pela procura desses ideais, emanados dos sentimentos mais profundos da sua gente.

A história situa a nação brasileira à margem de esquemas hegemônicos de poder. Repudiamos a transposição do conflito Leste-Oeste para áreas do Terceiro Mundo. Condenamos o uso da força.

Buscamos evitar a confrontação, que acirra os ânimos e endurece as posições. Com espírito aberto e construtivo, procuramos abrir caminhos que conduzam ao diálogo, pois é do diálogo que advém o entendimento, e do entendimento, a paz.

A Suécia oferece ao mundo um dos mais construtivos exemplos de que a paz é possível. Sem descuidar dos imperativos da segurança nacional, seu país logrou manter-se, por mais de um século e meio, fora dos conflitos europeus e mundiais. A neutralidade sueca, porém, nada tem de abstencionismo. Pelo contrário, o Governo da Suécia vem exercendo ação altamente positiva na busca de soluções para os problemas internacionais contemporâneos.

Nesse contexto, é significativo que a cidade de Estocolmo tenha sido escolhida como sede da Conferência sobre Segurança e Desarmamento na Europa. Para além do âmbito regional, o interesse sueco pela paz se manifesta no apoio às iniciativas como a do Grupo de Contadora, que meu Governo igualmente favorece.

Neste, e em muitos outros pontos, convergem as atitudes do Brasil e da Suécia. Defendemos, ambos os países, o fortalecimento das Nações Unidas, como o grande foro para a harmonização de interesses valioso instrumento para deter as tensões mundiais.

Majestade,

Urge abrir espaços para que cada membro da comunidade internacional possa exercer o direito — e o dever — de contribuir, na medida de suas possibilidades, para o bem de todos. A interdependência dos povos está a reclamar a participação universal na busca de soluções para os graves problemas com que se debate a sociedade de nossos tempos.

Os efeitos adversos da presente crise econômica fazem-se sentir, de forma mais aguda, nos países em desenvolvimento.

Não bastam, porém, os esforços que vêm esses países empreendendo internamente, com imensos sacrifícios para suas populações. Para revigorar suas economias, duramente atingidas pela recessão, é imprescindível o concurso externo, sobretudo nas áreas do comércio, das finanças e dos investimentos. É precisamente esse o sentido da Declaração de Quito, onde os países da América Latina se reuniram para definir uma estratégia comum e construtiva para os problemas da região.

As dificuldades que confrontam os países em desenvolvimento estão intimamente relacionadas com as deficiências estruturais do sistema econômico internacional vigente. Dessa circunstância, decorre a necessidade premente de reforma do sistema monetário e financeiro internacional e de soluções inovadoras para os problemas do endividamento externo e das elevadas taxas de juros. A crise dos nossos dias clama por uma reestruturação profunda da economia internacional, com vistas ao bem geral.

Majestade,

Meu Governo não tem poupado esforços no sentido de melhorar as condições de vida do povo brasileiro, consolidar e aperfeiçoar o sistema democrático de Governo e revigorar sua economia interna e externa.

Atravessamos momentos difíceis, mas nunca nos faltaram tenacidade, coragem e fé no futuro.

A Suécia, interlocutor sensível das nações em desenvolvimento, não está alheia aos problemas dos povos que lutam pela sobrevivência e bem-estar.

A visita de Vossa Majestade é testemunho concreto da amizade e solidariedade que nos devota o seu povo. Reafirma-se, destarte, uma relação sólida e confiante, entre dois países que têm clara consciência do papel que lhes cabe na construção de um mundo melhor.

Com o pensamento voltado para a instauração de nova era de prosperidade e paz para todos os povos, ergo minha taça, em nome da nação brasileira, à constância da amizade entre o Brasil e a Suécia, à ventura do povo sueco, e à saúde e felicidade pessoal de Suas Majestades o Rei Carlos XVI Gustavo e a Rainha Sílvia.

REI CARLOS XVI GUSTAVO

Senhor Presidente,

Em primeiro lugar, desejo expressar a minha gratidão, assim como a da Rainha, pelas amáveis palavras de boas-vindas. Sou o primeiro Chefe de estado sueco que faz uma visita ao Brasil, o que muito me alegra. Para a Rainha, esta visita tem um significado especial pela sua ascendência brasileira e pelas inúmeras recordações dos anos que viveu em São Paulo. Para nós dois, uma visita particular feita anteriormente criou a vontade de renovar o contato com este país, de povo amável e gentil e de enormes recursos naturais.

Tivemos a oportunidade de sentir, e o sentimos novamente agora, a hospitalidade brasileira, que, anteriormente, estendeu-se a muitos dos meus compatriotas. Já em 1768, desembarcou no Rio de Janeiro um dos alunos do naturalista Linneus. Mas as

relações sueco-brasileiras foram iniciadas, na realidade, depois que o Brasil abriu suas portas para o comércio com o estrangeiro, após a chegada de Dom João VI, em 1807. Naquela época, acompanhava-o o Ministro sueco em Lisboa. Apesar das condições difíceis de navegação, durante as guerras napoleônicas, já antes de 1810, navios da marinha mercante chegavam aos portos brasileiros. Uma firma comercial sueca estabeleceu-se aqui e, em 1825, foi nomeado um Encarregado de Negócios sueco.

Das visitas suecas anteriores, pode-se mencionar Anders Fredrik Regnell, que, durante mais de 40 anos, em meados do século XVIII, colecionou plantas em Caldas, Minas Gerais. Ele enviou nada menos que 250.000 exemplares para o Museu de Ciências Naturais, em Estocolmo, e para a Universidade de Uppsala. Outro sueco, Herman Theodor Lundgren, que se mudou para o Brasil em 1855, tornou-se mais conhecido como o fundador das Casas Pernambucanas, mas também foi fornecedor para navios em Recife, dono de uma fábrica de pólvora e um bem sucedido fabricante de tecidos em São Paulo. Cerca de mil suecos imigraram mais tarde para este país, já em fins do século XVIII e começos do século XIX. Quando a Johnson Line, em 1908, inaugurou o seu tráfego marítimo regular para o Brasil, a indústria sueca iniciou o estabelecimento aqui de várias empresas. A presença industrial sueca na área de São Paulo é hoje maior do que em qualquer outro lugar fora das fronteiras da Suécia. Uma centena de empresas com participação de capital sueco, que empregam cerca de 35.000 pessoas, opera no Brasil. A indústria sueca tem grande confiança nas possibilidades deste país não se amedronta com ocasionais dificuldades económicas. Aqui existem não somente enormes recursos naturais, como também um povo trabalhador.

A base é, naturalmente, o desenvolvimento económico, mas para criar uma compreensão maior entre os povos é necessário que os contatos se ampliem ainda mais. A manifestação técnica sueco-brasileira, que terá

início em São Paulo, dentro de poucos dias, será complementada por uma exposição sueca de pratarias, cristais e tapeçarias. A Suécia também mostrará objetos das coleções de meu avô, o Rei Gustavo VI Adolfo.

Nos campos cultural e esportivo, os contatos aumentaram. Grupos de artistas brasileiros são muito apreciados em meu país. Nunca esqueceremos a Copa do Mundo em Estocolmo em 1958. As mútuas visitas dos navios de guerra também tornaram-se uma tradição que fortalece nossa amizade, amizade essa que ainda mais se estreitou graças à troca de visitas de alto nível nos últimos anos. E, apesar de o assunto me dizer respeito, ousou dizer que o interesse pelo Brasil aumentou com a presença da Rainha na Suécia.

Desejo também lembrar os meus laços pessoais com o Brasil através de um parentesco longínquo com a Família Imperial brasileira. A segunda esposa do Imperador Dom Pedro I, Dona Amélia de Leuchtenberg, era irmã da consorte do Rei sueco Oscar I. Cinco gerações separam-me desse monarca, mas, até hoje, é usado, em ocasiões solenes, no Castelo de Estocolmo, um tesouro de arte conhecido como "serviço de prata brasileiro". Este serviço pertencia à consorte do Imperador Dom Pedro, Dona Amélia, e, mais tarde, foi herdado por sua irmã.

Está bem claro que as relações sueco-brasileiras têm dimensão especial. As relações económicas são de grande significado. O intercâmbio cultural está aumentando. Mais turistas suecos procuram este lindo Brasil. As visitas dos estrangeiros a este país são recebidas não somente com hospitalidade, mas também com respeito e tolerância. Naturalmente, esperamos receber mais brasileiros na Suécia. Sei que nosso belo país tem muito a oferecer.

Nas questões internacionais fortaleceu-se o trabalho comum. A situação mundial motiva esforços especiais no campo do desarmamento. Na era das armas nucleares, devemos, a qualquer preço, procurar soluções e negociações pela paz. A extensão da angústia mundial deve incentivar nossos esforços de insuflar vida nova no diálogo entre o Norte e o Sul. Devemos juntos conseguir um desenvolvimento positivo, tanto económico como social. Existe uma relação entre o armamento e o desenvolvimento. Existe também uma relação entre o meio ambiente mundial e a luta da humanidade pela sobrevivência. Temos obrigação de zelar pelo mundo que herdamos e que deixaremos de herança.

Estou convencido de que as probabilidades são muito boas para aprofundar ainda mais a amizade e o trabalho em comum entre nossos dois países. O acordo económico, industrial e tecnológico que será assinado amanhã pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Suécia, é, neste sentido, uma nova pedra nesta construção.

A Rainha e eu, Senhor Presidente, temos agora oportunidade de, mais uma vez, usufruir da hospitalidade brasileira nesta cidade moderna, que bem justifica sua fama como uma obra-prima arquitetônica.

Agradecemos calorosamente a Vossa Excelência e Senhora Figueiredo. Este agradecimento estende-se a todo o povo brasileiro, para o qual eu trago uma saudação amiga da nação sueca.

Vamos todos agora brindar juntos pelo futuro do Brasil, pelas relações sueco-brasileiras e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e Excelentíssima Senhora*.

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 143, uma informação sobre o Acordo de Cooperação Económica, Industrial e Tecnológica entre o Brasil e a Suécia, assinado por ocasião da visita do Rei da Suécia, Carlos XVI Gustavo.

a visita do presidente joão figueiredo ao marrocos

Comunicado Conjunto Brasil—Marrocos, divulgado em Fez, em 11 de abril de 1984, ao final da visita do Presidente João Figueiredo àquele País.

A convite de Sua Majestade o Rei Hassan II, Sua Excelência o Senhor João Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou uma visita oficial ao Reino do Marrocos, de 9 a 11 de abril de 1984, acompanhado de importante comitiva.

No decorrer dessa visita, Sua Majestade o Rei Hassan II e Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil mantiveram conversações relativas às relações bilaterais, às questões regionais e à situação internacional, em um clima de grande cordialidade e compreensão recíproca. Os dois Chefes de Estado presidiram uma sessão de trabalho da qual participaram, do lado brasileiro:

- S.E. o Senhor Embaixador Ramiro Sarai-va Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
 - S.E. o Senhor Embaixador Paulo Henrique de Paranaguá, Embaixador do Brasil em Rabat;
 - S.E. o Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário Especial de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional Bilateral;
- e do lado marroquino:

- Sua Alteza Real o Príncipe Herdeiro Sidi Mohammed;
- S.E. o Senhor Ahmed Reda Guedira, Conselheiro de Sua Majestade o Rei;
- S.E. o Senhor Abdelouahed Belkiz, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- S.E. o Senhor Embaixador Abdelatif Khatib, Embaixador do Marrocos em Brasília.

Sua Majestade o Rei Hassan II e Sua Excelência o Presidente Figueiredo congratularam-se pelo caráter amigável das relações entre o Reino do Marrocos e a República Federativa do Brasil, baseadas no respeito dos dois países aos princípios da paz, da cooperação internacional, da não-ingerência nos assuntos internos, da solução pacífica dos conflitos e do respeito à independência e à integridade territorial dos Estados.

Reafirmaram a necessidade do respeito rigoroso de todos os Estados aos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas.

Passando em revista a situação internacional, as duas partes verificaram uma grande convergência de pontos de vista a respeito

da maioria dos problemas que envolvem ameaça à paz e à segurança mundiais.

Ao analisar, igualmente, a conjuntura económica mundial e os diversos efeitos perversos da crise persistente que atinge os países em desenvolvimento, as duas partes puseram em relevo a urgência da instauração de uma nova ordem económica mundial, baseada numa redistribuição mais equitativa das riquezas mundiais e um maior acesso dos países em desenvolvimento às tecnologias modernas.

Para tanto, preconizaram a unidade de ação dos países em desenvolvimento, no âmbito de uma Cooperação Sul-Sul em todos os domínios. O Marrocos e o Brasil estimam que esta cooperação deve ser completada por um Diálogo Norte-Sul fundamentado em interesses comuns, na justiça, na igualdade e equidade nas relações internacionais, a fim de superar a grave crise económica e financeira mundial.

Ao examinarem a situação existente no Oriente Próximo, as duas partes exprimiram sua preocupação a respeito da tensão crescente nessa região. Reafirmaram sua convicção de que uma paz justa, global e durável só poderá ser alcançada **inter-alia** com a retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes e com o respeito aos direitos inalienáveis do povo palestino, representado pela Organização de Libertação da Palestina, em especial o direito à autodeterminação e à criação de um Estado independente. As duas partes reafirmaram sua opinião de que o Plano de Fez constitui uma base equitativa para a solução dessa questão.

As duas partes reafirmaram seu apoio aos esforços empreendidos com vistas a promover a paz e a segurança do Líbano, assim como a salvaguarda de sua independência, soberania e unidade nacional.

As duas partes dedicaram atenção especial ao conflito Irã-Iraque. Expressaram sua

profunda preocupação pela persistência desta situação e lançaram um apelo premente pela cessação imediata das hostilidades e solução deste conflito por meios pacíficos.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil ouviu com interesse as informações prestadas por Sua Majestade o Rei Hassan II a respeito de seus esforços e dos contatos mantidos a nível internacional para o restabelecimento da paz e da concórdia no Oriente Próximo, em sua qualidade de Presidente em exercício das Conferências Árabe e Islâmica e do Comité "Al Qods".

Evocando a situação na África, as duas partes declararam-se vivamente preocupadas com os focos de tensão que ali subsistem e reiteraram que os problemas deste continente devem ser resolvidos pelos próprios africanos.

As duas partes exprimiram sua convicção do direito do povo da Namíbia à autodeterminação e independência, nos termos da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e condenaram a política de **apartheid** e discriminação racial praticada pela África do Sul.

No que concerne à situação no noroeste africano as duas partes manifestaram a convicção de que o **referendum** constitui a solução apropriada para pôr termo à tensão na região.

No plano das relações bilaterais, as duas partes concordaram que o nível atual da cooperação pode ser elevado a fim de melhor corresponder à importância e variedade de oportunidades que apresentam as respectivas economias.

Notaram, com satisfação, os resultados alcançados no sentido de dotar as relações entre os dois países de instrumentos jurídicos adequados à consecução daqueles objetivos comuns, em especial os acordos de cooperação nos campos cultural, cientí-

fico, técnico e tecnológico, comercial e aéreo.

As duas partes dedicaram especial atenção às perspectivas de cooperação nos campos agrícola e energético e acertaram proceder à troca de experiências nesses setores. Face ao interesse marroquino pela participação brasileira na prospecção petrolífera no Marrocos, assim como pelas experiências brasileiras no beneficiamento do xisto betuminoso e no desenvolvimento de fontes renováveis de energia, as duas partes acertaram entendimentos nesses campos.

Convieram na criação de uma Câmara de Comércio Brasileiro—Marroquina, a fim de intensificar as relações económicas e comerciais.

Sua Excelência o Senhor Presidente João Figueiredo expressou seus agradecimentos a Sua Majestade o Rei Hassan 11 pelas atenções dispensadas e pelo acolhimento caloroso prestado por parte do governo e do povo marroquinos. Expressou sua convicção de que esta visita contribuirá para o desenvolvimento das relações entre o Reino do Marrocos e a República Federativa do Brasil.

Sua Excelência o Senhor Presidente João Figueiredo convidou Sua Majestade o Rei Hassan II a efetuar uma visita oficial ao Brasil, o que foi aceito com prazer, devendo sua data ser fixada posteriormente, por via diplomática*.

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 143, uma informação sobre os Acordos entre o Brasil e o Marrocos, assinados em **Fez**, por ocasião da visita do Presidente João Figueiredo àquele País.

figueiredo na espanha: brasil quer dialogar em bases construtivas

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Madrid, em 12 de abril de 1984, por ocasião do banquete oferecido em sua homenagem pelo Rei da Espanha, D. Juan Carlos I.

Majestade,

Seu honroso convite permite-me retribuir a visita que Vossa Majestade fez ao Brasil, no ano passado. O povo brasileiro recorda, com carinho, os dias em que a Rainha Sofia e Vossa Majestade estiveram entre nós.

Guardarei sempre, entre as gratas memórias de meu governo, a lembrança da oportunidade, que então tivemos, de dialogar sobre nossos países, sobre os laços fraternos que os unem, sobre as aspirações de nossos povos, sobre os problemas de nossa civilização e do mundo conturbado em que vivemos. É com grande prazer que vejo a possibilidade de retomar este diálogo.

Encanta-me, igualmente, conhecer a terra espanhola, herdeira de um passado glorioso e votada a um futuro de grandeza. Seus monumentos, a riqueza de sua literatura, sua tradição universitária, a pujança e a criatividade de suas artes plásticas, o vigor do seu pensamento filosófico, tem o poder de inflamar a imaginação dos homens de todos os quadrantes e de todas as idades, cativados pela riqueza inesgotável da alma

espanhola. Contemplá-la é reencontrar o humano nas suas manifestações mais nobres, no justo orgulho, no destemor, na paixão pelas grandes causas, na generosidade, no amor entranhado à terra, sentimentos que sabe associar à capacidade criadora e ao sentido prático. Cervantes, o grande gênio da língua, soube transpor estes traços na obra imorredoura do Quixote, cujo sentido transcende fronteiras e culturas para ganhar valor universal.

A Espanha é credora de toda a humanidade por esta e por muitas outras contribuições ao patrimônio cultural de nossa civilização.

A riqueza polimorfa da cultura hispânica reflete-se na complexidade da sociedade espanhola. Coube a Vossa Majestade conciliar e sintetizar as aspirações deste nobre povo num momento particularmente rico de sua história.

A identidade nacional espanhola está em tudo representada por seu Rei. A sobriedade, a dignidade, o humanismo, a benevolência e a equidade encontram em Vossa Majestade morada natural. Estes valores tra-

dicionais da cultura hispânica, aliados ao espírito da modernidade ocidental, inspiram Vossa Majestade no decisivo papel que desempenha no processo de consolidação da democracia espanhola.

Majestade,

No plano da política exterior, a Espanha, de um lado, confirma sua plena inserção no Ocidente democrático e, de outro, propicia aproximação maior, em termos de cooperação e solidariedade, com a comunidade latino-americana.

Parte integrante da América Latina, o Brasil é particularmente sensível a esse empenho. Meu Governo procura desenvolver com os vizinhos do Continente e com as demais nações amigas relações francas e solidárias. Cultivamos o diálogo, livre e desimpedido, porque fundado no apreço e respeito entre iguais.

Essa atitude aberta, que compreende a aceitação de diferenças no tecido dos interesses comuns, emana, a meu ver, de substrato cultural, que encontra suas origens em Portugal e Espanha.

Espanhóis e portugueses mesclaram-se aos povos que encontraram na América, imprimindo sentido humanístico à missão que empreenderam em nosso continente. Figura ímpar e simbólica desse processo é o Beato José de Anchieta, cujo sesquicentenário de nascimento comemoramos este ano. Avulta, na História, como cidadão hispânico por excelência, no sentido atribuído originalmente à expressão por Camões: é espanhol por nascimento, português por formação intelectual e brasileiro por quarenta e quatro anos de incansável dedicação à catequese dos índios do Brasil.

Iniciador da literatura brasileira, compôs — em espanhol, português, latim e tupi — autos, diálogos, versos, cartas e sermões. Co-fundador da cidade de São Paulo, participou, igualmente, da fundação do Rio de Janeiro. Com heroísmo missionário, dedi-

cou-se a atividades sociais e políticas que até hoje rendem frutos. Suas qualidades humanas, virtudes e admirável exemplo de zelo e santidade fazem com que meu país se orgulhe de venerar no Bem-Aventurado Padre José de Anchieta, o "Apóstolo do Brasil".

Intrépidas e bravas naves espanholas singraram os mares e transportaram os Ojeda, os Pinzón, os Diego de Lepe até as costas brasileiras. Esse mesmo espírito trouxe, em tempos modernos, consideráveis contingentes migratórios espanhóis a nossas cidades e campos. Ao integrar a paisagem social brasileira, contribuíram para moldar o perfil de uma nacionalidade de múltiplas características. A nação brasileira é profundamente grata às diferentes formações étnicas e culturais que criaram a originalidade de nosso caráter nacional.

À Espanha devemos um legado de influência nas letras, no folclore, na música, no direito, na filosofia. Sobre esse patrimônio, que se vem formando desde os tempos coloniais, ergue-se a comum adesão de nossos países aos princípios básicos da convivência internacional de igualdade soberana, autodeterminação, não-intervenção e respeito mútuo.

Majestade,

A difícil conjuntura internacional com que nos defrontamos apresenta-nos o trágico espetáculo de focos de tensão que se multiplicam, ameaçando a paz e a segurança internacionais.

A inquietação causada pela aceleração da carreira armamentista, os perigosos jogos de intimidação e pressão minam o arcabouço político necessário ao intercâmbio entre as nações.

Na esteira de um ambiente político que se deteriora, também a economia internacional está em crise. As elevadas taxas de juros, a desaceleração do comércio, o refor-

ço do protecionismo e a contração dos fluxos financeiros dirigidos aos países endividados afetam perversamente a todos os países, do Norte ou do Sul.

As causas profundas dessa crise global, a nosso ver, situam-se nas deficiências da estrutura do relacionamento internacional. Urge criar novas fórmulas de convivência que abandonem a confrontação pelo entendimento e pela cooperação.

Ao Brasil não falta disposição para dialogar em bases construtivas. Estamos convencidos de que, com moderação e equilíbrio, as imperfeições existentes poderão ser corrigidas. No aspecto económico, confiamos em que a recuperação que hoje se esboça no mundo desenvolvido possa contribuir para a estabilidade da economia mundial.

Apesar dos impactos externos de que vem sendo alvo, o Brasil tem persistido na luta pela superação da crise que o obriga, por ora, a reduzir o ritmo de seu desenvolvimento. Espera, porém, contar com a sensibilidade dos países exportadores de capital e com a compreensão de seus parceiros comerciais para o extraordinário esforço que vem empreendendo.

Nossa atitude é a de buscar superar as dificuldades pela compreensão e pela cooperação. É esse o espírito que sempre presidiu o

diálogo profícuo entre o Brasil e a Espanha. Solidamente lastreadas em valores permanentes, nossas relações têm sido suficientemente flexíveis para adaptar-se às exigências dos novos tempos.

Estamos abertos a iniciativas inovadoras, que respondam ao desafio do momento presente. Estamos dispostos a aperfeiçoar todos os campos de nosso denso intercâmbio — as trocas económicas e financeiras, a participação em projetos conjuntos na área científica e tecnológica, o intercâmbio cultural. Nesse particular, o Brasil sente-se lisonjeado ao participar da celebração da gesta colombina, pela presença de sua comissão nacional nas comemorações do quingentésimo aniversário da descoberta da América.

Majestade,

Agradeço-lhe o convite que me propiciou a oportunidade de realizar desejo há muito acalentado: o de visitar este maravilhoso país, do qual nós, brasileiros, nos sentimos muito próximos.

Convido todos os presentes a me acompanharem num brinde à crescente prosperidade do povo espanhol, às boas relações entre o Brasil e a Espanha e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Majestade e da Rainha Sofia.

senado espanhol homenageia o presidente joão figueiredo

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Madrid, em 12 de abril de 1984, por ocasião de sua visita ao Senado Espanhol, reunido em sessão solene.

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado,
Excelentíssimos Senhores Deputados,

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Saúdo, nesta Câmara Alta e na pessoa de

seus ilustres representantes, o nobre e valeroso povo espanhol. Ao Senhor Presidente, agradeço, sensibilizado, as palavras acolhedoras que acaba de me dirigir e que bem traduzem a generosa hospitalidade da gente espanhola.

Chamou-os o povo espanhol, delegando-

lhes o poder que dele emana. Por sua voz, Senhores Senadores, a sociedade faz ouvir suas aspirações e objetivos.

O espírito cívico da sociedade espanhola soube reunir, em torno dos ideais democráticos, a multiplicidade de matizes que a compõem. Gradações diversas do espectro ideológico encontram-se aqui presentes, sintetizadas em prova inegável de amadurecimento político. Vossas Excelências são responsáveis, perante a História, pela expressão das altas aspirações nacionais e pela mobilização das forças do país na realização do bem-comum.

O mesmo apego aos valores mais caros de seu povo orienta o Governo brasileiro na busca de caminhos seguros que levem à plena expressão democrática. Juntos, o povo e o Governo brasileiros estão empenhados no aperfeiçoamento das instituições nacionais. Em meu país, consolida-se, de forma irreversível, a prática da democracia, pluralista e social. Graças a ela, as mais variadas tendências políticas encontram representação no Congresso Nacional, unidas pela certeza de que as instituições democráticas são a base indispensável ao bem-estar e à prosperidade da nação brasileira e condi-

ção para que possam desempenhar um papel significativo em favor do desenvolvimento, da cooperação entre os povos e da paz mundial.

Senhor Presidente,

Minhas presença nesta Casa traduz o alto apreço da Nação brasileira pelo Parlamento espanhol. Reafirmo, nesta oportunidade, a perene fraternidade hispano-brasileira, de que deu testemunho recente a honrosa visita de Sua Majestade o Rei Juan Carlos I a meu País.

Brasileiros e espanhóis confiamos em que, nos momentos de crises e dificuldades, avulta a importância dos Legislativos na procura, pelo caminho do diálogo e da negociação, do bem-estar e da felicidade de cada país.

A Vossas Excelências, Senhores Senadores, formulo sinceros agradecimentos pela consideração com que ora distinguem, na minha pessoa, o povo e o Governo do Brasil.

Muito obrigado.

presidente figueiredo: expandir e dinamizar o intercâmbio entre brasil e espanha

**Discurso do Presidente João Figueiredo, em Madrid,
em 13 de abril de 1984, por ocasião
de almoço que lhe foi oferecido pelo Presidente
do Governo Espanhol, Felipe González Marquez.**

Senhor Presidente do Governo,

Agradeço, sensibilizado, as amáveis palavras que Vossa Excelência acaba de dirigir ao povo brasileiro e a mim.

São elas o exemplo da generosidade que

caracteriza os espanhóis, tão conhecida de todos os que privam com seus compatriotas estabelecidos no Brasil.

O amadurecimento e o descortínio político do povo espanhol levaram-no a escolher Vossa Excelência para dirigir seus destinos.

Vossa Excelência muito tem contribuído para a confiança granjeada pelo Governo espanhol e soube responder, aos olhos da comunidade internacional, às mais sérias exigências do importante cargo em que está investido.

A grande satisfação que sentimos em conhecer este país admirável é aumentada pela possibilidade de aprofundar-se o entendimento recíproco. Em nossas conversas e naquelas entre nossos Ministros das Relações Exteriores pudemos confirmar a convergência de posições, em muitas áreas, e explicitar os pontos de vista que orientam a ação externa de cada Governo.

Na esfera bilateral, nossos Governos e nossos povos partilham o desejo de expandir e dinamizar o intercâmbio existente. A situação atual exige criatividade e iniciativa.

As trocas entre dois países não se restringem ao comércio, aos investimentos, ao turismo, à cooperação científica e tecnológica; mas abrangem também as relações culturais, cuja importância é ressaltada pela presença histórica da Espanha em toda a América Latina, inclusive no meu país.

Embasa a cooperação, que se desenvolve entre nossos dois países, em benefício de ambos, a crença comum e inabalável nos valores democráticos e pluralistas, que constituem a própria essência do pensamento ocidental.

A dedicação aos princípios da justiça e do direito, na busca do bem comum, leva nossos países a trabalhar, em seus respectivos âmbitos de atuação, por um relacionamento mais equilibrado e um diálogo mais efetivo entre as nações. É chegado o momento de lançar mão de todos os recursos que conduzam à colaboração. Há que militar pela construção de uma ordem internacional compatível com a realização dos legítimos anseios de todos os povos.

O Brasil e a Espanha estão profundamente empenhados nesse esforço, confiantes no êxito da luta pelos objetivos básicos do progresso e da paz.

Ergo, pois, minha taça ao futuro das relações entre nossos povos e nossos Governos, à saúde de Sua Majestade o Rei Juan Carlos 1 e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de González.

figueiredo é recebido na prefeitura de madri

Discurso do Presidente João Figueiredo,
em 13 de abril de 1984, ao ser recebido na Prefeitura
de Madri.

Senhor Alcaide,

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Ao receber-nos neste histórico palácio, Vossas Excelências prestam significativa homenagem ao Brasil e aos brasileiros, em nome de quem trago o testemunho de nossa amizade fraterna. À população de Madri, estendo nosso reconhecido agradecimento pela

acolhida espontânea e generosa com que nos foi dispensada nesta majestosa Capital.

Ao divisar a centenária Plaza de la Villa, vem-nos à lembrança a íntima vinculação da cidade de Madri com o passado grandioso deste país. Escolhida pela jovem Espanha para sua capital, no século XVI, Madri soube firmar-se em sua importância estratégica no centro da península ibérica, como símbolo da unidade espanhola.

A pequena cidade de origem muçulmana deu lugar à antiga Corte, que ainda hoje se adivinha no traçado irregular e nas vias sinuosas da Madri castiça. O passar dos séculos deixou-lhe valioso acervo arquitetônico, a relembrar glórias imorredouras na Plaza Mayor, no Palácio Real, na ponte de Toledo, em suas magníficas portas e tantos outros monumentos.

Transformada, hoje, em metrópole tentacular, Madri conserva, alidada à solidez moderna, a antiga realeza. As largas avenidas do centro da cidade contrastam graciosamente com o denso tecido urbano da velha Madri, sem roubar-lhe a aparência de estabilidade e continuidade.

O encanto dos passeios, dos jardins, das fontes surpreendentes, atrai para esta terra, sob o céu límpido, de luminoso azul, visitantes de todo o mundo.

À função política da capital, onde se concentram o Governo, as Cortes e o poder administrativo, soma-se a importância da atividade financeira, a dirigir a vida económica do país. As numerosas indústrias e o comércio crescente projetam-na como precursora na direção do progresso e do bem-estar do povo espanhol.

Como pólo artístico e científico, Madri é um núcleo intelectual de expressão mundial. A renomada Universidade Complutense, herdeira da célebre Universidade de Alça lá, recebe em seus centros de pesquisa estudantes espanhóis e da América Latina. O inestimável património cultural, reunido nos arquivos, na Biblioteca Nacional e no Museu do Prado, um dos primeiros museus de pintura no mundo, justifica o orgulho da gente madrilenha.

Espanhóis procedentes de todos os rincões do país afluem para essa intensa vida cultural, económica e política da capital. Com dedicação e trabalho, contribuem para a grandeza desta terra. Ao perambular pelas ruas, pelos cafés, pelos numerosos teatros, imprimem a alegria e o gosto de viver, que caracterizam sua fervilhante vida. Por tudo isso, sente-se, em Madrid, pulsar enérgico, vibrante, o coração de Espanha.

Ao agradecer a acolhida do caloroso povo madrilenho, desejo prestar-lhe minha homenagem pessoal e registrar o testemunho da admiração e da amizade fraterna que lhes vota o povo brasileiro.

saraiva guerreiro recebe homenagem do ministro dos assuntos exteriores da espanha

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio de Santa Cruz, em Madri, em 12 de abril de 1984, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo Ministro dos Assuntos Exteriores da Espanha, Fernando Morán Lopez.

Senhor Ministro,

Muito agradeço a Vossa Excelência a oportunidade de voltarmos a trocar impressões sobre a conjuntura internacional e aspectos bilaterais do relacionamento entre o Brasil e a Espanha. No passado, ao integrar a co-

mitiva de Sua Majestade o Rei Juan Carlos I ao Brasil, Vossa Excelência nos honrou com a exposição clara da visão da diplomacia espanhola sobre os principais problemas da atualidade. São esse discernimento e esse tirocínio que imprimem à política externa espanhola um rumo decidido e coeso.

Esta manhã, beneficiei-me das opiniões de Vossa Excelência, em diálogo cuja franqueza e cordialidade enriqueceram ainda mais a compreensão mútua dos interesses de nossos países. Nossa conversação refletiu, mais uma vez, o quanto existe de permanente e de naturalmente convergente nas relações entre a Espanha e o Brasil. É nosso desejo comum que possamos encontrar-nos com freqüência para procedermos a avaliações conjuntas da situação internacional e estudarmos possíveis caminhos para que se desenvolva a amizade hispano-brasileira.

A intensificação dos encontros de autoridades espanholas e brasileiras, em todos os níveis, é testemunho da importância que cada um de nossos países atribui ao relacionamento bilateral. Em numerosos campos, avultam os resultados positivos de uma cooperação fértil e serena. Menciono, como exemplo, no âmbito da técnica e da tecnologia, a próxima renovação do ajuste complementar ao Acordo Básico de 1971, na área de engenharia de irrigação, bem como o ajuste complementar em matéria de desenvolvimento agrícola que entidades de pesquisa brasileira e espanhola acabam de concluir. Com prazer, assinamos hoje, acordos em matéria de sanidade animal e vegetal, um acordo de radioamadorismo e um acordo trabalhista e social, que trará benefícios aos trabalhadores brasileiros e espanhóis. Em outras áreas, ainda, como a cultural e de geologia e mineralogia, prosseguem entendimentos que certamente resultarão no adensamento do já profícuo relacionamento hispano-brasileiro.

No setor económico, as dificuldades existentes levaram ao Brasil, em 1983, o Secretário Geral da Secretaria de Comércio da Espanha. Iniciaram-se contatos com autoridades brasileiras que tiveram prosseguimento, nos últimos dias, com a vinda de uma missão técnica brasileira a Madri. Os resultados obtidos refletem com fidelidade a boa vontade imperante em nossos Governos para superar os impasses decorrentes de uma conjuntura internacional adversa.

Vossa Excelência não ignora os esforços que o Brasil vem empreendendo para respaldar um programa económico destinado, a curto prazo, a provocar a redução dos desequilíbrios externo e interno da economia brasileira e, a médio prazo, promover seu crescimento a taxas capazes de absorver a numerosa mão-de-obra que ingressa anualmente em nosso mercado de trabalho.

Estamos convencidos de que o momento requer maior diálogo entre todos os países, desenvolvidos ou não, e nisto tenho insistido com todos os colegas com que me tenho encontrado.

A comunidade das nações, como um todo, foi atingida pelas dimensões sem precedentes da crise económico-financeira que ora presenciemos. Os países em desenvolvimento, todavia, por contarem com mecanismos de defesa mais reduzidos, sofrem particularmente suas conseqüências. Perdem significado as realizações por eles já alcançadas, ao sofrerem os efeitos das adaptações adotadas pelos países mais favorecidos.

Com os demais países em desenvolvimento, o Brasil tem defendido a necessidade de aperfeiçoamento do sistema económico internacional, da liberação dos fluxos financeiros e da dinamização do intercâmbio global, para que o crescimento possa ser reencontrado.

A América Latina, em particular, tem-se mantido unida na busca de soluções criativas que evitem a ameaça da regressão económica. Em janeiro último, o Governo do Equador articulou, em Quito, uma Conferência que acolheu as inquietações partilhadas pelos países latino-americanos e apresentou propostas concretas como resposta comum aos problemas a todos afetos. Procuramos com ênfase, porém sem contundência, alertar o mundo desenvolvido para os perigos da presente situação e para a necessidade da reflexão e do diálogo.

Igualmente do ponto de vista político, impõe-se a solução do entendimento e da

negociação para superar os conflitos que ameaçam a segurança internacional. Nesse contexto, preocupam-nos sobremaneira as confrontações persistentes na América Central.

O Brasil tem reafirmado sua crença em que os canais diplomáticos devam permanecer abertos, para que o respeito mútuo, a não-intervenção e a compreensão recíproca assegurem a consecução de acordos satisfatórios para os países em litígio e para a comunidade internacional.

Os esforços nesse sentido, empreendidos

pelo Grupo de Contadora, têm recebido da Espanha importante apoio, pelo qual os países latino-americanos se mostram sensibilizados.

Senhor Ministro,

Ao agradecer-lhe a cordial hospitalidade neste Palácio de Santa Cruz, ergo minha taça em saudação a Sua Majestade o Rei Juan Carlos I, e bebo pela prosperidade da nação espanhola, pela fraterna amizade hispano-brasileira e pela felicidade de Vossa Excelência.*

* Na página 143, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, a relação dos Acordos entre o Brasil e a Espanha, assinados em Madri, por ocasião da visita do Presidente João Figueiredo àquele País.

a viagem do presidente joão figueiredo ao japão

Discursos do Imperador Hirohito (tradução feita pelo Gaimusho) e do Presidente João Figueiredo, em Tóquio, em 24 de maio de 1984, por ocasião de banquete oferecido pelo Imperador japonês ao Chefe de Estado brasileiro.

DISCURSO DO IMPERADOR HIROHITO

Desejaria expressar as minhas sinceras boas-vindas a Vossa Excelência e a Excelentíssima Senhora Figueiredo, que vieram de longe para visitar este País. É para mim uma grande alegria ter a oportunidade de oferecer o banquete esta noite de maio agradável no Palácio Imperial.

Embora o Brasil e o Japão se situem geograficamente distantes, há muitos anos o nosso povo tem um especial sentimento de simpatia e afeição pelo Brasil através da emigração de numerosos japoneses para o vosso País. É com alegria poder mencionar que esses imigrantes japoneses e seus descendentes brasileiros têm participado e contribuído como bons cidadãos brasileiros ao desenvolvimento económico, social e cultural do Brasil.

Ao mesmo tempo, tem-se intensificado o intercâmbio humano em setores diferentes e assim aprofundam-se ainda mais as relações tradicionais entre os dois países nos campos económico, científico, tecnológico e cultural.

Aproveitando esta oportunidade, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos pela acolhida calorosa proporcionada pelas autoridades e pelo povo em geral do vosso País, às visitas dos membros da Família Imperial ao Brasil.

O vosso País que conta com vastas extensões de terras e abundantes recursos naturais é constituído pelo povo cheio de espírito progressista no meio da diversidade cultural e tradições, e, assim, tem um futuro promissor para o Século XXI.

Reconhecendo a Vossa dedicação e esforços para promover o desenvolvimento económico e social do Brasil, apresento a Vossa Excelência o meu profundo respeito.

Estou convencido de que a visita de Vossa Excelência que tem demonstrado grandes interesses pelo Japão aprofundará o entendimento e confiança mútua entre os dois países e promoverá ainda mais nossa cooperação amistosa.

Embora curta a estada no Japão de Vossa Excelência e Senhora Figueiredo, é meu

desejo que a vossa visita seja proveitosa e agradável.

Proponho a todos os presentes que ergam suas taças para brindarmos à saúde e felicidade de Suas Excelências o Senhor Presidente da República e Excelentíssima Senhora e, também, à prosperidade da República Federativa do Brasil.

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Majestades Imperiais,

Muito agradeço as amáveis palavras de Vossa Majestade.

A viagem oficial, que ora realizo, constitui missão honrosa e motivo de grande satisfação pessoal. Venho renovar, em contato direto com os altos dirigentes do Japão, as amistosas e cordiais relações que unem nossos Governos e nossos povos.

Estamos ligados ainda, de forma singular, por vínculos humanos de especial significado.

Nasceram nossas relações, há quase cem anos, sob o signo de Tratado que erigia a amizade e a cooperação como seus princípios condutores. Fomos a segunda nação latino-americana a trocar missões diplomáticas com o Japão.

A chegada do navio Kasato Maru ao Brasil, há setenta e seis anos, assinalava uma nova etapa em nosso relacionamento: iniciava-se o fluxo de imigrantes japoneses. Prestaram, com pertinácia e labor, notável colaboração ao desenvolvimento de importantes setores de nossa economia, enriquecendo, também, nossa cultura, tradicionalmente aberta às contribuições de outros povos.

Conta-se hoje, no Brasil, o maior núcleo populacional de sangue japonês fora deste **arquipélago**.

Em três gerações, os primeiros imigrantes e seus descendentes incorporaram-se à sociedade brasileira, contribuindo, nos mais diversos campos da atividade, para a prosperidade comum.

País de imigração, que soube sintetizar em uma nação multirracial elementos étnicos e culturais de variadas origens, o Brasil comprovou, no êxito da integração dos imigrantes japoneses, sua vocação pluralista, seu apego aos mais purps valores da humanidade, sua capacidade de fazer coexistirem a unidade e a diversidade.

Minha presença testemunha a sincera disposição do Brasil de estreitar, ainda mais, nossas relações, que estimamos valiosas e que desejamos ver progressivamente realizadas em todas as suas potencialidades.

Sou portador de uma mensagem de fraternidade do povo brasileiro ao povo desta nobre Nação. Habituaamo-nos a contemplar com respeito as numerosas realizações do Japão contemporâneo e as múltiplas facetas do seu passado histórico. Identificamos a fisionomia atual deste grande País na associação de tradição e modernidade, na combinação — harmoniosa em sua essência — de uma cultura milenar com as mais avançadas expressões da ciência e da técnica. A força e serenidade da instituição imperial simbolizam, aos nossos olhos, a continuidade da nação ancestral no Japão contemporâneo, tão decisivamente empenhado na construção do mundo de amanhã.

As visitas com que nos têm honrado os membros da Casa Imperial constituem eventos auspiciosos das relações bilaterais. Suas Altezas Imperiais o príncipe Akihito e a Princesa Michiko estiveram entre nós em 1967, regressando, em 1978, para as comemorações do septuagésimo aniversário da imigração japonesa. Suas honrosas presenças muito contribuíram para estreitar os laços que unem Brasil e Japão. Também nos tocou de maneira especial a visita, em 1982, do Príncipe Naruhito, em sua primeira viagem oficial ao exterior.

O Brasil vê na cooperação e na paz o único caminho digno da humanidade. Mais do que nunca, tais valores sobressaem e se impõem à comunidade internacional. Compartilhamos com o Japão o respeito ao convívio harmónico, à justiça e à liberdade. Essas crenças comuns nos têm orientado com segurança e — assim espero — continuarão a nos guiar no rumo de um relacionamento

igualitário, fraterno e mutuamente benéfico.

Peço a todos os presentes que se juntem a mim no brinde que ergo à saúde de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Japão e à prosperidade da Nação japonesa.

Muito obrigado.

figueiredo em tóquio: estreitar cada vez mais os laços de amizade entre brasil e japão

Discursos do Primeiro-Ministro do Japão,
Yasuhiro Nakasone (tradução feita pelo Gaimusho)
e do Presidente João Figueiredo, em Tóquio,
em 24 de maio de 1984, por ocasião de almoço oferecido
ao Presidente brasileiro.

PRIMEIRO-MINISTRO JAPONÊS

Sua Excelência o Senhor Presidente da República Figueiredo, Excelentíssima Senhora, Minhas Senhoras e meus senhores,

É grande honra para mim poder oferecer este almoço, por ocasião da visita de Sua Excelência o Presidente da República Figueiredo, Excelentíssima Senhora e os membros da Comitiva.

A minha alegria é ainda maior porque pude encontrar com Sua Excelência o Senhor Presidente de saúde completamente restabelecida, com o rosto queimado de sol. Aqui, desejo expressar, em nome do governo e do povo do Japão, as nossas sinceras boas-vindas.

Senhor Presidente,

Para o Japão, o Brasil é realmente "um país longe e perto". Embora se situem afastados geograficamente os dois países, vivem no Vosso País cerca de 800 mil japoneses e seus descendentes brasileiros, que formam a maior comunidade no exterior, pelo que

os dois países têm mantido relações de amizade tradicional.

Tenho profundo respeito pelo fato de que o vosso País tem recebido numerosos imigrantes de vários países, inclusive os japoneses, e, conservando suas tradições e culturas, tem empenhado para formar um País grandioso e harmonioso.

Baseando-se nesses fatos históricos, as relações de cooperação entre o Japão e o Brasil vêm-se desenvolvendo até agora consistente e continuamente. Excetuando-se durante o período da Segunda Guerra Mundial, especialmente depois da segunda metade da década de 1960, para acompanhar o desenvolvimento marcante da indústria brasileira, aumentaram os investimentos japoneses nos variados setores, e conseqüentemente intensificou-se o intercâmbio económico no setor privado. Ao mesmo tempo foram concretizados grandes projetos de **Joint-Venture**. Assim, o Brasil tornou-se o maior recebedor dos investimentos e financiamentos do Japão.

Estou mais seguro e satisfeito com a recente tendência de que as nossas relações não se limitam aos setores de economia e co-

mércio mas estendem-se aos setores de ciências, tecnologia, cultura, etc. O vosso povo, com o espírito progressista converteu os vastos campos em terras férteis, e soube aproveitar o álcool como combustível de automóveis.

Constatamos com satisfação que, no momento, promovem-se projetos de cooperação, entre os institutos de pesquisa oficiais ou entidades do setor privado dos dois países e ao mesmo tempo, por iniciativa dos pesquisadores científicos, intensifica-se o intercâmbio entre os pesquisadores dos dois países através do Simpósio sobre Ciência e Tecnologia. Fui informado com agrado que o Vosso País tem profundos interesses na área do Pacífico e Ásia e está a estudar a realização de grandes projetos tal como o chamado **Ásia Port**. A realização desse projeto terá um significado importante para o desenvolvimento da Ásia e a América Latina no Século XXI.

Entrementes, tomei conhecimento de que o vosso País encontra-se numa fase crucial no meio da economia mundial estagnada. É o desejo sincero do Governo e do povo do Japão acompanhar o desenvolvimento do Brasil, que adota políticas de cooperação com o Ocidente, e de manter política diplomática moderada na América Latina, o País onde numerosos imigrantes japoneses e seus descendentes brasileiros trabalham e que mantém relações amistosas com o meu País durante muitos anos. Por isso, acredito que devemos fortalecer ainda mais os laços de amizade e de cooperação.

Senhor Presidente,

No momento, embora estejamos a executar uma série de programas de intercâmbio dos jovens japoneses e brasileiros, considero que esses programas não são suficientes. Levando em consideração que o intercâmbio de jovens dos dois países é muito significativo para o fortalecimento dos laços que unem os dois países, e aproveitando esta visita de Vossa Excelência ao Japão, desejo

propor um programa de intercâmbio de 100 (cem) jovens japoneses e brasileiros. O Japão está disposto a convidar 50 jovens líderes de futuro brasileiros durante este ano. Desejo que Vossa Excelência concorde com os propósitos deste Programa e estude o recebimento dos jovens japoneses no Brasil.

Senhor Presidente,

Recentemente, tem-se intensificado o intercâmbio das altas personalidades dos dois países. Com esta visita de Vossa Excelência, o Japão recebeu dois presidentes da República Federativa do Brasil, em seguida. Do Japão, S.E. o Sr. Zenko Suzuki, então Ministro, visitou o Brasil há dois anos. Eu, próprio, desejaria visitar o Brasil no futuro próximo, e, assim realizar as duas visitas seguidas dos Primeiros-Ministros japoneses.

Senhor Presidente,

O Brasil é conhecido entre os jovens japoneses como um País onde os esportes como o futebol, voleibol e outros são muito populares e que tem técnicas de alto nível.

Tomei conhecimento de que Vossa Excelência pratica equitação, **jogging** e outros esportes. Eu, também, pratico natação, ténis e golfe para manter saúde.

Espero que tenhamos, um dia, uma oportunidade de conversar sobre os esportes que praticamos.

Desejo que, embora curta a estada no Japão de Vossa Excelência e Excelentíssima Senhora, conheçam de perto as atualidades deste País e que a sua estada seja muito agradável.

Minhas senhoras e meus senhores,

Peço a todos os presentes que a mim juntem no brinde que faço à saúde de Sua Ex-

celência o Presidente da República, Excelentíssima Senhora, ao desenvolvimento da República Federativa do Brasil e à prosperidade eterna das relações Japão-Brasil.

Obrigado.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Primeiro-Ministro,

Atribuo significação especial a esta visita oficial ao Japão. Conhece Vossa Excelência o empenho que tive em realizá-la, em seguida às inesperadas circunstâncias que levaram ao seu adiamento. Confiro destacado valor à oportunidade de contribuir, graças à minha presença em Tóquio, para o estreitamento de nossas relações bilaterais, que o Brasil muito valoriza.

A densidade e constância dos vínculos humanos e materiais que aproximam nossos países tornaram os encontros periódicos entre seus governantes, mais que uma tradição, uma necessidade. Recordo com satisfação a visita que nos fez, em 1982, o Primeiro-Ministro Zenko Suzuki. Procedemos então, em atmosfera amistosa, a proveitoso exame das grandes linhas de nosso relacionamento bilateral e trocamos ideias sobre aspectos da conjuntura mundial relevantes para nossos países.

Acompanha o Brasil, com interesse, a atuação crescente do Japão no cenário internacional. Sob a liderança de Vossa Excelência e apoiada na experiência e habilidade do Gaimusho, esta grande nação alcança um grau de participação política consentânea com sua projeção econômica.

São graves e desafiadores os problemas que enfrenta a comunidade internacional.

Temos buscado expor, em muitas oportunidades, de modo franco e objetivo, nossa avaliação da crise. Não são contraditórios os interesses do Sul e do Norte. Em verda-

de, não nos parece existir uma crise entre os dois grupos de nações, mas uma crise do próprio sistema econômico internacional.

Como país em desenvolvimento, não podemos deixar de saudar a disposição do Governo de Vossa Excelência de participar ativamente do diálogo entre os países do Norte e do Sul.

Em mensagem que dirigi a Vossa Excelência no ano passado, às vésperas da Conferência de Cúpula de Williamsburg, expus o pensamento do meu país sobre as questões que seriam ali discutidas pelos países industrializados. Ressaltei, então, a imperiosa necessidade de urgentes reajustes na estrutura econômica internacional.

Alegrou-me saber, na resposta com que me honrou Vossa Excelência, que o Japão assume, junto a seus parceiros industrializados, uma atitude de condenação do protecionismo e identificara, no combate a essa tendência, uma das medidas essenciais à solução dos problemas mundiais de dívida externa. A declaração de Vossa Excelência, naquela oportunidade, de que "sem a prosperidade do sul não pode haver prosperidade para o norte" exprime verdade que deveria ser compreendida por todos os países desenvolvidos e incluída entre as premissas de suas políticas econômicas.

A lucidez e a capacidade de pensar os problemas numa perspectiva de longo prazo — traços da atuação política e econômica do Japão — revelaram-se mais uma vez nas ponderações de Vossa Excelência. Estas mesmas qualidades nos dão confiança de que poderemos contar, no futuro, com a palavra influente do Japão em favor de uma ordem econômica mundial mais justa e mais racional.

Ao fazer essas considerações, Senhor Primeiro-Ministro, anima-nos a convicção de que é amplo o terreno de convergência das políticas externas de nossos países. Como afinidade significativa, ressalto o compromisso com a causa da paz, princípio consti-

tucional tanto no Japão quanto no Brasil. Concebemos a paz em sua acepção mais ampla, de promoção dos valores que levam ao convívio fraterno e profícuo: valores como desenvolvimento, cooperação, respeito mútuo e não-interferência.

Um mundo dominado por conflitos não pode nos interessar. A própria natureza de nossos sistemas políticos, a posição de nossas economias no plano internacional reclamam um clima de harmonia e condições materiais que conduzem à prosperidade de todos.

A história contemporânea do Japão fornece exemplos valiosos à nossa meditação. Como no Japão, o desenvolvimento econômico no Brasil é um processo consciente, um projeto nacional emanado da vontade coletiva. Conseqüentemente, a experiência japonesa não poderia deixar de nos interessar.

Vemos na modernização do Japão um esforço admirável de evolução programada, baseado na profunda consciência de sua história, de suas potencialidades e limitações. O alto nível de determinação e lucidez de seu povo, quanto a seus objetivos e quanto aos atos necessários à sua consecução, explica a capacidade, sem igual, de conciliar o tradicional com o moderno e de realizar o mais extremo progresso tecnológico sem abrir mão de sua autenticidade cultural.

Senhor Primeiro-Ministro,

As relações entre o Brasil e o Japão representam, em nossos dias, soma de importantes valores humanos e materiais. Iniciadas sob a égide da Amizade e da Cooperação, conforme o Tratado bilateral de 1895, foram elas, com o tempo, enriquecidas pela imigração. O vínculo humano ensejou o contato e o conhecimento recíprocos, aproximando, em termos concretos, os dois distantes países.

Mais recentemente, Brasil e Japão, engajados em seus respectivos processos de crescimento econômico, associaram recursos na

implementação dos primeiros projetos industriais conjuntos.

Novos e mais promissores horizontes se abriram, há cerca de uma década, quando as associações entre empresas japonesas e brasileiras, refletindo a variada gama de interesses confluentes, estenderam-se aos campos da mineração, da siderurgia, da metalurgia, do reflorestamento e da fabricação de celulose.

Hoje, podemos dizer que esses empreendimentos, plenamente amadurecidos, oferecem o lastro de uma relação dinâmica, complexa e dotada de vida própria.

Essa linha ascendente de iniciativas em tantos domínios constitui, por si, um desafio aos governantes atuais. Não podem os responsáveis pelo presente e pelo futuro do entendimento entre o Brasil e o Japão contentar-se com as metas já realizadas. Os êxitos obtidos nos induzem a uma reflexão corajosa e criativa sobre o futuro.

Nosso encontro realiza-se sob o cenário da crise econômica. Crise que nos afeta desigualmente, colhendo meu país, no espaço de poucos anos, com os choques do petróleo, com a redução da liquidez internacional, com o aumento das taxas de juros no mercado financeiro mundial e com o estreitamento dos mercados, nos países desenvolvidos, para nossos produtos de exportação.

Pensamos que as dificuldades do momento não nos devem levar à paralisia, nem obstruir a visão do longo prazo. Deverão sim, estimular-nos a manter a cooperação nos altos níveis alcançados e a delinear novas modalidades de ação concertada, capazes de enfrentar a recessão. Minha presença em Tóquio é uma reafirmação desses propósitos.

É vasto o terreno que se oferece ao nosso esforço comum. Nos últimos anos, o Brasil investiu intensamente no desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Conta hoje com significativo excedente de energia

hidroelétrica, a oferecer promissoras perspectivas de cooperação industrial em setores de elevado consumo energético. Tal colaboração já foi, na prática, iniciada, e poderá ser expandida, na medida em que a indústria nipônica, em seu natural processo de evolução, se concentre em setores de tecnologia avançada.

Estimo igualmente amplas as virtualidades, do intercâmbio nipo-brasileiro no domínio da ciência e da tecnologia. A formalização, no âmbito da presente visita, de um quadro institucional para o incentivo e ordenamento das atividades conjuntas, é um sinal auspicioso do amadurecimento das relações bilaterais. Agrada-me, também, poder anunciar que o Brasil estará presente à Exposição científica de Tisukuba, no próximo ano, onde se reunirão os mais avançados progressos da técnica aplicada à vida cotidiana.

No que diz respeito à agricultura, abrimos espaço para um esforço associado de perspectivas amplíssimas. A produção de alimentos em larga escala, nas extensões do cerrado brasileiro, é tarefa de notável magnitude. Estou seguro de que ela renderá

abundantes frutos para as gerações futuras, no Brasil e no Japão.

São numerosos, em suma, os caminhos abertos à trajetória solidária dos nossos países, dotados de confiança no futuro e da aspiração de legar à posteridade um mundo mais próspero e fraterno. Anima-nos o propósito de estreitar cada vez mais os laços de amizade com o Japão e aprofundar os vínculos de associação com sua gente ativa e empreendedora.

Senhor Primeiro-Ministro,

Por intermédio de Vossa Excelência, agradeço a generosa hospitalidade com que fui acolhido em solo japonês, desejo que esta visita do Chefe de Estado brasileiro seja recebida como penhor de uma disposição permanente de aproximação e cordialidade.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças para um brinde à saúde de Vossa Excelência, à prosperidade crescente do Japão e aos sentimentos de amizade fraterna que unem nossos povos.

Muito obrigado.

presidente figueiredo no keidanren: amplios espaços adicionais para a cooperação brasil-japão

Discursos do presidente da Federação das Organizações Económicas do Japão (Keidanren) — tradução feita pela Embaixada japonesa em Brasília — e do Presidente João Figueiredo, em Tóquio, em 25 de maio de 1984, por ocasião de almoço oferecido ao Chefe-de-Estado brasileiro.

PRESIDENTE DO KEIDANREN

Excelentíssimo Senhor
Presidente Figueiredo

Profundamente honrados em recebê-lo e compartilhar-mos deste ágape por alguns momentos com Vossa Excelência, apresento-lhe os sinceros e calorosos votos de boas-

vindas em nome das cinco organizações, económicas, a saber: **Federation of Economic Organizations, Japan Chamber of Commerce and Industry, Japan Federation of Employer's Associations, Japan Committee for Economic Development e Japan Foreign Trade Council, Inc.**

O Brasil, com o seu imenso território, abundância de recursos naturais e humanos e que se orgulha do seu alto nível tecnológico, atrai as atenções do mundo inteiro como um país de brilhante futuro.

A economia mundial continua em situação difícil e, dentro desse contexto, todo o povo brasileiro se empenha num grande esforço para alcançar a estabilidade e a prosperidade do País sob a preclara e sábia liderança de Vossa Excelência.

Aproveito o ensejo para manifestar nossa sincera admiração e nossa convicção de que esse esforço será coroado de grande êxito.

O problema da dívida externa, que se constitui em um fator preocupante para o futuro da economia mundial, teve início com o advento da crise petrolífera. Sabemos da luta brasileira, encetada conjuntamente pelos setores oficiais e privados, para superar as dificuldades e sabemos também que o Japão recebeu solicitação para cooperar com o Brasil.

Nós do meio empresarial japonês também desejamos cooperar o mais possível em prol do desenvolvimento de toda a economia mundial.

O Japão e o Brasil se localizam em lados opostos do globo terrestre, mas as relações dos dois países se iniciaram há muitos anos com a emigração dos japoneses. Mais recentemente, o intercâmbio econômico intensificou-se notavelmente e observa-se ainda que o intercâmbio se amplia em múltiplas áreas, tais como a política, cultural, ciência e tecnologia.

O Brasil é um país que inspira a nós japoneses grande simpatia. O fato de muitas empresas japonesas estarem operando no Brasil, para, num esforço conjunto com os brasileiros desenvolverem múltiplos empreendimentos, é motivo de enorme satisfação.

A promoção ainda maior dessa cooperação — cultivada pelos dois países que ocupam posições cada vez mais importantes no seio da comunidade mundial — é muito importante, não só para a prosperidade de ambos, mas também para a paz e a estabilidade do mundo inteiro.

A visita de Vossa Excelência, feita exatamente nessa conjuntura, nos causa imenso prazer porque abre as portas de uma nova era nas relações nipo-brasileiras.

Desejo erguer um brinde à saúde de Vossa Excelência, Presidente Figueiredo, à duradoura relação entre o Japão e o Brasil e à prosperidade econômica dos dois países.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhores,

Constitui tradição firmada neste país que os Chefes-de-Estado visitantes sejam homenageados pelas associações nacionais das lideranças empresariais. Este é, sem dúvida, um costume que espelha o espírito de hospitalidade e o desejo de bom entendimento da comunidade econômica japonesa. É com prazer que compareço a este encontro, do qual participam tantas personalidades que dão esteio às relações econômicas entre o Japão e o Brasil.

A visita a este país constitui, para mim e para os que me acompanham, excelente oportunidade para reflexão. O Japão contemporâneo destaca-se pela estabilidade e funcionalismo das instituições, que tão bem conciliam as características profundas da Nação tradicional com os imperativos da vida moderna. Distingue-se, igualmente, por sua notável aptidão para sobrepor-se às vicissitudes de severa recessão mundial. Creditamos esses êxitos à capacidade de organização da sociedade nipônica, à operosidade e ao talento de sua gente, à sua concepção de trabalho solidário.

A participação do Japão na economia mundial é significativa e, segundo prognósticos confiáveis, deverá continuar crescendo ao longo dos próximos anos. Responsável no momento por cerca de dez por cento do Produto Bruto mundial, o País no final do século, alcançará cerca de 12 por cento desse total. A importância do comércio para a economia nipônica, grande em nossos dias, tenderá a aumentar. Sabemos quão relevante é, para o Japão, a manutenção do intercâmbio e da cooperação com o resto do mundo. Cabe lembrar que mais da metade das suas trocas são hoje efetuadas com os países em desenvolvimento.

Esses dados conferem responsabilidade especial ao Japão, tanto no contexto das discussões entre os países desenvolvidos, quanto no diálogo entre esses e seus parceiros em desenvolvimento. Com satisfação, tenho acompanhado a disposição crescente do Governo japonês de pronunciar-se a respeito de alguns grandes temas da agenda de discussões das nações do Norte e do Sul. Acolhi, prazerosamente, a declaração de Sua Excelência o Primeiro-Ministro Nakasone de que "sem a prosperidade do sul não pode haver prosperidade para o norte".

Essa afirmação converge, na sua essência, com a mensagem que o Brasil tem defendido, perante a comunidade das nações, sobre as políticas adequadas à recuperação da economia mundial.

Como já tive ocasião de afirmar no decurso desta visita, não vejo antagonismo essencial entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento. Ocorre, isto sim, uma crise do próprio ordenamento econômico internacional, envolvendo, no mesmo quadro de incoerência e ineficácia, o Norte e o Sul. Sem uma revisão corajosa desse quadro, parece-nos que será difícil encontrar uma solução duradoura para a crise.

Conhecem os Senhores o quanto foi o Brasil atingido pela recessão econômica mundial. Mal saídos dos dois choques do petróleo, afrontamos aguda crise internacional

de liquidez e um aumento substancial das taxas de juros no mercado financeiro mundial. A redução do mercado, nos países desenvolvidos, para as nossas exportações, agrava o problema da dívida externa, dificultando — e por vezes impedindo — a geração de divisas para amortizar os empréstimos contraídos no exterior.

Essas dificuldades não nos têm conduzido ao desânimo. Adotamos, com grandes sacrifícios, medidas necessárias ao reajuste da economia nos planos interno e externo. No setor energético, que tanto pesa sobre o balanço de pagamentos brasileiro, foram obtidos êxitos consideráveis. Mercê de tenaz e bem sucedido trabalho de prospecção e exploração, a produção nacional de petróleo triplicou. Esse notável resultado, associado a amplo programa de conservação e substituição, permitiu reduzir as importações de óleo cru. Merece destaque o programa de produção de álcool carburante, a partir de matéria-prima vegetal. Circulam hoje no Brasil cerca de um milhão de veículos movidos a álcool. Uma proporção cada vez maior da frota nacional de veículos consumirá exclusivamente esse combustível, obtido de fontes domésticas renováveis.

No que tange ao comércio exterior, logramos obter em 1983 — graças a esforço coordenado de promoção das exportações, diminuição de gastos com petróleo e programação das importações — um saldo positivo da ordem de 6 bilhões de dólares na balança comercial. Com base nos resultados alcançados nos primeiros meses do ano em curso, confiamos em que a meta de um superavit da ordem de 9 bilhões de dólares poderá ser atingida e, talvez, superada em 1984.

Paralelamente, a atividade industrial, depois de prolongado período de estagnação, evidencia os primeiros sintomas de recuperação.

Senhores,

O Japão desempenha papel de singular relevo no cenário internacional contemporâneo, graças à importância e ao peso crescente de sua economia e ao prestígio de sua ação diplomática. Os postulados pacifistas, consagrados em sua constituição, exaltam os valores da paz, da estabilidade, da cooperação, do desenvolvimento e do respeito mútuo, que inspiram sua política.

O Brasil é, igualmente, nação de vocação pacífica e universalista. As características de nossa formação histórica dotam o Brasil de pontes naturais para os povos da América, da Europa, da Ásia e da África. Bem conhecem os senhores o sólido vínculo criado, entre o Japão e o Brasil, pela migração. Conta a sociedade brasileira, como parte perfeitamente integrada da sua população, com um importante núcleo humano de sangue japonês. Os filhos, netos e bisnetos de imigrantes nipônicos contribuem em nossos dias, nos mais variados planos da vida nacional, e muitas vezes em posições de relevo, para construir a prosperidade do meu país. Creio desnecessário acentuar o quanto esse laço, de significado tão especial, foi decisivo na aproximação de nossos povos.

Apesar de vivermos hoje momento de crise, desejaria reiterar, perante os dirigentes econômicos do Japão, a disposição que já tive ocasião de expor perante sua Excelência o Primeiro-Ministro. Não podemos permitir que os obstáculos da hora presente obscureçam a visão do futuro. Existem, a nosso ver, amplos espaços adicionais para a cooperação entre o Brasil e o Japão.

Dispomos hoje de excedentes de energia barata que viabilizam indústrias de alto consumo energético: campo novo, aberto à associação de nossas capacidades empresariais. Já existem casos dessa modalidade de colaboração, e acredito que eles poderão multiplicar-se, na medida em que o setor industrial japonês se encaminhe, como é de prever-se, para concentração em áreas de

tecnologia avançada. Dessa forma, contribuiremos para a diversificação do padrão atual do intercâmbio bilateral, que exhibe excessiva concentração de produtos primários, do lado brasileiro, e de bens industrializados, do lado nipônico.

Constitui preocupação justificada e permanente do Japão a garantia de suprimentos constantes de alimentos e matérias-primas. Nessa perspectiva, somamos recursos técnicos e financeiros, brasileiros e japoneses, para a produção e a comercialização de minérios, insumos da indústria metalúrgica e celulose. Iniciaram-se também, com êxito, trabalhos conjuntos no terreno da agricultura. É aí, precisamente, que se descortinam amplos horizontes à colaboração entre nossos países. Apresenta a extensa região do Cerrado brasileiro uma das últimas grandes fronteiras agrícolas do planeta, e seu aproveitamento econômico, graças ao Programa do Desenvolvimento dos Cerrados, é meta prioritária do Governo brasileiro. Antevemos, a partir daí, a possibilidade da criação de um fluxo expressivo de cargas marítimas entre o Sudoeste da América do Sul e o Japão. No que diz respeito à parte brasileira, já foram tomadas providências iniciais conducentes à organização dos transportes de grãos do interior para o litoral do País.

A formalização, no quadro desta minha visita oficial, de um instrumento de estímulo e ordenamento da cooperação científica e tecnológica enriquecerá qualitativamente as relações nipo-brasileiras. Acreditamos que as iniciativas nesse terreno desempenharão papel relevante na formação de um quadro de ações associativas, a que se deverá estender à informática.

Distingo nesses fatos indício alvissareiro de que a amizade entre nossos países continua a frutificar em empreendimentos novos. Em meio às circunstâncias difíceis do presente, temos fomentado nosso intercâmbio e transformado suas promessas em realidades concretas.

Agradeço a homenagem que me é prestada pelas organizações económicas do Japão, recebendo-a como preito de amizade ao meu país.

Peço a todos os presentes que ergam suas taças num brinde à prosperidade dos nossos países e ao constante estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre o Brasil e o Japão.

presidente figueiredo diz que brasil e japão continuam próximos pela vontade de sua gente e de seus governos

Brinde do Presidente João Figueiredo, em Tóquio, em 25 de maio de 1984, por ocasião do banquete de retribuição que ofereceu às autoridades do Governo japonês.

Agradeço a hospitalidade com que fui honrado nessa visita oficial ao Japão. Considero as numerosas e tocantes expressões de simpatia com que fui distinguido como homenagem ao meu país e reafirmação do ânimo fraterno, que inspira a Nação japonesa em relação à Nação brasileira.

Retorno ao meu país com a convicção de que fizemos algo em benefício dos nossos Povos e de que contribuimos para a causa universal do bom entendimento e da paz. Brasil e Japão, distantes do plano geográfico, continuam próximos pela vontade de sua gente e de seus Governos. Assiná-lo, com satisfação, o grande número de pontos de convergência identificados durante as proveitosas conversações que mantive com Sua Excelência o Primeiro-Ministro Yasuhiro Nakasone. A conclusão, no decurso desta visita, de compromissos referentes à cooperação nipo-brasileira, nos domínios do comércio, da agricul-

tura e da pesquisa científica e tecnológica espelha a amplitude do nosso relacionamento, e exprime o desígnio comum de continuarmos conjugando esforços para a realização de empreendimentos mutuamente benéficos.

Desejo que a minha visita seja compreendida como significativa do propósito do Brasil de manter as melhores relações com o Povo e o Governo do Japão.

Convido a todos que me acompanhem e ergam suas taças à prosperidade do Japão, à saúde e felicidade pessoal do Primeiro-Ministro Nakasone e demais dirigentes japoneses e ao perene estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre os nossos povos. Com o mesmo espírito peço a todos que se juntem a mim num brinde a Sua Majestade o Imperador do Japão.

comunicado conjunto relata os entendimentos do presidente figueiredo no japão

Comunicado Conjunto de imprensa Brasil—Japão, emitido em Tóquio, em 27 de maio de 1984, ao final da visita do Presidente João Figueiredo àquele País.

Suas Excelências o Presidente da República Federativa do Brasil e a Senhora João Figueiredo realizaram visita oficial ao Japão de 23 a 27 de maio de 1984.

O Presidente se fez acompanhar por sua Excelência o Senhor Ramiro Saraiva Guer-

reiro, Ministro das Relações Exteriores., Sua Excelência o Senhor Nestor Jost, Ministro da Agricultura; Sua Excelência o General-de-Brigada Ruben Carlos Ludwig, Ministro de Estado e Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República; Sua Excelência o Doutor Delfim Netto, Ministro de Es-

tado e Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e por outras altas autoridades do Governo da República Federativa do Brasil.

O Presidente da República Federativa do Brasil e a Senhora Figueiredo visitaram sua Majestade o Imperador do Japão no dia 24 de maio e participaram, na mesma data, de um banquete imperial oferecido por sua Majestade o Imperador do Japão.

O Presidente Figueiredo e o Primeiro-Ministro Nakasone mantiveram conversações no dia 24 de maio em uma atmosfera amistosa e cordial.

O Presidente e o Primeiro-Ministro trocaram impressões sobre vários temas de interesse mútuo relativos a questões internacionais económicas e políticas. Consagrando especial atenção à situação na América Latina e Ásia, os dois Chefes de Governo discutiram também o estado atual e o desenvolvimento futuro das relações entre o Brasil e o Japão.

Registraram, com satisfação, que a visita do Presidente ao Japão fortaleceu ainda mais as relações tradicionalmente amistosas e cooperativas entre os dois países, Sua Excelência o Senhor Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores, que acompanhou o Presidente durante sua visita ao Japão, manteve conversações e realizou uma frutífera troca de idéias com Sua Excelência o Senhor Shintaro Abe, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Outros Ministros brasileiros mantiveram também conversações individuais com os seus homólogos japoneses e realizaram fecunda troca de idéias.

Os dois Chefes de Governo, referindo-se à situação continuamente tensa na América Central, manifestaram, em elevado grau, seu apreço pelos esforços envidados pelos

países da região, em particular por aqueles do Grupo de Contadora, em favor de uma solução pacífica, e registraram que os países fora da região deveriam apoiar a iniciativa do Grupo.

Os dois Chefes de Governo elogiaram o papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas na harmonização das ações das nações e na garantia da paz e segurança internacionais. Expressaram a intenção de fortalecer ainda mais a estreita cooperação que os dois países têm tradicionalmente mantido no âmbito das várias agências das Nações Unidas. Os dois Chefes de Governo manifestaram grave preocupação com a tendência à intensificação da corrida armamentista e com o fato de que as negociações sobre desarmamento nuclear entre os EUA e a URSS, as negociações INFESTART, permanecem interrompidas ou indefinidamente suspensas. Expressaram enfaticamente o desejo de que essas negociações sejam retomadas o mais proximamente possível. Os dois Chefes de Governo deixaram claro que os dois países estão determinados a continuar a desenvolver esforços em prol do desarmamento geral, sob controle internacional eficaz.

Os dois Chefes de Governo registraram com preocupação, que o problema da dívida acumulada dos países em desenvolvimento, especialmente os países da América Latina, prejudica o desenvolvimento económico e social desses países e causa severas dificuldades a seus povos, e que este problema também impede que o comércio e as finanças internacionais se desenvolvam ordenadamente. Referindo-se à Declaração de Quito, adotada em janeiro de 1984, pela Conferência Económica Latino-Americana, o Presidente expressou sua confiança em que a reunião de cúpula de Londres, prevista para o próximo mês de junho, conceda suficiente atenção às dificuldades encontradas pelos países em desenvolvimento, especialmente os países da América Latina, com vistas ao encontro de soluções urgentes para os problemas por eles enfrentados.

Nesse contexto, o Presidente colocou especial ênfase nas graves repercussões das altas taxas de juros, ora prevalentes em certos países desenvolvidos, as quais aumentam continuamente o peso da dívida dos países em desenvolvimento e neutralizam, em larga medida, os resultados dos seus esforços de ajustamento. Referiu-se à declaração sobre o assunto, adotada pelos presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e México, em 19 de maio do ano em curso. O Primeiro-Ministro declarou que participaria da reunião de cúpula de Londres, levando em conta as observações do Presidente e acrescentou que, com vistas a uma pronta solução do problema, seria importante que os países devedores prosseguissem em seus esforços no sentido de garantir a administração equilibrada de suas economias; que os países credores e devedores cooperassem, e que os países do Norte e do Sul deveriam harmonizar suas respectivas posições, reconhecendo a existência de uma situação de interdependência. Os dois Chefes de Governo enfatizaram a necessidade de fazer recuar a onda de protecionismo que afeta o comércio internacional, a fim de vencer as dificuldades que ora confrontam o comércio internacional, e reafirmaram a convicção de que no campo da política comercial dever-se-ia levar em conta a situação especial dos países em desenvolvimento. Os dois Chefes de Governo declararam que era chegado o momento de concentrar máximos esforços no desenvolvimento de um sistema de comércio aberto e multilateral. Desse ponto de vista, o Primeiro-Ministro explicou sua opinião de que era importante apressar os preparativos para a realização de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais. Nesse contexto, o Presidente e o Primeiro-Ministro concordaram na importância da implementação do Programa de Trabalho do GATT. O Presidente declarou que as áreas do Programa de Trabalho envolvendo temas de interesse particular para os países em desenvolvimento deveriam merecer especial atenção, e reiterou o compromisso do Brasil com a posição recentemente expressada pelos países em desenvolvimento membros

do GATT. O Presidente acrescentou que o lado brasileiro estava pronto a continuar a troca de opiniões sobre esses assuntos.

Os dois Chefes de Governo expressaram satisfação com o fato de que as relações tradicionalmente amistosas entre o Brasil e o Japão vêm sendo estreitadas nos últimos anos e que o intercâmbio entre os governos e povos dos dois países se havia diversificado e estendido a várias áreas. Notando que tem sido de grande significado para ambas as partes que freqüentes consultas, especialmente sobre temas econômicos e políticos internacionais, assim como sobre as relações bilaterais, vêm sendo mantidas em vários níveis entre os dois Governos. Os dois Chefes de Governo reconheceram conjuntamente que a cooperação e o entendimento recíprocos entre os dois países deveriam ser aprofundados por intermédio de tais consultas.

Os dois Chefes de Governo trocaram impressões sobre o progresso dos grandes projetos de cooperação entre o Brasil e o Japão, tais como Usiminas, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Albras — Alunorte, Cenibra, Flonibra e outros projetos, tais como o Projeto de Carajás, que está sendo desenvolvido com o apoio de empréstimos do Japão. Os dois Chefes de Governo registraram com satisfação que a Companhia Siderúrgica de Tubarão iniciou recentemente com êxito suas operações com a cooperação de agências interessadas em ambos os países. O Presidente assinalou que o Governo brasileiro continuaria a emprestar pleno apoio a esses projetos. O Presidente informou o Primeiro-Ministro de que o início da operação do primeiro estágio do Projeto Albras — Alunorte, em Belém, Estado do Pará, estava previsto para 1985 e de que a obra o segundo estágio começaria no mesmo ano, conforme previsto, referindo-se ao Projeto Carajás, que está sendo financiado com empréstimos japoneses, o Presidente assinalou também que o projeto deverá estimular o desenvolvimento global da região de Carajás. O Presidente se referiu à extrema importância que atribuía ao projeto

Grande Carajás, os dois Chefes de Governo recordaram, nesse âmbito, o papel importante que a cooperação técnica japonesa estava desempenhando nos estudos básicos relativos ao desenvolvimento global da área de Carajás.

Em face das grandes distâncias envolvidas, os dois Chefes de Governo trocaram impressões sobre o chamado projeto do "Porto Asiático", que visa a aumentar drasticamente a capacidade de transporte de matérias-primas e alimentos de países sul-americanos, especialmente o Brasil, para a região do oriente da Ásia e reduzir os custos de transporte. Ambos os Chefes de Governo reafirmaram a intenção de prosseguir com estreitas consultas, com vistas à implementação dos estudos necessários.

No que respeita à cooperação no domínio da agricultura, os dois Chefes de Governo expressaram satisfação com o fato de que o projeto piloto do programa de desenvolvimento do cerrado (PRODECER), na ampla região do cerrado, no Centro-Oeste do Brasil, alcançou grande êxito graças à cooperação entre os dois Governos, instituições e setores empresariais interessados nos dois países. O Presidente assinalou o alto valor atribuído à cooperação estendida pelo Japão para a implementação da primeira fase do PRODECER.

Quanto à expansão do programa de cooperação (PRODECER II), o Primeiro-Ministro propôs que os lados brasileiro e japonês assumissem participações equivalentes do valor do custo total de implementação, estimado em 70 bilhões de ienes para uma área não superior a cento e cinquenta mil hectares, e declarou que o Governo japonês tinha a intenção de tomar as providências necessárias à concessão de empréstimos até o montante de 27,9 bilhões de ienes, por parte das agências japonesas apropriadas, desde que os bancos privados participassem do financiamento do programa na proporção necessária. O Presidente declarou que o Governo brasileiro tomaria igualmente as me-

das necessárias para assegurar a implementação ordenada do Programa.

Os dois Chefes de Governo registraram com satisfação que a negociação de um contrato de empréstimo no montante de 12 bilhões de ienes, destinado ao financiamento de um programa brasileiro de irrigação (PROFIR) havia alcançado o estágio final.

Os dois Chefes de Governo reconheceram conjuntamente a importância de manter, expandir e diversificar o comércio bilateral, para benefício das duas partes. No que diz respeito ao volume do intercâmbio, notaram que esforços deveriam ser envidados no sentido de aumentar as exportações e as importações entre os dois países. No tocante à estrutura do comércio, tendo em mente que a participação de produtos manufaturados nas exportações brasileiras para o Japão vem crescendo, confirmaram que deveriam esforçar-se por estimular essa tendência.

O Presidente explicou as dificuldades econômicas, inclusive o problema de dívida, que o Brasil, juntamente com outros países em desenvolvimento, estava enfrentando agora, bem como os esforços que o Governo e o povo brasileiro estavam fazendo para superar aquelas dificuldades. Assinalou também que, em larga medida, essas dificuldades eram devidas a fatores além do controle do Brasil, inclusive a alta sem precedentes das taxas de juros. O Presidente manifestou seu apreço pelo apoio que os bancos privados japoneses haviam concedido ao Brasil e pelas medidas de apoio financeiro que o Governo japonês está para tomar no âmbito do Clube de Paris.

O Primeiro Ministro assinalou que o Governo do Japão, levando em conta vários fatores, entre os quais as relações tradicionalmente amistosas entre os dois países, pretende conceder ao Brasil créditos à exportação até aproximadamente 100 milhões de dólares norte-americanos.

O Primeiro-Ministro explicou que o valor agregado que o total de tais empréstimos,

como os referidos créditos à exportação, além de empréstimos o valor aproximado de 120 milhões de dólares norte-americanos para o PRODECER II, empréstimos em ienes de cerca de 50 milhões de dólares norte-americanos para o PROFIR e outros, juntamente com o montante das medidas de apoio financeiro no âmbito do Clube de Paris, excedia amplamente a cifra de 700 milhões de dólares norte-americanos. O Presidente tomou nota dessa explicação com grande satisfação.

O lado japonês enfatizou que o Governo brasileiro deveria conceder consideração adequada ao pagamento desses novos empréstimos e de outros existentes.

Os dois Chefes de Governo manifestaram satisfação com o fato de que a cooperação técnica de alto nível em extensas áreas entre os dois países vem progredindo continuamente. Destacaram, entre outras iniciativas importantes, o projeto de cooperação sobre imunopatologia na Universidade Pernambuco, que se iniciou recentemente, e conversações em andamento sobre o projeto do Centro Vocacional de Treinamento no Estado do Espírito Santo. Os dois Chefes de Governo expressaram suas decisões de continuar a promover ativamente a cooperação técnica entre os dois países.

Os dois Chefes de Governo exprimiram sua satisfação com o fato de que a cooperação entre os dois países na área da ciência e tecnologia tem-se intensificado crescentemente. Saudaram calorosamente a assinatura do acordo de cooperação científica e tecnológica por ocasião da visita do Presidente, o qual proporcionará o quadro institucional para novas e mais amplas atividades nesse campo.

Aceitando o convite do Governo do Japão, o Presidente anunciou a intenção do Governo do Brasil de participar oficialmente da exposição internacional de Tsukuba, no Japão, em 1985, a iniciar-se em março, tendo o Primeiro-Ministro manifestado sua

satisfação com tal decisão. Considerando que vários simpósios científicos já se realizaram por iniciativa de cientistas de ambos os países e que tais simpósios contribuíram substancialmente para a promoção do intercâmbio entre os círculos científicos dos dois países, os dois Chefes de Governo exprimiram a sua esperança de que sejam adotadas as medidas necessárias para assegurar o êxito do simpósio nipo-brasileiro sobre ciência e tecnologia, a realizar-se em agosto de 1984.

Em vista da importância do turismo para estimular o conhecimento recíproco entre as duas nações, os dois Chefes de Governo alcançaram o mútuo reconhecimento da conveniência de um aumento da capacidade de transporte aéreo e do estabelecimento de tarifas aéreas promocionais.

Os dois Chefes de Governo expressaram satisfação com o fato de que vários programas de intercâmbio de jovens vem sendo desenvolvidos entre os dois países. O Primeiro-Ministro propôs que um intercâmbio de cem jovens líderes dos dois países, responsáveis pelo futuro, tenha lugar, com vistas a estreitar ainda mais, no futuro, os laços existentes entre os dois países e povos, e declarou que o Japão dispunha-se a receber em 1984 cinqüenta jovens líderes brasileiros mediante a cooperação de círculos oficiais e privados. O Presidente acolheu a proposta e declarou que o Governo brasileiro estaria pronto a receber jovens líderes japoneses.

Os dois Chefes de Governo expressaram sua intenção de aprofundar o intercâmbio cultural entre os dois países e de materializar eventos culturais significativos em cada país, no futuro próximo.

O Presidente lembrou que o Brasil tem recebido imigrantes japoneses por mais de três quartos do século XX, e que os imigrantes japoneses e seus descendentes têm prestado importantes contribuições para o desenvolvimento do Brasil. O Primeiro-

Ministro recebeu esta declaração do Presidente com profunda satisfação. Os dois Chefes de Governo expressaram sua confiança em que o intercâmbio humano entre os dois países seria expandido no futuro.

Os dois Chefes de Governo manifestaram alta apreciação pelo fato de que os círculos empresariais de cada parte estão desempenhando um papel proeminente na promoção do intercâmbio económico bilateral, e notaram com satisfação que a cooperação entre os círculos empresariais dos dois países foi recentemente aprofundada e que a

Terceira Reunião do Comité Empresarial Brasil—Japão foi realizada por ocasião da visita presidencial.

O Presidente convidou o Primeiro-Ministro a visitar o Brasil. O convite foi aceito com prazer.

O Presidente expressou seu reconhecimento pela hospitalidade calorosa e cordial recebida por ele, pela Senhora Figueiredo e pela comitiva durante a visita ao Japão, por parte de Sua Majestade o Imperador, o Governo e o Povo do Japão *

* Na seção Tratados, Acordos, Convínios, página 119, o texto do Ajuste para implementação do projeto "Reestruturação, reequipamento e desenvolvimento do núcleo interdepartamental de imunopatologia do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal de Pernambuco" e, na página 143, uma informação sobre o Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia entre o Brasil e o Japão, assinados em Tóquio, por ocasião da visita do Presidente João Figueiredo àquele País.

figueiredo, em pequim, destaca as faixas de convergência entre brasil e china

Discursos dos Presidentes da República Popular da China, Li Xiannian (tradução não-oficial), e do Brasil, João Figueiredo, no Grande Palácio do Povo, em Pequim, em 28 de maio de 1984, por ocasião de banquete oferecido pelo Presidente chinês ao Presidente brasileiro.

PRESIDENTE LI XIANNIAN

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhora João Figueiredo, Prezados ilustres hóspedes brasileiros:

Em cerca de dois séculos de intercâmbio entre a China e o Brasil, Vossa Excelência é o primeiro Presidente do Brasil a visitar a China. Esta visita, por isso, constitui um importante acontecimento na história das relações sino-brasileiras. Permitam-me, Vossa Excelência o Senhor Presidente e a Senhora, e distinguidos hóspedes, em nome do Governo e do povo da China e no meu próprio, dar-lhes calorosas boas-vindas fazer chegar, mediante vocês, ao grande povo do Brasil, nossas cordiais saudações.

Nossos dois países, embora separados pela enorme distância geográfica, não se estranham entre si, mas sim, se conhecem excepcionalmente com o desfrute respectivo da grande extensão territorial, da abundância de recursos e dos rios, Amazonas e Yangzi,

que correm caudalosa e incessantemente. O povo brasileiro, audacioso em criação e exploração, fez de seu próprio país, por seu trabalho diligente durante longo período, um grande país com uma base poderosa de economia e imenso potencial de desenvolvimento, o que granjeou o apreço da sociedade internacional. O Brasil, ao aplicar a política externa de "paz e desenvolvimento", opõe-se à política de força, sustenta os princípios de autodeterminação de todos os povos e de não ingerência, reivindica a reforma das injustas relações econômicas internacionais, desempenhando um papel cada vez mais relevante nos assuntos internacionais. Desejamos sinceramente que o povo brasileiro obtenha ainda maiores êxitos no caminho de avanço.

A China e o Brasil pertencem igualmente ao Terceiro Mundo. É fortalecer a unidade e cooperação com os países do Terceiro Mundo o ponto de apoio fundamental da política exterior de nosso país. Estamos dispostos a lutar, juntamente com o Brasil e os

demais países do Terceiro Mundo, pela salvaguarda da paz mundial, pela impulsão do diálogo Norte-Sul, pela promoção da cooperação Sul-Sul, e pelo estabelecimento de uma nova, justa e eqüitativa ordem económica internacional. Estamos convencidos, profundamente, de que poderemos dar contribuições para salvaguardar a paz mundial, para proteger os direitos e interesses económicos do Terceiro Mundo e promover o seu desenvolvimento conjunto, desde que nós, os países do Terceiro Mundo, intensifiquemos nossa unidade e cooperação.

É este ano o décimo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Brasil. Durante esses dez anos, como respeitamo-nos reciprocamente e convivemos em amizade, os intercâmbios bilaterais aumentaram de modo gradual, o nosso entendimento mútuo aprofundou-se constantemente.. e registrou-se um desenvolvimento satisfatório em diversos campos de nossa cooperação. Não há, entre nós, conflito de interesses fundamentais, nossos pontos de vista quanto a muitos problemas internacionais são idênticos ou semelhantes. Especialmente, os nossos dois povos empenham-se energicamente na edificação dos seus próprios países, contando com melhores condições objetivas e amplo horizonte no desenvolvimento de sua cooperação económica e científica. O Governo eo povo chineses atribuem suma importância à relação amistosa com o Brasil. Estamos dispostos a levar, juntamente com o Governo e o povo brasileiros, as relações de amizade e cooperação entre os dois países até uma nova altura na próxima dezena de anos. A visita de Vossa Excelência contribuirá, sem a menor dúvida, para o desenvolvimento ainda maior das relações de amizade e cooperação entre a China e o Brasil.

Concluindo, faço sinceros votos para que a visita de Vossa Excelência e Senhora tenha pleno êxito.

Agora, proponho um brinde.

Pela prosperidade do Brasil e felicidade do povo brasileiro,

Pelo desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre a China e o Brasil.

À saúde de Vossa Excelência e Senhora,

À saúde de todos os ilustres hóspedes brasileiros,

Saúde!

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

É esta ocasião especialmente adequada para que manifeste, em meu próprio nome, no de minha mulher e no da comitiva brasileira, o profundo sentimento de gratidão pela acolhida excepcional que nos foi dispensada nesta visita à República Popular da China.

A China, pela importância e irradiação de sua cultura, sempre exerceu fascínio sobre as nações americanas. A proverbial sabedoria do povo chinês, seu sentido de realidade, os tesouros de conhecimento humano e científico aqui acumulados no transcurso dos séculos, o esforço de modernização da sociedade e da economia chinesa atraem o respeito e admiração do povo brasileiro.

A abertura de amplos e insuspeitados horizontes de modernidade no seio de uma civilização cujas raízes se perdem na noite dos tempos tem particular significado para nações como o Brasil. Embora jovens em perspectiva histórica, enfrentamos também o desafio de decidir, com autonomia e independência, os rumos de nosso futuro, em busca de paz e prosperidade.

Senhor Presidente,

A distância geográfica e o fato de nossos países pertencerem a distintas matrizes culturais poderiam erigir-se em obstáculos intransponíveis ao entendimento entre os Governos e os povos do Brasil e da China. Felizmente tal não ocorre.

Já no século passado, quando o Brasil e a China ainda eram monarquias, nossos países mantinham amistoso relacionamento, refletido inclusive em tratado de amizade, navegação e comércio, hoje mais que centenário.

Presentemente, as relações entre a China e o Brasil se desenvolvem agilmente e se baseiam em convergências no plano mais alto da política internacional, bem como em projetos e realizações bilaterais de caráter econômico-comercial, de cooperação científico-tecnológica e de intercâmbio cultural.

Quero crer, Senhor Presidente, que o ano de 1984 é, a este respeito, de alto valor simbólico. Assinala um decênio de normal e profícuo relacionamento diplomático e está marcado, no histórico das vinculações bilaterais, pela primeira visita de um Presidente brasileiro à hospitaleira terra chinesa. É esta, com efeito, Senhor Presidente, a primeira visita de um Chefe de Estado e de Governo do Brasil não apenas à China, mas à Ásia continental.

Senhor Presidente,

A China e o Brasil inauguraram, nos últimos dez anos, a trilha da cooperação bilateral. Este caminho abre-se em numerosas perspectivas, à nossa iniciativa. Cabe-nos explorar as faixas de convergência e as afinidades existentes entre os nossos povos.

O Brasil e a China, os dois mais extensos países em desenvolvimento, desejam assegurar, em grau máximo, a cooperação bilateral possível. Para tanto, requer-se a estrita observância dos princípios da autodeterminação e da não-interferência em assuntos internos e, bem assim, a plena aceitação das diferenças existentes na comunidade internacional, composta de países dotados de sistemas sociais diversos. Com base nestes princípios, que partilham, Brasil e China estão ademais preparados para desempenhar o papel que lhes cabe no fortalecimento da paz e da segurança internacional.

Em certo sentido, chineses e brasileiros visam ao mesmo objetivo: alcançar, pelo esforço próprio, e com o suplementar apoio da comunidade das nações, novos e mais aperfeiçoados patamares de modernização econômica e desenvolvimento social.

Senhor Presidente,

Num mundo em crise, o Brasil está entre os países que rechaçam a fatalidade da estagnação e não se conformam com as atitudes passivas ou reflexas. Pensamos que a crise pode e deve ser vencida.

Acreditamos na necessidade da construção de nova ordem econômica internacional e reconhecemos que, a par de um diálogo franco e eficientemente conduzido com os países do Norte, é essencial a cooperação entre os países do Sul.

Preocupa-nos a deterioração do ambiente político internacional. Os antagonismos globais multiplicam-se, enquanto as crises locais e regionais são atreladas à engrenagem da competição entre superpotências, que se desenvolve em detrimento e prejuízo dos países do Terceiro Mundo. Esta competição revela-se de forma particularmente aguda na corrida armamentista nuclear e na política de poder, cujos desdobramentos mais intensos são hoje sentidos no Sudeste Asiático, no Campuchéia, no Oriente Médio, no Afeganistão, na África Austral e na América Central.

Diante de tão grave quadro, a cooperação internacional, fundada necessariamente na vontade soberana das partes, é um dever imposto à comunidade das nações. Tal cooperação não pode prestar-se para abrir caminho às pretensões de domínio ou hegemonia. Ao contrário, deve servir para fortalecer as regras de boa convivência e de respeito mútuo, o mais sólido alicerce de relações internacionais saudáveis.

Senhor Presidente,

A principal questão, hoje, de nosso relacionamento é, sem dúvida, a de saber o que

devem fazer países como o Brasil e a China para reforçar os vínculos existentes.

Creio que a resposta a essa indagação não é teórica nem retórica. É prática, concreta e fundamentalmente construtiva. A resposta está nas ações e, no caso, as ações falam por si mesmas: muitas iniciativas, progressivamente concertadas, alcançaram seu pleno sentido aqui, em Pequim, durante minha estada. Minha visita deixa um saldo apreciável de acordos entre nossos países, nos mais

variados campos: económico, comercial, científico e de cooperação tecnológica. Brasil e China consolidaram, nesses dias, pelo diálogo e pelas realizações concretas, as áreas de convergência e ampla faixa de afinidades que nos unem.

Permita-me, Senhor Presidente, convidar todos os presentes a erguerem um brinde pela saúde de Vossa Excelência e da Senhora Li Xiannian, bem como pela prosperidade crescente do povo chinês.

relações sino-brasileiras tornaram-se mais densas nos últimos dez anos

Brindes dos Presidentes João Figueiredo e Li Xiannian (tradução não-oficial), em Pequim, em 29 de maio de 1984, por ocasião de jantar de retribuição oferecido pelo Presidente brasileiro ao Presidente da República Popular da China.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

Muito agradeço a honrosa presença de Vossa Excelência e da Senhora Li Xiannian, assim como a dos demais convidados. Permita-me Vossa Excelência renovar a expressão de nossos mais vivos agradecimentos pelos gestos de delicadeza e atenção com os quais fomos cumulados no decorrer desta viagem.

A primeira visita de um Presidente da República Federativa do Brasil à República Popular da China revela o nível a que nossos países lograram elevar suas relações. Significa, ainda, nossa disposição de expandir e aprofundar nossos entendimentos, em benefício de brasileiros e chineses.

O aproveitamento de oportunidades de caráter econômico-comercial e científico-tecnológico tem sido realizado, com dedicação e criatividade, pelos Governos de Brasília e de Pequim, pelos responsáveis pela

gestão económica e pelas respectivas comunidades científicas.

Como resultado concreto, as relações sino-brasileiras se tornaram consideravelmente mais densas, no decurso dos últimos dez anos, e prometem novos frutos em tempo possível.

Embora separados por enorme distância geográfica, nossos países têm sabido vencer os mais variados obstáculos e estabeleceram, pelo denodo de seus nacionais, vínculos de sólida amizade.

Senhor Presidente,

Os interesses comuns, embora dotados de força própria, poderão ser ampliados à medida em que forem identificadas novas convergências de pontos de vista de nossos países com respeito a temas de política internacional.

O Brasil aprecia o maduro desempenho e o **perfil próprio que a China ostenta nas Na-**

ções Unidas. A busca da paz, o respeito à independência, soberania e autodeterminação de todos os países, à igualdade jurídica dos membros da comunidade das nações e o rechaço de toda e qualquer política hegemônica de força são ideais que nossos países compartilham.

O Brasil considera que a paz e o desenvolvimento, aspirações máximas do Terceiro Mundo, só podem ser plenamente assegurados na medida em que problemas angustiantes e decisivos para o futuro da espécie sejam racionalmente equacionados e que se passe, sem demora, do equacionamento para medidas de caráter prático.

Nesse contexto, Senhor Presidente, as atuações chinesa e brasileira apresentam muitos pontos em comum e avaliações que se harmonizam: seja no que se refere a aspectos importantes da problemática do desarmamento, seja no que se refere aos temas não menos importantes da reforma da ordem econômica mundial, do diálogo Norte-Sul e da necessidade de reverter a tendência de flagrante deterioração do ambiente político internacional, causada pelos antagonismos entre as superpotências. Preocupa-nos, igualmente, o transplante daqueles antagonismos para cenários regionais, tendência esta conducente à exacerbação de crises locais, em prejuízo do sistema político mundial e sobretudo da trajetória autônoma dos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

As relações entre Brasília e Pequim fundam-se no aproveitamento das potencialidades da cooperação bilateral e em significativa faixa de percepções similares a respeito de vários dos mais importantes tópicos da grande agenda política internacional. Essas coincidências permitem antever, estou convencido, futuro satisfatório para o relacionamento sino-brasileiro.

Convido todos os presentes a erguerem um brinde à saúde de Vossa Excelência e da Senhora Li Xiannian, ao constante fortale-

cimento da amizade sino-brasileira e ao desenvolvimento e permanente prosperidade da generosa nação chinesa.

PRESIDENTE LI XIANNIAN

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhora João Figueiredo
Estimados hóspedes brasileiros,
Amigos e camaradas:

É para nós, convidados, motivo de enorme prazer poder comparecer ao solene banquete de despedida de Vossas Excelências, o Senhor Presidente e a Senhora, na véspera do término desta sua visita exitosa ao nosso país. Gostaríamos de manifestar os nossos sinceros agradecimentos pelas palavras de calor e amizade que agora mesmo Vossa Excelência acabou de proferir.

O curto espaço de tempo da visita de Vossa Excelência não impediu que esta resultasse em sucessos significativos. Nestes dois dias, Vossa Excelência teve cordiais entrevistas com o Secretário-Geral do PCCh Hu Yaobang, o Presidente da Comissão Central de Assessoramento do PCCh Deng Xiaoping e comigo, e manteve conversações amistosas com o Primeiro-Ministro Zhao Ziyang, trocando de maneira suficiente as opiniões sobre as relações bilaterais e as questões internacionais de interesse comum. Nós, ambas as partes, temos o mesmo desejo de fortalecer ainda mais as nossas relações e compartilhamos os pontos de vista comuns ou semelhantes referentes a muitos importantes problemas atuais no campo internacional. Tal como Vossa Excelência indicou, no pronunciamento feito antes da visita ao nosso país, o Brasil e a China, apesar da distância geográfica e da diferença de sistema social-econômico, apresentam várias características comuns, e as relações entre os dois países se desenvolvem de forma harmônica. Hoje, foram assinados entre nós o ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Sino-Brasileiro, o protocolo da cooperação científica e tecnológica, o ajuste da cooperação no campo das ciências puras e aplicadas, o pro-

tolocó adicional ao Acordo Comercial entre a China e o Brasil e o memorando de entendimento sobre a cooperação na utilização pacífica da energia nuclear, assentando assim uma base mais sólida para a ulterior cooperação e intercâmbio bilaterais nos referidos domínios. A visita de Vossa Excelência fortalecerá plenamente a amizade entre a China e o Brasil e dará suas contribuições importantes para o fortalecimento e a ampliação do relacionamento de cooperação amistosa entre os dois países.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ilustres hóspedes,

A América Latina, como uma importante parte integrante do Terceiro Mundo, constitui uma força dinâmica no cenário internacional. Para defender os direitos e interesses dos países em vias de desenvolvimento, transformar a injusta ordem da economia internacional e atenuar a tensão da situação internacional, os países latino-americanos apresentaram muitas propostas e iniciativas, dando contribuições positivas para a manutenção da paz mundial e da justiça internacional. A China preza muito a unidade e a cooperação com os países da América Latina, e os apoia, com toda a firmeza, na sua justa luta em defesa da independência nacional, pela salvaguarda da soberania nacional e pelo desenvolvimento da economia nacional. Ultimamente, Vossa Excelência e os Presidentes da Argentina, da Colômbia e do México lançaram uma declaração conjunta em que expressaram suas profundas preocupações quanto à incessante alta das

taxas de juros dos bancos mundiais de comércio e à intensificação cada vez maior do protecionismo comercial, reivindicaram condições mais folgadas nos empréstimos e dilatação do prazo de sua devolução a diminuição das taxas de juros, o aumento das exportações para os países credores e promoção da transferência do capital para os países devedores. Estamos convencidos que a voz da justiça dos países latino-americanos ganhará apoio cada vez mais amplo da comunidade internacional.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ilustres hóspedes,

Agradeço nos terem trazido os sentimentos de amizade do povo irmão brasileiro para com o povo chinês. No momento em que os Senhores estão prestes a partir para o regresso ao seu país, faço-lhes votos de boa viagem e peço que transmitam os melhores votos do povo chinês ao povo brasileiro.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças.

Ao pleno êxito da visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente.

Ao desenvolvimento constante da amizade e da cooperação entre a China e o Brasil.

À saúde de Vossas Excelências, Senhor Presidente e Senhora, e dos demais distintos hóspedes,

Saúde!*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 124, os textos dos Acordos entre o Brasil e a China, assinado* em Pequim por ocasião da visita do Presidente João Figueiredo àquele País.

presidente do peru, fernando belaúnde terry, visita o brasil

Discurso do Presidente João Figueiredo,
no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 18 de junho
de 1984, por ocasião de jantar que ofereceu ao
Presidente do Peru, Fernando Belaúnde Terry.

Senhor Presidente,

Ao dar as boas-vindas a Vossa Excelência e à sua ilustre comitiva, desejo expressar a profunda satisfação com que acolhemos o Presidente da República do Peru.

A presença de Vossa Excelência em Brasília reafirma nossa disposição de dar continuidade ao processo de aproximação e troca de experiências entre o Peru e o Brasil.

Relembro com carinho minha visita a Lima, em 1981. Naqueles dias, fui objeto de calorosas demonstrações de hospitalidade. Tive em Vossa Excelência um interlocutor receptivo e aberto, confiante no potencial das relações entre nossos países.

Desde então, aumentou muito o nosso intercâmbio, aproximaram-se ainda mais nossos interesses. Novos e graves problemas da conjuntura internacional exigiram de nossos Governos atenção e ações que os identificam ainda mais em seus esforços e objetivos.

Senhor Presidente,

As variadas manifestações do espírito peruano refletem a riqueza e a multiplicidade das raízes de sua cultura, fruto da fusão de elementos incaicos e hispânicos. A literatura peruana encontra no Brasil um público entusiasta, que aprecia o valor universal de suas grandes obras.

Além dos laços culturais, ligam-nos a consciência de nosso compromisso com o desenvolvimento, a identidade de princípios e a semelhança de interesses na convivência regional e internacional.

Vossa Excelência tem sido um dos mais entusiastas promotores do esforço de aproximação entre nossos povos. Sua vivência pessoal dos problemas da Amazônia e suas iniciativas de integração física despertam atenção e interesse no Brasil. A Rodovia Marginal da Selva, que os peruanos devem à lúcida iniciativa de Vossa Excelência, exprime a similaridade de nossas preocupações e a promoção de iniciativas concretas de integração regional, que em muito beneficiam as populações amazônicas.

Senhor Presidente,

A coincidência de nossos interesses encoraja-me a expor a Vossa Excelência algumas reflexões acerca da atualidade internacional.

A virulência dos conflitos regionais e a desaceleração dos processos de desenvolvimento são os traços mais dolorosos do quadro de confrontação e instabilidade que caracteriza o mundo de hoje. Povos que há décadas procuram levar adiante projetos de desenvolvimento são indistintamente afetados pelo flagelo da recessão ou de conflitos armados.

A América Latina está longe de permanecer imune a esse processo.

A América Central atravessa uma crise que bem demonstra a dupla vertente política e econômica dos entraves à paz. As origens da crise são de natureza estrutural, fundadas na história da sub-região. A transposição de elementos ideológicos do confronto Leste-Oeste, porém, acentua e aprofunda a crise, eleva o potencial de conflito, e constitui um dos mais sérios obstáculos a que se alcancem soluções negociadas.

A vocação pacifista e negociadora da América Latina produziu considerável esforço político para a solução dos problemas centro-americanos, expresso na iniciativa de Contadora. Muito têm feito os países integrantes desse Grupo. A eles e aos avanços que inegavelmente têm conseguido emprestou sempre o Brasil o seu maior apoio e incentivo.

Não basta, contudo, o encorajamento da comunidade internacional. É preciso que as partes envolvidas, direta ou indiretamente, façam esforços mais concretos para transformar em realidade as propostas de pacificação e entendimento que já alcançam o nível dos pormenores técnicos.

É preciso desarmar os espíritos. A disposi-

ção ao diálogo, o exercício da negociação e o fortalecimento da democracia são elementos centrais para a solução de conflito cuja gravidade extravasa os limites sub-regionais.

Senhor Presidente,

A crise econômica internacional atinge nossos países de maneira profunda, que não nos permite considerá-la sob a perspectiva de um simples problema conjuntural. Assume feições políticas, que não podemos desconsiderar.

Os povos em desenvolvimento têm dado irrefutáveis provas de sua capacidade de sacrifício, aceitando severos programas de reajustamento de suas economias e de suas contas externas.

A resposta a esses pesados esforços, porém, nem sempre é alentadora: de um lado o protecionismo, que fecha os mercados a nossos produtos e reduz nossa capacidade de amealhar divisas; de outro, os reiterados aumentos das taxas de juros, que remuneraram o capital acima da capacidade de pagamento de nossos países e dos índices reais de produtividade de nossas economias.

É preciso que a solidariedade internacional e bom senso prevaleçam sobre a visão parcial e imediatista, incapaz de discernir os problemas na sua complexidade e na sua magnitude.

Os países devedores necessitam de condições realistas para poder cumprir com suas obrigações e compromissos, a que, de resto, nunca se furtaram.

É imprescindível conciliar politicamente nossos compromissos internacionais, a necessidade de manter níveis de desenvolvimento e produtividade e a capacidade real de realizar desembolsos financeiros sem pôr em risco o equilíbrio e a paz social em nossos países.

Os países latino-americanos demos passos significativos na tentativa de sensibilizar os países credores para esses graves problemas e para a necessidade política de tornar mais propício o quadro em que se desenvolve a negociação de nossas dívidas. Não esmoreceremos nessa campanha porque estamos convictos de que ela é correta.

Senhor Presidente,

A confiança no diálogo e no entendimento, que sempre guiou a sensibilidade política latino-americana, leva-nos igualmente a refletir com atenção e esperança sobre a importância da Organização dos Estados Americanos para o presente e o futuro do Continente.

Sua revitalização é função da vontade política dos Estados-Membros. O papel da OEA como foro diplomático regional pode ter utilidade crescente, pela fluidez de contatos que proporciona e pela autoridade moral que decorre dos princípios inscritos em sua Carta,

Senhor Presidente,

Vivemos momento difícil que desafia nossa capacidade de análise e de criação.

As atuais dificuldades podem constranger-nos a maior seletividade na escolha das áreas de nossa colaboração. Teremos de fazer opções entre os muitos setores em que importaria incrementar a cooperação entre nossos países. Nosso esforço de hoje, contudo, é a garantia de realizações maiores no futuro.

O arcabouço jurídico que emoldura as relações entre o Brasil e o Peru é uma vantagem com que contamos nesse esforço.

Variadas são as áreas de coincidência e interesse recíproco.

No plano de nossa vocação amazônica, muito temos realizado, seja no âmbito bilateral,

seja na esfera do Tratado de Cooperação Amazônica.

Foram positivos os resultados da Segunda Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Amazônica, realizada em dezembro de 1983. Temos procurado incentivar iniciativas concretas, flexíveis, e realistas, no campo das comunicações e dos transportes, entre outros.

Na área econômico-comercial, nossa maior preocupação é a nítida diminuição das correntes do comércio bilateral, reflexo da própria redução do ritmo de desenvolvimento de nossos países. Devemos, contudo, examinar fórmulas que permitam ultrapassar essas barreiras, apesar das dificuldades da conjuntura.

Finalmente, no plano político, a intensificação dos contatos bilaterais faculta a harmonização de posições sobre problemas de interesse comum.

Senhor Presidente,

Durante nossos Governos, demos impulso à maior aproximação registrada na história das relações entre o Peru e o Brasil. Superamos barreiras que nos faziam caminhar lado a lado, quase sem olharmos um ao outro. No passado, a própria Amazônia, durante largo tempo, marcou de forma impressionante a realidade de um relacionamento distante.

Hoje, ao contrário, ela é o símbolo da sólida aproximação entre os povos peruano e brasileiro. A visita de Vossa Excelência vem coroar essa determinação, fortalecendo ainda mais um processo que se tornou irreversível.

É com esse espírito que convido todos os presentes a comigo brindarem pelas relações brasileiro-peruanas, pela prosperidade do povo irmão do Peru e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora de Belaúnde.

Muito obrigado.

figueiredo a belaúnde terry: avançar cada vez mais a cooperação entre brasil e peru

Discursos dos Presidentes Fernando Belaúnde Terry
e João Figueiredo, na Embaixada do Peru,
em Brasília, em 19 de junho de 1984,
por ocasião de jantar oferecido pelo presidente
peruano ao presidente brasileiro.

PRESIDENTE BELAÚNDE TERRY

Señor Presidente,

Excelência:

Al partir con rumbo a Brasília se me ha preguntado insistentemente por muchos elementos de la prensa cual es la agenda de esta visita y de esta conversación. Yo he confesado: hay un solo punto en esta agenda: la permanente y creciente amistad dei Brasil y dei Peru.

Y nuestras conversaciones, como puede haberse apreciado por el elocuente y detallado discurso de Su Excelência el Presidente dei Brasil, no son secretas, sino públicas. No tenemos secretos que ocultar, sino ideales que presentar a nuestros pueblos.

Hemos escuchado con profundo interés las apreciaciones dei Presidente João Baptista Figueiredo sobre la situación actual, su honda preocupación por la situación centroamericana, su profunda convicción de que no deben traerse a esta tierra de paz conflictos ajenos, de que debemos que tener el mayor ceio para mantener la cordialidad permanente entre nuestros pueblos y armonizar todos nuestros problemas. Y por eso juzgo que tine un profundo significado esta primera y espléndida cena en el Brasil en Itamaraty, **alma mater** de la diplomacia brasileña, es decir, de la buena diplomacia.

Yo quiero decir ai Señor Presidente y a su distinguida esposa que mi esposa, los Ministros que me acompañan él Primeiro Minis-

tro dei Peru y toda la comitiva nos sentimos honrados por esta acogida tan franca y cordial,

Nos sentimos felices de haber Negado a Brasilia, testimonio no solo dei talento, de la perseveranza, sino también dei esfuerzo brasileño.

Brasília es algo mucho más importante que su propia región urbana, que su admirable arquitectura, que su sentido paisajista, que su viejo paisaje. Brasília es un acto de coraje, que tiende a rectificar un error centenário.

Recordemos que, después dei descubrimiento, el desarrollo fue esencialmente periférico. Que mejor prueba que el establecimiento portugués en Salvador, en el litoral, y el español em Lima, también, en el litoral dei Pacífico?

Era una nueva era que cambiaba el sentido e la planificación continental, porque todo lo que se hizo de bueno en el pasado, y lo más notable, quizá radicado en Cuzco, significaba que la capital imperial fue fundada no en la periferia, sino en el interior dei Continente.

Y cuando Nego a Brasília recuerdo la leyenda de la fundación dei Cuzco, de mancapas surgiendo, sea de las águas dei Cuzco, o de la aldeã de la Manizera, en Pacaritambo, empuñando una barra de oro para encontrar la buena tierra donde fundar la que habia de ser la capital imperial.

Siglos después hombres de otros tiempos tomaron también en el Brasil una barra de oro y la hincaron en este suelo. Por eso, así como yo veo una hermandad en el dominio europeo, entre Salvador y Lima, la veo más profunda y más remota entre Brasília y Cuzco, la capital imperial de los Andes.

Pêro este gesto de coraje va mucho más ai lá de los límites metropolitanos de Brasília. Es un acto de planificación continental. Es una rectificación histórica. El Brasil se rebeló contra el desarrollo periférico apesar de que su litoral tenía esas hermosas joyas de Salvador y de Rio. Puedo haber quedado extasiado por la belleza de sus puertos, pêro quiso mirar ai interior dei Continente para encontrar la fórmula que pudiera elevar la calidad de vida de nuestros pueblos. Y eso es lo que ahora más admiramos: mientras el Brasil, mirando ai infinito, mirando ai horizonte, extiende su realidad en la planicie amazónica, nos, pueblos de la región andina, emprendimos la grande tarea de vencer la Cordillera.

Nosotros, trepando los Andes, mirando ai cielo. El Brasil, perdiendo su mirada soñadora en el infinito de la floresta, y este doble esfuerzo de naciones andinas y de este gigante que es el Brasil tine necessariamente que culminar en un encuentro final que asegure la integración de nuestras naciones.

Por esto estamos fascinados con la posibilidad de poder poner un grano de arena en este esfuerzo. Por eso a veces de buscar en la selva o de encontrar en la selva una permanente obsesión, cuando lo que tratamiento de hallar una solución a nuetros problemas económicos; una toma de posesión de lo nuestro. En el Peru, alguna vez, empleé como título de um pequeño libro "La Conquista dei Peru por los Peruanos". Pêro yo podría extender ese título y decif que hoy estamos realizando la conquista de Sudamérica por los sudamericanos y que en esta epopea el Brasil ha acertado la misión que le corresponde, ha asumido una gran responsabilidad proporcional a sus recursos, a su extensión, a su población y sobretodo

a los ideales que se cultivan en esta casa de paz, que es Itamaraty.

Esperamos que en esta visita surjan de nuestras públicas conversaciones caminos talvez más acelerados a su desarrollo. Hemos visto ai Brasil vencer un desafío. Toynbee decía que los pueblos muy civilizados son aquellos que vencen el desafío geográfico. Pêro Brasil, como lo conversábamos en el Palácio dei Presidente Figueiredo, ha vencido el desarrollo, ha vencido el desafío económico. El desafío económico de la crisis de energia y, como bien lo referia el Presidente, lejos de haber sido una catástrofe, el tener una cierta dependência en cuanto a combustibles, ha resultado una cicate para la imaginación y para el esfuerzo.

Ante este desafío económico, el Brasil ha desarrollado la industria dei alcohol. Ante este desafío económico en este período gubernativo se duplica la energia instalada. Y ante a todas las dificultades se empieza de la energia en la majestuosa Itaipú. Y muy pronto se verá en la misteriosa y sugestiva Tucuruí.

La eletrificación rural es evidentemente el planteamiento de nuestro tiempo. Y ai vencer este inesperado inimigo, que surgió de una desarticulación de los precios, de lo que talvez fue una tremenda especulación internacional, o quizá un desproporcionado temor dei agotamiento de los hidrocarburos, ai enfrentar tamaño desafío que mermó las altas fiscales dei erário brasileño, lejos de criar un derrotismo o un pesimismo o un desencanto, estimulo a los hombres de ciência para equipar el Brasil como una potência energética más firme con la extensión de la eletricidad y la investigación que ha Nevado a crear fuentes distintas de energia.

Nos, pueblos de Sudamérica, algunos de los cuales estábamos más generosamente dotados de recursos de hidrocarburos, hemos visto con verdadera admiración este esfuerzo. Y contemplamos con fraternal satisfac-

ción como el Brasil poço a poço se convier- te en un poder industrial en capacidad de exportar sus conocimientos y su equipa- mento como los estamos advirtiendó ahora en el Peru.

Los períodos presidênciales son necessaria- mente limitados. Pronto volveremos, Exce- lem ísimo Señor Presidente — Usted e yo — a la vida privada. Talvez con la insatisfac- ción de no haber podido lograr todo lo que nos proponíamos. Pêro es una gran cruzada que requiere el esfuerzo no de un hombre ni de un gobierno, sino de generaciones.

Esperamos que algùn dia esta majestuosa transamazónica, enlazada con la carretera central dei Peru y con la viabilidad de otros países andinos se convierta en la transconti- nental de Sudamérica. Entonces los ideales habrán tomado una forma material, la inte- gración ya no será una simples esperanza, sino una realidad tangible. Y podremos decir con mayor satisfacción que ahora somos efectivamente hermanos, no por el ancestro ibérico, sino porque nos acertamos a nues- tras fronteras a vemos aí abrazo de la inte- gración.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

Muito agradeço as palavras generosas e ami- gas que acaba de pronunciar. Traduzem os elevados sentimentos de Vossa Excelência e refletem o ânimo construtivo que sempre presidiu o relacionamento entre o Peru e o Brasil.

A presença de Vossa Excelência entre nós contribuiu para ressaltara sólida disposição para o diálogo e o entendimento, existente entre nossos países. Mais uma vez encontrei

em Vossa Excelência o Estadista ilustre de largo descortino, plenamente identificado com as aspirações de nosso tempo e com visão nítida das questões cruciais da atuali- dade. Nossas proveitosas conversações mais uma vez comprovaram as substanciais coïn- cidências que nos aproximam e a percepção comum que temos dos grandes problemas latino-americanos e mundiais.

Em nossos contatos, tivemos ensejo de rea- firmar a disposição de nossos dois Governos de superar os obstáculos existentes, graças a um programa de ação, capaz de dar respos- ta adequada às questões fundamentais do desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Reiteramos, Senhor Presidente, nosso firme compromisso com a adoção de uma nova Ordem Económica Internacional, que asse- gure um progresso eqüitativo e uma coope- ração mais justa entre as nações.

A colaboração entre o Brasil e o Peru nos mais variados setores possui alto significado e serve à causa da integração da América La- tina. Conjugamos esforços na Amazónia pa- ra enfrentar o desafio de desenvolver tecno- logia adaptada ao meio ambiente e imple- mentar projetos de cooperação em várias áreas específicas.

Animado de propósito de fazer avançar ca- da vez mais a cooperação entre nossos po- vos, proponho um brinde à nobre nação pe- ruana, aqui representada por seus mais alto Dignitário, formulando votos pela fraterna amizade entre o Brasil e o Peru e pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Belaúnde.

Muito obrigado.

declaração conjunta brasil-peru

Declaração Conjunta Brasil—Peru, assinada, em Brasília, em 19 de junho de 1984, pelos Presidentes João Figueiredo e Fernando Belaúnde Terry.

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Presidente da República do Peru, Arquitecto Fernando Belaúnde Terry, acompanhado de sua esposa, Senhora Violeta Corrêa de Belaúnde, realizou visita oficial ao Brasil, entre os dias 18 e 20 de junho de 1984.

O Presidente Belaúnde Terry foi recebido pelo Congresso Nacional, reunido em Sessão Conjunta Solene.

O Presidente do Peru foi recebido, igualmente, pelo Supremo Tribunal Federal, reunido em Sessão Plenária Solene.

De Brasília, o ilustre visitante seguiu para Manaus.

O Presidente da República do Peru fez-se acompanhar pela seguinte comitiva:

- Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Relações Exteriores e a Senhora Sandro Mariátegui Chiappe
- Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes e Comunicações e a Senhora Carlos Pestana Zevallos
- Sua Excelência o Senhor Chefe do Sistema Nacional de Comunicação Social e a Senhora Miguel Angel Alva Orlandini
- Sua Excelência o Senhor Senador Gastón Acurio Velarde
- Sua Excelência o Senhor Deputado Enrique Mendoza Nuñez
- Sua Excelência o Senhor Embaixador do Peru no Brasil e a Senhora José Guzmán Herrera
- Sua Excelência o Senhor Embaixador

César A. de La Fuente Locker, Diretor Geral do Protocolo e Cerimonial, Ministério das Relações Exteriores

- Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Ramiro Gálvez Acosta, Chefe da Casa Militar
- o Senhor e a Senhora Miguel Cruchaga
- a Senhora Ana Mar Ta Corrêa de Haaker
- o Doutor Oscar Maurtua de Romaña, Secretário Geral da Presidência da República
- o Senhor Frank Valcárcel Santos, Secretário Geral de Imprensa, Presidência da República
- o Senhor Ministro Alfonso Rivero Monsalve, Diretor de Cerimonial, Ministério das Relações Exteriores
- o Senhor Ministro Hernán Couturier Mariátegui, Diretor de Planejamento, Ministério das Relações Exteriores

Os dois Chefes de Estado mantiveram uma franca e cordial troca de pontos de vista sobre a situação política internacional e, em particular, sobre a latino-americana, comprovando o alto nível de coincidências existente. Destacaram o ativo desenvolvimento das relações bilaterais e assinalaram que o Brasil e o Peru concedem alta prioridade a tal relacionamento dentro do quadro geral de suas relações internacionais. Nesse sentido, expressaram sua satisfação pelo fato de que esses vínculos demonstram espírito de amizade e cordialidade e coincidiram em que a visita do Presidente Belaúnde Terry ao Brasil constitui um impulso renovado à determinação de aprofundar as relações em benefício mútuo, que se tornou patente durante a visita do Presidente Figueiredo ao Peru em 1981.

Os Presidentes reafirmaram a invariável adesão de seus Governos aos princípios fundamentais do Direito Internacional, contidos nas Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, particularmente aos da igualdade soberana, independência e respeito à integridade territorial, autodeterminação dos povos, não intervenção em assuntos internos ou externos, fiel cumprimento dos Tratados, renúncia à ameaça ou ao uso da força ou de qualquer outro tipo de coação nas relações internacionais, e solução pacífica das controvérsias. Reafirmaram sua convicção de que sem o estrito acatamento por todos os Estados a esses princípios fundamentais não será possível a ordenada e pacífica convivência da comunidade internacional nem a segurança e o desenvolvimento integral dos povos que a conformam.

Reiteraram o apoio de seus Governos às Nações Unidas e à Organização dos Estados Americanos, instrumentos fundamentais para a conservação da paz e segurança internacionais e de desenvolvimento da cooperação e do entendimento entre seus membros. Coincidiram em assinalar que corresponde ao Conselho de Segurança da ONU uma relevante responsabilidade nas atuais circunstâncias. Manifestaram ainda o interesse em que sejam amplamente revalorizadas, em todas as suas dimensões, as atividades da OEA. Nesse sentido, expressaram seus votos de que a gestão do Secretário Geral eleito, João Clemente Baena Soares, encontre pleno êxito e venha contribuir de forma positiva aos objetivos de dar nova vitalidade ao organismo regional.

Examinaram com preocupação o agravamento das tensões internacionais e comprovaram que a paz mundial se encontra gravemente ameaçada, em detrimento do entendimento e da cooperação internacionais. Insistiram em que a redução dos focos de tensão e conflito exige a utilização de procedimentos de diálogo e negociação com a participação ampla e representativa de todos os Estados e, em particular, dos países em

vias de desenvolvimento, no processo de tomada das decisões pertinentes.

Renovaram seu apelo para pôr fim à corrida armamentista e à crescente acumulação de arsenais, especialmente nucleares, que, além de ameaçarem seriamente a sobrevivência da humanidade, absorvem vultosos recursos que poderiam destinar-se ao desenvolvimento económico e social de todos os povos. Nesse sentido, ratificaram seu decidido apoio ao reinício das negociações sobre limitação de armamentos e desarmamento, que deverão, em última instância viabilizar o desarmamento geral e completo, sob um controle internacional eficaz. Ao reconhecer a importância da contribuição latino-americana nesta matéria sublinharam que os altos propósitos aqui enunciados não serão alcançados sem que haja uma participação efetiva e igualitária de toda a comunidade internacional nos debates sobre esse importante assunto.

Ante a atual crise económica internacional, que não registra paralelo nas últimas cinco décadas, ambos os Presidentes assinalaram que dela resulta diretamente o crescente desnível entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo estes últimos os que mais severamente sofrem seus efeitos. Convieram em que o carácter global da mesma exige que os esforços para superá-la considerem tanto as expectativas de recuperação das economias desenvolvidas, quanto uma transformação qualitativa que, concretamente, tenda ao estabelecimento de uma nova ordem económica internacional, mais justa e equitativa. A propósito, expressaram que a América Latina, mais do que outras regiões do mundo, tem experimentado severa redução de sua atividade económica e uma aguda crise financeira. Nesse sentido, manifestaram sua esperança de que a carta, firmada por sete Presidentes de países latino-americanos, enviada no início do corrente mês ao Chefes de Estado e de Governo dos sete países que participaram da reunião de Londres, seja acolhida favoravelmente pelos seus destinatários e permita a

adoção de medidas concretas para promover mudanças substantivas na política financeira e comercial internacional, em benefício dos países latino-americanos. Dentro desse espírito, manifestaram seu desejo de que a Reunião de Cartagena, a realizar-se nos próximos dias, tenha o êxito esperado e contribua de maneira importante para a solução das dificuldades econômicas e financeiras da América Latina.

Assinalaram enfaticamente que os países latino-americanos estão suportando uma carga desproporcionada para suas economias no que tange ao serviço da dívida externa, o que é um fator limitativo para a recuperação econômica da região, problema agravado agudamente pelos crescentes obstáculos à entrada de seus produtos nos mercados dos países desenvolvidos. Ressaltaram a necessidade imperiosa de que o sistema bancário internacional e os organismos multilaterais de crédito assegurem critérios flexíveis e realistas para a renegociação da referida dívida, incluindo taxas de juros, períodos de carência e prazos compatíveis com os objetivos da reativação econômica. Reiteraram o firme propósito dos países de cumprir seus compromissos e de que é dever dos países credores levar em consideração, ao adotarem suas decisões de política econômica, as repercussões sociais, econômicas e políticas que essas possam acarretar para os países devedores.

Reafirmaram a determinação de seus Governos de contribuir para o fortalecimento da unidade e da solidariedade dos países em desenvolvimento. Reiteraram a necessidade de que os países em desenvolvimento, através de seus grupos representativos, como o Grupo dos 77, coordenem seus esforços e estabeleçam formas de cooperação horizontal capazes de complementar o diálogo Norte-Sul, abrindo novas e amplas perspectivas para a promoção de seus interesses. Por outro lado, destacaram a contribuição do Movimento dos Não-Alinhados para a democratização dos processos decisórios internacionais, com vistas à criação de um sis-

tema internacional que assegure a paz, a segurança e o desenvolvimento.

Ambos os Presidentes expressaram sua convicção de que a codificação do Direito do Mar contribuirá decisivamente para o estabelecimento de uma ordem internacional mais justa, propiciando condições de paz, criando elementos de segurança e promovendo relações de amizade e cooperação entre todas as nações, com base no respeito mútuo e na igualdade de direitos. Reafirmaram que os atos unilaterais na exploração dos fundos marinhos além dos limites da jurisdição nacional não estão de acordo com o interesse dos povos em consagrar o regime desses fundos como patrimônio comum da humanidade.

Coincidiram em que o Tratado da Antártida é o instrumento jurídico internacionalmente válido para essa região e renovaram a disposição de seus Governos de continuar cooperando estreitamente, tanto para lograr uma colaboração mais ampla e efetiva dos membros não-consultivos no sistema antártico, como no que concerne ao intercâmbio de experiências de toda a ordem e a cooperação de cientistas peruanos nas atividades antárticas do Brasil.

Expressaram sua convicção de que não será possível alcançar uma paz justa e duradoura no Oriente Médio sem o reconhecimento dos direitos do povo palestino ao estabelecimento de seu próprio país e sem que se assegure a todos os Estados da área o direito de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Condenaram o colonialismo e a discriminação racial, em especial o **apartheid** e ressaltaram a necessidade de se chegar a uma pronta independência da Namíbia, de acordo com as Resoluções das Nações Unidas. Condenaram, outrossim, todo fato ou situação que constitua violação das normas de convivência pacífica, quer sejam atos de agressão, intervenção, ocupação de territórios por forças estrangeiras ou coação que vulnerem a soberania e a independência de

qualquer Estado ou atentem contra o princípio da livre determinação dos povos.

Os Presidentes coincidiram na prioridade e importância que ambos os países atribuem a suas relações com os demais países da América Latina. Manifestaram que essas nações, unidas não apenas por vínculos históricos e sociais, mas também por uma comunidade de interesse e de destino, devem reforçar e diversificar seus projetos de cooperação e integração, através de meios flexíveis de consulta e harmonização de políticas. Sublinharam que é propósito de todas essas nações a organização democrática de suas sociedades, propósito para cuja consecução seus respectivos Governos se encontram plenamente comprometidos.

Expressaram sua preocupação pela grave situação da América Central e concordaram em que a natureza dos problemas existentes exige soluções abrangentes e profundas que atentem para as raízes históricas e estruturais de tais problemas. Convieram na necessidade de evitar que tal crise seja utilizada como instrumento de confrontação entre as grandes potências e assinalaram que os esforços para resolvê-la devem observar o mais rigoroso respeito aos princípios de autodeterminação e não-intervenção. Nesse sentido, manifestaram seu mais decidido apoio às gestões de paz empreendidas pelo Grupo de Contadora e exortaram as partes envolvidas na crise a se absterem de atitudes e ações que possam agravar ainda mais as tensões reinantes na área.

Reiteraram o firme apoio de seus países à justa reivindicação de soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, assinalando a necessidade de se iniciarem rapidamente negociações entre as partes, em conformidade com as resoluções 37/9 e 38/12 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ambos os Mandatários reiteraram a intenção de fortalecer os mecanismos de cooperação e integração sub-regionais e regionais e os instrumentos de complementação econômica bilateral. Nesse contexto, renova-

ram seu apoio à Declaração e ao Plano de Ação de Quito, de janeiro de 1984, e manifestaram a vontade de conseguir que tal Plano contribua para uma efetiva dinamização da cooperação latino-americana. Reafirmaram também seu apoio ao Sistema Económico Latino-Americano (SELA) e coincidiram em que é conveniente assegurar sua maior efetividade. Sobre a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), reiteraram que constitui o foro adequado para o exame do desenvolvimento da cooperação energética regional e que deve promover a pronta execução do programa latino-americano de cooperação energética.

Ressaltaram que o Tratado de Montevideu de 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração, constitui um instrumento adequado para a integração regional, uma vez que seus mecanismos permitem acelerar o processo de convergência entre os países membros e sua relação com outros. Manifestaram sua satisfação pelos resultados da II Reunião do Conselho de Ministros da ALADI.

Os Presidentes sublinharam a necessidade de assegurar o aperfeiçoamento dos mecanismos de integração e cooperação sub-regionais. Ao salientarem os avanços alcançados pelo Grupo Andino, assinalaram com satisfação o processo de crescente aproximação entre o Brasil e o referido Grupo sub-regional e coincidiram em que, com a assinatura da "Ata de Brasília" de 1979, e do "Memorando de Entendimento" de 1980, se estabeleceram as bases para uma efetiva vinculação entre si.

Ambos os Mandatários reafirmaram sua confiança no potencial económico da Amazônia que deverá ser desenvolvido de acordo com pautas que garantam o bem-estar de suas populações através do aproveitamento racional dos recursos e da proteção do meio ambiente da região. Nesse sentido, destacaram os esforços de seus Governos para o desenvolvimento de uma adequada infra-estrutura energética, viária e de comu-

nicações, na que se destacam os projetos e realizações da interconexão de bacias fluviais, a Rodovia Marginal da Selva, a articulação viária entre o Brasil e o Peru, a usina hidroelétrica de Tucuruí, a SUDAM e a Zona Livre de Manaus e as Corporações de Desenvolvimento peruanas.

Ressaltaram igualmente a necessidade de executar progressivamente o Tratado de Cooperação Amazônica, tal como estipulam a Declaração de Belém, de outubro de 1980, e a Declaração de Cali, de dezembro de 1983. Com esse objetivo, decidiram que se mantenha a coordenação entre os países com vistas à reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, que será realizada na Bolívia. Da mesma forma, reconheceram a importância de estimular os esforços de cooperação em regiões fronteiriças, como foram as reuniões entre Representantes dos Organismos Regionais de Desenvolvimento do Brasil, do Peru e da Bolívia, em Puerto Maldonado (1983) e Rio Branco (maio de 1984).

Ao examinarem o quadro atual das relações bilaterais, os dois Presidentes comprovaram, com grande satisfação, a decidida vontade de seus Governos de enriquecer e aprofundar ainda mais os laços de vizinhança e de fraterna amizade que tradicionalmente unem o Brasil e o Peru, evidenciados através de assinatura de numerosos Tratados e Acordos. Nesse sentido, concordaram em que para consolidar, de forma permanente e efetiva, a estreita relação entre as duas nações, vizinhas e amigas, é indispensável a cabal utilização de todos os mecanismos que oferece a ordem jurídica que as vincula, de modo a que os compromissos nela consagrados encontrem sua plena realização.

Recordaram, com satisfação, os transcendentais encontros presidenciais de Tabatinga, Brasília e Lima, e manifestaram a firme intenção de continuar implementando os numerosos e importantes acordos assinados naquelas oportunidades. Expressaram sua

profunda convicção de que o Tratado de Amizade e Cooperação, firmado em Brasília, em 16 de outubro de 1979, e os princípios orientadores da cooperação brasileiro-peruana em que se inspira, criam condições novas e dinâmicas ao relacionamento bilateral. Os dois Mandatários manifestaram ser do máximo interesse de seus países a convocação tão breve quanto possível, da primeira reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Peruana, instituída sob a égide daquele Acordo-quadro.

Expressaram sua profunda satisfação pela identificação de áreas concretas de cooperação econômica entre os dois países que foram plasmadas em instrumentos bilaterais, em grande parte ainda vigentes. Ambos os Mandatários efetuaram uma exaustiva avaliação do estado dessa cooperação e coincidiram na conveniência de estabelecer uma ordem de prioridades que permita maior avanço.

Os dois Presidentes estiveram de acordo em que, por compartilharem o Brasil e o Peru a condição especial de importantes ribeirinhos do Amazonas, a cooperação bilateral na Amazônia deve ter caráter prioritário. Em consequência, expressaram sua satisfação pelos resultados alcançados pela I Reunião da Comissão Mista Brasileiro—Peruana de Cooperação Amazônia, celebrada em Brasília em novembro de 1983, e manifestaram sua intenção de determinar que os acordos nela adotados sejam cumpridos com a maior brevidade.

Assinalaram a necessidade de dar pronto e cabal cumprimento aos instrumentos relativos ao transporte fluvial e aéreo, assim como de aperfeiçoar o acordo de interconexão viária, o que facilitará a cooperação amazônica e dará fluidez às vinculações entre as respectivas regiões fronteiriças. Destacaram, nesse contexto, a importância do projeto de interconexão entre o Brasil, o Peru e a Bolívia, para cujo financiamento pelo BID estão sendo elaborados os estudos técnicos, e expressaram o interesse de ambos os países pela realização de estudos de

factibilidade sobre a interconexão das bacias hidrográficas do Prata, do Amazonas e do Orenoco. Outrossim, congratularam-se pelo resultado das conversações mantidas recentemente em Brasília entre as Marinhas de Guerra dos dois países para o estabelecimento o projeto de regras operacionais sobre o trânsito e visitas de navios de guerra em águas fronteiriças.

Expressaram sua satisfação pela realização de encontros sobre temas amazônicos entre representantes dos respectivos organismos de ciência e tecnologia que permitirá um maior intercâmbio de informações e experiências, destinado ao mais amplo conhecimento da região para uma racional utilização de seus recursos naturais e para a adequada proteção ecológica. Reiteraram seu apoio a programas conjuntos de investigação na Amazônia. Reafirmaram, nesse contexto, o desejo de ampliar o Acordo de Intercâmbio Cultural sobre Cooperação Universitária, a fim de elevar o nível da capacitação profissional em especialidades relativas à problemática amazônica.

Efetuaram uma análise da estrutura e evolução do comércio recíproco nos últimos anos e coincidiram em que a baixa recentemente comprovada nos níveis de intercâmbio comercial torna necessário empreender esforços especiais para alcançar o maior aumento possível em ambos os sentidos com critério dinâmico de equilíbrio. Com esse fim, ambos os Presidentes ressaltaram a conveniência de ampliar a lista de produtos incluídos no Acordo de Alcance Parcial Número 12, firmado no âmbito da ALADI.

O Presidente do Peru manifestou alto apreço pela participação brasileira na construção da Central Hidrelétrica de Charcani, a qual se devem dedicar os maiores esforços para sua conclusão. Neste sentido, ambos os Presidentes reafirmaram a disposição de envidar esforços conjuntos para obter, a

curto prazo, o suporte financeiro comercial adicional para conclusão do empreendimento. Concordaram ademais em continuar a promover a participação brasileira nos estudos para o aproveitamento hidrelétrico integral do rio Santa, a que se refere o respectivo Protocolo subscrito em 1981. O Presidente do Peru, por outro lado, expressou reconhecimento também pela decisão brasileira de estudar a possibilidade de outorgar apoio financeiro à construção de estradas na região Nordeste do Peru, por parte de firma do Brasil.

Ambos os Mandatários reconheceram o dano físico e moral que causam as drogas que produzem dependência e a imperiosa necessidade de combater eficazmente o contrabando das mesmas. Coincidiram em dar ênfase especial à execução do Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, de 1976.

Ao examinarem a cooperação entre o Brasil e o Peru no setor de comunicações, os dois Mandatários expressaram viva satisfação pelos entendimentos relativos à preparação do Convênio de Reciprocidade em Matéria de Serviços de Radioamadorismo. Assinalaram, ainda, a conveniência de estender à área postal o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e o Peru no campo das Telecomunicações, assinado em 26 de agosto de 1981, resolvendo encarregar às entidades responsáveis de cada país o exame da matéria.

O Presidente Belaúnde Terry expressou a convicção de que sua visita contribuirá para consolidar, em patamar mais elevado, a estreita e tradicional amizade existente entre o Brasil e o Peru e manifestou seu profundo reconhecimento pelas cordiais atenções com que foi distinguido durante sua permanência no Brasil.

Brasília, em 19 de junho de 1984.

saraiva guerreiro em lisboa: dinamizar o intercâmbio brasil-portugal

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Lisboa, em 5 de abril
de 1984, por ocasião de banquete que lhe foi oferecido
pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal,
Jaime Gama

Senhor Ministro,

Credito à hospitalidade portuguesa e aos laços que unem nossos dois países as generosas palavras de Vossa Excelência. É sempre agradável retornar a Portugal onde nós, brasileiros, encontramos verdadeira extensão de nossa casa. Ademais, o convite de Vossa Excelência me dá a oportunidade de rearmos nosso amistoso diálogo.

É-me particularmente grata a recordação da visita a Portugal, em 1981, do Presidente João Figueiredo, de cuja comitiva tive a honra de participar, na qual retribuiu a que fez o Presidente António Ramalho Eanes a meu país, em 1978. Foram esses dois momentos de expressão maior de um ciclo de intenso diálogo entre nossos Governos. De fato, muitas autoridades portuguesas e brasileiras, de todos os níveis, têm cruzado o Atlântico em busca de maior aproximação e conhecimento mútuo.

A conversa franca e cordial que tivemos há pouco, em que tantos pontos de convergência foram levantados, reflete claramente o

clima de construtivo entendimento que existe entre nossos povos.

Não é novo esse sentimento. Traduz, na realidade, a força de antigos laços. Mistura de história, identidade cultural, renovação permanente de sentimentos fraternos, a vontade constante de realizar projetos e formas novas de ligação, o relacionamento entre brasileiros e portugueses tem sentido verdadeiramente especial. Tanto se revela no encontro de pessoas quanto alimenta a nossa conversa política; as afinidades de um passado comum traduzem-se hoje na disposição para as modalidades modernas de cooperação.

O Governo brasileiro está disposto a buscar caminhos inéditos que dinamizem o intercâmbio bilateral. Dos setores privados do Brasil e de Portugal aguardamos iniciativas inovadoras, à altura das forças que nos ligam. Cabe-nos continuado esforço de atualização, à luz da evolução de nossas economias e sociedades.

O êxito dos empreendimentos conjuntos no âmbito da construção naval anima-nos a de-sejar estender esses bons resultados a outros campos, como os da indústria aeronáutica, da siderurgia, da construção civil e da química metalúrgica.

No âmbito da cooperação técnica e tecnológica, ao amparo dos Acordos existentes, têm-se desenvolvido projetos nos setores de engenharia civil, engenharia elétrica, agronomia, geologia e formação profissional. O campo para a cooperação é inesgotável.

Na área cultural, a tradução de trabalho conjunto é expressiva. Na verdade, a cooperação é um imperativo ao qual temos de responder de forma dinâmica e abrangente. Significa muito para nós a colaboração portuguesa na preservação de nossa memória comum, uma das áreas estratégicas da cooperação cultural. As bem sucedidas Jornadas Luso-Brasileiras do Património, a restauração do Forte Príncipe da Beira e o recém-iniciado projeto e microfilmagem de documentos históricos são exemplos expressivos recentes do muito que se pode fazer em conjunto, para conservar e enaltecer o património luso-brasileiro.

Estão abertos os caminhos de comunicação, que se alimentam sempre, em todas as áreas, do sentido permanente de amizade que une o Brasil a Portugal. A diversificação e o aperfeiçoamento dessas relações, ditadas por vontade política e pela força dos sentimentos, levar-nos-á a empreendimentos comuns, em benefício de nossos povos.

Senhor Ministro,

A presença de Vossa Excelência à frente da diplomacia do seu país tem imprimido nova ênfase aos objetivos da política externa portuguesa, sobretudo no que diz respeito à diversificação de contatos. Sua atuação à frente da Chancelaria portuguesa revigora diretrizes fundamentais e acelera a concepção de objetivos traçados.

Ao ser investido na direção da política externa portuguesa. Vossa Excelência declarou, perante a Assembleia Nacional, que, assentado "na sua tradição e na sua inovação, o Portugal contemporâneo tem um papel construtivo a desempenhar nas relações internacionais". Aos olhos das nações amigas, esse papel já vem sendo exercido, no delineamento de uma política coerente, pragmática e bem articulada, dedicada à paz e à conciliação de interesses.

Em nosso encontro de hoje, verificamos a coincidência de nossas avaliações em muitas áreas, em particular no que se refere ao princípio de não-intervenção e ao encaminhamento de soluções pacíficas e negociadas para os conflitos regionais e inter-regionais que põem em risco a própria paz mundial.

A conjuntura difícil e tensa exige que reitemos com ênfase o respeito às normas basilares da conduta internacional e repudie-mos a política de poder e de busca de hegemonia, a confrontação acirrada entre blocos, o agravamento da corrida armamentista, a transferência de tensões globais para as crises regionais. A agenda internacional está monopolizada pelos temas estratégicos, sendo quase esquecidas as possibilidades de cooperação para o desenvolvimento e a necessidade de busca permanente de formas de conciliação de interesses.

Como projeção dos ideais democráticos de convivência no plano externo, o Brasil tem defendido que o diálogo diplomático, em bases amplas e sem discriminações, é a peça estratégica para retomarmos as linhas de distensão e descontraimento no sistema internacional. Essa disposição permanente para o entendimento com os parceiros é, na visão do Governo brasileiro, fator decisivo para o cultivo da confiança internacional e para a construção de uma ordem internacional mais justa.

A dificuldade de diálogo afeta a vida de parcelas ponderáveis da população dos países do Terceiro Mundo - e mesmo de

países desenvolvidos — prejudicados pelos problemas que afetam a economia internacional, e sujeitos às incertezas que marcam este momento do convívio entre as Nações. A gravidade da crise que nos atinge a todos, seja na forma da recessão econômica, seja na forma política da tensão e do conflito, requer soluções urgentes. Não temos tempo a perder. O desafio é grande e exige de nossa capacidade diplomática.

Nesse contexto, estamos especialmente preocupados com a persistência da crise econômico-financeira internacional. Temos lutado pela adoção de medidas tendentes à reestruturação justa e equilibrada. A crise atual tem causas profundas. É necessário enfrentá-las para que se restabeleçam condições mínimas de vitalidade no sistema econômico internacional.

Em reunião recente, os países latino-americanos firmaram a Declaração de Quito. Procuramos delinear uma resposta comum à crise que afeta o Continente. Com serenidade e firmeza, e com sentido de realismo, conclamamos os países desenvolvidos a par-

ticiparem efetivamente da luta pela retomada do crescimento da economia internacional. A expansão do comércio, a liberação e a regularização dos fluxos financeiros, a reversão de medidas protecionistas, o esforço pela retomada de negociações efetivas sobre a ordem econômica, são reivindicações que o Brasil adota e temos certeza são perfeitamente compreendidas por Portugal.

Senhor Ministro,

Desejo, mais uma vez, agradecer todas as gentilezas de que minha comitiva e eu fomos alvo, em Lisboa, bem como as esclarecedoras opiniões que Vossa Excelência externou com respeito à conjuntura internacional e às relações bilaterais entre nossos países.

Peço a todos que me acompanhem num brinde à saúde do Presidente António Ramalho Eanes, do Primeiro-Ministro Mário Soares, ao desenvolvimento contínuo de Portugal, ao crescente bem-estar do povo português e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Jaime Gama.

Muito obrigado.

no dia do diplomata, saraiva guerreiro assinala que barão do rio-branco é exemplo de vocaçãõ diplomática

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 23 de abril de 1984, por ocasião da solenidade comemorativa do Dia do Diplomata, que contou com a presença do Presidente João Figueiredo.

Senhor Presidente,

Hoje é o dia em que reverenciamos a memória de nosso patrono, o Barão de Rio-Branco, e recebemos as turmas de diplomatas que acabam de ingressar na carreira. Essa coincidência não é de forma alguma fortuita. O Barão é exemplo histórico da vocação que o diplomata revela ao fazer a sua escolha profissional, a vocação do serviço público.

Ao saudar os novos diplomatas, quero desejar-lhes pleno êxito em suas carreiras. Quero igualmente refletir sobre o nosso patrono. Não me referirei hoje ao vasto legado de realizações internacionais que deixou, mas sim à sua dedicação de servidor público e diplomata profissional.

Para Rio-Branco, a vocação diplomática significou o empenho das suas melhores energias à causa pública. Significou, constantemente, o sacrifício pessoal. Significou não esmorecer quando dificuldades apareciam no horizonte, quando surgiam imcompreen-

sões. Significou convicção, significou acreditar no país e nas suas grandes causas.

Não poderemos, porém, compreender o trabalho do Barão se ficarmos somente nas considerações biográficas. A disposição de servir de Rio-Branco supõe uma tradição. Supõe um saber-fazer. Supõe formas de atuação institucional.

Não foi perdido o legado de Rio-Branco, a quem tanto devemos em termos de conformação definitiva do território nacional e em termos de organização do Itamaraty, do serviço diplomático brasileiro. Ao contrário, seu legado foi, ao longo dos anos, aperfeiçoado com a gradual afirmação da política externa brasileira, e com a estruturação da carreira diplomática, de forma sólida, com feições permanentes. Foi essa estruturação um dos fatores essenciais que nos permitiram dar efetivo sentido de permanência à defesa dos interesses e objetivos nacionais fundamentais.

Temos orgulho de pertencera uma institui-

ção que é respeitada pela Nação porque encarna o sentido de permanência dos interesses externos nacionais e que é notoriamente respeitada no exterior, o que certamente é fator propício à defesa desses interesses. O Itamaraty sempre representou a Nação com dignidade e sempre soube dialogar com todos os nossos parceiros com lealdade, consistência e eficácia.

Nossa instituição modela o servidor e pede dele sua contribuição de inteligência e de criatividade. A formação intelectual do diplomata é, ao longo de muitos anos, reforçada com o aprendizado prático de aspectos que requerem e sensibilizam, a acuidade, a prudência, que só a participação profissional nos negócios diplomáticos dará.

O treinamento intelectual e, mesmo, formas outras de experiência política serão insuficientes se não estiverem amparados pelo conhecimento profundo da instituição e de suas normas e por uma vivência profissional prévia, vivência e conhecimento esses que são essenciais ao pleno desempenho da função de Chefe de missão diplomática.

A capacitação profissional é elemento muito importante. E quero, de público, assinalar que foi durante o Governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, que o Itamaraty deu passos importantes no aprimoramento das modalidades de formação do diplomata. O Instituto Rio-Branco, hoje, não se limita a formar diplomatas que iniciam a carreira, depois de pelo menos dois anos de Universidade, seguidos de árduo vestibular e dois anos de estudos intensivos. Compreendemos que a própria complexidade da vida moderna exige que o treinamento seja contínuo e alcance outras faixas da carreira. Assim, estão consolidados, hoje, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, que permite a promoção a Primeiro-Secretário, e o Curso de Altos Estudos, requisito para a promoção a Ministro de Segunda Classe. O constante aperfeiçoamento profissional é uma obrigação de toda a vida.

Ao chegar ao topo da carreira, os Senhores terão passado por testes rigorosos. Terão demonstrado, ao mesmo tempo, vocação diplomática e capacidade para o exercício profissional dessa vocação. Terão combinado as capacidades de compreender, analisar e prever o que acontece num sistema internacional intrincado, com a sensibilidade que orienta o comportamento adequado para projetar, nesse sistema, a realização do interesse nacional brasileiro. Terão aprendido a medir, com habilidade, o que dizer e fazer.

E, por que falo de um tempo ainda distante para os jovens diplomatas que iniciam a carreira? Porque, desde os primeiros dias da ação profissional, muito lhes será exigido. Desde os primeiros dias, tomem o seu trabalho como se fosse final, como se estivesse na etapa de decisão. Pensem, a cada momento, no Brasil, acima de interesses pessoais ou setoriais ou faccionismos. Ajam, hoje, com o mesmo sentido de responsabilidade que deve ter quem decide. É essa a tradição do Itamaraty e não há outro caminho para a boa formação e o bom serviço ao país.

São cada vez mais sérios os desafios que o diplomata brasileiro enfrenta. Estamos na linha de frente da presença brasileira em cenários de crise, que se mostram resistentes aos mais diversos apelos de negociação e entendimento. Do ponto de vista pessoal, a crise se transformará, muitas vezes, em situações de sacrifício, de tensão. Se não for clara a vocação de servir, se a experiência institucional não tiver sido bem absorvida, faltarão os instrumentos para vencer as inúmeras dificuldades que a carreira vai apresentar em todo o seu transcurso e, sobretudo, em suas etapas finais.

Por outro lado, o Brasil está mudando. A democracia se implanta, apesar de todas as dificuldades e do crescente debate sobre como realizá-la. Esse processo, em tudo que tem de legítimo, só trará frutos positivos para a execução da política externa. As manifestações do interesse nacional se aperfeiçoarão. As raízes do apoio às escolhas di-

plomáticas serão cada vez mais sólidas. Como instituição, com o que aprendemos neste longo processo histórico de defesa dos interesses nacionais, nossa contribuição ao processo político brasileiro continuará e se aprofundará.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência, que vem de uma corporação com bases e valores institucionais tão fortes, compreenderá a manifestação de meu orgulho pelo Itamaraty. E, perdoará, talvez, a falta de modéstia de minhas palavras.

Vossa Excelência conheceu, contudo, de muito perto, o nosso trabalho. Esta Casa procurou dar a melhor e a mais leal contribuição à realização da política externa do Governo de Vossa Excelência. Foi uma contribuição direta, eficaz, em que o melhor de nossa capacidade institucional e o melhor de nossa vocação de diplomatas profissionais foram voltados à realização dos objetivos e metas que Vossa Excelência traçou.

Esta é a última cerimônia de Dia do Diplomata a que Vossa Excelência preside. Temos ainda longos dias de trabalho pela frente. As exigências de ação diplomática não se interrompem, têm seu próprio tempo, têm sua própria lógica. Não poderia, entretanto, deixar de registrar a importância histórica da ação diplomática de Vossa Excelência. Penso em contribuições fundamentais ao esforço de dirigir a diplomacia brasileira num tempo de crise. Penso na ampliação do escopo do diálogo diplomático brasileiro, em que foi significativa a atuação direta de Vossa Excelência, penso na clareza dos conceitos e das formulações da doutrina diplomática, que fixaram a vocação de paz da diplomacia brasileira.

Por estas razões — e tantas outras —, o nome de Vossa Excelência estará fortemente vinculado à história da diplomacia do Brasil.

Muito obrigado.

em entrevista à ebn, saraiva guerreiro explica a viagem do presidente figueiredo ao japão e à china

Entrevista do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, à **Empresa Brasileira de Notícias (EBN)**, concedida em Brasília, em 4 de maio de 1984, à repórter Marisa Gibson, e divulgada à imprensa em 11 de maio de 1984.

EBN — Ministro, já existe uma expectativa muito grande em torno desta viagem do Presidente ao Japão e à China. A respeito da China, como é a primeira viagem, já tem algumas coisas tratadas. O que o Brasil deve esperar dessa viagem do Presidente à China e ao Japão?

ME — Evidentemente esta viagem se impunha há bastante tempo. No caso do Japão, inclusive, havia sido assumido um certo compromisso de retribuir a visita do Primeiro-Ministro Suzuki ao Brasil e chegou a ser tratada a viagem para o ano passado tendo sido postergada por causa do período de restabelecimento do Presidente, após a operação de coração a que se submeteu. A visita à China é importante, dadas as potencialidades do relacionamento do Brasil com aquele país. Na verdade, toda a região do Extremo Oriente, do Pacífico, tende a adquirir um peso crescente em termos de comércio internacional. Isso é compreendido por todos os países, os europeus, os americanos, todos aqueles países que têm

um comércio exterior dinâmico. E é preciso, portanto, não só manter como desenvolver essas relações nesse campo comercial. Além disso, politicamente também são países fundamentais na conjuntura mundial. No caso específico do Japão, há a acrescentar que tem havido já, há alguns anos, uma troca de visitas do mais alto nível, como é possível recordar, de Primeiros-Ministros japoneses aqui, Chefes de Governo, portanto, e, antes, o Presidente Geisel foi ao Japão. Eu poderia desenvolver com relação a um e outro país certas indicações mais precisas e concretas, se você quiser.

EBN - Por exemplo, em relação ao Japão, o Brasil persegue essa assinatura do Acordo sobre transferência de tecnologia há mais de dez anos. Há a possibilidade de ser assinado agora?

ME — No que se refere ao Japão, como você lembrou, nós, há vários anos, negociamos um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. Quando eu lá estive, em mar-

ço de 1982, já depois de várias tentativas, houve uma reação, talvez por primeira vez, muito positiva, uma decisão de chegar à conclusão de um Acordo. Essas negociações se têm desenvolvido, os textos estão praticamente acertados e é extremamente provável que esse acordo final seja assinado por ocasião da visita do Presidente Figueiredo ao Japão. Nós temos alguns assuntos que vêm sendo objeto mais recentemente de um esforço de negociação, como é o caso da participação japonesa na expansão do Programa de Desenvolvimento do Cerrado — PRODECER-IL. Como se sabe, houve uma primeira fase desse Programa que se pode considerar uma experiência-piloto, com a cooperação japonesa. Essa experiência-piloto deu resultados muito satisfatórios, considerados satisfatórios não só por nós mas como pelos japoneses. A questão da expansão requer evidentemente financiamento. O momento não é o melhor possível, mas mesmo assim nós estamos muito esperançosos em que se dê um passo importante para essa expansão do Programa de Desenvolvimento do Cerrado, com a cooperação japonesa. Ainda há outras questões menores de cooperação técnica que poderão ser concluídas. Mas de qualquer forma, a visita do Presidente também ocorre em um momento em que, há alguns meses nós, as autoridades económicas nossas e o Governo brasileiro, através da Embaixada em Tóquio, vimos mantendo contatos com o Governo japonês, especialmente com autoridades de diversos Ministérios, inclusive com o Banco de Exportação japonês, para obtenção de um crédito para exportações japonesas. O que nós esperamos possa vir a ser anunciado na ocasião da visita do Presidente. Nós não podemos adiantar nada a respeito, este é um assunto que, publicamente se sabe, vem sendo conversado. Nós não temos, portanto, condições de anunciar o que vai ocorrer durante a visita do Presidente. Eu estou mencionando apenas assuntos cujo trato tende a ser apressado, dinamizado com a visita do Presidente. Há muitos outros na agenda bilateral Brasil—Japão e, sempre que há uma visita de Chefe de Estado, há um esforço de ambas as partes para

apressar, para procurar chegar a um bom termo. Não mecanicamente, mas há esse estímulo ao desenvolvimento das relações bilaterais.

EBN — O Senhor poderia falar um pouco mais sobre esse Acordo de Tecnologia? O que está faltando?

ME — Este é um acordo-quadro que regula a cooperação no campo da ciência e tecnologia dos dois países. O Japão tinha acordos desse tipo com alguns países industrializados, altamente desenvolvidos; não tinha com países em desenvolvimento, a não ser de forma muito fragmentária com alguns países do Sudeste da Ásia. Havia, portanto uma certa hesitação, digamos assim, em termos de fazer um acordo com o Brasil. E havia problemas, aliás compreensíveis, de ordem interna jurisdicional de Ministérios no Japão, essas matérias são tratadas por vários órgãos. É como aqui no Brasil também — apenas nós temos já uma espécie de modelo de acordo que vem funcionando com outros países e que pode ser adaptado às peculiaridades da administração japonesa. Esta muito adiantada a negociação, o estudo de textos, tudo isso. Eu acho que se pode ser bastante otimista quanto à hipótese da assinatura do acordo quando ocorrer a visita do Presidente Figueiredo. Há uma disposição, em princípio, favorável desde há uns dois anos; na ocasião da minha visita lá eu senti isso. Naturalmente uma coisa é a disposição de princípio e outra é a negociação precisa dos termos do acordo que é o que eu acho que agora estará em sua fase final.

EBN — Ministro, quando o Presidente Geisel foi ao Japão houve resultados positivos a longo prazo, não é? Ele fez aquele pacote económico. Parece-me que agora, embora o Senhor tenha citado o crédito à exportação e o Programa do cerrado, são coisas mais modestas, não né? Por que isso?

ME — É evidente para qualquer pessoa minimamente informada que a conjuntura mundial não favorece grandes projetos, Nós

mesmos não só desaceleramos muitos dos nossos projetos, como o Governo Figueiredo tem evitado iniciar novos grandes projetos, considerando a nossa conjuntura econômica. Isso não quer dizer que não se faça a visita presidencial. Não está ela determinada apenas pelo objetivo de obter empréstimos. Não é essa a função do Presidente. Nós temos um tipo de relação com o Japão que é bastante denso e que é permanente. E não será uma peripécia conjuntural de retração que deve desestimular, ou muito menos impedir, a presença do Chefe de Estado brasileiro no Japão.

E8N — Passando para China, fica mais interessante em termos de programação; Existe essa possível participação brasileira na construção da hidrelétrica que talvez seja negociada nessa visita. E além disso, o que poderia se destacar?

ME — Nós vimos desenvolvendo com a China relações muito positivas e o principal é que se criou um ambiente para essas relações, uma boa disposição de uma parte e de outra. Há uma boa disposição da parte do Governo chinês de procurar desenvolver essas relações e o interesse em uma cooperação com o Brasil em diversos campos. É preciso considerar também que a China teve uma fase, há alguns anos atrás, de perspectiva de grandes projetos, depois ela mesma restringiu os seus planos. Mas eles têm continuado a se desenvolver e a procurar a cooperação externa naquilo que possa lhes interessar. Sem dúvida, com relação ao Brasil sempre houve a melhor disposição. Como você se lembrará, há alguns anos atrás, quando o suprimento de petróleo não era fácil, a China se dispôs a nos suprir com 20 mil barris/dia, o que tem sido a base das nossas importações da China. As nossas vendas para a China têm seguido uma linha de altos e baixos, embora a tendência geral dessa linha quebrada, digamos, seja para cima. E há muitas outras possibilidades que dependem em grande parte também dos planos internos da China, daquilo que ela deseja ou tem interesse em adquirir. Também em março de 1982, quando eu estive

na China, eles estavam numa fase de grande retração e, no entanto, achei que era importante ir. Foi a primeira visita de um Ministro de Estado brasileiro à China, tem o seu significado político nesse sentido. Encontramos a maior disposição, cobrimos um largo espectro de possibilidades de cooperação, além da troca de impressões sobre questões internacionais, quer do Extremo Oriente, quer do mundo em geral, de outras regiões. Há pouco tempo esteve lá o Ministro da Fazenda com um grupo de empresários; houve vários entendimentos comerciais que foram definidos nessa ocasião, importantes, e há muitos outros possíveis em vários campos.

No campo da cooperação científica e tecnológica há muitas oportunidades; em agricultura, desenvolvimento florestal, processamento de madeira; no campo da saúde; no campo das ciências puras e aplicadas; em questões de normalização, até mesmo na área aeroespacial e no campo da hidreletricidade. A experiência que tivemos em nossas grandes barragens, em particular Itaipu, pode ser útil à China, e o Governo chinês certamente tem consciência disso em termos de planejamento ou da solução de vários problemas técnicos que se colocam na construção de uma barragem dessas proporções. De forma que é muito possível que se estabeleça uma cooperação entre a nossa ELETROBRÁS e a entidade chinesa correspondente, de consultoria talvez, pelo menos para alguns aspectos setoriais dessa construção. O que sempre é um elemento útil, pode levar, mais adiante, também a uma cooperação no campo da engenharia, etc. Naturalmente uma obra dessas leva muitos anos e não se pode dizer hoje o grau de participação que teremos, mas alguma interessante participação em termos de consultoria é provável. E há aqueles entendimentos que foram examinados quando da visita do Ministro da Fazenda em matéria siderúrgica, uma certa listagem de produtos para a exportação de um a outro país.

Talvez estabeleçamos alguma forma de cooperação no campo da microeletrônica e da

informática e mesmo as questões relacionadas com a cooperação nuclear não estão excluídas, dentro, evidentemente, do quadro a que sempre nos ativemos que é estritamente de cooperação para fins pacíficos.

EBN — Existem pessoas que levantam dúvidas sobre a data da viagem do Presidente Figueiredo à China pelo fato de ela acontecer imediatamente após a visita do Presidente Reagan a Pequim. Até que ponto o Brasil pode concorrer com os Estados Unidos, já que a China é um mercado tão disputado?

ME — Mas nós não estamos, em absoluto, não faz sentido, preocupados em concorrer com os Estados Unidos ou outro país. Nem esse assunto foi pensado, porque foi uma mera coincidência. A visita do Presidente a esses dois países teria ocorrido muito antes se não fossem as circunstâncias conhecidas, então, nós não nos preocupamos nesse sentido. Nós nos preocupamos em ver com os chineses aquilo que, do ponto de vista do interesse dos dois países e da reciprocidade de benefícios, pode ser efetivamente levado adiante, independentemente dos interesses, cooperação ou comércio da China com terceiros países. De modo que não há uma relação, é um tipo de especulação que não faz sentido nenhum e não nos preocupa em absoluto.

EBN — Sempre que se realiza uma viagem presidencial, há uma expectativa em termos de opinião pública, em termos de Nação. É possível que os resultados políticos sejam relegados a segundo plano em comparação com os resultados económicos, devido ao período de crise que o Brasil está vivendo. As pessoas estão sempre interessadas no aumento de exportação, no aumento de comércio. Até que ponto isso vai beneficiar os brasileiros que estão aqui? O Senhor acredita que é possível um aumento, digamos assim, de emprego, direta ou indiretamente, através das exportações?

ME —Toda possibilidade de exportação aumenta — quando há um incremento — as

possibilidades de emprego também. As visitas do Presidente não podem ser medidas em termos aritméticos, em termos de negócios. Isto é uma visão simplista e muito primitiva do que seja uma visita presidencial. É lógico que esse aspecto também é importante, é fundamental mas é parte de um todo, não é isso? Nós não teríamos nenhuma possibilidade de desenvolver, com um país como a China, o nosso comércio e cooperação económica, se politicamente o nosso relacionamento fosse mau. De modo que uma coisa depende da outra, até certo ponto, mas não é mecânica essa ligação. Evidentemente nós, em nossa política externa, sempre seguimos esta regra do interesse mútuo, da mutualidade de benefícios. Isto é sabido, é a credibilidade da nossa atitude, os outros sabem que é assim, é assim que temos trabalhado. Agora, as nossas relações com a China, como com qualquer outro país, não são determinadas exclusivamente ou preponderantemente por um interesse comercial. Elas têm, motivações das mais diversas. A China é um grande país, é um grande mercado. É também um país fundamental na própria estrutura das relações internacionais na sua região e mesmo em todo o mundo, é uma grande civilização, milenar. E, portanto, é um relacionamento correto e mesmo mais do que isso, como dizemos hoje, amistoso; é, a rigor, necessário para o Brasil e acreditamos que também para RPC. Há tempos que nós vimos desenvolvendo uma forma de cooperação com muito boa receptividade de um lado e do outro. Eu mencionei o suprimento de petróleo e acabo de mencionar também a boa disposição que sempre houve, e que se efetivou, para dar concessões a um grupo em que a PETROBRÁS está incluída e mesmo numa posição de liderança para a exploração, no mar da China, de depósitos de petróleo. Essas coisas todas foram feitas quando eu estive lá, há dois anos, porque estava praticamente decidido fazer isso com a PETROBRÁS. De modo que nós temos encontrado uma boa disposição como temos tido uma boa disposição. Temos tido déficit, a nossa exportação podia ser maior. Mas nós estamos vendo, na medida das pos-

sibilidades, uma crescente disposição chinesa de estimular esse desenvolvimento do comércio. Mas isso é parte de um todo, uma atitude geral, uma atitude política.

EBN — Ministro, esta será a última grande viagem do Presidente ao exterior, não é?

ME — O que eu posso dizer é que não há outra prevista.

EBN — Considerando que ela seja a última, e que o Presidente Figueiredo foi o que mais viajou ao longo desses cinco anos, o Senhor poderia fazer um balanço dos aspectos positivos para o Brasil dessas viagens, os resultados mais imediatos obtidos?

ME — Examinando esse período todo, o que as viagens do Presidente Figueiredo significam e simbolizam é o crescente significado de relevância do País no cenário internacional. Não que nós consideremos que o País é uma potência média, é isto ou aquilo. Mas é relevante, é um país que tem uma política externa respeitada, de muita credibilidade, é um fator de moderação no cenário internacional, é um país que não se apresenta com penas de pavão, não pretende ser outra coisa senão ser ele mesmo e tem sido competente no seu relacionamento internacional. Tudo isso criou uma extraordinária receptividade para esses contatos, essa acolhida, e o Presidente Figueiredo desempenhou um papel pessoal muito importante, ao engajar pessoalmente na política externa. Eu creio que se poderia destacar o papel do Presidente, em particular, com relação a uma área necessariamente prioritária de nossa política externa, que é a América Latina. O fato de se haver formado uma corrente de confiança entre o Governo brasileiro e os países vizinhos se deve muito, evidentemente, aos contatos pessoais do Presidente com os Chefes de Estado de vários países latino-americanos, em diferentes ocasiões. Isso, sem dúvida, junto com a orientação que nos foi dada e que temos seguido estritamente, de respeito pela evolução interna de cada país e de pro-

cupação apenas com desenvolver um relacionamento franco e tão proveitoso quanto possível, e muito responsável em termos das situações que surgiram na região, levou a um estágio excelente do posicionamento do Brasil nos seus contatos, nas suas relações com os países da América Latina. Eu não excluiria inclusive que a eleição por unanimidade do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos se deva a esse fato, esse fato de que não há controvérsias entre nós e nenhum país ou grupo de países na região e que há confiança. E o nome apresentado também, do Secretário-Geral deste Ministério, Embaixador Baena Soares, era um nome respeitado, como é em geral a diplomacia brasileira.

O esforço que o Presidente fez visitando alguns países africanos também serviu para demonstrar que não eram palavras ocas sua afirmação, feita quando assumiu o Governo, de que a África era uma área prioritária e que nós víamos esses países em desenvolvimento, de outro lado do Atlântico Sul, como países vizinhos aos quais nós dávamos uma atenção especial e considerávamos num plano de prioridades também no nosso relacionamento externo.

E as visitas do Presidente aos países industrializados da Europa Ocidental, Estados Unidos, e agora ao Japão, sem dúvida alguma foram muito proveitosas para o Brasil. São regiões com as quais o Brasil sempre teve um relacionamento muito denso e elas significam a maioria dos mercados, fontes de financiamento, de cooperação técnica. São as regiões, digamos assim, em que surgem as inovações tecnológicas e que também culturalmente tiveram e têm uma grande influência. E em todas essas visitas o Presidente encontrou sempre, da parte dos países visitados, um grande interesse num estreitamento de relações com o Brasil, apesar da época extremamente difícil em que todos estamos vivendo, porque a crise é uma crise econômica mundial além de que as tensões políticas internacionais têm sido muito intensas. Nós tivemos nesses cinco

anos e meio momentos de agudas preocupações, de tensões, de que todo mundo se lembrará. Inclusive alguns muito próximos envolviam países muito ligados a nós. E

sempre agíamos com correção, com uma diretriz, com uma grande coerência que permitiu nesses cinco anos e pouco não darmos nenhum passo em falso.

chanceler saraiva guerreiro na comissão parlamentar de inquérito da dívida externa

Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Comissão de Inquérito da Câmara dos Deputados que investiga a Dívida Externa brasileira, em 9 de maio de 1984.

Senhores Deputados,

É com muito prazer que, atendendo a convite desta Comissão compareço à Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Externa para falar sobre o comércio do Brasil com os países socialistas da Europa Oriental, em especial com a Polónia.

Não entrarei em maiores detalhes sobre a participação institucional do Itamaraty nos entendimentos comerciais mantidos com os países do Leste Europeu nos últimos anos.

Parece-me que a atuação do Ministério das Relações Exteriores ficou significativamente aclarada com as informações, tornadas públicas, que enviei à Presidência da República, em agosto, e com os esclarecimentos prestados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Chefe da Divisão da Europa—II e Secretário-Executivo da COLESTE, em setembro passado.

Caberia agora fazer uma breve atualização dos dados do intercâmbio comercial entre o Brasil e o Leste Europeu, bem assim das negociações mantidas com o Governo polonês,

a partir de novembro, até a presente data.

O intercâmbio comercial do Brasil com os países do Leste Europeu atingiu seu nível mais elevado em 1981 com cerca de US\$ 2 bilhões. Depois de uma queda de 14,9% em 1982, em 1983 registrou-se sensível incremento, nas transações comerciais com a área.

As exportações cresceram 20,6% alcançando US\$ 1,482 bilhão, e as importações aumentaram 8,3%, totalizando US\$ 503 milhões. O intercâmbio global atingiu US\$ 1,985 bilhão, com um incremento de 19,2% em relação a 1982.

Colocado em perspectiva, o intercâmbio do Brasil com os países da Europa Oriental, em 1983, representou cerca de 6% do total das importações e exportações nacionais, ficando o Leste Europeu como o sexto mercado para os produtos brasileiros, com 6,8%.

A URSS, com mais de US\$ 834 milhões (US\$ 670 milhões exportados e US\$ 164

milhões importados) e a Polónia, com mais de US\$ 318 milhões (US\$ 124 milhões de exportação e US\$ 194 milhões de importação) foram os principais parceiros, responsáveis por cerca de 55% do intercâmbio global, no ano passado.

Apesar das dificuldades económicas dos países da área, apenas a Polónia e a República Democrática Alemã diminuíram suas importações do Brasil. A Hungria, a Roménia e a Tchecoslováquia aumentaram suas compras de produtos brasileiros em mais de 50% em relação 1982, a Bulgária em 162% e a URSS em 31%. As importações brasileiras registraram queda com todos os países, à exceção da Hungria e da Polónia, que aumentaram suas vendas ao Brasil em 33% e 78%, respectivamente.

A retomada do crescimento das economias dos países do Leste Europeu, acompanhada pela redução do seu endividamento externo, abre boas perspectivas para a manutenção da tendência de crescimento do comércio com o Brasil registrada nos últimos anos. Esse intercâmbio comercial, porém, continuará, como até aqui, a ser complementar e não alternativo às correntes tradicionais de trocas do Brasil.

A perspectiva de crescimento do comércio, de nosso lado, é facilitada pela implementação de uma efetiva política de importações, pois, em contrapartida às nossas exportações, o Leste Europeu tornou-se importante supridor de algumas matérias primas e insumos químicos e industriais.

Com relação aos entendimentos comerciais e financeiros mantidos com a Polónia, como sabe essa Comissão, a 15 de setembro de 1983, o Governo brasileiro comunicou ao Governo polonês ter mantido conversações com o chamado Clube de Paris — que congrega países credores da Polónia — com vistas a transferir para esse fórum as negociações visando ao equacionamento dos pagamentos da dívida vencida. Em consequência disso, a partir daquela data, foram sus-

pensas as negociações bilaterais até então levadas a efeito a nível de Governo.

Em princípio de novembro, esteve no Brasil o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Polónia, Andrej Dorosz, a fim de manter conversações com as autoridades brasileiras sobre a evolução do comércio bilateral.

Na oportunidade, ficou acertado o pagamento de atrasados financeiros, representados inclusive por Notas Promissórias, da ordem de US\$81,7 milhões, relativos à dívida de 1981; foram definidas as novas bases do intercâmbio comercial e ficou acertada a discussão multilateral para o reescalonamento da dívida no período de 82/84.

As novas bases do intercâmbio fundam-se na ausência de linhas de crédito para apoio às exportações e no equilíbrio das trocas por meio do estrito acompanhamento pelo Banco Central das exportações previstas nos contratos a longo prazo de carvão, enxofre e minério de ferro. O Brasil poderá ampliar suas exportações até o limite da diferença entre as aquisições de carvão e enxofre e as vendas de minério de ferro, a fim de evitar a criação de novos excedentes financeiros na conta-convênio.

Em 16 de novembro passado, o Brasil foi oficialmente admitido como credor nas conversações do Clube de Paris sobre a Polónia. Em consequência disso, em 21 e 22 de março último, o Brasil participou de reunião com 16 outros países credores para avaliar o desempenho da economia polonesa e examinar diferentes possibilidades de reescalonamento da dívida. A reunião não foi conclusiva, pois ainda há pendente a questão do acerto entre aqueles 16 países e a Polónia, quanto ao pagamento da dívida de 1981.

As conversações deverão prosseguir em breve, esperando-se que seja acordado um esquema satisfatório, para todas as Partes. Definido esse esquema, as mesmas condições obtidas pelos credores ocidentais serão

estendidas ao Brasil, o que representará o recebimento de uma parcela dos juros e o adiamento, por alguns anos, do pagamento integral do restante dos juros e do principal.

Por outro lado, cabe mencionar, a título informativo, que a Polónia, paralelamente às negociações com os Governos no âmbito do Clube de Paris, tem mantido negociações com bancos ocidentais seus credores. Desde 1981, foram reescaloados em três acordos anuais US\$ 6,1 bilhões de um total de US\$ 29 bilhões. Em novembro de 1983, foi assinado acordo com cerca de 500 instituições bancárias para o reescaloadamento da dívida comercial polonesa relativa a 1983. O acordo referiu-se ao montante de US\$1,1 bilhão de juros e 1,5 bilhão de principal. 95% desse montante foi reescaloadado por 10 anos com um período de carência de 5 anos, à taxa de juros de 1,7/8% sobre a LIBOR; os 5% restantes foram pagos até 16 de janeiro; os pagamentos de juros devidos em 1983 foram feitos em 4 parcelas, em novembro e dezembro, sendo que 65% dos juros devidos foram refinanciados por três anos, através da concessão de créditos especiais.

Definidas as condições do reescaloadamento da dívida de 1983, prosseguiram os entendimentos com os bancos credores, em encontros realizados a partir de janeiro último em Paris, Viena, Zurique e Varsóvia. No decorrer de tais conversações, prevaleceu a posição no sentido e ser dado tratamento global à dívida vencida em 1984 e a vencer nos próximos anos, ao invés de se manter o reescaloadamento em bases anuais, como

ocorrido até agora. Durante o último encontro, realizado em Varsóvia de 25 a 27 de abril, parece ter sido alcançado um acordo preliminar, a ser ultimado em julho, relativo às dívidas de 1984 a 1987 em um total de US\$1,9 bilhão. Em princípio, a Polónia pagaria agora apenas os juros desse montante, ficando a amortização do capital para ser efetuada em 1988 a 1994, em modalidades a serem ainda definidas. A taxa de juros seria de 1,75% acima da LIBOR, assim como parte dos juros pagos seria convertida em novos créditos. Durante a próxima reunião entre o Governo polonês e os bancos, tais questões serão ultimadas, assim como deverá ser examinada a possibilidade de concessão de empréstimos comerciais de curto prazo.

Finalizando, posso dizer que as autoridades brasileiras têm acompanhado de perto a evolução da situação econômico-financeira na Polónia e suas conseqüências para nosso país.

Quanto ao intercâmbio bilateral, foram tomadas medidas drásticas que acarretaram a inversão da tendência superavitária para o Brasil na balança comercial, determinando, pela primeira vez, em 1983, um maior volume de exportações polonesas em relação às exportações brasileiras.

No tocante ao pagamento dos atrasados no período 82—84, nas próximas reuniões do Clube de Paris, espera-se sejam ultimados os entendimentos para definir o esquema de amortizações, a serem feitas dentro dos parâmetros fixados pelo conjunto dos países credores da Polónia.

a visita do ministro das relações exteriores e culto da argentina

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Dante Mário Caputo, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 14 de maio e 1984, por ocasião de almoço oferecido ao Chanceler argentino.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

Ao estender a Vossa Excelência as boas vindas do Governo brasileiro, desejo sublinhar que sua presença em Brasília testemunha a alta prioridade que nossos Governos atribuem às relações de amizade entre nossos países.

A visita de Vossa Excelência vem somar-se a um número já significativo de encontros entre autoridades do novo Governo argentino e do Governo brasileiro.

Tanto nossos encontros em Buenos Aires, Quito e Montevideu, quanto as visitas ao Brasil do Secretário de Comércio Ricardo Campero e do Subsecretário de Relações Económicas Jorge Romero, e as reuniões de caráter econômico-comercial e de planejamento político recentemente realizadas em Buenos Aires, atestam o intuito de fortalecer nosso entendimento.

Senhor Ministro,

Os laços de amizade que unem nossos povos não se baseiam, apenas, na proximidade de geografia ou no desafio comum do desenvolvimento e do bem-estar social.

Une-nos a herança cultural comum aos povos latino-americanos. Aproxima-nos o projeto histórico de construir nações modernas e democráticas e de superar os entraves ao pleno progresso social e econômico. A mesma vocação universalista faz de nossos países parceiros atentos à necessidade de conviver harmoniosamente na comunidade internacional e de procurar transformações através do diálogo e da cooperação.

É necessário que o diálogo interamericano seja revigorado e que a voz da América Latina se faça efetivamente ouvir. Num mundo conturbado pela ameaça de conflito, prejudicado pela falta de recursos e afetado pela deficiência dos canais de comunicação política, nossa cooperação pode e deve ter utilidade crescente não só para nós, como

para toda a América Latina e mesmo além dela.

Senhor Ministro,

Ao lado dos problemas políticos, aface econômico-financeira da conjuntura internacional toca diretamente nossos países

Nosso discurso diante da crise tem sido o da persuasão. Nossos argumentos são aqueles ditados pela mais límpida racionalidade. Na ONU, na UNCTAD, no GATT e, em particular, na Conferência de Quito, bem como em conversações bilaterais com os países desenvolvidos e com os organismos financeiros internacionais, temos procurado chamar a atenção para os aspectos políticos, internos e externos, dos problemas financeiros e econômicos que enfrentamos.

A América Latina tem estado na vanguarda do duplo esforço de negociar e reajustar. A interdependência entre ambos é lógica e deve ser respeitada. São necessários novos gestos reais de ativação do comércio internacional, com a contenção do protecionismo e a flexibilização dos fluxos financeiros, sob a forma da aplicação de taxas de juros e esquemas de amortização compatíveis com os índices de produtividade de nossas economias e com nossas necessidades de investimentos produtivos e dinâmicos, que assegurem o pleno emprego e a paz social. Não podemos investir na desesperança.

Senhor Ministro,

A visita de Vossa Excelência nos oferece a oportunidade de examinar temas do denso relacionamento bilateral Brasil—Argentina e de analisar sob novas perspectivas a realidade regional e internacional em que se inserem nossos países.

As perspectivas de aumento do intercâmbio comercial, com base em fórmulas que conjurem as dificuldades financeiras e cambiais do momento, são reais e promissoras. Os temas da área econômica, que abarcam atividades de grande significação social, como

os transportes, as comunicações, a agricultura, o turismo, a energia e a mineração, são mostra precisa da variedade de campos em que nossos países podem aprofundar seu trabalho conjunto e sua cooperação.

Essa perspectiva, aliás, ficou clara quando da reunião bilateral sobre temas econômicos de interesse recíproco, realizada em Buenos Aires, em abril último.

No âmbito político, nossos Governos têm repetidamente conversado. Têm afinado posições em foros multilaterais, com ânimo construtivo e conciliador. Na recente reunião de planejamento político entre as equipes de nossas respectivas Chancelarias, procurou-se de forma franca e madura analisar temas internacionais variados, com proveitosos resultados para a compreensão recíproca de nossas posições.

É com a convicção da inelutável convergência dos interesses de nossos povos, que convido todos os presentes a comigo brindarem pela vitalidade das relações entre o Brasil e a Argentina, pela prosperidade da grande nação irmã, por Sua Excelência o Presidente Raúl Alfonsín e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

CHANCELER DANTE MÁRIO CAPUTO

Señor Ministro:

Es realmente una gran satisfacción para mi compartir hoy en esta mesa de amistad, las esperanzas en el futuro que juntos iremos construyendo para ofrecer a nuestros pueblos las soluciones a los difíciles problemas que debemos enfrentar.

En estos meses hemos tratado de dar al mundo claras señales de cuales son nuestras concepciones políticas y cuales los mecanismos que consideramos aptos para el establecimiento de relaciones internacionales, basadas en el respeto mutuo y construídas

sobre las comunes necesidades de desarrollo económico, justicia y¹ paz.

Los vertiginosos cambios que se están operando, en el mundo, tornan más acuciante la necesidad de disponer de una adecuada inteligencia de los acontecimientos internacionales.

Estamos en un período de transición del sistema internacional y aunque resulta difícil predecir el producto final, nos corresponde ineludiblemente a los países latinoamericanos, hacer un esfuerzo conjunto para captar las fuerzas profundas que inducen a los cambios internacionales y distinguirlos de los más superficiales y conjunturales.

Conocer y comprender el mundo que nos rodea es esencia para nuestras vidas nacionales.

A partir de ello, se trata entonces de encarar en América Latina soluciones conjuntas para problemas comunes.

Así las cosas, tenemos que defendemos reciprocamente en los mercados mundiales; tenemos que encarar con valentía, decisión y franqueza nuestras propias relaciones recíprocas; tenemos que ayudamos a liberar completamente nuestras economías de las ataduras que impiden su desarrollo.

Todo ello, garantizado por el respeto de nuestras entidades jurídico-políticas, sin pretensiones de hegemonías ni preponderancias, sin ejes y sin bloques. Todo ello, expresado por un vasto plan inteligente y concertado, que permita el crecimiento de las unidades nacionales dentro del concierto de grandeza continental.

Es mucho lo que Brasil y la Argentina pueden hacer en este sentido en el campo bilateral y en el regional de esta gran Patria latinoamericana.

Las naciones de América Latina, debemos

convocar al resto de los países del mundo a promover sinceramente conversaciones sobre el desarme y a comprender que el conflicto Este-Oeste atenta contra nuestros intereses y nuestras soberanías nacionales. Porque el verdadero desafío para los gobiernos latinoamericanos es promover el desarrollo de las naciones de la región, convencidos de que la justicia social y la libertad son banderas que deben flamear indefectiblemente unidas.

Señor Ministro:

Hace pocas semanas, equipos de nuestros Gobiernos se encontraron en Buenos Aires para realizar un ejercicio de planeamiento político que, no tengo duda alguna, ha constituido el comienzo de una nueva etapa de intercambios más ágiles e intensos, que no solo permitirán la profundización de nuestras relaciones bilaterales, sino también la coordinación de políticas globales en el escenario internacional.

Y este intercambio de información y la coordinación de políticas puntuales, reforzará notablemente el papel de cada una de nuestras naciones en el mundo, tan vital cuando vivimos momentos de gran confusión internacional.

Latinoamérica no se ha visto exenta de las perturbaciones que asolan al mundo. La violencia se ha instalado en parte de nuestro subcontinente.

Mientras tanto los problemas financieros de nuestras economías condicionan las posibilidades concretas de aplicar programas de crecimiento y satisfacer las justas reivindicaciones de redistribución interna que nuestros pueblos reclaman. Y no quede duda de que solo podremos resolver nuestros problemas uniendo nuestras fuerzas.

La reciente contribución del Brasil en la configuración del crédito puente a la Argentina es, además de un gesto de amistad y solidaridad que agradecemos, una respuesta

concreta en la dirección de la unidad de esfuerzos que señalamos.

Pêro también debemos decirle ai mundo que no podremos continuar dependiendo de las resoluciones arbitrarias dei sistema financiero internacional, como este reciente nuevo aumento de las tasas base de interés en el sistema financiero estadounidense.

Hace poço, recordaba en la reunión dei consejo de ministros de la ALADI, que cuando comecemos a descubrir que el sistema comercial y financiero internacional no estaba pensado para dar soluciones a los problemas dei subdesarrollo económico y social, fueron surgiendo respuestas parciales para las situaciones sectoriales. Pêro que las condiciones polfticas, económicas y sociales de hoy, nos imponían ser más creativos y auténticos si realmente queríamos encontrar las respuestas a los grandes problemas dei presente.

Hasta hace no mucho, las naciones de América Latina, individualmente y a veces en conjunto, solo proyectaban su destino hacia los países desarrollados, lo que impidió durante años avanzar en el proceso de integración. Pêro ahora, en los últimos tiempos, hemos ido comprendiendo la importância de la unidad hacia adentro dei continente, pues solo por esta via mejoraremos nuestras posibilidades y podremos incrementar la capacidad autónoma de decisión de nuestros países.

Por otra parte, la descarnada realidad de

nuestras insuficiências económicas y sociales, desafía permanentemente nuestra imaginación y nuestra acción. Las justas demandas de nuestros propios pueblos requieren respuestas que contribuyan a mejorar sus niveles de ingresos, a diversificar sus consumos y a satisfacer la expectativa de una vida digna en un contexto de paz y libertad.

Para ello, se hace imperioso que juntos Debemos adelante una política creativa que revitalice definitivamente los mecanismos de cooperación bilateral e integración regional. Esto nos permitirá adernas, utilizar y potencializar nuestras posibilidades y las de la región toda, para protegemos de la inestabilidad económica, aumentando así progressivamente y ai mismo tiempo, nuestra presencia a nível internacional y nuestra capacidad de negociación con los países industrializados.

Señor Ministro:

No creemos en el fortalecimiento de las relaciones entre los países basado en mecanismos simplemente e formales o burocráticos.

Solo una gran voluntad política de acercamiento es la que permite la adopción de metodologías creativas y resultados concretos. Estos meses de intenso trabajo conjunto, son la prueba de ello. Adernas, este entendimiento entre Brasil y Argentina es fundamental y vital para la construcción y consolidación de la unidad latinoamericana*.

* Na seção Tratados, Acordos, Convênio, página 118, o texto do entendimento, por troca de Notas, entre Brasil e Argentina, para o estabelecimento de mecanismos de consultas política e econômica, assinado em Brasília, pelos Chanceleres Saraiva Guerreiro e Dante Mário Caputo.

a xn sessão do conselho de administração do programa das nações unidas para o meio ambiente, em nairobi

Discurso do Chefe da Delegação do Brasil à XII Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, João Augusto de Medicis, em Nairobi, de 15 a 29 de maio de 1984.

Mr. President,

It is certainly not too late to extend to you my warm congratulations on your election. We have already been assured that under your competent guidance we will be able to accomplish the difficult and complex tasks assigned to the XIIth Session of the Governing Council.

My Delegation would also like, through you, to present its sincere congratulations to the other distinguished members of the Bureau, of which we are honoured to be part. May I take this opportunity also to express our deep appreciation of my Delegation to our former President, Doctor Martin Holgate, to whose devotion and competence we are very much in debt for the high standard of the achievements of our last Session.

Mr. president,

I could not proceed without making a brief reference to the progressive strengthening of the Brazilian framework for environmental protection. One significant event in 1984 will be the establishment of the National Environment Council, which, based on an integrated concept of human environment, shall supervise and guide the enforcement of our National Environment Law, adopted in 1981, which became effective in 1983. Moreover, we are developing flexible tools for tackling some of the most serious environmental problems in our territory, like, for instance, the recurrent droughts in the North-East, the floods in several regions and the question of urban settlements around industrial sites. In this context, the visit of

the Executive Director to our country, in 1983, allowed for the identification of a new set of activities that can be developed with the support of UNEP, through the Environment Fund and the clearing-house mechanism. Simultaneously, we are devoting ourselves to strengthening the regional component of environmental protection, mainly by means of projects that have been negotiated in the last three intergovernmental regional meetings on the environment in Latin America and the Caribbean.

Mr. President,

We are presented this year with a very comprehensive and action-oriented documentation, and the work of the Secretariat should be commended once more. The Annual Report and the introductory reports of our Executive Director constitute valuable tools to guide and facilitate the deliberations of the Governing Council. We thank Dr. Tolba for his efforts in presenting a balanced and complete overview of all matters relating to the United Nations Environment Programme.

The year of 1983 was marked by the steady implementation of previous decisions dealing with environmental matters, although the financial constraints of the Environment Fund forced the Executive Director to work exclusively on priority areas. These constraints however, must be considered in a wider context, as they reflect difficulties linked to the present world economic crisis. The Executive Director focused upon this point in his Annual Report and we totally endorse his judgement that: "The economic crisis continued and, although some thought they

saw dim flickerings of hope on the horizon in a few developed countries, the crushing burden of debt on many of the developing countries threatened to rob them of their last resources - hope. Poverty - the archfoe of sustainable, environmentally sound development - was rapidly increasing.

In this context may I refer to a joint declaration issued May 19th by the President of Argentina, Colombia, Mexico and Brazil in which is stated, among other points, the concern regarding the development aspirations of our people, the progress of democratic tendencies in the region and the economic security of our continent which are seriously affected by successive increases in interest rates, the expectation of further increases and the proliferation and intensity of protectionist measures.

Therefore, Sir, the catalytic role of UNEP, to be played in a time of crisis, will have to be that of seeking new and creative Solutions while having to manage ever-decreasing resources, at least in the short run. More than ever we must recognize that only a continuous dialogue and a concerted display of political will can indicate the path towards concrete co-operation in order to overcome the present stalemate. This is why we support the idea of exploring means of rendering effective the analysis of the links between environment and development, which were carefully examined in the Executive-Director 1984 State of the Environment Report. My Delegation will dwell on this point when we come to item 6 of our agenda.

I am sure that I will not be out of order, Mr. President, to acknowledge the valuable statement made here by the Executive Director of the United Nations Centre for Human Settlements (HABITAT). Let me quote his opening remark when he stressed that "the human beings are and should be at the centre of the priority concerns for both UNEP and Habitat. To the view of my Delegation this is and should remain to be the appropriate focus to our work as it was inscribed in the very title of the Stockholm Conference on the Human Environment. I want to thank Mr. Arcot Ramachandran for his remind on this basic point and, of course, for all the useful comments he shared with us in his important statement.

Mr. president,

It is only a matter of justice to express our deep appreciation for the unrelenting efforts of our Executive Director to obtain additional resources for the financing of specific activities, mainly those directed towards the most serious environmental problems of the developing countries. As far as the clearing-house is concerned we would like to stress our interest in following closely the implementation of this mechanism. The first results appear to be positive, as indicated by the Executive Director, and we hope that

in the near future it will be possible to give final advice on the work of this extremely valuable "brokerage tool". The whole clearing-house system, if you allow me to recall its conception, was structured so as to provide additional financing for very specific projects in the developing world. However, the preliminary results of this important function played by UNEP are still to be evaluated by the Governing Council and we should be very careful when deciding on the future application of the clearing-house, at least in this initial stage. This is why we have received with some concern the proposal of the Executive Director, in his introductory statement, concerning the utilization of the clearing-house to catalyse the setting up of international centres for applied studies and training in selected areas. Before taking any decision of this matter we believe that a more detailed debate should be held, especially as to the final destination of resources raised through the clearing-house. With this in mind, let me assure that my Delegation would obviously agree with the future presentation of a report on the feasibility of this idea.

Let me now briefly touch upon the report on the preparation of the environmental perspective to the year 2.000 and beyond. In spite of the global implications and goals of this exercise, my Delegation hopes that it will rely on a careful sense of pragmatism and will take full advantage of existing political agreements, particularly the Stockholm Plan of Action and the Nairobi Declaration. The Brazilian Government, Sir, is especially interested in the environmental perspective because it has been giving and will certainly continue to give increasing attention to all environmental issues in the process of national development.

Mr. President,

The Executive Director has declared in his opening statement that the mismanagement of resources is the root cause of most environmental degradations. As a matter of fact, to be more precise, I would rather quote the original version of Doc. UNEP/GC.12/11, paragraph 31, which states that "Poverty is by far the most important cause of environmental destruction". May I add that poverty is the unavoidable result of increasing inequalities among peoples and among nations.

Time is short, Sir, for dealing with all issues that deserve careful consideration. My Delegation expects that in this XIIth Session of the Governing Council we will be able to agree on substantial decisions that may lead us take a step forward on our quest for protecting the environment and granting sound standards of life for the future generations.

Thank you.

a entrevista do chanceler saraiva guerreiro à revista exame

Entrevista do Chanceler Saraiva Guerreiro à Revista **Exame**, concedida em Brasília, em 5 de junho de 1984.

Exame — O Governo brasileiro repudia a moratória, mesmo parcial, repudia a ideia de se formar um clube de devedores, repudia a negociação coletiva; enfim, repudia a confrontação. Pois bem, até agora não houve da parte dos credores nenhum gesto de boa vontade também. Sendo assim. Ministro, o que pode resultar concretamente de uma reunião como essa dos países devedores, dessa primeira reunião?

Ministro de Estado — A nossa atitude sempre foi a do diálogo; sempre demos muita ênfase à tese de que há um interesse convergente dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, tanto do ponto de vista econômico, de expansão da economia mundial, quanto do ponto de vista político, de estabilidade dos países do Sul. Há uma crescente consciência, sem dúvida, mesmo nos países desenvolvidos, desse fato, dessa percepção. Está no discurso do Presidente na ONU, está no Documento de Quito. A dificuldade que tem havido é de como, em termos da dívida, traduzir essa percepção em medidas concretas. O que evidentemente é muito difícil, é muito complexo. Mas nós achamos que é necessário, cada vez mais, buscar essas medidas concretas. Nós acreditamos que a continuação de altas ta-

xas de juros e de uma situação de ajustamento para pagamento da dívida, com o grau de imprevisibilidade das taxas de juros e com a relativa estagnação do comércio mundial, a continuação desse processo recessivo pode ter conseqüências não só econômicas — já está se tendo em termos de produção do comércio e da atividade econômica — como conseqüências sociais e políticas graves em muitos dos países devedores.

Exame — E essas já são muito claras, não é?

ME — Começam a se tornar claras, em alguns países com certo grau de gravidade. E, como está dito na própria Declaração dos Presidentes, podem até vir a afetar a evolução política desses países, sua estabilidade. Nós temos interesse em evitar essas conseqüências. Temos muita confiança em nós mesmos. Achamos que a sociedade brasileira é muito sólida, muito capaz de enfrentar dificuldades, mas não podemos negar que existe no momento uma certa sensação de desesperança, de perda de confiança. Por outro lado, também aquilo que acontece em outros países amigos, vizinhos até, nos afeta muito. Nós temos uma natu-

ral preocupação com as conseqüências em países cuja prosperidade, cuja estabilidade, são muito importantes para nós, do ponto de vista político, do ponto de vista estratégico. Isso nos tem levado à convicção de que é preciso se fazer alguma coisa, que é preciso mudar o sinal, digamos, da evolução atual, que está tendo um sinal negativo, um sinal de baixa progressividade da atividade económica, redução de emprego, estagnação do comércio internacional, etc. Achamos que é preciso se fazer alguma coisa. Porque não depende isso exclusivamente de forças automáticas, digamos, do mercado. Não é que se vá contra elas. Mas há uma possibilidade de ação de Governo por parte dos países desenvolvidos.

Exame — O Senhor acha que os países desenvolvidores serão capazes de mudar o sinal, a partir dessa reunião?

ME — Nós achamos que sim. Estamos numa campanha. Como eu disse, há uma crescente consciência e percepção mesmo nos países desenvolvidos. Nós achamos que já está bastante maduro o ambiente para que haja alguma medida, sobretudo relacionada com taxas de juros e outros aspectos que são importantes; pode dar um alívio, pode criar uma certa reversão das expectativas negativas. Eu tenho dito também, muitas vezes, que seria injusto dar à opinião pública a impressão de que tudo vai ficar num mar de rosas; em absoluto não se trata disso, É óbvio que os ajustamentos que fizemos, e que temos feito, eram de alguma forma necessários, houvesse ou não uma negociação com o Fundo Monetário Internacional, porque havia uma recessão mundial, uma certa estagnação do comércio mundial; havia na nossa economia e existe ainda um patamar de inflação que é obviamente negativo. Ninguém estaria achando que nós poderemos consertar ou, digamos., reverter o processo inflacionário sem algum tipo de sacrifício. São anos difíceis. Nós tivemos os dois aumentos, em 1973 e 1979, dos preços do petróleo; tivemos depois o aumento das taxas de juros e nós nos confrontamos num dado momento com a falta de liquidez no

sistema financeiro internacional. Em cada país ainda houve, por coincidência, algumas causas negativas que contribuíram para tornar ainda mais difícil a situação—como aqui no Brasil, cinco anos de seca no Nordeste e grandes inundações no Sul. De modo que pensar que seja possível um arranjo que torne tudo fácil, isso evidentemente não existe. Mas sim o que nós achamos é que pode haver um alívio e, como eu disse, uma mudança no sentido da evolução, uma reversão de expectativas. É disso que nós estamos, creio, precisados e que é necessário tanto do ponto de vista da expansão da economia mundial, como do ponto de vista dos processos políticos e da evolução social nos países em desenvolvimento.

Exame-A própria entrada do Itamaraty nesse cenário já criou uma certa expectativa. Agora, há um temor de que a reunião acabe descambando para a retórica pura e simplesmente. Eu queria saber de que forma concreta esses países poderão exercer uma pressão e quais seriam os objetivos centrais. Fixar uma taxa de juros, por exemplo? Porque isso é uma coisa crucial, fundamental...

ME — Evidentemente, primeiro o Documento de Quito, depois a Declaração Conjunta dos quatro Presidentes têm um peso político inegável, porque não é possível ignorar essa manifestação de países que estão dando mostras de um alto grau de responsabilidade no trato desses assuntos, o que pesa muito, tanto económica quanto politicamente. O que se prevê para a reunião dos Ministros evidentemente resultará de uma troca de ideias entre Ministros do Exterior e Ministros da Fazenda de vários países latino-americanos; portanto, não se pode dizer de antemão exatamente o que é que vai sair daí, vai sair um produto com aqueles denominadores comuns. Como se sabe, é do próprio bom senso, cada país tem a sua especificidade, a negociação da dívida em si mesma tem de ser individual. Por exemplo, para alguns países um prazo de carência X pode ser suficiente, para um outro é preciso talvez um prazo maior; não

há necessidade de uma uniformidade absoluta. Mas há alguns elementos que são bastante conhecidos e que se constituem denominadores comuns. Quer dizer, qualquer que seja a situação do país devedor, qualquer que seja a sua particularidade, há esses elementos que se aplicariam a qualquer negociação. Por exemplo, o caso típico é taxa de juros, **spreads**, um maior fluxo de recursos financeiros novos, a possibilidade de reforço das instituições multilaterais de financiamento e o aspecto paralelo, mas necessariamente relacionado, do acesso a mercados, de facilidades, até mesmo facilidades que sejam emergenciais e transitórias para o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados dos países industrializados. Há uma série, portanto, de elementos que são, digamos, de interesse comum para enfrentar a situação do endividamento e que se aplicam a qualquer país, apesar da variedade de estágios de desenvolvimento, de recursos próprios, de perfil de dívida, até mesmo de questões internas de ordem política que podem variar de um devedor para outro. Mas há esses elementos que dariam um certo alívio a todos e que não dependem da particularidade de cada país, são comuns. É isso que os Ministros tentarão, creio, definir com um nível de precisão e de formulação concreta um pouco mais técnica do que na Declaração dos Presidentes. A Declaração dos Presidentes tinha de ser, como foi, uma declaração política de ordem geral, muito clara, muito firme, que não tinha porque entrar nesses detalhes.

Exame — Então é óbvio que qualquer resultado da reunião vai depender do que for discutido lá. Mas dentro do Governo brasileiro já existe um consenso quanto à proposta brasileira que vai ser levada a essa reunião?

ME — Ontem, nesta conversa que eu tive com os Ministros Galvêas e Delfim Neto, houve um entendimento sobre certos pontos essenciais, certa filosofia de posição, com base na qual os assessores dos três vão fazer um certo detalhamento. De modo que não se foge em absoluto daquilo que é a

diretriz estabelecida na Declaração dos Presidentes, mas vai necessariamente além dela, com um nível de maior concretude. E é sempre, como tem sido na atitude desses países participantes, uma atitude negociatória que visa à persuasão, baseada numa racionalidade, num exame objetivo e propostas racionais.

Exame — Então, as posições até então divergentes, digamos, entre o Itamaraty e a área econômica foram ajustadas ontem?

ME — Eu nunca admiti que houvesse uma divergência propriamente; eu sempre disse — no ano passado, em maio, no Senado, na Câmara — que havia dois níveis. Há um nível que é o de negociação da dívida dentro das regras de mercado, das regras, digamos, comerciais existentes, dentro dos parâmetros institucionais existentes, no qual as autoridades econômicas realizaram com grande esforço, com uma terrível pressão contra o tempo para fechar as contas no fim do ano. E há um outro nível, que é aquele que você vê mais no discurso do Presidente na Assembleia da ONU, que é o dessa persuasão, uma verdadeira campanha de persuasão, de que é preciso seja levada em conta a situação peculiar dos países em desenvolvimento e de que é preciso, de certa forma, criarem-se parâmetros que sejam mais propícios à negociação, em si individual. Quer dizer, que ela se faça dentro de um quadro menos rígido em termos de normas e regras. De modo que não há uma incompatibilidade entre as duas coisas; são dois caminhos que visam a um mesmo objetivo, mas um tende a se adaptar e a se moldar às circunstâncias vigentes e o outro procura mudar alguns aspectos do próprio sistema.

Exame — Ministro, a própria Nota dos Presidentes, na medida em que ela denuncia que os sacrifícios não foram distribuídos até agora igualmente, ela confessa que a negociação a nível técnico foi mal feita? Quer dizer, ela impôs uma dose excessiva de sacrifícios que hoje está aí nas ruas, é um negócio visível...

ME — São duas coisas, de novo, diferentes. É preciso nós vermos isto com clareza. Quer dizer, as condições foram duras, mas eram as condições possíveis. Não havia como, nesta negociação, como ela foi feita e dadas as circunstâncias de urgência, fazer melhor do que aquilo que se fez, e que, afinal de contas, está tendo certos efeitos negativos mas também alguns efeitos positivos, em termos de uma progressiva redução de certas distorções da nossa economia. É lógico que poderíamos fazer isso provavelmente com muito menos sacrifícios se os parâmetros do sistema internacional fossem outros.

Isso que diz a Nota dos Presidentes não quer dizer que eles considerem que a negociação que foi feita concretamente com os bancos estivesse errada. Ela foi feita dentro daquilo que era possível com os bancos, no sistema comercial normal de mercado. Isto que dizem os Presidentes pode ser traduzido em miúdos dizendo: é impossível continuar a negociar dentro estritamente de regras, de condições ou de circunstâncias, puramente automáticas de mercado. E é preciso uma decisão política no sentido de aliviar essas situações.

Exame — Não havendo, da outra parte, boa vontade para mudar essas condições, o que ocorreria? Ocorreria a moratória?

ME — Nós achamos que, apesar das diversas declarações, há uma crescente conscientização dos países industrializados da necessidade de encontrar um caminho que alivie essas pressões sobre os devedores. Isto é muito evidente não só nos meios acadêmicos, nos organismos especializados e mesmo nos editoriais de jornais que atingem o público em geral, é evidente até mesmo em certos círculos bancários. É muito difícil realizar essa adaptação, esse alívio, digamos assim, mas há uma consciência crescente. Nós acreditamos que não será necessário ir a uma confrontação. Nós faremos o possível para isso. Nós temos todas as motivações e a confiança suficiente em nós mes-

mos para passarmos bem esta fase, quaisquer que sejam as circunstâncias. Eu disse numa outra entrevista que a Nota dos Presidentes não contém uma ameaça, contém um alerta. Um alerta que corresponde a fatos que estão começando a aparecer e a serem vistos em vários países em termos de dificuldades de ordem social muito sérias.

Exame — É um problema de tempo agora, já estão trabalhando contra o tempo. Porque aqui no Brasil, por exemplo, a deterioração do quadro social é um negócio sério.

ME — Já começa a ser visível, não é isto? Nós achamos que o país tem grande capacidade de reação, a própria economia nossa. Basta ver o grau de substituição de importações que foi conseguido, que foi alcançado neste período de restrições à importação; talvez um grau de substituição que foi além daquilo que se poderia prever. Mas, de qualquer forma, não há dúvida alguma que não se pode deixar, nenhum Governo pode ficar insensível à continuação de um estado de depressão, sem muita esperança. Sacrifícios se aguentam quando há uma esperança de que eles vão produzir um certo fruto num período razoável.

Esse tipo de ajustamento num país altamente industrializado é obviamente muito menos penoso do que num país em desenvolvimento, por motivos óbvios. Quer dizer, um país desenvolvido já tem a sua infra-estrutura montada de transportes, de energia, de habitação, de tudo isto; têm seus sistemas de seguro-desemprego. Nos países pobres, que são os países em desenvolvimento, sobretudo no caso de um país como o Brasil, muito inserido na economia internacional e numa fase de transição, quer dizer, um país realmente em desenvolvimento e não apenas subdesenvolvido, você não tem esses acolchoamentos. Você tem ainda — como é característico de um país ainda não desenvolvido — muito a fazer na infra-estrutura, em transportes, em educação, enfim, em todos os aspectos da infra-estrutura do país e, de repente, você tem de desacelerar ou mesmo abandonar os

esforços para ir reduzindo essas lacunas, não preenchendo um pouco essas lacunas. Você não tem esse acolchoamento tampouco do seguro-desemprego, os recursos financeiros para cobrir esta necessidade. Você já vem de uma situação de certa tensão entre a sua capacidade de poupar e a sua necessidade de investimento. De repente, secam as fontes de poupança externa. Então, um país em desenvolvimento é muito mais vulnerável e paga um preço muito maior em termos sociais quando procede a um esforço de ajustamento econômico como estamos procedendo, um esforço certamente necessário, mas para o qual não estamos encontrando uma cooperação externa para aliviar e para de certa forma reduzir esse preço social dos ajustamentos.

Exame — O Senhor falou que há uma desesperança do povo brasileiro. O Senhor acha que essa reunião, o que dela vai resultar, pode restituir ao povo brasileiro essa esperança, ela pode indicar a luz no fim do túnel?

ME — Esta reunião, creio eu, é uma demonstração do empenho dos Governos desses países latino-americanos em enfrentar esse desafio e procurar uma saída. Eu não digo que haja uma desesperança do Brasil, há muita confiança, como eu disse, em nós mesmos. Mas há uma espécie de incerteza e insegurança, psicológica até. E nós achamos que precisamos, que é do nosso interesse, é do interesse dos países credores, tanto quanto de nós mesmos, que se restabeleça a esperança, não que, como eu disse, nós entremos num período satisfatório, mas que os sinais sejam revertidos um pouco. Isso eu acho muito necessário. Quer dizer, eu acho, os Governos, os Presidentes acham isso. E nós esperamos que seja feito um esforço de reflexão, de busca de fórmulas e de maneiras entre credores e devedores, para que haja um certo sinal de mudança, de uma melhora nas condições de pagamento da dívida ou de comércio, etc.

Exame — O fato de quatro ou cinco países

já terem declarado ou estarem em processo de moratória pode ajudar como poder de pressão, quer dizer, ajudar os outros que estão tendo um bom comportamento pelos critérios do FMI?

ME — Cada país tem uma situação peculiar.

Exame — Isso é positivo para essa reunião, por exemplo?

ME — Não, nós nunca achamos positivo uma situação de desespero de um país. Mas isso mostra, de qualquer maneira, que em certas circunstâncias — elas variam muito de país para país — a continuação do atual sistema, do atual processo, obviamente pode levar a essas situações extremas: a simples impossibilidade física de atender ao serviço da dívida. Nesse sentido, são exemplos daquilo que todos tememos. E mesmo que não pensemos que isso vá acontecer com o Brasil — esperamos que não e faremos tudo para que isso não ocorra; todos os esforços têm sido feitos —, mas mesmo que aconteça com outros, isso preocupa porque são países vizinhos, países com os quais temos relações de todo tipo.

Exame — De qualquer forma, isso nesse momento é até interessante, de um ponto de vista de...

ME — É uma prova de que, mesmo com a melhor disposição, nem sempre é possível fazer o que se quer, dadas as condições, particularmente a taxa de juros no nosso caso, diante da imprevisibilidade e da impossibilidade de planejamento. Quer dizer, há um pouco esse risco — para falar de uma forma muito simplificada — de que você faça o esforço e não produza resultado, porque quando você chegou a um patamar X de esforço, por exemplo, de redução de déficit público, de repente, tudo isso desapareça porque a taxa de juros aumentou 1.5 ou 2% em seis meses. Quer dizer, isto realmente cria até mesmo no público uma sensação de desespero, de frustração.

Exame — O que me parece é que esses au-

mentos recentes da taxa de juros acabaram fazendo com que a desesperança geral contaminasse o próprio Governo. De repente, o Governo viu que ele estava fazendo um programa e que uma medida fora do seu alcance anularia tudo.

ME — Há esse risco sempre. Cabe ainda lembrar que os empréstimos que tomamos, aqui no caso brasileiro, os financiamentos não foram para armamentos, não foram para especulação financeira, nem para obras suntuárias, foram para grandes projetos, ambiciosos. Nós estávamos num processo de desenvolvimento, com uma economia muito dinâmica. Nossos projetos faziam sentido econômico, faziam sentido em termos de criar uma infra-estrutura produtiva no país. Esses empréstimos foram tomados com taxas variáveis, taxas que variariam no tempo, mas a um nível X, 7%, digamos, ao ano. E as previsões foram feitas um pouco nessa base. A taxa histórica real é aí ao redor de 3%; 7% é uma taxa nominal, você tem de tirar a inflação. Então, era muito difícil, mesmo a administradores prudentes, imaginar que, de repente, a taxa fosse muito além de tudo que em toda história do capitalismo ela atingiu. Quer dizer, houve realmente uma situação inesperada, além

de, em anos anteriores, já ter havido problemas de petróleo, etc.

Por outro lado, também simultaneamente, muitos dos nossos produtos de exportação, sobretudo matérias primas, tiveram seus preços em termos reais, e às vezes até nominais, deprimidos. De modo que foi uma espécie de ação de tesoura. Você tinha uma certa ideia, um certo plano e, de repente, tem que pagar muito mais, muito além daquilo que historicamente houve e muito além daquilo que prudentemente poderia ser previsto. E, pelo outro lado, você ganha menos, mesmo que produza maior volume, porque os preços do que você produz são deprimidos. De modo que aí é muito difícil e certamente nós rejeitamos todas as insinuações de ordem moral, de falta de responsabilidade das autoridades brasileiras no curso do tempo, em termos de tomada de empréstimos. Foram tomados porque os próprios bancos achavam que podíamos tomar esses empréstimos. Eles estavam numa fase de grande liquidez com os petrodólares, confiavam na nossa economia e, com toda razão, em que nós poderíamos enfrentar o serviço da dívida em condições normais. Mas é inegável que nós estamos diante de condições anormais.

carlos calero rodrigues, o novo secretário-geral das relações exteriores

Discursos (de improviso) do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, do Embaixador João Clemente Baena Soares e do Embaixador Carlos Calero Rodrigues, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 8 de junho de 1984, por ocasião da solenidade de posse do Embaixador Carlos Calero Rodrigues no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em substituição ao Embaixador João Clemente Baena Soares.

DISCURSO DE SARAIVA GUERREIRO

Senhores Secretários-Gerais,
Senhora,
Chefes da Casa,
Companheiros,
Amigos que vieram nesta oportunidade honrar o que sai e o que chega,

Eu poderei ser muito breve, porque todos conhecem as minhas opiniões e os meus sentimentos pessoais em relação tanto ao Embaixador Baena quanto ao Embaixador Calero. Durante cinco anos, e já de antes havíamos tido relações pessoais e de trabalho, mas durante mais de cinco anos desta administração, eu tive no Embaixador Baena um apoio absolutamente indispensável para o bom exercício das minhas funções. Um apoio de inteligência, de competência, de honestidade intelectual, de lealdade. E teria sido impossível para mim servir ao Governo, poder, como hoje se faz, desempenhar as funções com os contatos pessoais no exterior, tão frequentes, se não tivesse

como Chefe da Casa e como Ministro interino nas minhas ausências um homem como Baena Soares.

Pretendo ser muito breve. Ele nos vai fazer muita falta. Mas entendemos que é, na verdade, uma colaboração que prestamos ao Hemisfério haveremos podido viver sem Baena Soares nesta Casa. Nós perdemos, a OEA ganha, mas o interesse do Brasil não deixa de estar bem servido, assim como o interesse de todos os países do nosso Continente.

Feliz este País que ainda produz "Baena Soares", matéria para novos "Plutarcos". Eu lhe desejo todo o êxito na OEA e tenho a segurança de que ele terá esse êxito. Assumo responsabilidades extraordinárias nas circunstâncias; não é um cargo simplesmente para execução de tarefas fáceis ou que se realizem dentro de um canal político estável. Ele terá que dar muito de si dentro das limitações que eu sei que respeitará, das limitações que lhe são impostas pela Carta da Organização.

Ele, estou seguro, dará uma contribuição de que todos nos poderemos orgulhar. Formulo, pois, os melhores votos para o Baena, desejo toda a felicidade ao casal, e que Gláucia também encontre nesta nova etapa todas as felicidades.

Do Embaixador Carlos Calero Rodrigues eu posso até falar de um período de tempo mais longo. Ambos, ainda durante a Segunda Guerra, fizemos o mesmo concurso, há exatamente quarenta anos, embora não mostremos esta passagem do tempo. Calero sempre foi nesta Casa um exemplo de inteligência, de lealdade, e também de interesse primordial e absoluto pelo serviço, com um gosto extraordinário pelo que faz, com uma curiosidade intelectual insaciável e com uma capacidade de método admirável. Seu único defeito é que, se se deixar, ele faz tudo sozinho, desde pensar até bater à máquina. Ele sempre foi assim: a rapidez do seu raciocínio, a rapidez com que executa aquilo que pensa, mas sempre com bom conselho. E eu me considero um privilegiado de que ele tenha podido, para continuar esta administração, vir prestar sua cooperação como Secretário-Geral. Tenho certeza de que ele será, para a Casa, de grande estímulo em todos os sentidos, e para mim, de grande descanso.

Na verdade, ele assume em um momento em que se reestrutura o Ministério das Relações Exteriores, por um Decreto ontem assinado; reestruturação esta que resulta de uma longa experiência.

Eu não sou tradicionalmente um grande inovador nessas coisas e sempre acreditei que as pessoas, a qualidade das pessoas e os métodos de trabalho, são mais importantes do que as estruturas; acho que o espírito de uma organização e o seu moral são mais importantes do que a distribuição de um organograma. Mas, lentamente, indo e vindo sobre as mesmas ideias várias vezes e ouvindo, ouvindo muito o Secretário-Geral, Baena Soares, buscando tirar do fundo do poço essa experiência que se vai acumulando

do no exercício de vários cargos de chefia, por mais de vinte anos, sobretudo os meus quatro anos como Secretário-Geral e estes cinco anos como Ministro de Estado, vieram pouco a pouco se cristalizando as ideias em torno de certos pontos de reforma necessários ao funcionamento do Ministério: um maior grau de coordenação sobretudo no nível mais alto; uma certa descentralização também e uma certa liberação do Secretário-Geral da massa de papéis a que tem de atender diariamente para que ele possa ser como deve ser — não digo com menos sacrifício, mas com maiores possibilidades de tempo para meditação — não só o condutor da Casa, mas também o principal assessor do Ministro. O que é muito importante do ponto de vista do funcionamento permanente, a longo prazo, do Itamaraty. E assim, o Embaixador Calero Rodrigues assume nesta fase que será também de implementação dessa reforma de estrutura. Uma implementação que terá de ser feita sem a mais mínima redução do ritmo das atividades de política exterior. Pelo contrário, em momentos em que a diplomacia brasileira está engajada e se engajará cada vez mais em questões próprias, questões do interesse externo do País. Mas isto será possível, estou certo, com a cooperação de todos.

Aproveito a oportunidade para pedir a cooperação dos Chefes e de toda a Casa neste período de implantação da reforma de estrutura, que deve ser feita visando à melhoria e, ao mesmo tempo, a um maior amadurecimento de cada assunto e a sua apresentação ao Ministro de forma sintética e essencial, de forma a servir a qualquer Ministro; mesmo a um que não tenha na memória quarenta anos de arquivo e de precedentes e antecedentes.

Estou seguro de que o Embaixador Calero vai dar uma contribuição de inteligência e de bom senso. Mas, como eu disse, nada se fará de bom se não tivermos esta percepção da responsabilidade individual, da qualidade das pessoas que trabalham e dos méto-

dos de trabalho — que são o principal. A estrutura é o andaime. A construção mesma é feita pelos senhores, que são os pedreiros, que são os artistas, que são aqueles que realmente vão construindo o edifício e dando forma àquilo que o Governo terá de ter sempre para as suas opções de política externa. Muito obrigado a todos por sua presença.

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES

Senhor Ministro de Estado,
Senhor Secretário-Geral,
Meus amigos,

O momento é de darmos as boas vindas, é de ouvir quem chega e não quem parte. Mas conto mais uma vez com a indulgência de todos, para que possa trazer aqui, como é de meu desejo e meu dever, palavras de agradecimento.

Em primeiro lugar, a Vossa Excelência, Senhor Ministro de Estado, por me ter indicado para a função de Secretário-Geral das Relações Exteriores. Recordo-me que há cinco anos atrás dizia eu que só mesmo a generosa amizade de Vossa Excelência poderia encontrar em mim condições para ocupar um cargo que o seu talento, a sua competência, o brilhantismo de sua inteligência, a sua visão enobreceram. Esta generosa amizade foi o estímulo, foi o apoio que recebi nesses cinco anos. Por tudo isso eu lhe sou grato. E mais ainda pela oportunidade de ter participado de um momento tão importante para a vida de nosso Ministério, para a vida desta Casa. Um momento de desafios enfrentados com coragem, com discernimento, com espírito público, sempre tendo em vista os interesses do Brasil.

Peço a Vossa Excelência que interprete também o meu reconhecimento junto ao Senhor Presidente da República por meter nomeado para este cargo e por me ter dado, nesta ocasião, os meios para acompanhar uma política exterior que se faz em benefí-

cio do País, que se faz com firmeza e com resultados altamente positivos.

Aos Senhores Chefes da Casa que me agüentaram com sua paciência, eu só teria que lhes dizer que os levarei sempre na minha recordação, os amigos cotidianos junto aos quais trabalhei nos assuntos do dia-a-dia e dos quais recebi apoio, conselho e, mais do que isso, um afeto que lhes retribuo com todo o carinho. Aquece-me a lembrança dos colegas que estão em postos no exterior, que sempre souberam trazer o benefício de sua opinião, o benefício das suas sugestões e mesmo de suas críticas para que nós tivéssemos a oportunidade de alterar e de modificar aquilo que não funcionasse bem, e de reafirmar mecanismos que estivessem dando bons resultados.

Recordo-me também que há cinco anos atrás pedi aos jovens desta Casa que viessem à Secretaria-Geral e trouxessem as suas opiniões, que trouxessem os seus comentários. Alegro-me muito dizer que isso aconteceu e de uma forma altamente positiva e agradável para todos. Creio que sem essa contribuição nós não teríamos nesta Casa a continuidade, a tradição, a forma de trazermos sangue novo, novas ideias, novas maneiras de exercer a nossa profissão. E é nessa fonte que muitas vezes na Secretaria-Geral nos inspiramos, para trazer ao Senhor Ministro de Estado sugestões e propostas para o bom funcionamento desta Casa.

Quero dizer-lhes que o momento de partir é sempre muito difícil. Especialmente quando deixamos aqui tantos amigos, tanto carinho e tanto afeto.

Suas palavras, Senhor Ministro de Estado, ainda me tornam mais difícil este momento, pelo que elas me trouxeram de emoção. Interpreto a minha ida para a Organização dos Estados Americanos como a continuidade da minha profissão, como uma nova modalidade de fazer aquilo que há mais de trinta anos venho fazendo. E também uma forma de, ao servir aos países do Hemisfé-

rio, servir também ao Brasil. Deixo a todos o meu coração.

O Embaixador Calero, na Secretaria-Geral, é uma garantia, como bem afirmou o Senhor Ministro de Estado, de tranqüilidade para toda esta Casa. Não seria de minha parte necessário traçar-lhes o perfil do diplomata, do jurista, do homem dedicado aos assuntos que nos dizem respeito diretamente no trato das matérias diplomáticas e políticas. Mas quero acentuar o aspecto que nos liga de uma amizade firme que torna este momento, naturalmente difícil para mim, mais suave e mais alegre. Desejo ao Embaixador Calero todo o êxito na Secretaria-Geral. Pois o êxito do Embaixador Calero na Secretaria-Geral será o êxito desta Casa.

Senhor Ministro de Estado, peço-lhe que transmita à Embaixatriz Glória Guerreiro, em nome de Gláucia e meu, os nossos agradecimentos.

Faço um pedido a todos para que não esqueçam de quem estará longe mas que os levará na memória e só na sua memória levará boas recordações destes cinco anos de Secretaria-Geral e dos quatro que antecederam, na Chefia do Departamento de Organismos Internacionais.

Permitam-me agora que peça à Senhora de Nazaré que nos abençoe e nos proteja a todos, mas que dê prioridade aos paraenses.

DISCURSO DO EMBAIXADOR CARLOS CALERO RODRIGUES

Senhor Ministro,

Quero agradecer a prova de confiança de Vossa Excelência ao designar-me para Secretária-Geral, bem como agradecer ao Senhor Presidente da República o haver aceito essa indicação.

Para isso terá concorrido, em boa parte, a velha amizade que nos liga. Vossa Excelên-

cia lembrou que há quarenta anos atrás fizemos juntos o concurso de ingresso para esta Casa. Vossa Excelência, então, caracteristicamente, colocou-se em primeiro lugar.

Eu, com a minha modéstia, também proverbial, coloquei-me, creio, em sexto lugar, o que também não era ruim assim. Mas não seria só a amizade que levaria Vossa Excelência a indicar-me para seu auxiliar imediato. Também o fato de que, ao longo destes anos, temos sempre registrado uma concordância básica em matéria de conceitos e métodos de política exterior. Sempre estivemos na mesma faixa de onda, o que, penso, poderá assegurar que eu serei para Vossa Excelência o auxiliar necessário.

Não creio que caiba ao Secretário-Geral que chega fazer um longo discurso. Sobretudo se esse discurso puder parecer algo como um programa. O Ministro de Estado é quem faz a política exterior, com o Presidente da República. O Secretário-Geral é quem faz com que a Casa colabore para a execução dessa política. É este o conceito básico que eu tenho do cargo, como o é também o de Vossa Excelência, como era o do Embaixador Baena. Se esta fosse uma academia de letras, eu teria que fazer agora o elogio do meu antecessor. A tarefa não seria difícil. As palavras de Vossa Excelência e os aplausos de todos tornam quase desnecessária qualquer referência às qualidades do Embaixador Baena. Qualidades aprimoradas ao longo da carreira, de que a sua passagem pela Secretaria-Geral é prova absolutamente cabal. Eu teria que ir mais além — se fôssemos uma academia de letras — elogiando os antecessores imediatos do meu antecessor e com isto eu chegaria — passando por alguém aqui presente — a vários outros também aqui presentes.

Gostaria, entretanto, apenas de lembrar alguns grandes nomes do passado, que fazem com que assumir a Secretaria-Geral seja realmente algo nobre. Queria lembrar nomes como o de Ant3nio Camillo de Oliveira, Vasco Leit3o da Cunha, Cyro de Freitas

Vale e Maurício Nabuco. Todos eles Tazem com que a Secretaria-Geral seja um posto de uma grande dignidade e de uma grande responsabilidade, que eu me esforçarei por cumprir bem.

Vossa Excelência lembrou que há quarenta anos entramos para esta Casa. Eu poderia entrar para o **Guinness Book of Records**, provavelmente, como o Secretário-Geral mais velho que já assumiu o posto, porque estou próximo à data em que outra se ia para aposentadoria. Mas, como vêm por meu aspecto físico e verão pelo meu trabalho, espero, tenho ainda juventude suficiente para assumir este cargo... Talvez seja uma das demonstrações que Vossa Excelência quis fazer comigo... Mas não sou um recorde absoluto, porque o Visconde de Cabo Frio foi Diretor-Geral, como então se dizia, até os 84 anos. É verdade que durante seus últimos anos criou algumas dificuldades para o Ministro, que era então o Barão do Rio-Branco. Espero que eu não as crie para Vossa Excelência...

Entendo que o Secretário-Geral, colocado como está, entre o Ministro de Estado e o corpo funcional, a Secretaria de Estado e os Departamentos no exterior, não é um obstáculo, não é uma linha divisória, mas um traço de união.

A política exterior é feita, definida pelo Presidente da República e pelo Ministro de Estado. Sua execução compete a todos nós, à Casa inteira, à Secretaria de Estado, seus Departamentos, suas Divisões, seus Serviços, às Repartições no exterior. E o Secretário-Geral é responsável porque a Casa funcione bem, em favor da política do Ministro de Estado. Entendo que minha função será a de fazer com que a Secretaria de Estado funcione para executar essa política.

É uma tarefa de todos nós, e, como bem o disse o Embaixador Baena, é uma tarefa que só poderá ser executada com a cooperação de todos.

O Senhor Ministro de Estado lembrou a reestruturação que acaba de ser feita no Itamaraty. Nós vamos trabalhar todos para sua implementação. Os que ainda não a conhecem, não devem pensar que se trate de algo extraordinariamente revolucionário. É apenas a consolidação de certas tendências e a estruturação básica de coisas que vêm sendo construídas ao longo dos últimos tempos.

Não vou falar desse Decreto, mas gostaria de dizer que sempre pensei que uma das melhores reformas do Itamaraty foi a que foi feita em 1842. O Regulamento de 1842, preparado quando era Ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, sempre tem sido, por muitos anos, uma das minhas fascinações, e não resisto a citar alguns artigos desse regimento, porque me parece quase inacreditável que há tantos anos, há 140 anos, já se definissem tão bem as funções que hoje são as do Secretário-Geral, que foram antes as de Diretor-Geral e que eram naquele tempo as do que se chamava o Oficial Maior.

Vossa Excelência, Senhor Ministro, destacou o fato de que o Secretário-Geral dever ser o assessor principal de Vossa Excelência, em assuntos de sustância. Estou de acordo: é natural que assim seja. Mas a função mais árdua, provavelmente, do Secretário-Geral é uma função se não administrativa, quase administrativa. E a função de fazer como que, em substância, a Casa inteira trabalhe e que trabalhe bem e eficazmente, para realizar a política que Vossa Excelência traçar. Pois bem, essas idéias eu as encontro nesse Decreto 135, de 1842, em que se diz que ao Oficial Maior compete: "distribuir e regular o trabalho de modo que, tendo cada seção o fio dos negócios que lhe são affectos, as outras contudo os não ignorem e se coadjuvem mutuamente." Vêem que o princípio da coordenação está inteiro nesse artigo. "Ter cuidado em que os ofícios e despachos que sobem diariamente à assinatura do Ministro sejam feitos segundo o pensamento e a direção que o Ministro lhes tiver dado." Quer dizer, a Ca-

sa trabalha para a execução da política que o Ministro definir. "Ter o fio de todos os negócios que correm pelas diferentes seções e informar o Ministro de toda e qualquer circunstância que possa fazer dever alterar o pensamento ou direção que mesmo o Ministro der a qualquer negócio." Quer isso dizer que o papel da Casa não é* um papel puramente de executante, mas é também o de informar o Ministro de um pensamento que possa eventualmente vir a modificar o pensamento do próprio Ministro. Há, portanto, essa dupla função: a de trabalhar e executar e a de sugerir, de fazer propostas de modificações em assuntos, que possam vir a ser acolhidas pelo Ministro. E há ainda alguns outros pontos, talvez menores em substância, mas que **mutatis mutandis** podem ser aplicados hoje: "Fiscalizar que os empregados da Secretaria sé achem nela à hora competente, se empreguem nos misteres a seu cargo e não saiam sem justificado motivo." Não necessito comentários. E ainda: "Convocar à Secretaria os Oficiais e demais empregados dela que forem precisos em dias feriados, ou às tardes e noites, quando a urgência e multiplicidade dos negócios o exigir". Tenho, portanto, neste regulamento de 1842 a base do meu progra-

ma de trabalho... Estou certo de que a Casa receberá com entusiasmo esta modernização. Aos que tiverem curiosidade, aconselho que leiam esse regulamento, que já muitos anos me impressionou como uma das obras-primas desta Casa.

Vamos trabalhar, estou seguro, com a maior cordialidade, com a maior harmonia, com esse sentimento que sempre tem sido o do nosso Itamaraty, de que cada um é parte de um todo, de que não trabalha por si só. O Itamaraty é e deve ser altruísta. O Itamaraty existe não para o privilégio e a grandeza do Itamaraty, mas para o privilégio e a grandeza do Brasil. Os interesses nacionais se projetam em diversos setores e o setor externo não é — e o momento o prova — dos menos importantes. No dia em que esta Casa deixar de funcionar como tem funcionado, o futuro do Brasil — e só então — estará em risco. Estou seguro de que com a cooperação de todos, poderemos levar a bom termo nossa tarefa.

Já falei demais, sobretudo, porque parece despropositado que o imediato faça um longo discurso quando chega a bordo quando a viagem está quase terminando...

embaixador baena soares assume a secretaria-geral da oea

Discurso do Embaixador JoSo Clemente Baena Soares,
em Washington, em 20 de junho de 1984,
ao assumir o cargo de Secretário-Geral da
Organização dos Estados Americanos (OEA).

No dia doze de março, nesta mesma sala, formou-se sentimento unânime, menos em torno de um nome que de um propósito: revitalizar a Organização dos Estados Americanos, redefinir suas iniciativas e revalorizar seu singular patrimônio jurídico, com espírito fraterno e solidário, é como interpretar aquela histórica unanimidade, ísiela encontro base segura e claro roteiro para o desempenho do alto cargo que tenho a honra de assumir.

Este é um mandato que aceito com determinação e serenidade, confiante no apoio insubstituível dos Estados-Membros. Pretendo exercê-lo com perseverança e espírito aberto, com entusiasmo e ao mesmo tempo realismo — sempre com indeclinável convicção na força permanente dos valores fundamentais de convivência interamericana.

Entendo que minha eleição é, de certa maneira, manifestação de reconhecimento do espírito público, do sentido profissional, da disposição de servir, marcas da instituição que me formou: o Itamaraty. São esses traços que, ao que penso, os Governos aqui representados pretendem ver refletidos em minha gestão. É essa experiência, lastreada

na promoção do interesse comum e no exercício constante do diálogo e da conciliação, que trago para a Secretaria-Geral. É esse legado que me ajudará a atuar dentro do que dispõem os artigos 124 e 125 da Carta e de acordo com expressão coletiva da vontade dos Estados-Membros.

A justificada satisfação pessoal que experimento liga-se ao fato de que a eleição para o cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos representa distinção das mais insignes a que possa aspirar um homem público de nossa região. Bem sei que essa distinção transcende minha pessoa para constituir homenagem ao Brasil, como testemunho da prioridade que meu país atribui à intensificação da amizade, do bom entendimento e da cooperação com os países irmãos das Américas.

Satisfação adicional é iniciar meu mandato em sessão do Conselho Permanente presidida por um ilustre colombiano. Conhecemos todos, Senhor Presidente, a bela trajetória de Vossa Excelência na vida pública de seu país, que se prolonga da forma meritória nos trabalhos desta Organização.

Agradeço as menções cordiais e generosas feitas à minha pessoa neste Conselho, que atribuo à nobreza dos Senhores Representantes Permanentes.

Desejo manifestar meu apreço a Luiz Marchand, Mário Lopez Escobar, Gonzalo Facio, Valerie McComie — todos possuidores das qualidades e condições indispensáveis ao exercício do cargo. Guardo a certeza de que contarei sempre com o benefício de seu conselho e de sua provada experiência.

As fidalgas atitudes do Governo de Barbados, da Costa Rica, do Paraguai e do Peru permitiram a convergência e o entendimento, no dia 12 de março, numa demonstração de forte sentido americanista, que desejo ressaltar.

Cresce a consciência de minhas responsabilidades ao recordar os eminentes latino-americanos que me antecederam. Alberto Lleras Camargo, Carlos Dávila, José Antonio Mora, Galo Plaza, Alejandro Orfila — cada um deles contribuiu, com o melhor de seus esforços e de suas aptidões, para a preservação dos ideais inscritos na Carta.

As muitas qualidades que as nações do Caribe trazem para enriquecimento da família americana manifestam-se na pessoa do Embaixador Valerie McComie, cujo desempenho seguro confirma sua competência e dedicação.

Seja-me permitido, nesta oportunidade, reiterar meu agradecimento ao Senhor Presidente João Figueiredo e ao Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro por me terem honrado com a decisão de lançar meu nome como candidato brasileiro a cargo de tão alta expressão.

Aos Senhores Embaixadores Representantes Permanentes, adianto minha certeza de que, em trabalho conjunto, e dentro de nossas prerrogativas e atribuições específicas, poderemos corresponder às esperanças que despertam nesta nova fase da organização dos Estados Americanos.

Peço-lhes transmitir a seus Governos que terei sempre presente o significado do apoio dado ao meu nome e o estímulo das palavras a meu respeito pronunciadas pelos Chefes da Delegação no Décimo Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral. A demonstração de confiança coletiva, que agradeço, fortalece-me o empenho de bem servir.

Tenciono ampliar meu conhecimento das aspirações do continente. O diálogo leal e franco na Assembleia Geral, com os Conselhos e com os demais órgãos constituirá a forma primeira de realização de meu propósito. Mas penso enriquecê-lo no contato direto com a realidade de nossos povos. Pretendo, esse espírito, visitar os países-membros e ouvir de seus Governos projetos, propostas e sugestões. Uma troca de ideias permanente, fecunda, sem preconceitos poderá contribuir para melhor conduzirmos os trabalhos da Organização.

Senhor Presidente,

É num panorama internacional carregado de dificuldades e ameaças mas rico em promessas e perspectivas de progresso e bem-estar que se desenvolve a convivência interamericana. Não podemos, é claro, examiná-la fora da realidade mundial que sobre ela age tão fortemente nos campos político, económico e social.

As Américas singularizam-se, no entanto, por uma série de circunstâncias que lhes dão feição único e peculiar no mundo de hoje. São essas circunstâncias que conformam o relacionamento interamericano e explicam algumas de suas características especiais e, mesmo, algumas de suas contradições. São essas circunstâncias que conseqüentemente se refletem na estrutura e no funcionamento do organismo regional.

Incorporado ao mundo então conhecido como resultado de uma gesta cujo quinto centenário em breve celebraremos, nosso continente constitui área-síntese. Aqui contemplamos uma geografia de diversidade e

riqueza. Para esse cenário promissor, convergiram povos de distintas origens que se mesclaram às populações autóctonas na configuração de complexa paisagem humana, com as mais diversas etnias e diferentes matrizes culturais.

A multiplicidade dessa contribuição transfigurou-se numa realidade própria, a realidade das Américas. O processo não se fez sem choques e, em alguns momentos, sem perdas. O diverso e o específico apontam, porém, para um traço que, entre todos, me parece estar na raiz da aventura americana: o predomínio das tendências de tolerância, de aceitação das diferenças e de conciliação.

Tais as virtudes que nos cumpre acentuar numa época tão conturbada. Pareceria mais fácil, talvez, ceder à tentação da força e simplificar, aparentemente, a solução das crises. Mas nosso continente não se pode entregar a essa tentação, que gera resultados efêmeros e novos conflitos.

Hoje, mais do que nunca, nossos povos esperam adesão renovada aos valores permanentes que nos guiam. Igualdade jurídica dos Estados, solução pacífica das controvérsias, autodeterminação e não-intervenção nos assuntos internos e externos, cooperação para o desenvolvimento, solidariedade hemisférica, promoção dos direitos do homem constituem código de conduta criado pelas Américas e que cabe às Américas cuidadosamente preservar.

A conjuntura e o relacionamento regional apresentam-nos muitos desafios. São eles a consequência da multifacetada realidade do continente americano, onde convivem e interagem países com diferentes níveis e ritmos de desenvolvimento e com tempos políticos e sociais próprios. Essas assimetrias não devem conduzir ao confronto, nem à imposição de vontades. Temos, nas Américas, meios de mostrar ao mundo, se verdadeiramente desejarmos, modelos de cooperação harmoniosa e fraternas.

Os desafios estimulam nossa imaginação para que neste foro encontremos o ambiente favorável à compreensão recíproca e ao debate construtivo. O maior deles estará na manutenção de vínculos mais profundos entre os países americanos, vínculos que favoreçam o convívio igualitário e reciprocamente vantajoso entre as nações em desenvolvimento da América Latina e do Caribe, e entre essas e os Estados Unidos da América.

Somem-se os desafios dos desequilíbrios estruturais, agravados pela coexistência, às vezes dramática, de fatores tradicionais e de elementos de modernidade nas sociedades da região; o da persistência de questões territoriais; o do papel do continente no cenário político mundial.

A presença internacional dos países latino-americanos e do Caribe se amplia e diversifica. Este movimento, de corte estrutural, exige também esforço de reflexão e ajuste. O alargamento dos horizontes diplomáticos não se deve processar em prejuízo das relações interamericanas. Mas pode facilitar, e contribuir para tornar mais rico e produtivos o intercâmbio entre os parceiros da região, favorecendo-lhes a abertura para o mundo.

Senhor Presidente,

A hora exige que façamos diagnóstico sereno do estado das relações interamericanas e pensemos no seu desdobramento. Com a franqueza que a fraternidade proporciona e alimenta, cabe-nos avaliar de forma objetiva as contradições, as contingências e as vicissitudes do sistema interamericano. Já o fizemos em várias ocasiões no passado e sempre subemos identificar os caminhos adequados ao esforço renovador.

Não deixaríamos de observar nesse exame que tem ficado muito aquém do desejável e do possível o grau de entendimento, de preservação da paz, de cooperação, e o próprio respeito aos princípios do convívio hemisférico.

É natural que nosso continente sofra as incidências de questões globais. Creio, porém, que todos concordamos em que se deve evitar que tensões externas obscureçam as reais dimensões dos problemas regionais.

Diversidade não implica confrontação, diferença não implica inevitavelmente controvérsia. Podemos estabelecer condições de confiança que permitam reforçar a OEA como foro político, dentro de um relacionamento equilibrado, maduro e democrático. Foro em que, pelo diálogo sereno e pelo exercício necessariamente discreto da diplomacia, se encontrem fórmulas capazes de prevenir e superar conflitos e de assegurar o respeito aos princípios consagrados na Carta. Foro que não se limite a reagir às crises, mas que a elas se antecipe. Nossa região tornou-se justificadamente conhecida por sua vocação e seu talento diplomático. Usá-los de forma afirmativa e sistemática nesta tarefa e neste momento é obrigação histórica.

Senhor Presidente,

As nações em desenvolvimento do hemisfério conheceram, no pós-guerra, período de crescimento acelerado. Suas economias progrediram e tornaram-se mais complexas, na medida de sua maior integração à economia mundial. Justas expectativas multiplicaram-se no âmbito social. Produziu-se, dessa forma, extraordinário empenho de toda uma geração em busca de níveis mais elevados de prosperidade.

Esse processo foi acompanhado de importante trabalho voltado para modernizar as instituições da economia internacional. O diálogo econômico no âmbito da OEA começou na década de 40. Revelou-se decisivo para compor, à base de uma proposta de justiça e de uma proposta de racionalidade, o feixe de reivindicações que constituem, hoje, a essência da busca do reordenamento da economia mundial.

Houve avanços, tanto no plano hemisférico quanto no plano mundial, mas foram tê-

nues, pobres, diante da necessidade ainda insatisfeita de construir mecanismos verdadeiramente novos que propiciassem condições de estabilidade e de distribuição mais eqüitativa de riqueza. Não quero atribuir a crise de nossos dias à frustração desse longo e penoso esforço de negociação. Não parece, entretanto, existir dúvida de que, se tivéssemos podido avançar mais, estaríamos melhor preparados para enfrentar os abalos recentes do sistema econômico.

As primeiras crises da década de 70 incidiram bruscamente sobre o processo modernizador. As alterações no cenário econômico internacional, no campo comercial e financeiro, produziram profundo impacto na situação de todos os países muito especialmente dos latino-americanos e caribenhos.

Dados recentes demonstram os efeitos dessa drástica inflexão nos rumos econômicos. O Produto Interno Bruto per capita da América Latina, em 1983, regrediu ao nível de 1977. A renda nacional por habitante mostrou queda ainda mais significativa. A fim de que continuassem abertas as vias de cooperação financeira, exigiram-se ajustes de grande rigor, a despeito do alto custo político e social envolvido nos programas preconizados.

Inaceitáveis barreiras protecionistas nos países industrializados agregam-se a essa sucessão de circunstâncias negativas. As entradas de capitais diminuem, com reflexos sobre programas e projetos em curso ou planejados. A América Latina passa a ser exportadora líquida de capitais, numa insuportável reversão de tendências.

A dívida externa dos países latino-americanos e caribenhos não é problema que se possa reduzir à sua expressão contábil. A profundidade da crise, os efeitos danosos das políticas recessivas, as tensões sociais que se exasperam, os conseqüentes percalços que enfrentam os diversos processos de amadurecimento das instituições políticas e da democracia no continente configuram

um quadro cuja correção não se encontrará apenas nos elementos económicos.

A questão exige tratamento abrangente. O que está em jogo é o próprio destino de nossas sociedades, a esperança de nossos povos. É necessário e urgente que se fortaleçam atitudes de compreensão e de cooperação criativa diante da gravidade do momento.

Novo fmpeto recebeu o tratamento de matéria com iniciativas e propostas, dentro e fora do âmbito da OEA, que levam à união de esforços dos países em desenvolvimento da região para encontrar, de maneira concertada, um caminho de superação da crise. Seria lamentável e desalentador para todos que esse movimento, de tão responsável e séria expressão, recebesse apenas como resposta intransigência e desatenção.

A Organização dos Estados Americanos não está omissa. Seu caráter de organismo-síntese propicia-lhe oportunidades para o debate entre países de diferentes níveis de desenvolvimento. Com o necessário apoio político dos Governos, a Organização poderá também cooperar, de maneira útil e eficaz, no exame de alternativas à crise e com isso contribuir para barrar o intolerável caminho do empobrecimento latino-americano e caribenho.

Senhor Presidente,

Tem longa história a reflexão sobre o papel dos organismos internacionais. Alcançamos algumas conclusões sobre o que significam. Sabemos que não são panaceia para conflitos e tensões. Sabemos que não anunciam formas absolutamente harmoniosas de relacionamento internacional. Sabemos que sua eficácia não está ligada ao cálculo mecânico de resultados. A função que desempenham no sistema internacional é, contudo, insubstituível e tem sido historicamente justificada. Comprovam eles que a cooperação é possível entre os Estados. Seu mérito principal consiste, assim, em propiciar foro permanente para a apresentação de posições e

a identificação de alternativas na superação de divergências. Constituem instrumento privilegiado para consolidar bases de entendimento e dar vitalidade à cooperação internacional.

A Organização dos Estados Americanos tem condições para cumprir a melhor vocação do multilateralismo. Se os desafios de nosso tempo são graves, saberá ela encontrar as formas adequadas para revigorar as instâncias políticas, para ampliar o debate económico e o espaço da criação jurídica, no molde justo e equilibrado, como nos ensinam os princípios e os propósitos da Carta.

Antevejo, com tranquilidade e confiança, o futuro da Organização dos Estados Americanos, porque conheço a importância de suas contribuições. Sublinharia mesmo o fato de que mecanismos de diálogo, proporcionados pela Organização, explicam, em parte, porque a solução violenta dos conflitos tem sido fenómeno menos frequente nas Américas do que em outras regiões. Saberemos recolher as boas lições do passado na hora em que os desafios do presente pedem renovação.

Das lições, que devemos cultivar, sobressai a da importância do direito como viga mestra da convivência regional. A história do sistema interamericano é, em boa parte, a história da evolução das normas que regem o relacionamento entre os Estados da região. Existem momentos notáveis, como a luta pela consagração da regra da não-intervenção e a definição dos métodos de solução pacífica das controvérsias. São pilares de vida interamericana; significam admirável progresso no padrão de convivência no continente. Aprendemos a respeitar a força do direito não apenas porque sugere modelos ideais de ação internacional, mas também porque, nas Américas, a norma dá contornos para a prática política e é matriz decisiva para a avaliação do comportamento dos Estados.

O cultivo do direito internacional ea voca-

ção de respeito à norma atingiram tal dimensão nas Américas que até se pensou existir um direito peculiar ao continente. A contribuição das Américas, ampla e variada, encontra-se em avanços conceituais, na definição de áreas novas para o trabalho de codificação, na ousadia de muitas teses. Encontra-se, sobretudo, na compreensão verdadeiramente dinâmica do que seja a criação jurídica internacional que deve combinar a complexidade das situações com o sentido do justo e eqüitativo.

A obra de codificação, para a qual a contribuição das Américas é tão significativa, recolhe hoje tarefas inéditas. Merece ser estimulada e contar com pleno apoio dos Estados-Membros. É trabalho essencial para a saúde do sistema. É marca de nossa história e de nossos melhores projetos. Se nela progredimos, reforçamos bases para que se torne ainda mais sólida e segura a cooperação hemisférica.

Senhor Presidente,

Assumo o cargo de Secretário-Geral com um mandato unívoco que aponta para a revalorização de todos os aspectos da Organização.

Duas certezas me animam: a da vontade expressa dos Governos de ter uma Organização rejuvenecida, atuante e efetiva; e do apoio desses mesmos Governos a alguém cuja única intenção é trabalhar por acreditar naquilo que faz.

Compreendo a função do Secretário-Geral como função política, porque esta Organização é foro político. Tem o Secretário-Geral o dever de manifestar-se junto aos Governos que o elegeram. Pode ele contribuir, com o potencial diplomático do cargo, para prevenir crises, encaminhar soluções, conciliar interesses, sempre dentro dos objetivos e dos princípios a que os Estados-Membros aderiram e que todos aceitamos.

Tem o Secretário-Geral a obrigação de bem administrar. Cabe-lhe obter e sustentar condições adequadas para assegurar o funcionamento desimpedido da Organização e a livre realização dos encargos da Secretaria. Estou consciente de que essa obrigação envolve tarefas que exigem a mais cuidadosa atenção para as oportunidades proporcionadas pelo ambiente internacional. Manter contactos com os setores da sociedade que possam contribuir para o bom êxito dos trabalhos e ativar as formas de sua divulgação constituem meios indispensáveis a uma administração operativa e eficaz. Completam as iniciativas do Secretário-Geral nessa área o relacionamento com os países observadores, na identificação de propostas úteis para a vida da Organização, e a exploração de projetos com outros organismos internacionais, que tenham o selo do interesse comum.

Procurarei cooperar para que os assuntos administrativos sejam colocados no nível apropriado, de forma a não prejudicar o tratamento, pelos órgãos decisórios, das matérias que são a causa e a meta precípua de nossa Organização: a paz, a segurança e o bem-estar de nossos povos. Creio que todos concordamos em que não podem nossas energias esgotar-se em aspectos sem dúvida relevantes mas secundários diante das urgências de nosso continente.

Acredito numa administração marcada pela fluidez e pela normalidade. Constitui sua obrigação prestar aos Estados-Membros serviços confiáveis, de alto nível profissional, com nitidez de propósitos e de ação.

Orientam a Secretaria os mesmos objetivos dos demais órgãos previstos na Carta. Há, portanto, todas as razões para um trabalho conjunto e integrado, em que cada qual exerça harmonicamente seu papel. Pretendo manter com os órgãos deliberativos estreito entendimento também nesta área, — condição primordial para o correto andamento dos assuntos de nossa Organização.

Seria ocioso recordar a escassez de re-

cursos diante das exigências da nossa tarefa. Se o faço, é apenas para dizer que não nos vence tal obstáculo. Para superá-lo, teremos prioridades e procurarei mantê-las, com a compreensão e o apoio dos países-membros, no rigor da aplicação orçamentaria.

É meu desejo valorizar o trabalho dos funcionários da Secretaria e dar condições para o aperfeiçoamento de sua capacidade. Considero-os parte imprescindível, ativa e integrante do todo. Desejaria que como tal se sentissem e que tivessem satisfação pessoal em trabalhar na Organização dos Estados Americanos. Juntos, enfrentaremos as eventuais dificuldades, em clima de respeito mútuo, com disposição realista e sincera.

O fortalecimento de nossa Organização deriva singular impulso do amálgama entre a decisão política de fazer a dedicação daqueles que têm a missão de cumprir.

Senhor Presidente,

Costuma-se olhar nossa região como o continente dos tempos vindouros. Costuma-se dizer que o futuro nos pertence. Costuma-

se fixar o novo século que se aproxima como nosso horizonte de felicidade.

Prefiro ver nosso destino como o da afirmação do agora. Não pode ser postergada a solução dos problemas que nos angustiam. Talvez tenhamos contemplado por demasiado tempo a potencialidade de nossa riqueza física e humana sem dar o passo definitivo para o seu aproveitamento integral, ofuscados pela visão de um futuro opulento mas distante.

Um dos primeiros e decisivos momentos é aquele que nos leve a tomar consciência do tempo atual. Nossos povos têm pressa, desejosos de afirmar-se na paz, na justiça e no progresso. A Organização dos Estados Americanos não deixará de ouvir esses anseios e de enfrentar com firmeza as solicitações do presente.

Oferecer ao homem uma terra livre em que possa desenvolver sua personalidade e realizar suas aspirações, eis o compromisso essencial assumido em nome de nossos povos, eis a missão das Américas, que nos inspira, justifica e enobrece.

no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros da tchecoslováquia

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tchecoslováquia, Bohuslav Chnoupek (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de junho de 1984, por ocasião de almoço oferecido ao Chanceler tchecoslovaco.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

Em nome do Governo brasileiro, aprez-me acolher, em nosso país, Vossa Excelência e a ilustre comitiva que o acompanha.

Ao visitar oficialmente o Brasil, Vossa Excelência nos permitirá dar continuidade à série de contatos que vêm sendo mantidos entre as autoridades tchecoslovacas e brasileiras e, assim, concorrer para a aproximação entre os nossos dois países.

A visita de Vossa Excelência expressa o espírito de cooperação que existe entre nossos povos. A cordialidade, como sabemos, tem sido a tônica das nossas relações.

Com efeito, em todos os contatos mantidos, ficou claro que, embora a difícil conjuntura econômica internacional nem sempre possibilite a realização, no ritmo desejado, dos projetos bilaterais, não houve de

nossa parte esmorecimento nos esforços empreendidos.

Parece-me, ao contrário, que o desafio das dificuldades econômicas nos tem impulsionado a redobrar nossa determinação de contornar obstáculos, resolver questões pendentes e encontrar novas fórmulas de cooperação.

Num cenário mundial, em que se torna cada vez mais difícil para os países em desenvolvimento expandir suas vendas e aliviar seu balanço de pagamentos, o Brasil viu-se obrigado a adotar, como forma de enfrentar grave crise econômico-financeira, uma política de maior controle e reorientação de importações. Essa orientação, contudo, não tem impedido, registro com satisfação, que, no caso específico das relações econômicas brasileiro-tchecoslovacas, projetos úteis para as economias dos dois países estejam sendo estudados e postos em execução.

Refiro-me aos entendimentos desenvolvidos em torno da venda de minério de ferro brasileiro, tendo como contrapartida a participação de equipamentos tchecoslovacos nas Usinas Termoelétricas de Jorge Lacerda IV e Jorge Lacerda V e em três fábricas de cimento no Nordeste brasileiro. Refiro-me, igualmente, aos estudos que vêm sendo levados a cabo entre a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco, a Companhia Siderúrgica do Nordeste, a COBEC e a Intersigma para a implantação do Projeto de Irrigação Jaíba, ao norte do Estado de Minas Gerais.

Os esforços empreendidos para inovar e ampliar as relações bilaterais não se limitam à esfera do intercâmbio comercial ou da cooperação económica. Estamos, ademais, trabalhando, com dedicação, na negociação de um texto de convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos; ademais, já se esboça a possibilidade de assinatura de um acordo, de cooperação científica e tecnológica, cujo anteprojeto está sendo estudado pelas autoridades competentes.

Em fins do corrente ano e princípios de 1985, deverá ocorrer a XI Reunião da Comissão Mista Brasil—Tchecoslováquia, durante cujas sessões, estou certo, prevalecerá o mesmo espírito objetivo e de boa disposição que sempre caracterizaram tais encontros.

Em nossas relações bilaterais, acredito que, apesar das diferenças dos sistemas políticos, sociais e económicos vigentes em nossos dois países, podemos unir esforços na defesa de posições comuns que contribuam para reduzir as tensões e para criar uma atmosfera internacional de confiança e respeito entre as nações, com base nos princípios e objetivos das Nações Unidas. Nesse contexto, têm sempre animado a atuação externa brasileira os princípios de respeito à independência nacional, igualdade soberana dos Estados, autodeterminação dos povos, não-intervenção e solução pacífica das contro-

vérsias. Alimentamos, ainda, a convicção de que o desenvolvimento económico e social é direito de todos os povos e de que urge assegurar aos países em desenvolvimento melhores condições de financiamento, uma participação mais ampla e diversificada no comércio internacional e mais fácil acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Atravessamos um momento penoso na conjuntura mundial e a busca do diálogo, através dos contatos diretos entre autoridades, tem sido uma das metas de nossa atuação, como bem o demonstra a presença de Vossa Excelência em meu país.

Senhor Ministro,

Ao finalizar, formulo meus votos sinceros de que a permanência de Vossa Excelência no Brasil transcorra da maneira mais positiva e satisfatória, constituindo um estímulo à ampliação contínua de nossas relações.

Convido todos os presentes a que ergam suas taças e me acompanhem no brinde que faço à prosperidade do povo tchecoslovaco e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

CHANCELER BOHUSLAV CHNOUPEK

Excelentíssimo Senhor Ministro, Senhoras e Senhores:

Permitam-me agradecer-lhe de todo o coração o convite para visitar a República Federativa do Brasil. Agradeço igualmente a acolhida amistosa e toda a hospitalidade da qual somos alvo a partir dos primeiros passos na terra brasileira. Exprimo-lhe também agradecimento sincero pelas palavras de reconhecimento expressas à Tchecoslováquia.

Não escondo a minha admiração perante as belezas do seu país. Os conceitos da atração mágica, distantes para nós e mesmo assim intimamente próximos, são gravados na nossa memória de maneira inesquecível desde os anos escolares. Amazonas, Mato Grosso, Rio de Janeiro com Pão de Açúcar e

Corcovado, Rio Grande do Sul. Porto Alegre, São Paulo. O porto de Santos cheirando a café. Quem não conhece na Tchecoslováquia as obras de Jorge Amado? Quem não viu o filme inesquecível **O Cangaceiro**? Quem não admira o povo brasileiro trabalhador, talentoso e orgulhoso? O seu folclore original? O seu carnaval? O seu futebol famoso?

Impressionou-me muito a jóia da arquitetura moderna: Brasília cujos contornos — como pude convencer-me — lembram realmente uma águia em vôo. Gosto de lembrar nesta relação de que nas veias do seu fundador, do antigo presidente do Brasil Juscelino Kubitschek, circulava um pouco do sangue tcheco. Queria lembrar também o fato que cerca de 3.000 tchecos e eslovacos escolheram o Brasil por sua segunda pátria nos anos vinte. Mas o maior laço comum dos povos dos nossos países é, sem discutir, o seu esforço decidido para conjurar o perigo da guerra nuclear e o interesse vital em conservar a paz mundial. Isso aproximamos muito mais do que podem separar-nos os 11.000 quilómetros da nossa distância geográfica.

Aproveito esta oportunidade para avaliar altamente nesta conexão a autoridade do Brasil no campo internacional, obtida com o direito pela orientação pacífica da sua política externa. Em primeiro lugar isto se refere aos tais problemas-chave como são a diminuição do risco da guerra nuclear, o desarmamento sobretudo nuclear, o sustentamento da correlação das forças no nível sempre mais baixo, a criação das zonas de paz, implantação do novo sistema económico internacional, a solução pacífica e justa dos fogos de tensão, a condenação do colonialismo, racismo e **apartheid**. Com prazer aproveito esta oportunidade para agradecer o apoio prestado pelo Brasil a nossas iniciativas no campo do desarme. Tenho em conta sobretudo a Declaração de Cooperação Internacional para os fins do desarme adotado pela 349 sessão da Assembleia Geral da ONU e desenvolvida nas sessões seguintes.

Estou convencido que esta primeira visita do Ministro das Relações Exteriores da Tchecoslováquia no Brasil na história de 63 anos das relações mútuas tornar-se-á sem dúvida uma contribuição valiosa para um novo desenvolvimento multilateral destas relações sobre os princípios da coexistência pacífica dos países com sistema social diferente. Como demonstram o decurso construtivo e o ambiente de amizade das nossas conversações, temos uma vontade comum de desenvolver sistematicamente o diálogo político. Grandes possibilidades existem no campo da cooperação económica.

Tradicionalmente importamos sobretudo de farrolas de soja, minério de ferro, café. Mas nos últimos anos estamos diversificando nossas importações em setores de produtos industriais manufaturados, como por exemplo, fios de algodão e diversos produtos têxteis finais, autopeças, couros elaborados etc. Continuamos a ter interesse em participar na realização de seus projetos de investimento no setor da energia, fábricas de cimento, irrigação e outros. Estamos dispostos a desenvolver a cooperação económica por via da cooperação produtiva. Como perspectivas consideramos também outros setores, por exemplo, a hidroenergia, aproveitamento de recursos de turfa e enriquecimento e gaseificação do carvão no seu território. A este esforço ajudam de maneira importante também tais atividades como foi a recente visita do grande grupo dos seus deputados no nosso país, onde tiveram a possibilidade de convencer-se do desenvolvimento e das possibilidades da nossa indústria.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Nós na Tchecoslováquia não ocultamos a realidade que estamos intensamente preocupados com a situação internacional, que por culpa das mais reacionárias forças imperialistas torna-se sempre mais perigosa. Somos porém otimistas históricos e somos da opinião que cada problema, mesmo mais complicado, pode ser resolvido. Natural-

mente, com a condição de atitude honesta e concreta. Respeitando o princípio da igualdade e da mesma segurança.

De acordo estrito com estes princípios foram postas as proposições concretas de grande alcance dos países socialistas para diminuir radicalmente o perigo da confrontação nuclear. Na medida europeia e global. Estes projetos bem conhecidos podem ser transformados imediatamente em acordos concretos. Basta que seja parado o estacionamento dos mísseis nucleares americanos do primeiro ataque na Europa Ocidental com o objetivo de alcançar a supremacia militar. Realizados os passos para a eliminação destes, os países membros do Tratado de Varsóvia procederão ao cancelamento das contramedidas de defesa.

O interesse profundamente sincero pela consolidação da paz e da segurança internacional levou os países membros do Tratado de Varsóvia a apresentarem na sessão do Comitê Consultivo Político em Praga em janeiro do ano passado, a proposta do Tratado sobre a não-utilização mútua da força militar e sobre a conservação das relações de paz, proposta essa aberta a todos os países europeus e fora da Europa. Referindo-se ao apoio dos países do Tratado de Varsóvia do dia 7 de Maio, é recomendada a sua discussão em forma de consultas multilaterais.

Estamos convencidos que o imperativo categórico da indivisibilidade da paz mundial consiste também em liquidação dos focos de tensão. Basta mencionar qualquer região - Oriente Médio, Golfo Pérsico, o Sul da África, a América Central— cada uma é

ameaçada pelo perigo real da transição rápida dos conflitos regionais numa catástrofe global. Da mesma maneira vemos na Tchecoslováquia a instalação das minas nos portos da Nicarágua. A guerra não declarada a este país membro da ONU pelo país que é até membro do seu Conselho de Segurança. Condenamos a intervenção armada na evolução interna em El Salvador. Com a mesma decisão censuramos a agressão contra a Granada e todas as ameaças a Cuba soberana. Apreciamos altamente os esforços do Brasil na solução da crise da América Central por meio das conversações políticas. Apreciamos igualmente as atividades do grupo Contadora que encontra o apoio também de vossa parte. Estamos preocupados com a militarização das Ilhas Malvinas e declaramos de novo que apoiamos plenamente a ideia de criar uma zona de paz e cooperação no Atlântico do Sul.

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Estou convencido de que as nossas conversações tornar-se-ão uma contribuição dinâmica para o desenvolvimento de boas relações entre os nossos países, para o fortalecimento da paz mundial e da vasta cooperação internacional.

Permitam-me em conclusão brindar à:

- saúde de Sua Excelência Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo
- pelo êxito da cooperação tchecoslovaco-brasileira
- à saúde, êxitos e felicidade do estimado Senhor Ministro
- à saúde de todos os presentes.

a visita da ministra dos negócios estrangeiros de são tome e príncipe

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 25 de junho de 1984, por ocasião de almoço oferecido à Ministra dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Maria do Nascimento da Graça Amorim.

É com muito prazer que apresento as boas vindas do Governo e do povo brasileiros a Vossa Excelência. Recebemos a delegação de São Tomé e Príncipe com o espírito de solidariedade que marca o encontro de países irmãos.

Já temos, brasileiros e santomenses, um expressivo cabedal de trabalho de aproximação. A cada encontro, renova-se nosso comum objetivo de buscar lealmente e com sentido de equilíbrio, maior entendimento e cooperação. Agora, com a presença de Vossa Excelência entre nós, serão tecidos laços ainda mais fortes e abrangentes entre São Tomé e Príncipe e Brasil.

Muitos fatores que nos ligam, brasileiros e africanos, estão refletidos neste encontro de hoje. São bem conhecidos porque estão enraizados em nossa convivência. Dentre eles sobressai a contribuição africana à natureza e caráter da nacionalidade brasileira. Compartilhamos, por outro lado, das aspirações de liberdade e progresso de toda a África. E se são profundos os laços que nos vinculam à África, especialmente signifi-

cativos são aqueles que nos ligam aos países de expressão portuguesa.

As afinidades históricas e culturais são terreno fértil para a construção diplomática. Não são, porém, suficientes. É necessário que a vontade política descubra e faça florescer as disposições de ação comum.

A trajetória da política externa brasileira com relação à África independente está fundada em duas ideias mestras: a do diálogo e a da cooperação. A agenda de nossos encontros é inesgotável pois é uma permanente descoberta de razões novas para que aprofundemos as modalidades de colaboração. Assim, o diálogo entre brasileiros e africanos vem demarcado pelo sentido da igualdade e da fraternidade. Pela vontade de compreender, juntos, o andamento da conjuntura internacional, de imaginar, juntos, fórmulas que indiquem posições comuns diante de fenômenos de crise, de compor matrizes novas para o esforço conjunto.

Hoje, são muitos os campos do conheci-

mento em que já se estabeleceram programas de cooperação técnica entre nossas nações. São variados os empreendimentos comuns de atividade económica. Poderíamos mencionar a área da agricultura, em especial o cultivo do cacau, que, ademais de sua relevância presente, evoca a instância histórica de que foi do Brasil que partiu para o arquipélago o cacau, hoje base económica de São Tomé e Príncipe. Também na área da formação de recursos humanos temos razão para prever futuro promissor em nosso relacionamento, com base na exploração de afinidades e complementaridades naturais existentes entre nossas culturas e empreendimentos. Se há obstáculos a que a cooperação se aprofunde, não nascem da ausência de vontade política, mas dos constrangimentos naturais a nossa condição de países em desenvolvimento. Vivemos o drama dos recursos escassos, que se agrava numa situação de crise como a que enfrenta o sistema internacional. Os tempos exigem, mais do que nunca, ação criativa e solidariedade.

A situação da economia internacional atinge mesmo as linhas abertas da cooperação Sul-Sul. Sofremos, de maneira semelhante, o protecionismo e as elevadas taxas de juros praticadas pelas nações mais ricas. Percebemos, com a mesma convicção, que a presente ordem económica internacional, ao soffrear o crescimento dos países em desenvolvimento, tende a reverberar negativamente nas próprias economias desenvolvidas e gera problemas que extravasam perigosamente da já delicada conjuntura económica.

Senhora Ministra,

Países de vocação oceânica, o Brasil e São Tomé e Príncipe entendem que o Atlântico Sul deve manter-se afastado dos conflitos alheios, servindo, sim, de elo pacífico de intercâmbio e cooperação entre a América Latina e os Estados africanos em desenvolvimento.

Orgulhoso do amálgama de raças e culturas que o constitui, o Brasil repudia a discriminação racial e muito especialmente o siste-

ma de segregação racial institucionalizado pelo **apartheid**. Sabe, inclusive, ser essa a causa primordial das tensões existentes na África Austral. Acompanha, pois, com vivo interesse as negociações e a implementação dos acordos ora em curso naquela região e espera que os países amigos, especialmente Angola e Moçambique, possam em breve dedicar-se com segurança ao desenvolvimento económico e social de seus territórios. O Brasil aspira a que a Namíbia logre alcançar, o mais urgentemente, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, sua independência, postergada até hoje sem justificativa.

Não poderia deixar de mencionar nosso apoio às iniciativas positivas dos países africanos de expressão oficial portuguesa no sentido de se manterem coordenados e unidos, em favor do progresso de todos. Assim como apreciamos os resultados alcançados nas Cimeiras anteriores, expressamos, desde já, os melhores votos de que a V Conferência de Cúpula de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a realizar-se em São Tomé, em dezembro próximo, seja coroada de êxito.

Senhora Ministra,

Se o diálogo entre o Brasil e São Tomé e Príncipe tem sido inquestionavelmente profícuo até a presente data, tenho certeza de que a visita de Vossa Excelência o tornará ainda mais rico e intenso. Os entendimentos e visitas já realizados por Vossa Excelência no Brasil, assim como os que ainda decorrerão de sua estada entre nós, constituirão, sem dúvida, novas bases para o almejado estreitamento das relações entre nossos países. Sei que Brasil e São Tomé e Príncipe dão alta relevância às suas relações bilaterais. Estou consciente de que nossos sentimentos e vontades encontram reciprocidade.

Convido, pois, todos os presentes a erguerem suas taças em um brinde, fraterno e caloroso, à saúde do Presidente da Repúbli-

ca Democrática de São Tomé e Príncipe, Sua Excelência o Senhor Manuel Pinto da Costa, à felicidade pessoal de Vossa Exce-

lência e seus acompanhantes, bem como ao povo santomense e à amizade perene entre nossas duas nações.

comunicado conjunto brasil-são tome e príncipe

Comunicado Conjunto Brasil—São Tomé e Príncipe,
emitido em Brasília, em 26 de junho de 1984,
ao final da visita da Ministra dos Negócios
Estrangeiros daquele País,
Maria do Nascimento da Graça Amorim.

A convite do Governo brasileiro, visitou oficialmente o Brasil, no período de 21 a 26 de junho de 1984, Sua Excelência a Senhora Maria de Amorim, Ministra dos Negócios Estrangeiros da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A Ministra Maria de Amorim fez-se acompanhar, na visita, pelo Senhor Guilherme Posser da Costa, Diretor dos Assuntos Políticos Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e pela Senhora Ilíoneza da Graça Ferreira Correia, Chefe do Gabinete da Ministra dos Negócios Estrangeiros.

Durante sua estada em Brasília, a Ministra Amorim foi recebida em audiência por Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Figueiredo, a quem transmitiu os cumprimentos pessoais do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Sua Excelência o Senhor Doutor Manuel Pinto da Costa.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe efetuou visitas de cortesia a suas Excelências os Senhores Senador Moacyr Dalla, Presidente do Senado Federal, Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados, e Ministro João Baptista Cordeiro Guerra, Presidente do Supremo Tribunal Federal. A Ministra Maria de Amorim e os membros de sua delegação visitaram também os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe manteve amplas conversações com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, durante as quais examinaram a atual conjuntura internacional, em particular as questões africanas e latino-americanas, e analisaram as relações bilaterais. As conversações, realizadas em clima de amizade, cordialidade e compreensão, evidenciaram a significativa convergência de posição de ambos os países quanto às questões tratadas e apontaram novas perspectivas para a intensificação das relações entre o Brasil e São Tomé e Príncipe.

Os dois Ministros salientaram a preocupação de seus respectivos Governos com o agravamento das tensões internacionais e a tendência a transferir para áreas do Terceiro Mundo rivalidades e disputas globais. Manifestaram a sua convicção de que é urgente e imperativo intensificar os esforços em prol do desarmamento, em especial o nuclear. Analisaram, ainda, a evolução de crises regionais, detendo-se na situação da América Central, manifestaram a necessidade de que processos diplomáticos prevaleçam em seu encaminhamento e expressaram seu decidido apoio às gestões empreendidas pelo Grupo de Contadora. Reiteraram, nesse sentido, a convicção de que compete aos povos da área decidir sobre seus próprios destinos, livres de ingerências externas, em estrita observância das normas que regem a convivência internacional.

Ao examinar a situação na África Austral, os dois Ministros expressaram a sua solidariedade com a justa luta do povo da Namíbia pela sua independência e reiteraram a sua convicção de que a solução do problema namibiano deverá ser encontrada no quadro da aplicação das resoluções pertinentes das Nações Unidas, em especial a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança.

Manifestaram seu repúdio a qualquer forma de discriminação racial, particularmente ao sistema do **apartheid**, que, sendo uma afronta à dignidade humana, ameaça a paz e a estabilidade no continente africano. Analisando a recente evolução da situação na África Austral, que os Governos do Brasil e São Tomé e Príncipe acompanham com especial interesse, os dois Ministros expressaram seu apoio aos esforços de Angola, Moçambique e demais países da Linha de Frente em busca de segurança e prosperidade.

A Ministra Maria de Amorim descreveu para seu homólogo brasileiro a posição de São Tomé e Príncipe quanto à questão do Saara Ocidental. Os dois Ministros manifestaram a convicção de que a solução dessa questão dever-se-á basear nos princípios de autodeterminação dos povos, conforme as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Identificando no Oceano Atlântico um elo fundamental à aproximação e um instrumento pacífico de intercâmbio e cooperação entre os países ribeirinhos em desenvolvimento, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe comprometeram-se a empreender os esforços a seu alcance no sentido de evitar o envolvimento do Atlântico Sul nas tensões e confrontações entre potências alheias à região. Reiteraram, pois, a rejeição dos seus respectivos Governos à ideia da criação de pactos ou tratados militares, tais como a chamada "Organização do Tratado do Atlântico Sul", que, ao invés de assegurarem a paz no oceano que banha os dois países, para ele possam atrair ma-

nifestações de rivalidades que lhe são estranhas.

Os dois Ministros manifestaram sua extrema preocupação com a crise económica internacional, que vem atingindo de forma profunda os países em desenvolvimento. Apontaram algumas das dificuldades fundamentais do sistema internacional, como o proteccionismo, a alta taxa de juros, a recessão, a deterioração dos termos de intercâmbio para produtos primários, a diminuição dos fluxos financeiros para os países em desenvolvimento, e indicaram a necessidade de que se tomem medidas urgentes para superá-las. O Ministro Saraiva Guerreiro teve a oportunidade de fazer um relato dos esforços latino-americanos nessa área, indicando em especial os resultados da Reunião de Cartagena.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil elogiou os esforços empreendidos pelos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa no sentido de estreitarem as suas relações de cooperação. Salientou ainda o desejo do Governo brasileiro de promover, cada vez mais, o desenvolvimento da cooperação com esses países, tendo formulado sinceros votos de que a Quinta Cimeira dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a realizar-se este ano em São Tomé, seja coroada dos maiores êxitos.

Os Ministros Saraiva Guerreiro e Maria de Amorim avaliaram amplamente o desenvolvimento das relações brasileiro-santomenses desde o seu estabelecimento, expressando satisfação pelos resultados até agora alcançados, especialmente pela cooperação técnica na área da agricultura e na formação de recursos humanos. Reafirmaram sua intenção de continuar a cooperar, reconhecendo na escassez de recursos financeiros de ambos os países na presente conjuntura o único obstáculo à expansão de tal cooperação a níveis mais elevados. Nesse sentido, manifestaram a intenção de buscar maximizar os recursos disponíveis, trabalhando em prol dos objetivos comuns de progresso e desen-

volvimento, e recorrer, quando possível, a terceiras fontes de financiamento, tais como a BAD/FAD, o PNUD e fundos internacionais, a fim de poderem estender a cooperação bilateral a campos novos e ainda mais abrangentes. Os dois Ministros salientaram a importância da troca de visitas oficiais de altas personalidades dos dois países e, nesse sentido, o Ministro Saraiva Guerreiro declarou que a visita ao Brasil da Ministra Maria de Amorim consolida ainda mais o entendimento fraternal e o diálogo bilateral.

A Ministra Maria de Amorim e o Ministro Saraiva Guerreiro assinaram em Brasília, nesta data, o Acordo Geral de Cooperação, o Acordo de Cooperação Científica e Técnica e o Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a

República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Durante sua visita a Brasília, a Ministra dos Negócios Estrangeiros da República Democrática de São Tomé e Príncipe convidou o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil a efetuar visita oficial a seu país. O convite foi aceito com prazer, ficando as datas a serem fixadas posteriormente pelos canais diplomáticos competentes.

Ao término da visita, a Ministra Maria de Amorim manifestou ao Ministro Saraiva Guerreiro a sua gratidão pela hospitalidade calorosa e -fraterna que lhe foi oferecida, assim como a sua delegação, pelo povo e o Governo da República Federativa do Brasil*.

* Na página 143, seção **Tratados, Acordos, Convênio**, a relação dos Acordos entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, assinados por ocasião da visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros daquele País, Maria do Nascimento da Graça Amorim.

relações diplomáticas

brasil estabelece relações diplomáticas com a república democrática popular do iêmen e com a república árabe do iêmen

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgados em Brasília, em 8 de maio de 1984:

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DO IÊMEN

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Popular do Iêmen, desejosos de reforçar os laços de amizade que existem entre seus respectivos países e povos, concordaram em estabelecer entre si relações diplomáticas e consulares.

Em etapa ulterior, ambos os Governos designarão Embaixadores não-residentes como seus respectivos Representantes. Nesse ínterim, esforçar-se-ão por intensificar seus contatos e fortalecer a cooperação mútua em todas as áreas.

REPÚBLICA ÁRABE DO IÊMEN

Por desejarem uma cooperação construtiva e o estreitamento de laços de amizade baseados nos princípios estipulados na Carta das Nações Unidas, o Governo da República Árabe do Iêmen e o Governo da República Federativa do Brasil, concordaram ho-

je em estabelecer relações diplomáticas entre os dois países, a nível de Embaixada. A designação de Embaixadores não-residentes será feita pelos canais diplomáticos em data a ser fixada.

o estabelecimento de relações diplomáticas entre brasil e brunei

Os Governos do Brasil e de Brunei anunciaram, no dia 8 de junho de 1984, o propósito de estabelecerem relação diplomáticas. Em 28 de junho de 1984, o Presidente João Figueiredo assinou o Decreto nº 89.873, publicado no **Diário Oficial** de 29 de junho de 1984, criando a Embaixada do Brasil em Brunei, que será cumulativa com a Embaixada do Brasil na Malásia:

O COMUNICADO

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of Brunei Darussalam aiming at the strenghtening of the links of friendship between the two countries and the expansion of their contacts and mutual cooperation, have agreed to enter into diplomatic and consular relations at ambassadorial level.

O DECRETO

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX da Constituição,

DECRETA:

Artigo 19-Fica criada a Embaixada do Brasil em Brunei.

Artigo 29 — A Missão diplomática de que trata o artigo anterior será cumulativa com a Embaixada do Brasil na Malásia.

Artigo 39 — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 28 de junho de 1984; 1639 da Independência e 969da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ramiro S. Guerreiro

designação de embaixadores brasileiros

Luiz Fernando do Coutto Nazareth, na **Nicarágua**; Octávio Luiz de Berenguer César, em **Trinidad e Tobago**; João Augusto de Médicis, em **Maurício** (cumulativamente com o **Quênia**); Jorge D'Escragnolle Taunay, em **Sri Lanka** (cumulativamente com a **Índia**); e Ovidio de Andrade Mello, em **Antígua e Barbuda** (cumulativamente com a **Jamaica**), em 5 de abril de 1984.

Ovidio de Andrade Mello, em **Belize** (cumulativamente com a **Jamaica** e com **Antígua e Barbuda**) em 14 de maio de 1984.

Mário de Mello Mattos, no **Paraguai**, em 6 de junho de 1984.

Landulpho Victoriano Borges da Fonseca, no **Irã**, em 13 de junho de 1984.

Jorge D'Escragnolle Taunay, no **Nepal** (cumulativamente com a **Índia** e com o **Sri Lanka**), em 22 de junho de 1984.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Mokhless Hassan Cobah, do **Egito**, e Wilfred Sheik Naimool, de **Trinidad e Tobago**, em 17 de abril de 1984.

José Miguel Guzmán Herrera, do **Peru**, e Lassana Keita, do **Mali**, em 12 de junho de 1984.

brasil e eua assinam memorando de entendimento relativo ao sistema landsat

Memorando de Entendimento entre o Brasil e os Estados Unidos da América, relativo ao Sistema Landsat, assinado, em Brasília, em 8 de maio de 1984 (e publicado no **Diário Oficial** número 94, de 16 de maio de 1984), pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador norte-americano, Diego Cortes Asencio.

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo dos Estados Unidos da América

doravante denominado as Partes

Considerando o Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre os dois Governos de 1 de dezembro de 1971, conforme emendado e prorrogado a 28 de dezembro de 1976, 30 de novembro de 1981, 1 de junho e 30 de novembro de 1982 e 31 de maio de 1983,

Convêm no seguinte:

ARTIGO 1

Para a implementação do presente Memorando de Entendimento, o Governo da República Federativa do Brasil designa como Instituição Executora a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), por meio do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Governo dos Estados Unidos da América designa como Instituição Executora a **National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)** do Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América.

ARTIGO 2

O presente Memorando de Entendimento e seu anexo têm por objetivo estabelecer os termos e condições sob os quais a **National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA)** do Departamento do Comércio dos EUA, forne-

cerá, e a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), através do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), receberá, processará, arquivará e distribuirá dados do programa civil norte-americano de satélite de sensoriamento remoto de **recursos** terrestres (daqui por diante citado como sistema Landsat), que é gerenciado pela NOAA.

ARTIGO 3

São as seguintes as responsabilidades das Instituições Executoras:

A. A NOAA, como gerente do sistema Landsat, por meio do seu Serviço Nacional de Informação e Dados de Satélites Ambientais (NESDIS), empregará os seus maiores esforços para prover serviço operacional **pelo** prazo de duração do presente Memorando de Entendimento e deverá:

i) programar, de acordo com o solicitado pelo CNPq/INPE, o Imageador Multi-Espectral do sistema Landsat para cobrir áreas dentro do raio de aquisição da estação terrena do CNPq/INPE e transmitir os dados obtidos diretamente a esta estação. Detalhes da programação serão acertados por acordo mútuo entre os representantes técnicos responsáveis pela implementação deste Memorando de Entendimento;

ii) programar, de acordo com o solicitado pelo CNPq/INPE, o Mapeador Temático do sistema Landsat para cobrir áreas dentro do raio de aquisição da estação terrena do CNPq/INPE, sempre que tais pedidos possam ser ajustados pela **U.S. National Aeronautics and Space Administration** ao seu programa experimental do Mapeador Temático, e transmitir os dados adquiridos diretamente a esta estação. Detalhes de programação que satisfaçam tais requisitos serão acertados por acordo mútuo entre os representantes técnicos responsáveis pela implementação deste Memorando de Entendimento, baseados nos acordos entre a NOAA e a NASA;

iii) prover a estação terrena do CNPq/INPE com elementos orbitais para o cálculo de ângulos de apontamento da antena necessários para receber os sinais transmitidos pela espaçonave do sistema Landsat e para o processamento dos dados obtidos; e

- iv) reservar o direito de reduzir ou terminar a transmissão de dados para a estação terrena do CNPq/INPE, no caso de tais ações serem exigidas pelas limitações da espaçonave ou do equipamento terrestre da NOAA. Neste caso, a NOAA notificará o CNPq/INPE, na forma mais rápida possível, para discutir um plano de ação e examinar possibilidades de acesso contínuo aos dados.
- B. O CNPq/INPE, como gerente da estação terrena, deverá:
- i) operar uma estação terrena em Cuiabá para a recepção e, em Cachoeira Paulista, para o processamento, arquivamento e distribuição dos dados Landsat, às suas próprias expensas, inclusive os custos do estabelecimento e operação dos necessários elos de comunicação com o Centro de Controle de Operações Landsat da NOAA, localizado no Goddard Space Flight Center da **NASA**, em Greenbelt, Maryland;
 - ii) produzir fitas compatíveis com computador e produtos imagens Landsat, de acordo com os formatos acertados;
 - iii) assegurar que todos os dados Landsat, obtidos e arquivados pela estação terrena do CNPq/INPE, estejam disponíveis para a venda ou distribuição em bases públicas e não discriminatórias. Isto se aplica a todos os dados Landsat obtidos de acordo com o presente Memorando de Entendimento, bem como aos dados Landsat obtidos segundo as disposições do Memorando de Entendimento anterior com a NASA. Cópias de quaisquer ajustes assinados pelo CNPq/INPE, referentes à distribuição de dados Landsat da estação terrena do CNPq/INPE, deverão estar à disposição da NOAA, quando solicitadas, e deverão estar conformes com as provisões estabelecidas acima;
 - iv) pagar à NOAA as taxas contidas no Anexo a este Memorando de Entendimento, pela recepção direta e distribuição de todos os dados Landsat obtidos e arquivados após 1 de outubro de 1982;
 - v) fornecer à NOAA listagens trimestrais, no formato acertado, de todos os dados Landsat obtidos pela estação terrena do CNPq/INPE. Estas listagens, em forma de catálogos, estarão disponíveis ao público, através das facilidades de dados da NOAA;
 - vi) enviar os melhores esforços para assegurar que qualquer problema de rádio-frequência, que ocorra em relação à recepção de dados pela estação terrena do INPE, seja resolvido de maneira a atender as partes deste Memorando de Entendimento. Questões relativas à interferência de rádio-frequência provocada pela espaçonave do sistema Landsat, levantadas por parte de outros países, serão encaminhadas ao Governo norte-americano e à NOAA para resposta. A NOAA usará as seguintes frequências para a transmissão de dados dos sensores da espaçonave do sistema Landsat:
 - Imageador Multi-Espectral — Banda S (2200-2300 Mhz) e Banda X (8025-8400 Mhz)
 - Mapeador Temático - Banda X (8025-8400 Mhz); e
- vii) obter, numa forma limitada e conforme solicitado ou se solicitado pela NOAA e em apoio a programas-chave do Governo norte-americano, quantidades razoáveis de dados Landsat na forma de fitas da estação ou fitas digitais de alta densidade, de acordo com os formatos acertados. Tais solicitações serão feitas e os dados fornecidos na forma de ajustes de cooperação mútua, definidos por meio de troca de cartas entre o Administrador Assistente do Serviço de Dados e Informações de Satélites Ambientais da NOAA, e o Diretor do CNPq/INPE.
- C. Fica ainda entendido e acordado que:
- i) a NOAA e o CNPq/INPE designarão, cada um, representantes técnicos para serem responsáveis pela implementação deste Memorando de Entendimento. Os representantes técnicos, ou seus substitutos, participarão do Grupo de Trabalho de Operadores de Estações Terrenas Landsat. Este grupo, presidido pela NOAA, servirá como um foro para a troca de informações técnicas e de gerenciamento entre os operadores das estações e a NOAA. Por exemplo, através desse grupo, a NOAA e o CNPq/INPE poderão trabalhar juntos para desenvolver uma estratégia de mercado para a promoção dos dados Landsat, que levará em conta os interesses de ambas as partes. O CNPq/INPE e a NOAA poderão, também, quando mutuamente acertado, trocar um número limitado de fitas de dados Landsat e respectiva documentação, para fins de comparação de desempenho de equipamentos. Reuniões suplementares, entre o CNPq/INPE e a NOAA, serão realizadas de mútuo acordo;
 - ii) a capacidade do CNPq/INPE e da NOAA de executarem suas obrigações, de conformidade com o presente Memorando de Entendimento, está sujeita à disponibilidade de recursos;
 - iii) a NOAA não garante a adequabilidade dos dados Landsat para qualquer fim, e não será responsável por quaisquer danos ou ferimentos causados pelo uso do sistema Landsat;
 - iv) o Administrador Assistente do Serviço de Informação, Dados e Satélites Ambientais e o Diretor do CNPq/INPE estão autorizados a estabelecer e a modificar, quando necessário, acordos de implementação de natureza técnica, financeira e gerencial, dentro da orientação especificada neste Memorando;
 - v) a NOAA incluirá, em todas as respostas de pedidos de dados Landsat adquiridos na zona de cobertura da estação terrena do CNPq/INPE, uma observação informando que a estação terrena do CNPq/INPE deverá ter disponíveis dados mais completo. No caso da NOAA receber pedidos específicos de cenas Landsat, produtos ou informações específicas em seu poder, a NOAA fornecerá os dados e/ou informações pedidas. Quando

a esperada cobertura de uma futura estação terrena Landsat se sobrepuser à da estação terrena do CNPq/INPE, a NOAA informará o CNPq/INPE antes de finalizar qualquer acordo com o futuro operador de estação. A NOAA encorajará o CNPq/INPE e o futuro operador de estação a se consultarem, com vistas a chegarem a um entendimento mútuo satisfatório para o atendimento de pedidos de dados da área com cobertura sobreposta; e

- vi) a disponibilidade de dados conforme disposto em qualquer um dos parágrafos acima, não prejudicará quaisquer direitos e obrigações das partes resultantes de legislação internacional que possa ser estabelecida no futuro, relacionada às atividades de sensoriamento remoto.

ARTIGO 4

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes e permanecerá em vigor por um período de três anos, ou até que a NOAA não mais tenha responsabilidade gerencial, se isto ocorrer primeiro. Fica entendido que este Memorando de Entendimento poderá ser prorrogado por acordo mútuo entre as partes, caso a responsabilidade da NOAA pelo gerenciamento do sistema Landsat ultrapasse o período de três anos.

2. No caso da NOAA ou do CNPq/INPE não poderem cumprir os termos e as condições acordados neste Memorando de Entendimento, cada parte, após consulta à outra, terá a opção de terminar ou suspender as atividades definidas neste Memorando, desde que notificação nesse sentido seja encaminhada, por escrito, de uma parte à outra.

Feito em Brasília, no dia 8 de maio de 1984, em dois exemplares, nos idiomas português e inglês, ambos os textos sendo igualmente autênticos.

ANEXO I AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A COMISSÃO BRASILEIRA DE ATIVIDADES ESPACIAIS E O UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION PARA A RECEPÇÃO DIRETA E DISTRIBUIÇÃO DE DADOS LANDSAT

I. Taxas

Em conformidade com o Seção II.B.4 do Memorando de Entendimento (MOU) acima mencionado, a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) estabeleceu, a partir de 1 de outubro de 1982, uma taxa anual de acesso de 600.000 dólares americanos para a recepção direta de dados Landsat em cada estação terrena e uma taxa de distribuição de 5 dólares americanos para cada produto fotográfico, 65 dólares americanos para cada Fita Compatível com Computador (CCT), derivados de todos os dados do Imageador Multi-Espectral (MSS) e uma taxa de 300 dólares americanos por cada cena completa de

dados digitais do Mapeador Temático (TM) e 25 dólares americanos para cada produto fotográfico TM, vendidos, transferidos ou distribuídos pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), através do CNPq/INPE, ou de seu(s) agente(s) para os usuários. As taxas de distribuição serão aplicadas a todos os dados recebidos e distribuídos após 1 de outubro de 1982. Após a conclusão deste MOU, o CNPq/INPE pagará à NOAA quaisquer pagamentos pendentes da taxa de acesso de 600.000 dólares americanos e taxas de distribuição para o período de 1 de outubro de 1982 a 30 de setembro de 1983. As provisões acima não se aplicam aos dados trocados sob os termos da Seção II.B.7.

Notificação em tempo hábil sobre qualquer alteração nessas taxas, levando-se em consideração os ciclos orçamentários das partes deste Acordo, será feita pelo Administrador Assistente dos Serviços de Satélites Ambientais, Dados e Informações da NOAA ao Diretor do CNPq/INPE, por escrito, antes da implementação de alteração proposta.

II. Cronograma de Pagamentos

Os pagamentos de cada estação serão feitos ao U.S. Department of Commerce, National Oceanic and Atmospheric Administration, em dólares americanos e em qualquer banco norte-americano de acordo com o seguinte cronograma.

Data	Pagamento Devido
31 de janeiro de 1984	Taxa de distribuição de 1 de julho de 1983 a 30 de setembro de 1983, baseada no relatório submetido em 15 de outubro de 1983. Taxa de acesso de 300.000 dólares americanos para cada estação, de 1 de outubro de 1983 a 31 de março de 1984.
31 de março de 1984	Taxa de distribuição de 1 de outubro de 1983 a 31 de dezembro de 1983, baseada no relatório submetido em 15 de janeiro de 1984. Taxa de acesso de 150.000 dólares americanos, para cada estação, de 1 de abril de 1984 a 30 de junho de 1984.
30 de junho de 1984	Taxa de distribuição de 1 de janeiro de 1984 a 31 de março de 1984, baseada no relatório submetido em 15 de abril de 1984. Taxa de acesso de 150.000 dólares americanos para cada estação, de 1 de julho de 1984 a 30 de setembro de 1984.
30 de setembro de 1984	Taxa de distribuição de 1 de abril de 1984 a 30 de junho de 1984, baseada

no relatório submetido em 15 de julho de 1984.

Taxa de acesso de 150.000 dólares americanos para cada estação, de 1 de outubro de 1984 a 31 de dezembro de 1984.

Todos os pagamentos devem ser recebidos dentro de 30 dias a contar da data de fatura. Encargos por pagamentos atrasados estarão sujeitos às taxas correntes do Departamento do Tesouro norte-americano sobre o saldo devido para cada período de 30 dias ou parcela que estiver atrasada. Os pagamentos devem ser enviados para:

U.S. Department of Commerce
National Oceanic and Atmospheric Administration
AT/GSM331 Attn: NOAA Collection Official
6010 Executive Boulevard
Rockville, Maryland 20852
U.S.A.

Os pagamentos das taxas de distribuição serão baseados nos relatórios trimestrais de distribuição, enviados por via aérea ou telegrama, à NOAA, pelo CNPq/INPE, dentro do prazo de duas semanas após o término de cada trimestre. A definição detalhada do conteúdo dos relatórios trimestrais de distribuição será acertada pelos representantes técnicos responsáveis pela implementação deste Acordo.

III. Contingências

Se as limitações da espaçonave ou de equipamento de solo da NOAA degradarem ou impossibilitarem a transmissão regular dos dados Landsat para a estação terrena do CNPq/INPE, a NOAA, através de consulta com o CNPq/INPE, renunciará ou reduzirá adequadamente o(s) pagamento(s) da taxa de acesso; as taxas de distribuição continuarão a ser devidas nos valores prevaescentes.

A NOAA reserva-se o direito de interromper a qualquer tempo a transmissão dos dados Landsat ao CNPq/INPE, se o CNPq/INPE estiver em atraso com seus pagamentos à NOAA, mediante notificação da NOAA ao CNPq/INPE, com 30 dias de antecedência sobre sua intenção de interromper a transmissão por este motivo.

IV. Vigência do Anexo

Este Anexo permanecerá em vigor até 30 de setembro de 1984, e poderá ser prorrogado ou revisado de comum acordo entre a NOAA e COBAE, através de troca de cartas entre o Administrador Assistente para os Serviços de Satélite Ambiental, Dados e Informações da NOAA e o Diretor do CNPq/INPE. A NOAA notificará a COBAE, por escrito, sobre os termos financeiros e condições propostas para o período a ter início em 1 de outubro de 1984, que leva em consideração os ciclos orçamentários das partes deste Acordo.

brasil e rfa assinam dois ajustes ao acordo básico de cooperação técnica

Ajustes, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (de 30 de novembro de 1963), relativos aos projetos "Cooperação entre as Universidades da Paraíba e de Stuttgart no campo da Engenharia Elétrica" e "Meios Audiovisuais para a Extensão Rural (Embrater)", assinados em Brasília, em 8 de maio de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflös.

PROJETO "COOPERAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES DA PARAÍBA E DE STUTT GART NO CAMPO DA ENGENHARIA ELÉTRICA"

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflös,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 624.40/11/254/84 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE-i/99 de 23 de abril de 1982, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto "Cooperação entre as Universidades da Paraíba e de Stuttgart no campo da Engenharia Elétrica - PN.77.2508.8".

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, no âmbito da cooperação entre a Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande (doravante UFPB), e a Universidade de Stuttgart (doravante US), darão prosseguimento por mais dois anos, à colaboração no setor da Engenharia Elétrica na UFPB, com o objetivo de formar, através da especialização de pós-graduados, pessoal docente qualificado, cultivar o intercâmbio de informações técnico-científicas, elevar o nível tecnológico e contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos existentes nos campos dos processos transitórios e comportamento dinâmico na transmissão de energia elétrica, e técnica de alta tensão.

II — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. enviar:
 - a) dois docentes para os campos referidos no item I, por um prazo de até 48/homens/mês;
 - b) um técnico para o laboratório de alta tensão, já existente, pelo prazo de até 24 homens/mês;
 - c) até quatro docentes para, na qualidade de professores-visitantes, exercerem docência, pelo prazo de até 3 homens/mês, cada um;
2. contratar uma pessoa a ser encarregada da assistência acadêmica do projeto, pelo prazo de vigência do contrato de até 24 homens/mês;
3. fornecer instrumentos e aparelhos complementares, bem como peças de reposição e de desgaste;
4. facultar estágios de aperfeiçoamento, fora do projeto, pelo prazo de até 72 homens/mês para até 3 técnicos da UFPb, que após seu regresso atuarão no projeto, dando autonomamente prosseguimento às tarefas dos técnicos enviados;
5. encarregar-se:
 - a) das despesas de viagens a serviço dos técnicos enviados fora do território nacional brasileiro;
 - b) das despesas de transportes e seguro do material, referido no item II, parágrafo 4, até o local do projeto.

III — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. facultar 3 técnicos a título de contrapartida aos especialistas enviados a longo prazo, bem como pessoal auxiliarem número suficiente;
2. colocar à disposição do projeto, a expensas suas, os necessários terrenos e edifícios, inclusive seu equipamento, desde que este não seja fornecido pelo Governo da República Federal da Alemanha;
3. isentar de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha, providenciando seu pronto desembarço alfandegário;
4. custear as demais despesas de funcionamento e manutenção do projeto tomando providências para que as entidades executoras dos projetos tomem a seu cargo todos os custos porventura ocasionados pelo armazenamento de bens importados destinados a projetos de Cooperação Técnica e considerando que a parte alemã fará todos os esforços a seu alcance tendentes a evitar custos de armazenamento.
5. tomar providências para que técnicos brasileiros dêem, o mais cedo possível, prosseguimento às atividades dos técnicos enviados. Se, no âmbito do presente Ajuste, esses técnicos realizarem estágios de formação ou aperfeiçoamento na República Federativa do Brasil, na República Federal da Alemanha ou em terceiros países, o Governo da República Federativa do Brasil designará, com a devida antecedência e a participação da representação diplomática alemã ou de técnicos por esta indicados, candidatos em número suficiente para este estágio de formação ou aperfeiçoamento, designando para tanto candidatos que se comprometam a trabalhar no respectivo projeto, após o estágio de formação

ou aperfeiçoamento, pelo prazo mínimo de cinco anos.

6. reconhecer a equivalência do exame prestado pelos técnicos brasileiros que realizaram estágios de formação ou aperfeiçoamento no âmbito do presente Ajuste consoante seu nível de especialização;
7. prestar aos técnicos enviados todo o apoio necessário à execução das tarefas que lhes foram confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação indispensável e disponível na UFPb;
8. tomar providências para que as demais contribuições necessárias à execução do projeto sejam prestadas, desde que delas não se tenham incumbido o Governo da República Federal da Alemanha, nos termos do presente Ajuste;
9. encarregar-se, ainda, do alojamento dos técnicos enviados.

IV — Aos técnicos enviados e a suas contrapartes brasileiras caberá representar a área de sua especialidade no ensino, na pesquisa e na consultoria empresarial.

V — No âmbito das atribuições especificadas no item IV acima os técnicos enviados serão responsáveis perante a UFPb e sujeitos aos entendimentos conjuntamente concluídos.

VI — O material fornecido ao projeto, por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha, passará, quando de sua chegada no Brasil, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, desde que permaneça à inteira disposição do projeto e dos técnicos enviados para o exercício de suas funções.

VII — Dos executores do projeto

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" (Sociedade alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschborn.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto da UFPb.
3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão estabelecer conjuntamente os pormenores da implementação do projeto, através do plano operacional ou de outra forma adequada, adaptando-os, caso necessário, ao andamento do projeto.

VIM — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a Cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VIII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

PROJETO "MEIOS AUDIOVISUAIS PARA A EXTENSÃO RURAL (EMBRATER)"

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenf los,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota n? EZ 445.85/252/84, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DDI/DE-I/03/644 (B46) (F36), de 3 de janeiro de 1980, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto.

"Meios Audiovisuais para a Extensão Rural (EMBRATER) (PN 82.2038.6):

1 — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil promoverão conjuntamente o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), através da colaboração com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em Brasília, e em cooperação com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Paraná, em Curitiba. O projeto tem por finalidade conseguir um aumento quantitativo e uma melhoria qualitativa da produção de meios audiovisuais para a extensão rural de pequenos produtores em regiões descentralizadas.

11 — Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

- enviar um técnico especializado em assessoramento relativo a meios audiovisuais, por uma etapa-piloto de um ano e uma etapa de implementação subsequente de mais de um ano, por um prazo de até 24 homens/mês;
- enviar um técnico especializado em assessoramento relativo a meios audiovisuais, pela duração de uma etapa

de implementação de um ano, por um prazo de até 12 homens/mês;

- fornezer aparelhos audiovisuais até um valor total de aproximadamente DM 160.000 (cento e sessenta mil marcos alemães), e encarregar-se das despesas de transporte dos aparelhos até o local do projeto.

II1 — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

- tomar providências com vistas a:
 - Colocar à disposição do projeto os técnicos de extensão rural e produção de meios audiovisuais do SIBRATER, bem como pessoal auxiliar para a sua implementação;
 - isentar o material fornecido ao projeto por incumbência do Governo da República Federal da Alemanha, de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, garantindo o pronto desembarço alfandegário do material;
- custear as demais despesas de funcionamento e conserto, tomando providências para que as entidades executoras dos projetos tomem a seu cargo todos os custos porventura ocasionados pelo armazenamento de bens importados destinados a projetos de Cooperação Técnica e considerando que a parte alemã fará todos os esforços ao seu alcance tendentes a evitar custos de armazenamento;
- colocar à disposição dos técnicos enviados veículo de serviço;
- prestar aos técnicos enviados todo o apoio na execução das tarefas que lhes foram confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação pertinente;
- permitir que técnicos brasileiros dêem prosseguimento, o mais cedo possível, às atividades dos técnicos enviados.

IV — Atribuições dos técnicos enviados:

- a) Apoiar a EMBRATER no aperfeiçoamento de medidas de coordenação e assessoramento com a EMATER;
 - assessorar a EMBRATER e a EMATER — Paraná — no planejamento, produção, utilização e avaliação de meios audiovisuais para os serviços de extensão rural, bem como colaborar na execução das respectivas campanhas de informação e motivação;
 - colaborar na execução de "Workshops" locais, regionais e supra-regionais e de seminários de colaboradores da EMBRATER e da EMATER.
- 2) Dentro das suas atividades, delineadas no parágrafo 1 deste item, os técnicos enviados serão responsáveis perante a Coordenadoria de Informação e Documentação (CID) da EMBRATER, obedecendo às suas instruções técnicas, desde que isto não afete as relações contratuais com o seu empregador alemão.

O técnico enviado conforme o item II, letra a, prestará assessoria à EMBRATER, por uma etapa-piloto de um ano e uma etapa subsequente, de implementação, de mais de um ano. O técnico enviado conforme o número II letra b trabalhará na Coordenadoria de Informação e Documentação (CID) da EMBRATER em Brasília.

V —O material fornecido pelo Governo da República Federal da Alemanha passará, quando da sua chegada ao Brasil, ao patrimônio da República Federativa do Brasil, sob a condição de que seja colocado à inteira disposição do projeto e dos técnicos enviados.

VI — Dos executores do projeto:

- 1) O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft Fuer Technische Zusammenarbeit (GTZf GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236 Eschbom.
- 2) O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da implementação do projeto a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBATER), em Brasília.
- 3) Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão estabelecer conjuntamente, através de um plano operacional ou de outra forma adequada, os pormenores da implementação do projeto adaptando-os, caso necessário, ao seu andamento mesmo.

VII — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VII, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expressa a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

o acordo brasil-paraguai sobre a diretoria executiva da itaipu binacional

Acordo, por Troca de Notas, entre o Brasil e o Paraguai, sobre a Diretoria Executiva da Itaipu Binacional, assinado, no Palácio do Itamaraty, em

Brasília, em 11 de maio de 1984 (e publicado no Diário Oficial nº 96, de 18 de maio de 1984) pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro paraguaio das Relações Exteriores, Carlos Augusto Sald (var).

NOTA BRASILEIRA

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Carlos Augusto Saldívar,
Ministro das Relações Exteriores da
República do Paraguai

Senhor Ministro,

Com referência ao Artigo 12, Parágrafos 19, 2º e 3º do Anexo A ao Tratado celebrado em 26 de abril de 1973 entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai e à Nota G/SG/DAA/DAM-1/05/241 (B46MB44), de 26 de abril de 1973, letras "d" e "e", do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, e à Nota Reversal nº 7, de idêntico conteúdo e mesma data, do Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo do Brasil convém com o Governo do Paraguai no seguinte:

- a) o prazo estabelecido na letra "d" das referidas notas será prorrogado por um período de dois anos;
- b) dentro dos primeiros nove meses do mencionado período de dois anos, os Governos, respeitadas as disposições do Tratado, concluirão negociações tendentes a reestruturar o Anexo A (Estatuto da Itaipu), levando em conta a fase de próxima conclusão da etapa de construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e sua nova condição de entidade operativa. Essa reestruturação terá por objetivo uma simplificação dos órgãos de administração, reduzindo no que for adequado e oportuno o número de Conselheiros e Diretores, integrados por igual número de nacionais de ambos os países, com a mesma capacidade e igual hierarquia, e o desaparecimento dos cargos de Diretores Adjuntos, bem como de qualquer forma de voto dê desempate a favor de um nacional de qualquer dos dois países;
- c) a partir da expiração do período acima referido de dois anos, os Conselheiros e Diretores serão nomeados de acordo com as modificações mencionadas na letra "b";
- d) o regime atual de nomeação de Diretores e Diretores Adjuntos expirará improrrogavelmente ao final do prazo de dois anos estabelecido na letra "a".

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de idêntico teor e mesma data, constituem um Acordo entre os dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

NOTA PARAGUAIA

A Su Excelência
Señor Embajador Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado de
Relaciones Exteriores dei Brasil
Brasília

Señor Ministro:

Con referencia ai Artículo XII, Párrafos 19, 29 y 39 dei Anexo A ai Tratado celebrado el 26 de abril de 1973 entre la República dei Paraguay y la República Federativa dei Brasil y la Nota Reversal n97 dei 26 de abril de 1973 dei Ministro de Relaciones Exteriores dei Paraguay, y a la Nota G/SG/DAA/DAM-1/05/24/ (B46) (B44), letras d y e, de idêntico contenido y misma fecha, dei Ministro de Estado de Relaciones Exteriores dei Brasil, tengo el honor de llevar ai conocimiento de Vuestra Excelência que el Gobierno dei Paraguay conviene con el Gobierno dei Brasil en lo siguiente:

- a) el plazo establecido en la letra de las referidas notas será prorrogado por un período de dos años;
- b) Dentro de los primeros nueve meses dei mencionado período de dos años, los Gobiernos, respetadas las disposiciones dei Tratado, concluirán negociaciones tendientes a reestructurar el Anexo A (Estatuto de la Itaipú) teniendo en cuenta la fase de próxima conclusión de la etapa de construcción dei Aprovechamiento Hidroeléctrico de Itaipú, y su nueva condición de entidad operativa.

Esa reestructuración tendrá por objeto una simplificación de los órganos de administración, reduciendo en lo que fuere adecuado y oportuno el número de Consejeros y Directores, integrado por igual número de nacionales de ambos países con la misma capacidad e igual jerarquía, y la desaparición de los cargos de Directores Adjuntos así como de cualquier forma de voto de desempate a favor de un nacional de cualquiera de los dos países;
- c) a partir de la expiración dei período arriba referido de dos años, los Consejeros y Directores serán nombrados de acuerdo con las modificaciones mencionadas en la letra b;
- d) el regimen actual sobre nombramiento de Directores y Directores Adjuntos expirará improrrogablemente ai final dei plazo de dos años establecido en la letra a.

2. La presente Nota y la de Vuestra Excelência, de idêntico tenor y misma fecha, constituyen un acuerdo entre los dos Gobiernos.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelência las seguridades de mi más alta consideración.

Carlos Augusto Saldívar
Ministro das Relações Exteriores da
República do Paraguay

entendimiento entre brasil e argentina para o estabelecimento de mecanismos de consultas política e económica

Entendimiento, por troca de Notas, entre o Brasil e a Argentina, para o estabelecimento de mecanismos de consultas política e económica, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 14 de maio de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro argentino das Relações Exteriores e Culto, Dante Caputo

CARTA BRASILEIRA

A Sua Excelência
Senhor Dante Caputo,
Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina.

Senhor Ministro,

Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Excelência para reafirmar o interesse do Governo brasileiro em ampliar e consolidar as formas de diálogo político com o Governo argentino, e, nesse sentido, propor que se realizem consultas periódicas entre os Chanceleres dos dois países e se institucionalizem reuniões das equipes de planejamento político do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina.

2. A proposta se inspira na tradicional amizade que une nossos povos e no desejo permanente de estreitar os laços de cooperação que foram estabelecidos ao longo da história comum.

3. Ademais, estou seguro de que, como fator para tornar ainda mais denso o relacionamento entre nossos Governos, é conveniente que estabeleçamos mecanismos de consulta, ágeis e permanentes, para a consideração conjunta da situação internacional, tanto em seus aspectos políticos quanto económicos, da situação regional em suas diversas dimensões, e dos temas bilaterais. Anima-me a certeza de que, neste processo, as Chancelarias serão sempre motivadas pelo espírito de contribuir para o encaminhamento de soluções justas e duradouras para os difíceis e complexos problemas internacionais contemporâneos.

4. Para a realização dessas consultas, sem prejuízo do diálogo pela via diplomática, será conveniente estabelecer que, em princípio, peio menos anualmente, encontrem-se os Chanceleres do Brasil e da Argentina, e, de outro lado.

haja reuniões anuais das equipes de planejamento político das Chancelarias.

5. Estas reuniões serão realizadas, alternadamente, no Brasil e na Argentina, em datas e com agendas que serão determinadas de comum acordo pelos canais diplomáticos normais.

6. A presente carta e de resposta de Vossa Excelência constituem entendimento entre nossos dois Governos sobre a institucionalização das reuniões referidas acima, que entrará em vigor a partir de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta consideração com que me subscrevo,

de Vossa Excelência,

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

CARTA ARGENTINA

A Su Excelência
Señor Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Relaciones Exteriores de
la República Federativa de Brasil

Señor Ministro:

Tengo el agrado de dirigirme a Vuestra Excelencia para reafirmar el interés del Gobierno Argentino en ampliar y consolidar las formas de diálogo político con el Gobierno Brasileño, y, en ese sentido, proponer que sean realizadas consultas periódicas entre los Cancilleres de los dos países y sean institucionalizadas reuniones de los equipos de planeamiento político del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina y del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil.

2. La propuesta se inspira en la tradicional amistad que une a nuestros pueblos y en el deseo permanente de estrechar los lazos de cooperación que fueron establecidos a lo largo de nuestra historia.

3. Además, estoy seguro que, como elemento que tornará más densa la relación entre nuestros gobiernos, es conveniente que establezcamos mecanismos de consulta, ágiles y permanente para considerar conjuntamente la situación internacional, tanto en sus aspectos políticos como económicos. La situación regional en sus variadas dimensiones y los temas bilaterales. Nos anima la certeza que, en este proceso, las Cancillerías estarán siempre motivadas por el mismo espíritu de contribuir al encaminamiento de soluciones justas y duraderas para los difíciles y complejos problemas internacionales contemporáneos.

4. Para la realización de estas consultas, sin desmedro del diálogo por la vía diplomática, será conveniente establecer que, en principio, por lo menos anualmente, se

realicen encuentros de los Cancilleres de Brasil y de la Argentina, y, por otro lado, se realicen reuniones anuales de los equipos de planeamiento político de las Cancillerías.

5. Estas reuniones serán realizadas, alternadamente, en el Brasil y en la Argentina, en fechas y con agendas que serán determinadas de común acuerdo por los canales diplomáticos normales.

6. La carta presente, así como la recibida de Vuestra Excelencia, constituyen entendimientos entre nuestros dos Gobiernos para la institucionalización de las reuniones indicadas anteriormente, y entrarán en vigor a partir del día de la fecha.

Aprovecho la oportunidad para renovar la seguridad de mi más distinguida consideración, con la que me despido

de Vuestra Excelencia,

Dante Caputo
Ministro de Relaciones Exteriores
e Culto de la República Argentina

brasil e japão assinam ajuste para desenvolvimento do núcleo de imunopatologia do centro de ciências de saúde da ufpe

Ajuste, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão, para implementação do projeto "Reestruturação, reequipamento e desenvolvimento do núcleo interdepartamental de imunopatologia do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal de Pernambuco", assinado, em Tóquio, em 25 de maio de 1984 (e publicado no Diário Oficial nº 117, de 18 de junho de 1984), pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro japonês das Relações Exteriores, Shintaro Abe.

NOTA BRASILEIRA

A Sua Excelência Shintaro Abe
Ministro de Estado do Japão

Tenho a honra de acusar recebimento de Nota de Vossa Excelência, datada de hoje, cujo teor é o seguinte:

"Excelência,

Tenho a honra de referir-me ao Acordo Básico de Coope-

raço Técnico entre o Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Brasília, a 22 de setembro de 1970 (daqui por diante denominado "Acordo Básico"), e às conversações mantidas recentemente entre os representantes de ambos os governos, sobre a cooperação técnica japonesa para a implementação do projeto "Reestruturação, reequipamento e desenvolvimento do núcleo interdepartamental de imunopatologia do Centro de Ciências de Saúde da Universidade Federal de Pernambuco" (daqui por diante denominado "O Projeto"), e de propor, em nome do Governo do Japão, de conformidade com o previsto no Artigo II do Acordo Básico, as seguintes disposições:

1. 1) O Governo do Japão e o Governo da República Federativa do Brasil, cooperarão conjuntamente na implementação do projeto com o objetivo de melhorar as atividades de pesquisa sobre doenças parasitárias tropicais no Centro de Imunopatologia da Universidade de Pernambuco (doravante chamado de "O Centro"), e contribuir para melhoras condições sanitárias no Nordeste do Brasil;
- 2) O Projeto será implementado de acordo com o Plano Básico, conforme estipulado no Item 1 do Anexo.

2. O Governo do Japão, de acordo com as Leis e Regulamentos vigentes no Japão, através da Agência de Cooperação Técnica Internacional do Japão, que é a agência Executora para a cooperação técnica do Governo do Japão, tomará as medidas necessárias para:

- a) fornecer, a suas expensas, os serviços dos peritos japoneses, conforme estipulado no item 2 do anexo;
- b) Fornecer, a suas expensas, os equipamentos, máquinas e materiais, a serem estipulados pelas autoridades competentes dos dois governos, conforme estabelecido no item 3 do Anexo; e
- c) Receber pesquisadores brasileiros integrados no projeto, para treinamento no Japão, nas áreas que serão estipuladas pelas autoridades competentes dos dois governos, conforme previsto no item 4 do anexo.

3. As disposições do Acordo Básico serão aplicadas aos técnicos japoneses, ao equipamento, máquinas e materiais referidos no parágrafo 2 acima, bem como às técnicas e conhecimentos adquiridos pelos pesquisadores brasileiros, na medida de sua importância.

4. A Universidade Federal de Pernambuco (daqui por diante denominada "Instituição Executora") será responsável pela administração e implementação do projeto, e os técnicos japoneses fornecerão a orientação e assessoria em matéria técnica necessárias para a implementação do projeto.

5. O Governo da República Federativa do Brasil, através da Instituição Executora, tomará as medidas necessárias para:

- a) fornecer, a suas expensas, os serviços dos peritos brasi-

- leiros e demais pessoal necessário à implementação do projeto, conforme estipulado no item 5 do Anexo;
- b) fornecer, a suas expensas, as áreas, prédios e instalações necessárias para a implementação do projeto, conforme estipulado no item 6 do Anexo;
- c) fornecer, a suas expensas, o equipamento, máquinas, veículos, instrumentos, ferramentas e demais materiais necessários à implementação do projeto, exclusive os que serão fornecidos pelo Governo do Japão, de acordo com o subparágrafo (b) do parágrafo 2; e
- d) prover todas as despesas correntes necessárias para a implementação do projeto, inclusive aquelas necessárias para a instalação, operação e manutenção do equipamento, máquinas e material fornecido, conforme o subparágrafo (b) do parágrafo 2.

6. Para a efetiva implementação do Projeto, um comitê misto, integrado pelos membros relacionados no item 7, do Anexo, se reunirá pelo menos uma vez por ano. O comitê formulará detalhes do Plano Básico mencionado no Parágrafo 1 e do plano operacional de trabalho do projeto. Os detalhes do Plano Básico e do operacional anual de trabalho serão submetidos à aprovação das autoridades competentes dos dois governos.

7. Os dois governos consultar-se-ão a respeito de qualquer dúvida que possa decorrer do, ou em conexão com, o presente ajuste.

Tenho, ainda, a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência confirmando, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, as presentes disposições, constituirão um ajuste entre os nossos dois Governos, o qual deverá entrar em vigor na data de resposta de Vossa Excelência, e cuja vigência perdurará por um período de cinco anos, a menos que um dos governos notifique o outro, por escrito, com uma antecedência mínima de seis meses, de sua intenção de denunciar o ajuste.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

ANEXO

1. Plano Básico do Projeto:

- 1) O projeto deverá ser implementado nas áreas abaixo discriminadas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento da capacidade de pesquisa do Centro no que se refere a doenças parasitárias tropicais tais como esquistossomose, leishmaniose, filaríose e tripanossomiose.
 - a) parasitologia
 - b) patologia
 - c) imunologia
 - d) eletron-microscopia
 - e) microbiologia
 - f) cultura de tecido
 - g) bioquímica
 - h) outras áreas a serem acordadas entre as autoridades competentes dos dois governos.

- 2) O Projeto consistirá das seguintes atividades:
- pesquisa nas áreas mencionadas no n? (1) acima;
 - desenvolvimento da capacidade de pesquisa dos peritos do centro nos campos aludidos no n? (1) acima;
 - outras atividades a serem ajustadas entre as autoridades competentes dos dois governos.
- 3) As atividades mencionadas no n? (2) acima serão efetuadas no centro, sob o controle do Ministério da Educação e Cultura da República Federativa do Brasil, que se responsabilizará, através da Instituição Executora, por todos os encargos relativos à implementação do Projeto.

2. Lista dos técnicos japoneses:

Categoria

- chefe
- técnicos

Área

- parasitologia
- patologia
- imunologia
- eletron-microscopia
- microbiologia
- cultura de tecido
- bioquímica
- outras áreas a serem acordadas entre as autoridades competentes dos dois governos.

- 3) Demais pessoal a ser ajustado entre as autoridades competentes dos dois governos.

Nota: Na maioria dos casos, os técnicos japoneses serão enviados em missão de curto prazo

3. Lista de equipamentos, máquinas e materiais:

— equipamentos, máquinas e materiais necessários às atividades de pesquisa nos **seguintes campos:**

- parasitologia
- patologia
- imunologia
- eletron-microscopia
- microbiologia
- cultura de tecido
- bioquímica
- outras áreas a serem acordadas entre as autoridades competentes dos dois governos.

4. Áreas de treinamento no Japão para técnicos brasileiros:

- parasitologia
- patologia
- imunologia
- eletron-microscopia
- microbiologia
- cultura de tecido
- bioquímica

- 8) outras áreas a serem acordadas entre as autoridades competentes dos dois governos.

5. Lista de técnicos brasileiro pessoal administrativo:

Categoria

- diretor do projeto
- técnicos em contrapartida aos técnicos japoneses

Área

- parasitologia
- patologia
- imunologia
- eletron-microscopia
- microbiologia
- cultura de tecido
- bioquímica
- outras áreas a serem acordadas entre as autoridades competentes dos dois Governos.

3) pessoal administrativo e de apoio:

- secretárias
- escriturários
- dactilógrafos
- técnicos em equipamento
- almoxarifes
- motoristas
- vigias
- mensageiros
- demais pessoais a ser acordado entre as autoridades competentes dos dois governos.

6. Lista de áreas, prédios e instalações:

- o Centro
 - Laboratório de parasitologia
 - Laboratório de patologia
 - Laboratório de imunologia
 - Laboratório de eletron-microscopia
 - Laboratório de microbiologia
 - Laboratório de cultura de tecido
 - Laboratório de bioquímica
 - Sala de lavagem e esterilização
 - Sala de produção animal
 - Sala de conferência
 - Biblioteca
 - Depósito
 - Escritórios para os técnicos japoneses
 - Outras dependências a serem acordadas entre as autoridades competentes dos dois governos
- Outras áreas, edifícios e instalações a serem acordadas entre as autoridades competentes dos dois governos

7. Composição do Comitê Diretor Conjunto:

- Lado japonês
 - Chefe dos técnicos japoneses mencionado no item 2 (1) do anexo

- b) Representante(s) dos técnicos japoneses
 - c) Representante da Agência de Cooperação Internacional do Japão
 - d) Membros da equipe a ser mandada pela Agência de Cooperação Internacional do Japão
- 2) Lado brasileiro
- a) Representante(s) do Ministério da Educação e Cultura
 - b) Reitor da Universidade Federal de Pernambuco
 - c) Diretor do Projeto
 - d) Representante(s) do Conselho Departamental da Universidade Federal de Pernambuco
- 3) Observações
- Os abaixo relacionados poderão assistir às reuniões do Comitê como observadores:
- a) Representante(s) do Consulado-Geral do Japão em Recife ou outra(s) pessoa(s) indicada(s) pelo Consulado-Geral
 - b) Representante(s) da Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Nota: O Comitê será presidido alternadamente por representante do lado japonês ou por representante do lado brasileiro."

2. Tenho ainda a honra de expressar a concordância do Governo da República Federativa do Brasil com as precedentes disposições e confirmar que a Nota de Vossa Excelência e esta Nota deverão ser consideradas como constitutivas de um ajuste entre os nossos dois governos, o qual entrará em vigor na data desta resposta e cuja vigência perdurará por um período de cinco anos, a menos que qualquer dos governos notifique o outro, por escrito, com ao menos seis meses de antecedência, de sua intenção de denunciá-lo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

NOTA JAPONESA

His Excellency
Ramiro Saraiva Guerreiro
Minister of External Relations
of the Federative Republic of Brazil

Excellency,

I have the honour to refer to the Basic Agreement on Technical Co-operation between the Government of Japan and the Government of the Federative Republic of Brazil, signed at Brasília, September 22, 1970 (hereinafter referred to as "the Basic Agreement"), and to the recent discussions held between the representatives of the two Governments concerning Japanese technical co-operation

for the implementation of the Project for the Immunopathology Center of the Federal University of Pernambuco (hereinafter referred to as "the Project"), and to propose, on behalf of the Government of Japan, pursuant to the provisions of Article 11 of the Basic Agreement, the following arrangements:

1. 1) The Government of Japan and the Government of the Federative Republic of Brazil will co-operate with each other in implementing the Project for the purpose of improving the research activities concerning tropical parasitic diseases at the Immunopathology Center of the Federal University of Pernambuco (hereinafter referred to as "the Center") and contributing to the improvement of sanitary conditions in Northeast Brazil.

2) The Project will be implemented in accordance with the basic plan as stipulated in 1. of the Annex.

2. The Government of Japan will, in accordance with the laws and regulations in force in Japan, take necessary measures, through the Japan International Cooperation Agency which is the executing agency for technical co-operation by the Government of Japan:

- a) to provide, at its own expense, the services of Japanese experts as listed in 2. of the Annex;
- b) to provide, at its own expense, the equipment, machinery and materials as may be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments within the scope set forth in 3. of the Annex; and
- c) to receive Brazilian experts engaged in the Project for training in Japan, the fields of which will be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments within the scope set forth in 4. of the Annex.

3. The provisions of the Basic Agreement will apply to the Japanese experts, the equipment, machinery and materials referred to in paragraph 2. above as well as the techniques and knowledge acquired by the Brazilian experts to the extent that they are relevant.

4. The Federal University of Pernambuco (hereinafter referred to as "the Executing Institution") will be responsible for the administration and implementation of the Project and Japanese experts will provide guidance and advice on technical matters necessary for the implementation of the Project.

5. The Government of the Federative Republic of Brazil will take necessary measures, through the Executing Institution:

- a) to provide, at its own expense, the services of Brazilian experts and other personnel necessary for the implementation of the Project, as listed in 5. of the Annex;
- b) to provide, at its own expense, land, buildings and facilities necessary for the implementation of the Project as listed in 6. of the Annex;

- c) to provide, at its own expense, equipment, machinery, vehicles, instruments, tools and other materials necessary for the implementation of the Project other than those provided by the Government of Japan under sub-paragraph (b) of paragraph 2; and
- d) to meet all running expenses necessary for the implementation of the Project including those necessary for the installation, operation and maintenance of the equipment, machinery and materials provided under sub-paragraph (b) of paragraph 2.

6. For the effective implementation of the Project, a Joint Steering Meeting, consisting of the members as listed in 7. of the Annex, will be held at least once a year. The Meeting will formulate details of the basic plan referred to in paragraph 1. and the annual operational work plan of the Project. The details of the basic plan and the annual operational work plan will be submitted to the authorities concerned of the two Governments for their approval.

7. The two Governments will consult with each other in respect of any matter that may arise from or in connection with the present arrangements.

I have further the honour to propose that this Note and Your Excellency's Note in reply confirming on behalf of the Government of the Federative Republic of Brazil the foregoing arrangements shall be regarded as constituting an agreement between the two Governments, which will enter into force on the date of Your Excellency's reply and will remain in force for a period of five years, unless either Government has given to the other Government at least six months' written advance notice of its intention to terminate the agreement.

I avail myself of this opportunity to extend to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

Shintaro Abe
Minister for Foreign Affairs
of Japan

ANNEX

1. Basic Plan of the Project

- 1) The Project will be implemented in the fields listed below with a view to contributing to the improvement of research capabilities at the Center concerning tropical parasitic diseases such as schistosomiasis, leishmaniasis, filariasis and trypanosomiasis.
 - a. Parasitology
 - b. Pathology
 - c. Immunology
 - d. Electronmicroscopy
 - e. Microbiology
 - f. Tissue culture
 - g. Biochemistry
 - h. Other fields to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments

- 2) The Project will consist of the following activities:
 - a. Research work in the fields referred to in (1) above
 - b. Development of research capabilities of the researchers of the Center in the fields referred to in (1) above
 - c. Other activities to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments

3) The activities mentioned in (2) above will be conducted at the Center under the control of the Ministry of Education and Culture of the Federative Republic of Brazil which will bear, through the Executing Institution, overall responsibilities for the implementation of the Project.

2. List of Japanese Experts

Category

- 1) Leader
- 2) Experts

Field

- a. Parasitology
- b. Pathology
- c. Immunology
- d. Electronmicroscopy
- e. Microbiology
- f. Tissue culture
- g. Biochemistry
- h. Other fields to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments
- 3) Other personnel to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments

Note: Japanese experts will be dispatched in most cases as experts on short-term assignment.

3. List of Equipment, Machinery and Materials

Equipment, machinery and materials necessary for the research activities in the following fields:

- 1) Parasitology
- 2) Pathology
- 3) Immunology
- 4) Electronmicroscopy
- 5) Microbiology
- 6) Tissue culture
- 7) Biochemistry
- 8) Other fields to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments
- 4. Fields of Training in Japan for Brazilian Experts
 - 1) Parasitology

- 2) Pathology
- 3) Immunology
- 4) Electronmicroscopy
- 5) Microbiology
- 6) Tissue culture
- 7) Biochemistry
- 8) Other fields to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments

5. List of Brazilian Experts and other Personnel

Category

- 1) Project director
- 2) Counterpart experts to the Japanese experts

Field

- a. Parasitology
- b. Pathology
- c. Immunology
- d. Electronmicroscopy
- e. Microbiology
- f. Tissue culture
- g. Biochemistry
- h. Other fields to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments

3) Clerical and service personnel

- a. Secretaries
- b. Clerks
- c. Typists
- d. Equipment technicians
- e. Storekeepers
- f. Drivers
- g. Watchmen
- h. **Messengers**
- i. Other personnel to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments

6. List of Land, Buildings and Facilities

1) TheCenter:

- a. Parasitology laboratory
- b. Pathology laboratory
- c. Immunology laboratory
- d. Electronmicroscopy laboratory
- e. Microbiology laboratory
- f. Tissue culture laboratory
- g. Biochemistry laboratory
- h. Washing and sterilizing room
- i. Animal breeding room
- j. Conference room
- k. Library
- l. Storage

- m. Offices for Japanese experts
- n. Other rooms to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments

- 2) Other land, buildings and facilities to be agreed upon between the authorities concerned of the two Governments

7. Composition of the Joint Steering Meeting

1) Japanese side

- a. Leader of Japanese experts referred to in 2 (1) of the Annex
- b. Representative(s) of Japanese experts
- c. Representative of the Japan International Cooperation Agency
- d. Members of a team to be dispatched by the Japan International Cooperation Agency

2) Brazilian side

- a. Representative(s) of the Ministry of Education and Culture
- b. President of the Federal University of Pernambuco
- c. Project director
- d. Representative(s) of the Department Council of the Federal University of Pernambuco

3) Observers

The following may attend the Meeting as observers:

- a. Representative(s) of the Consulate General of Japan at Recife or other person(s) designated by the Consulate General
- b. Representative(s) of Technical Cooperation Division, the Ministry of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil

Note: The Meeting will be chaired in turn by the Representative of the Japanese side or the Representative of the Brazilian side.

os acordos entre o brasil e a república popular da china

Durante a visita do Presidente JoSo Figueiredo à República Popular da China, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador chinês no Brasil, Xu Zhongfu, assinaram em Pequim, em 29 de maio de 1984, os seguintes Acordos: Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio (de 7 de janeiro de 1978) para ampliar e diversificar o comércio bilateral (publicado no Diário Oficial nº 120, de 22 de junho de 1984); Protocolo

Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (de 25 de março de 1982) para cooperação científica e tecnológica entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia da China (publicado no Diário Oficial nº 114, de 13 de junho de 1984); Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (de 25 de março de 1982) para cooperação no campo da ciência e da tecnologia (publicado no Diário Oficial nº 117, de 18 de junho de 1984); Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (de 25 de março de 1982) entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Academia chinesa de Ciências para cooperação nos campos das ciências puras e aplicadas (publicado no Diário Oficial nº 119, de 20 de junho de 1984); e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (publicado no Diário Oficial nº 119, de 20 de junho de 1984).

PROTOCOLO ADICIONAL AO ACORDO DE COMÉRCIO

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo da República Popular da China,

Com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos no Acordo Comercial Brasil—China, assinado em Beijing aos 7 dias de janeiro de 1978,

Com o fim de estimular a implementação do compromisso comum contido no Artigo 1 daquele Ato, e

Reafirmando os entendimentos e resultados consignados na Ata Final da Missão Económica que visitou a China de 21 a 26 de março de 1984,

Acordam o seguinte Protocolo Adicional, que terá o mesmo período de validade do Acordo de Comércio,

No seu propósito comum de ampliar e diversificar o comércio bilateral, as duas Partes levarão em consideração especial, respectivamente, os produtos constantes das listas "A" e "B" anexas ao presente Protocolo. Essas listas têm caráter tentativo e os produtos que nela não figuram poderão igualmente ser objeto de intercâmbio.

Feito em Beijing, aos 29 dias do mês de maio de 1984, em dois exemplares originais nas línguas portuguesa e chinesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos

ANEXO

Lista A (Produtos exportáveis da China para o Brasil)

Produtos cerealíferos, oleaginosos e alimentares

1. Arroz
2. Trigo
3. Conservas Diversas
4. Licor "Maltai"
5. Licor "Zhu ye qing"
6. Outros vinhos e licores
7. Macarrão de "Canton"
8. Condimentos
9. Holoturias (sea cucumber)
10. Barbatanas de tubarão
11. Estômago de tubarão (fish maw)
12. Lacovo (produto alimentar chinês)
13. Frutas cristalizadas e produtos de frutas

Produtos nativos e subprodutos de animais

14. Colofónia
15. Óleo de hortelã (de menta)
16. Alcanfor sintético
17. Chá
18. Frutas secas
19. Canela
20. Anis estrelado
21. Cerdas
22. Penas e produtos de plumas
23. Tapetes
24. Mel natural

Produtos têxteis

25. Algodão em rama
26. Vestuário para homens e senhoras
27. Vestuário para crianças
28. Tecidos de algodão e seus artefatos
29. Tecidos de seda e seus artefatos
30. Produtos de fibras artificiais
31. Produtos de malha
32. Tecidos têxteis especiais e seus artefatos

Produtos da indústria ligeira

33. Artigos de escritório
34. Artigos de esporte
35. Sapatos de esporte
36. Brinquedos
37. Peças e componentes de bicicletas
38. Máquinas fotográficas
39. Relógios e despertadores
40. Aparelhos eletrodomésticos
41. Artigos de uso diário
42. Garrafas térmicas
43. Canivetes
44. Artigos de vidro
45. Sabonetes

Produtos de artes e de artesanato

46. Bordados (embroidery)
47. Louça de cerâmica e porcelana de uso diário
48. Artigos de cerâmica e cerâmica de arte e de artesanato
49. Esculturas de marfim
50. Esculturas de jade
51. Artigos de reprodução de antiguidade

52. Artigos de joalheria
53. Artigos especiais de artesanato
54. Calçados de artesanato
55. Artigos entrançados de bambu e rota
56. Tapeçaria em petitpoint (petitpoint tapestries)
57. Móveis de mogno (Mahogany furniture)
58. Pérolas
59. Diamantes
60. Toalhas de mesa

Produtos sanitários e farmacêuticos

61. Matérias primas farmacêuticas
62. Compostos farmacêuticos
63. Medicamentos tradicionais chineses
64. Licor medicinal
65. Curativos cirúrgicos
66. Aparelhagem médica
67. Vitamina C
68. Penicilina
69. Tetraciclina
70. Ginseng
71. Cordyceps sinensis
72. Ruibarbo (Rhubarb)
73. Rhubarh Tze Huang

Produtos de metais e minerais

74. Antimônio
75. Manganês
76. Mercúrio
77. Sulfureto de antimônio
78. Óxido de antimônio
79. **Óxido de cromo**
80. Ferragens
81. Eletrodos para soldar
82. Corda de aço
83. Produtos de metais não-ferrosos

Produtos químicos

84. Petróleo bruto

85. Parafina
86. Pneumáticos
97. Inseticidas e fungicidas
88. Soda cáustica (hidróxido de sódio)
89. Matérias corantes
90. Pigmentos
91. Vernizes
92. Sacarina
93. Matérias primas para indústria química

Maquinarias

94. Ferramentas
95. Instrumentos para agricultura
96. Aparelhos e equipamentos para indústria têxtil
97. Produtos eletrônicos
98. Componentes eletrônicos
99. Medidores e aparelhos
100. Equipamentos completos para indústria têxtil
101. Equipamentos completos para florestas e agricultura
102. Máquinas para indústria de madeira
103. Equipamentos completos para a indústria de papelaria
104. Equipamentos completos para transformação de cereais e óleos comestíveis

Máquinas e equipamentos

105. Máquinas agrícolas
106. Motor diesel
107. Autopeças
108. Peças e componentes elétricos
109. Equipamentos para minas
110. Equipamentos de centrais hidrelétricas de pequeno porte
111. Máquinas, equipamentos e acessórios elétricos
112. Instrumentos de óptica
113. Serviços de consultoria e assistência técnica de caráter comercial.

ANEXO

Lista B (Produtos exportáveis do Brasil para a China)

ITEMS	NBM	SITC • Rev. 1	Description
01	08.01.00.00	051.95	Frutas tropicais frescas (excl. bananas) Tropical fruit other than bananas, fresh
02	15.07.01.01 15.07.02.01	421.2	Óleo de soja Soya bean oil
03	17.01.01.01 17.01.01.02 17.01.02.00	061.1 061.2	Açúcar cristal demerara e refinado Raw and refined sugar
04	18.01.01.00	072.1	Cacau em amêndoa Cocoa beans
05	21.00.00.00	099	Preparações alimentícias diversas Food preparations

06	24.01.01.00	121	Fumo em folhas Tobacco, unmanufactured (leaves)
07	26.01.01.00	281.3	Minério de ferro Iron ore and concentrates
08	28.17.01.00	513.62	Hidróxido de sódio (soda cáustica) Sodium hydroxide (caustic soda)
09	29.15.00.00	512.52	Ácidos policarboxílicos Polyacids and derivatives
10	34.01.00.00	554	Sabões, produtos e preparações orgânicas tenso-ativos Soaps, cleansing and polishing preparations
11	38.11.00.00	599.2	Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, raticidas, herbicidas Desinfectants, insecticides, fungicides and similar preparations
12	39.01.00.00	581.1	Produtos de condensação, de policondensação e de poliadição Products of condensation, polycondensation and polyaddition
13	39.02.00.00	581.2	Produtos de polimerização e copolimerização Products of polymerization and copolymerization
14	39.07.00.00	893	Manufaturas de matérias plásticas artificiais Articles of artificial plastic material
15	40.02.00.00	231.2	Borracha sintética e substitutos de borracha derivados do óleo Synthetic rubber and rubber substitutes
16	40.11.00.00	629.1	Pneumáticos, aros, câmaras de ar Rubber tyres and tubes for vehicles and aircraft
17	40.14.00.00	629.98	Manufaturas de borracha vulcanizada não endurecida Articles of unhardened vulcanised rubber
18	41.02.02.00 41.02.03.00 41.02.99.00	611.4	Couros e peles de bovinos Leather of bovine cattle
19	44.03.00.00	242.2 242.3	Madeira em bruto Wood in the rough or roughly squared
20	44.14.00.00	631.1	Madeira serrada longitudinalmente (—5 mm) Veneer sheets and sheets for plywood (—5 mmH)
21	47.01.04.00 47.01.05.00	251.71 251.72	Pasta química de madeira à soda e ao sulfato, sem branquear e branqueada Soda wood pulp and sulphate wood pulp, unbleached and bleached
22	48.01.00.00	641.1 641.21 641.3 641.4 641.5	Papéis, cartolinas e cartões, em rolo ou folhas Paper and paperboard
23	48.07.00.00	641.22	Papéis, cartolinas e cartões engomados, revestidos, impregnados ou coloridos, em rolos ou em folhas

		641.95	Paper and paperboard, impregnated, coated, surface-coloured, surface-decorated in rolls or sheets
24	51.01.01.00 até 51.01.33.00	651.61 651.71	Fios de fibras têxteis sintéticas, e artificiais contínuas Yarn of man-made fibres, continuous, of synthetic fibres and regenerated fibres
25	55.01.00.00	263.1	Algodão em rama Raw cotton
26	55.05.00.00	651.3 651.41	Fios de algodão Cotton yarn
27	55.09.00.00	652.13 652.29	Tecidos de algodão Woven fabrics of cotton
28	56.01.00.00	266.21 266.31	Fibras têxteis sintéticas e artificiais descontínuas não cardadas nem penteadas Man-made fibres (discontinuous) not carded or combed
29	56.04.00.00	266.23 266.33	Fibras têxteis sintéticas e artificiais descontínuas, cardadas ou penteadas Man-made fibres (discontinuous) carded or combed
30	56.05.01.00 56.05.02.00	651.64	Fios de fibras têxteis sintéticas Yarn of man-made fibres; of synthetic fibres
31	56.07.01.00	653.52	Tecidos de fibras têxteis sintéticas Woven fabrics of man-made fibres, of synthetic fibres
32	69.02.00.00	662.32	Tijolos, blocos, ladrilhos para construção, refratários Refractory bricks blocks, tiles and similar, refractory constructional goods
33	71.02.03.00 71.02.04.00	667.3	Pedras preciosas ou semipreciosas em bruto, trabalhadas ou lapidadas Precious and semi-precious stones, unworked, cut or otherwise worked
34	73.01.02.01	671.2	Ferro gusa Pig iron
35	73.06.00.00	672.1 672.31	Ferro e aço em barras puddladas, em lingotes ou blocos Puddled bars and pilings; ingots or blocks
36	73.10.00.00	673.11 673.21	Barras de ferro ou aço Bars of iron or steel
37	73.11.01.00	673.41 673.51	Perfilados de ferro ou aço Angles, shapes and sections of iron or steel
38	73.13.01.00 73.13.02.00 73.13.03.00 73.13.04.00 73.13.05.00 73.13.06.00 73.13.07.00	674.11 674.21 674.31 674.7 674.81	Chapas de ferro ou aço Sheets and plates, of iron or steel
39	73.15.06.00 73.15.18.00	673.12 673.13	Barras, perfilados, tiras e chapas de aço liga e aço alto carbono Bars, rods, angles, shapes, hoop, strip and plates of alloy steel

	73.15.09.00	673.22	and high carbon steel
	73.15.10.00	673.23	
	73.15.12.00	673.42	
	até	673.43	
	73.15.18.00	673.52	
		673.53	
		675.02	
		675.03	
		674.12	
		674.13	
		674.22	
		674.23	
		674.32	
		674.33	
		674.82	
		674.83	
40	73.16.00.00	676.1 676.2	Elementos de vias férreas de ferro fundido, ferro e aço Railway and tramway track construction material of iron or steel
41	73.17.00.00	678.1	Tubos de ferro fundido Tubes and pipes of cast iron
42	73.18.01.00	672.9 678.2	Tubos de ferro e aço Tubes and pipes of iron or steel
		678.3	
43	73.20.00.00	678.5	Acessórios para tubos de ferro fundido, ferro e aço Tube and pipe fittings of iron or steel
44	73.21.00.00	691.1	Estruturas de ferro e aço para construções Structures of iron or steel
45	73.23.00.00	692.21	Tonéis, tambores, barris, latas, caixas de chapa de ferro e aço para acondicionamento de mercadorias Casks, drums, cans, boxes and similar containers, of sheet or plate iron or steel, used for the conveyance or packing of goods
46	73.25.00.00	693.11	Cabos, cordas, tranças de fios de ferro e aço (exclusive os isolados para uso elétrico) Stranded wire, cables, cordage of iron or steel wire (excl. insulated electric cables)
47	73.26.00.00	693.2	Arames ou tiras de ferro e aço Barbed iron or steel wire twisted hoop or single flat wire and loosely twisted double wire of iron or steel
48	76.04.00.00	684.23	Folhas e tiras delgadas de alumínio Aluminium foil
49	82.05.00.00	695.24	Ferramentas intermutáveis para máquinas-ferramentas e para ferramentas manuais Interchangeable tools for hand tools or for machine tools
50	84.06.00.00	711.5	Motores a explosão e de combustão interna, partes e peças (exclusive aeronaves) Internal combustion piston engines (aircraft excluded)
51	84.10.00.00	719.21	Bombas, motobombas e turbobombas para líquidos Pumps for liquids, liquid elevators of bucket, chain, screw, band and similar kinds

52	84.11.00.00	719.22	Bombas, motobombas e turbobombas a ar e a vácuo Air pumps, vacuum pumps and air or gas compressors
53	84.12.00.00	719.12	Grupos para condicionamento de ar Air conditioning machines, self-contained
54	84.14.00.00	719.14	Fornos industriais ou de laboratórios industrial and laboratory furnaces and ovens non-electric
55	84.15.00.00	719.15 719.42 725.01	Máquinas e aparelhos para produção de frio Refrigerators and refrigerating equipment
56	84.17.00.00	719.19 719.43	Aquecedores, autoclaves, destiladores, evaporadores, secadores, estufas, esterilizadores, etc. Heating, cooking, roasting, distilling, rectifying, sterilising, pasteurising, steaming, drying, evaporating, etc.
57	84.18.00.00	712.31 719.23	Centrifugadores, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos Centrifuges, filtering and purifying machinery and apparatus for liquids or gases
58	84.19.00.00	719.62	Máquinas e aparelhos para limpar e secar garrafas, encher, etiquetar, fechar garrafas, caixas, sacos, empacotar e embalar mercadorias, gaseificar bebidas, etc. Machinery for cleaning or drying bottles or other containers; machinery for filling, closing, sealing, capsuling or labelling bottles, cans, boxes, bags or other containers; other packing or wrapping machinery; machinery for aerating beverage, etc.
59	84.21.02.00	719.64	Aparelhos extintores de incêndio Fireextinguishers
60	84.22.00.00	719.31	Máquinas e aparelhos de elevação de carga, de descarga e de movimentação Lifting, handling, loading, or unloading machinery, telfers and conveyors
61	84.23.00.00	718.42	Máquinas e aparelhos de extração, de terraplenagem, de escavação ou de perfuração do solo Excavating, levelling, boring and extracting machinery, for earth, minerals or ores
62	84.25.00.00	712.2	Máquinas, aparelhos e instrumentos para a colheita e debulha de produtos agrícolas Harvesting and threshing machinery
63	84.26.00.00	712.39	Máquinas para ordenhar, máquinas e aparelhos para indústria de laticínios Dairy machinery, including milking machines
64	84.29.00.00	718.31	Máquinas, aparelhos e instrumentos para a indústria de moagem e tratamento de cereais e legumes secos Machinery of a kind used in the bread grain milling industry and machinery for the working of cereal or dried leguminous vegetable
65	84.30.00.00	718.39	Máquinas para a indústria alimentícia Machinery of a kind used in food or drinks industries
66	84.35.00.00	718.29	Máquinas e aparelhos para impressão e artes gráficas Printing machinery, machines for uses ancillary to printing

67	84.36.00.00	717.11	Máquinas e aparelhos para fabricação de fios de matérias têxteis sintéticas e artificiais, máquinas para preparação de matérias têxteis, máquinas de bobinar e dobar matérias têxteis. Machines for extruding man-made textiles, machines of a kind used for processing natural or man-made textile fibres, textile spinning and twisting machines; textile doubling, throwing and reeling machines
68	84.37.00.00	717.12	Teares e máquinas para tecelagem Weaving machines, knitting machines
69	84.38.00.00	717.13	Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas da indústria têxtil Auxiliary machinery for use with textile machines
70	84.40.00.00	717.15 725.02	Máquinas e aparelhos para lavar, limpar, secar, alvejar, tingir e para o acabamento de fios, tecidos e outros têxteis, máquinas para revestir tecidos, estampar fios, tecidos, feltros, couros, papel de parede e de embalagem, etc. Machinery for washing, cleaning, drying, bleaching, dyeing, dressing, finishing or coating textile yarns, fabrics or made-up textile articles; fabrics folding, reeling or cutting machines; machines of a type used for printing a repetitive design repetitive words or overall colour on textiles, leather, wallpaper, wrapping paper, etc.
71	84.41.00.00	717.3	Máquinas de costura Sewing machines
72	84.42.00.00	717.2	Máquinas para a indústria de couro e pele Machinery for preparing, tanning or working hides, skins of leather
73	84.43.05.00	715.21	Máquinas para moldar por centrifugação Centrifugal casting machines
74	84.45.00.00	715.1	Máquinas-ferramenta para trabalhar metais Machine-tools for working metal
75	84.46.00.00	719.51	Máquinas-ferramenta para trabalhar pedras, produtos cerâmicos, concreto, amianto-cimento, vidro Machine-tools for working stone, ceramics, concrete, asbestos-cements and glass
76	84.49.00.00	719.53	Ferramentas e máquinas-ferramenta, pneumáticas ou com motor incorporado, não elétrico, de uso manual Tools for working in the hand, pneumatic or with self-contained non-electric motor
77	84.53.00.00	714.3	Máquina automática do tratamento da informação e suas unidades Statistical machines of a kind operated in conjunction with punched cards
78	84.54.00.00	714.91	Máquinas e aparelhos de escritório Office machines
79	84.55.00.00	714.92	Peças e acessórios de máquinas e aparelhos de escritório Parts and accessories for office machines
80	84.59.04.00	719.8	Máquinas e aparelhos para a indústria de matérias plásticas artifi-

	84.59.08.00		ciais e borracha
	84.59.10.00		Machines and appiiances for the artificial plastic, rubber and similar industries
			Máquinas e aparelhos para obras públicas e construção civil Machines and appiiances for public works and building
			Máquinas e aparelhos para o tratamento de madeiras Machines and appiiances for treating wood and other similar materials
81	84.60.04.00	719.91	Moldes para borracha e matérias plásticas artificiais Moulds for rubber and for artificial plastic materials
82	84.61.00.00	719.92	Torneiras, registros e válvulas Taps, cocks, valves and similar appiiances
83	84.63.00.00	719.93	Árvores de transmissão, eixos de manivelas, suportes de mancais, mancais, engrenagens, embreagens, etc. Transmission shafts, cranks, bearing, housings, plain shaft bearings, gears and gearing, etc.
84	85.01.00.00	722.1	Geradores, motores, transformadores, bobinas Electric power machinery
85	85.06.00.00	725.03	Aparelhos eletrodomésticos Electro-mechanical domestic appiiances with self-contained electric motor
86	85.08.00.00	729.41	Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição e de arranque Electrical starting and ignition equipment for internal combustion engines; dynamos and cut-outs for use in conjunction therewith
87	85.12.05.00	725.05	Aparelhos eletrodomésticos para uso doméstico Electro-thermic domestic appiiances
88	85.15.00.00	724.1 724.2 724.99	Aparelhos transmissores e receptores de radiotelegrafia, radiotelegrafia, radiodifusão. Radiotelegraphic, radiotelephonic, transmission and reception apparatus
89	85.16.00.00	729.93	Aparelhos elétricos de sinalização, segurança, controle e comando para vias férreas, portos, aeroportos e outras vias Electric traffic control equipment for railways, roads or inland waterways and equipment used for similar purposes in port installactions or upon airfields
90	85.19.00.00	722.2	Aparelhagem para interrupção, seccionamento, proteção, derivação ou conexão de circuitos elétricos Apparatus for making or breaking electrical circuits
91	85.21.00.00	729.3	Lâmpadas, tubos e válvulas eletrônicas Thermionic, cold, cathode and photocathode valves and tubes; photocells; crystal diodes, crystal triodes and other crystal valves
92	85.22.00.00	729.7 729.99	Máquinas e equipamentos para a indústria eletrônica Electrical goods and apparatus
93	85.23.00.00	723.1	Fios, trancas e cabos isolados para uso elétrico Insulated electric wire, cable, bars, strips and the like, whethei or not fitted with connectors

94	86.07.00.00	731.62	Vagões e vagonetas para transporte de mercadorias sobre trilhos Railway and tramway goods vans, goods wagons and trucks
95	86.08.00.00	731.63	"Cadres" e "containers" utilizados em qualquer meio de transporte Road-rail and similar containers specially designed and equipped to be equally suitable for transport by rail, road and ship
96	86.09.00.00	731.7	Partes e peças separadas para veículos de vias férreas Parts of railway and tramway locomotives and rolling-stock
97	86.10.00.00	719.66	Material fixo para vias férreas, aparelhos de sinalização, segurança, controle e comando, não elétricos, para vias de comunicação Railway and tramway track fixtures and fittings, mechanical equipment for signalling to or controlling road, rail or other vehicles, ships or aircraft
98	87.01.00.00	712.5 732.5	Tratores Tractors
99	87.02.00.00	732.1 732.2 732.3	Veículos automóveis, com motor, para transporte de pessoas ou de mercadorias Motor vehicles for the transport of persons, goods or materials
100	87.06.00.00	732.89	Autopeças Parts and accessories of the motor vehicles
101	87.07.01.00	719.32	Veículos de tração para utilização em armazéns, fábricas, aeroportos, portos, plataformas de estações ferroviárias Tractors of the type used in factories, warehouses, aerodromes, ports or the like
102	88.05.00.00	899.99	Catapultas e outros engenhos de lançamentos Catapults and similar aircraft launching gear
103	90.16.00.00	861.93	Instrumentos de desenho, de tração e de cálculo, de medida, verificação e controle Drawing, marking-out and mathematical calculating instruments, drafting machines, measuring or checking instruments
104	90.17.00.00	726.1 861.71	Instrumentos e aparelhos de medicina, cirurgia, odontologia e veterinária Medical, dental, surgical and veterinary instruments and appliances
105	90.25.00.00	861.98	Instrumentos e aparelhos para análise física ou química Instruments and apparatus for physical or Chemical analysis
106	90.28.00.00	729.52	Instrumentos ou aparelhos elétricos ou eletrônicos de medida, verificação, controle, regulação ou análise Electrical measuring, checking, analysing or automatically controlling instruments and apparatus
107			Outros produtos manufaturados Any other manufactured products
108			Serviços de consultoria e assistência técnica de cunho comercial Consulting services and technical assistance of comercial nature

PROTOCOLO ENTRE O CNPq E A COMISSÃO ESTATAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO CAMPO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da República Federativa do Brasil e

A Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia da República Popular da China (doravante denominados as Partes Contratantes),

Considerando que a cooperação nos campos da ciência e da tecnologia é de proveito recíproco e contribui para alcançar objetivos comuns de desenvolvimento social e económico em ambos os países.

Reconhecendo que o presente Protocolo é complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, concluído em Beijing, em 25 de março de 1982,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes comprometem-se a promover a cooperação científica e tecnológica com base nos princípios da igualdade, reciprocidade e benefício mútuo.

ARTIGO II

As Partes Contratantes acordam cooperar nas seguintes modalidades:

- a) intercâmbio de informações e de documentação científica e técnica;
- b) realização de conferências, reuniões científicas, cursos, seminários e simpósios;
- c) intercâmbio de cientistas, pesquisadores, professores e técnicos de alto nível (doravante denominados "especialistas");
- d) realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico nos setores de interesse comum;
- e) outras formas de cooperação a serem acordadas entre as Partes Contratantes.

ARTIGO III

1. Com vistas à implementação do Artigo II do presente Protocolo, as Partes Contratantes acordam criar um Grupo de Trabalho bilateral dentro de 60 dias a contar da data da assinatura do presente Protocolo e em designar um Coordenador de cada lado, responsável pela correspondência entre as Partes Contratantes. Ao referido Grupo de Trabalho competirá rever os programas e projetos de cooperação em execução, bem como estabelecer novos programas e projetos conjuntos. Os programas de cooperação deverão conter os projetos, as condições e modalidades

de cooperação, os mecanismos de financiamento, a duração, as datas de execução e o número de especialistas a serem intercambiados. Os programas poderão ser alterados e complementados por mútuo entendimento entre as Partes Contratantes.

2. As Partes Contratantes utilizarão o idioma inglês como língua de trabalho e promoverão a convocação do supra-citado Grupo de Trabalho quando for necessário e por mútuo entendimento.

3. O Grupo de Trabalho bilateral deverá apresentar relatório de suas atividades à Comissão Mista Brasil—China de Cooperação Científica e Tecnológica.

ARTIGO IV

A Parte remetente informará a Parte recipiente, com antecedência mínima de dois meses, sobre os objetivos, planos de trabalho e respectivo cronograma de execução dos projetos a serem realizados, as suas necessidades, bem como os nomes e os currículos dos especialistas a serem enviados, para a aprovação prévia da Parte recipiente.

ARTIGO V

1. As Partes Contratantes cobrirão as despesas de transporte internacional de ida-e-volta de seus especialistas até o local onde terão início as atividades. Os deslocamentos internos no país receptor, que forem considerados necessários ao cumprimento de suas missões, bem como as diárias correspondentes ao período de sua permanência no país receptor, serão custeados pela Parte recipiente.

2. Nos casos de emergência, a Parte recipiente assegurará aos especialistas visitantes assistência médica e hospitalar. Em caso de morte acidental ou invalidez dos especialistas visitantes, a Parte remetente assumirá os ônus.

ARTIGO VI

Os especialistas visitantes não poderão dedicar-se, no território do país receptor, a atividades alheias às suas funções, nem exercer outras atividades remuneradas sem a prévia autorização dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores e das Partes Contratantes.

ARTIGO VII

Quando os programas de cooperação derem lugar à importação de equipamentos e materiais, as Partes Contratantes gerenciarão, perante as suas autoridades competentes, as facilidades necessárias.

ARTIGO VIII

Quando os programas de cooperação resultarem na necessidade de se protegerem direitos de propriedade, as Partes Contratantes firmarão acordos específicos sobre a matéria, que levem em conta a legislação local e os convênios internacionais de que sejam signatários ambos os Governos.

ARTIGO IX

O presente Protocolo poderá ser alterado por troca de notas diplomáticas, mediante entendimento entre as Partes Contratantes, entrando a alteração em vigor na data de recebimento da nota de resposta.

ARTIGO X

O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração de cinco anos e será automaticamente renovado por iguais períodos, salvo se uma das Partes Contratantes comunicar à outra, por via diplomática e com antecipação mínima de seis meses, sua decisão de denunciá-lo. Em caso de denúncia do presente Protocolo, os programas e projetos de cooperação em curso não serão afetados.

Feito em Beijing, aos 29 dias do mês de maio de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE COMPLEMENTAR PARA COOPERAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República Popular da China,

Com base no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Beijing, em 25 de março de 1982,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes concordam em intensificar sua cooperação, no campo da ciência e tecnologia, nas seguintes áreas:

- 1) Agricultura, Pecuária e Piscicultura;
- 2) Silvicultura;
- 3) Saúde;
- 4) Energia Elétrica;
- 5) Microeletrônica e Informática;
- 6) Espaço;
- 7) Normalização.

2. Os temas que serão objetos de colaboração em cada uma das áreas supracitadas, bem como a indicação dos órgãos técnicos responsáveis pela execução da cooperação, figuram no Anexo que integra o presente Ajuste.

ARTIGO II

A cooperação prevista no presente Ajuste se efetuará de conformidade com as modalidades de cooperação previstas no Artigo II do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

ARTIGO III

Compete à Comissão Mista Brasil—China de Cooperação Científica e Tecnológica, prevista no Artigo IV do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica:

- 1) Estabelecer projetos concretos de cooperação nas áreas mencionadas no Artigo I do presente Ajuste;
- 2) Definir a duração, as datas de execução, o número de especialistas a serem intercambiados pelos dois países e demais aspectos concernentes à implementação dos projetos acima referidos;
- 3) Definir os mecanismos de financiamento necessários à execução dos projetos acima referidos;
- 4) Rever, quando necessário, as áreas de cooperação relacionadas no Artigo I do presente Ajuste;
- 5) Proceder, quando necessário, à revisão dos termos do presente Ajuste; e
- 6) Firmar Protocolo em que se contenham as resoluções aprovadas pela Comissão Mista, ao término de sua sessão.

ARTIGO IV

Os especialistas visitantes deverão ter seus nomes, profissão, especialização, lugar de trabalho, cargo e títulos submetidos pelo país remetente ao país receptor.

ARTIGO V

Os assuntos relacionados com propriedade industrial ou intelectual serão regulados segundo as disposições dos convênios internacionais sobre a matéria, dos quais sejam signatárias ambas as Partes, bem como pela legislação local. Se necessário, as Partes poderão firmar contratos específicos sobre a matéria.

ARTIGO VI

Os contatos necessários à execução do presente Ajuste e dos projetos concretos de cooperação previstos no Artigo III do presente Ajuste serão assegurados, por via diplomática, entre os organismos executivos das duas Partes previstos no Artigo VI do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

ARTIGO VII

O presente Ajuste Complementar terá a vigência do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China e poderá ser denunciado mediante notificação formal de uma das Partes Contratantes à outra. Nesse caso, a denúncia surtirá efeito 90 dias após a data do recebimento da notificação, mas não prejudicará o desenvolvimento de programas e projetos porventura ainda em execução à época da referida denúncia.

ARTIGO VIII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Beijing, aos 29 dias do mês de maio de 1984, em dois originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

ANEXO AO AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

I - AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCICULTURA

O Governo da República Federativa do Brasil designa, como órgão responsável pela execução dos projetos de cooperação no âmbito deste Ajuste e na sua esfera de competência, o Ministério da Agricultura. O Governo da República Popular da China designa, com o mesmo fim, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca.

A cooperação se realizará nas seguintes áreas:

- a) Piscicultura de água doce, especialmente o cultivo de carpas;
- b) Pesquisa agropecuária, com ênfase em controle biológico de pragas, através da utilização de inimigos naturais; fixação de nitrogênio através da azola; hibridação de arroz; métodos de cultivo agrícola intensivo sem perda de fertilidade do solo; intercâmbio de germoplasma, especialmente de algodão, soja, colza e de raças suínas;
- c) Produção animal, especialmente na utilização de búfalos para tração animal e caprinocultura de leite;
- d) Engenharia agrícola, com ênfase em energização rural através da utilização de tecnologia de pequenas centrais hidrelétricas; tecnologia de máquinas e implementos agrícolas de pequeno porte e irrigação de pequenas propriedades;
- e) Conservação e manejo de solos, especialmente em regiões de topografia acidentada;
- f) Metodologia de extensão rural com especial interesse na utilização de biodigestores;
- g) Intercâmbio de material genético de variedades vegetais como soja, laranja, cana-de-açúcar, borracha, mandioca, forrageiras e dendê;
- h) Produção animal, com ênfase no melhoramento genético de búfalos e na caprinocultura de leite;
- i) Formação e melhoramento de pastagens, inclusive para fins de conservação de solos;
- j) Agroindústria, especialmente no tocante a armazenamento, conservação e processamento de citros;
- k) Intercâmbio de informações e pesquisadores, bem como o estabelecimento de pesquisas conjuntas entre a

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA — e a Academia de Ciências Agrícolas da China.

2-SILVICULTURA

O Governo da República Federativa do Brasil designa, como órgão responsável pela execução dos projetos de cooperação no âmbito deste Ajuste e na sua esfera de competência, o Ministério da Agricultura. O Governo da República Popular da China designa, com o mesmo fim, o Ministério da Silvicultura.

A cooperação se realizará nas seguintes áreas:

- a) O intercâmbio de publicações sobre silvicultura e troca de sementes;
- b) Melhoramento genético;
- c) Formação e conservação de florestas;
- d) Produção de madeiras;
- e) Processamento e utilização de madeiras.

3 - SAÚDE

O Governo da República Federativa do Brasil designa, como órgão responsável pela execução dos projetos de cooperação no âmbito deste Ajuste e na esfera de sua competência, o Ministério da Saúde. O Governo da República Popular da China designa, com o mesmo fim, o Ministério da Saúde.

A cooperação se realizará nas seguintes áreas:

- a) Plantas medicinais;
- b) Acupuntura aplicada à dor;
- c) Esquistossomose;
- d) Malária;
- e) Câncer;
- f) Pesquisas em doenças tropicais;
- g) Tecnologia de estomatologia;
- h) Técnicas de cirurgia cardiovascular;
- i) Ginecologia e obstetrícia;
- j) Produção de soro antiofídico.

4-ENERGIA ELÉTRICA

O Governo da República Federativa do Brasil designa, como órgão responsável pela execução dos projetos de cooperação no âmbito deste Ajuste e na esfera de sua competência, o Ministério das Minas e Energia. O Governo da República Popular da China designa, com o mesmo fim, o Ministério dos Recursos Hídricos e Energia Elétrica.

A cooperação se realizará nas seguintes áreas:

- a) Projeto e construção de centrais hidrelétricas;
- b) Núcleo-eletricidade;
- c) Linhas de transmissão EHV e UHV em corrente contínua e alternada;
- d) Construção de hidrelétricas de pequeno porte.

5 - MICROELETRÔNICA E INFORMÁTICA

O Governo da República Federativa do Brasil designa, co-

mo órgão responsável pela execução dos projetos de cooperação no âmbito deste Ajuste e na esfera de sua competência, a Secretaria Especial de Informática do Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República. O Governo da República Popular da China designa, com o mesmo fim, o Ministério da Indústria Eletrônica.

A cooperação se realizará nas seguintes áreas:

- a) Aplicações de mini e micro computadores;
- b) Sistemas de computadores e seus periféricos;
- c) Software básico;
- d) Componentes eletrônicos;
- e) Circuitos integrados;
- f) Fibras óticas e tecnologia do laser.

6 - ESPAÇO

O Governo da República Federativa do Brasil designa, como órgão responsável pela execução dos projetos de cooperação no âmbito deste Ajuste e na esfera de sua competência, a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, por intermédio do Centro Técnico-Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Governo da República Popular da China designa, com o mesmo fim, o Ministério da Indústria Espacial.

A cooperação se realizará nas seguintes áreas:

- a) Satélites de comunicação;
- b) Satélites de sensoriamento remoto e de processamento de imagens;
- c) Foguetes lançadores e seus sistemas;
- d) Foguetes de sondagem;
- e) Outras técnicas.

7 - NORMALIZAÇÃO

O Governo da República Federativa do Brasil designa, como órgão responsável pela execução dos projetos de cooperação no âmbito deste Ajuste e na esfera de sua competência, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. O Governo da República Popular da China designa, com o mesmo fim, o Instituto Estatal de Normalização.

A cooperação se realizará nas seguintes áreas:

- a) intercâmbio de técnicos e especialistas objetivando a troca de informações e experiências, especialmente em certificação da conformidade de produtos industriais;
- b) intercâmbio de informações, normas e de revistas sobre normalização;
- c) coordenação sobre questões de interesse comum no âmbito de organizações internacionais de normalização.

AJUSTE DE COOPERAÇÃO ENTRE O CNPq E A ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA CHINA NOS CAMPOS DAS CIÊNCIAS PURA E APLICADAS

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e
A Academia de Ciências da China,

Reconhecendo a importância da cooperação no campo das ciências entre as Partes Contratantes,

Desejosos de fortalecer, mediante atividade de cooperação, o desenvolvimento científico em geral e

Reconhecendo que o presente Ajuste é complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, concluído em Beijing, em 25 de março de 1982,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes comprometem-se a promover a cooperação nos campos das ciências puras e aplicadas.

ARTIGO II

As Partes Contratantes cooperarão mutuamente mediante a utilização dos seguintes mecanismos:

- a) intercâmbio de informações e de documentação científica e técnica;
- b) realização de conferências, reuniões científicas, cursos, seminários e simpósios;
- c) intercâmbio de cientistas, professores e técnicos de alto nível (doravante denominados "especialistas");
- d) realização de projetos conjuntos de pesquisa científica;
- e) outras formas de cooperação científica a serem acordadas entre as Partes Contratantes.

ARTIGO III

Para os fins do presente Ajuste, as Partes Contratantes concordam, ainda, em:

- a) estabelecer programas conjuntos de cooperação através de reuniões de delegações dos dois órgãos, ou por troca de correspondência. Os aludidos programas deverão, em princípio, ser complementados ou revistos anualmente, quando serão assentadas as áreas de interesse para o desenvolvimento das ações conjuntas;
- b) apresentar os mencionados programas e relatórios das atividades realizadas à Comissão Mista Brasil—China de Cooperação Científica e Tecnológica, prevista no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

ARTIGO IV

A fim de dar cumprimento aos programas mencionados no Artigo anterior, cada uma das Partes Contratantes receberá anualmente:

- a) até 4 (quatro) especialistas, para visitas de curta duração. O total das visitas não excederá a 120 dias/homem por ano. Quando necessário, poder-se-á aumentar o número de especialistas visitantes, reduzindo a permanência de

cada um deles. Porém, o total das visitas não será alterado (120 dias X 4);

b) até 2 (dois) especialistas para visitas de média ou longa duração. O total das visitas não excederá a 10 meses/homem por ano;

c) o número exato e a duração das visitas dependerão de decisões mutuamente acordadas entre as Partes Contratantes.

ARTIGO V

A Parte remetente informará a Parte recipiente, com antecedência mínima de dois meses, sobre os nomes e os currículos dos especialistas visitantes bem como sobre os objetivos, plano de trabalho e respectivo cronograma de execução dos projetos a serem realizados, para aprovação da Parte recipiente.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes cobrirão as despesas de transporte internacional de ida e volta de seus especialistas até o local onde terão início as atividades. Os deslocamentos internos no país receptor, que forem considerados necessários ao cumprimento das missões dos especialistas visitantes, bem como o custeio das diárias correspondentes ao período de sua permanência no país recipiente, serão custeados pela Parte receptora.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes assegurarão aos especialistas visitantes, na forma que julgarem mais conveniente, assistência médica e hospitalar adequada para os casos de emergência. Os ónus decorrentes de morte acidental ou invalidez correrão por conta da entidade a que pertencer o especialista visitante.

ARTIGO VIII

Os especialistas visitantes não poderão dedicar-se, no território do país receptor, a atividades alheias às suas funções, nem exercer outras atividades remuneradas sem a prévia autorização dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores e das Partes Contratantes.

ARTIGO IX

1. As Partes Contratantes fornecerão as facilidades necessárias para a implementação dos programas acordados ao abrigo do presente Ajuste.

2. Quando os programas de cooperação derem lugar à importação de equipamentos e materiais, a Parte receptora gestionará perante as suas autoridades competentes as facilidades necessárias.

ARTIGO X

Quando os programas de cooperação resultarem na neces-

sidade de se protegerem direitos de propriedade, as Partes Contratantes firmarão contratos específicos sobre a matéria, que levem em conta a legislação local e os convênios internacionais de que sejam signatários ambos os Governos. No caso de inexistir direito a ser protegido, os resultados científicos decorrentes do presente Ajuste poderão ser publicados por mútuo entendimento entre as Partes Contratantes.

ARTIGO XI

1. O presente Ajuste poderá ser alterado, por troca de notas diplomáticas, mediante entendimento entre as Partes Contratantes, entrando a alteração em vigor na data de recebimento da nota de resposta.

2. O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

3. O presente Ajuste terá a duração de 5 (cinco) anos e será automaticamente renovado por iguais períodos, salvo se uma das Partes Contratantes comunicar à outra, por via diplomática e com antecipação mínima de 6 (seis) meses, sua decisão de denunciá-lo.

Feito em Beijing, aos 29 de maio de 1984, em dois originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO NOS USOS PACÍFICOS DA ENERGIA NUCLEAR

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Popular da China,

Inspirados pela amizade entre seus povos e pelo desejo permanente de ampliar a cooperação bilateral;

Tendo presente que o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos constitui um elemento importante para promover o desenvolvimento económico e social de seus povos;

Tendo presente os esforços que ambas as nações estão realizando a fim de colocar a energia nuclear a serviço de suas necessidades de desenvolvimento económico e social:

1. Designaram delegações que mantiveram conversações de 15 a 17 de maio de 1984, em Beijing, sobre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear. As conversações desenvolveram-se em ambiente amistoso e produziram resultados satisfatórios.

2. As duas delegações concordaram, em nome de seus respectivos Governos, que a cooperação entre os dois países no campo da energia nuclear se destina a fins pacíficos e será conduzida numa base de mútuo respeito à soberania de ambos, de igualdade e mútuo benefício e de não interferência nos assuntos internos dos dois países.

3. Ambas as delegações concordaram em que as áreas de cooperação poderão incluir: pesquisa básica sobre os usos pacíficos da energia nuclear, tecnologia relativa à pesquisa, projeto, construção e operação de usinas nucleares e reatores de pesquisa, tecnologia para a prospecção e processamento de urânio, fabricação de elementos combustíveis, regulamento e pesquisa para a segurança nuclear, produção e aplicação de radioisótopos e outras áreas de interesse mútuo.

4. As formas de cooperação poderão incluir: treinamento e intercâmbio de pessoal científico e técnico, a realização de simpósios e seminários acadêmicos, consultoria e serviços técnicos, intercâmbio de documentação e informações científicas e técnicas, e outras formas de cooperação que as Partes julgarem convenientes.

5. Ambas as delegações darão prosseguimento às conversações sobre outros temas relativos à cooperação bem como sobre a conclusão, com a brevidade possível, de um Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. A data e o lugar das próximas conversações serão estabelecidos através de via diplomática.

Feito em Beijing, aos 29 dias do mês de maio de 1984, em português e chinês.

memorando de entendimento brasil-canadá sobre cooperação no setor pesqueiro

Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Canadá sobre cooperação no setor pesqueiro, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de junho de 1984 (e publicado no Diário Oficial n.º 125, de 29 de junho de 1984), pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Encarregado de Negócios do Canada, David Ryan.

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo do Canadá,

Referindo-se à troca de Notas, de 28 de junho de 1976, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, que constitui um entendimento para estabelecer uma Comissão Mista de intercâmbio comercial e relações econômicas;

Considerando a importância do setor pesqueiro em ambos os países;

Desejando desenvolver o intercâmbio econômico, comercial, científico e técnico no setor pesqueiro;

Acreditando que a intensificação do intercâmbio no setor

pesqueiro contribuirá para as relações amistosas entre os dois países;

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. As Partes procurarão aumentar e facilitar seu comércio bilateral em produtos de pesca e trocarão informações regularmente sobre oportunidades de mercado e outros fatores que afetam o comércio.

2. As Partes procurarão a cooperação dos seus setores privados para fabricação, através da transferência de tecnologia, bem como para venda e utilização de equipamentos para navegação, localização de cardumes e pesca de vieiras, acompanhada onde aplicável, por programas de capacitação de tripulações dos barcos de pesca no uso apropriado daquele equipamento.

3. As Partes examinarão os meios apropriados para expandir o intercâmbio nos campos da pesquisa da pesca, inspeção e outros campos relacionados.

4. As Partes incentivarão o desenvolvimento de contatos diretos entre instituições, organizações de pesquisa, pessoas físicas e jurídicas de representação governamental ou de outras origens, em ambos os países, para concretizar os objetivos deste Memorando.

5. As Partes conduzirão, periodicamente, uma revisão conjunta do desenvolvimento nas suas respectivas indústrias de pesca com vistas a examinar a implementação deste Memorando e identificar novas áreas de intercâmbio no setor pesqueiro. Quando oportuno, a revisão conjunta se realizará sob o patrocínio da Comissão Mista Brasil—Canadá de Intercâmbio Comercial e Relações Econômicas.

6. O Memorando entrará em vigor no ato de assinatura e permanecerá válido enquanto um dos dois Governos não tenha indicado, com seis meses de antecedência e por nota escrita, sua intenção de terminar o presente entendimento.

Feito em Brasília, aos 19 dias do mês de junho de 1984, em português, francês e inglês.

assinado o consenso de cartagena

Consenso de Cartagena, assinado, em Cartagena de índias, em 22 de junho de 1984, pelos Ministros das Relações Exteriores e pelos Ministros da área financeira dos seguintes países: Argentina, Dante Caputo e Bernardo Grispun; Bolívia, Gustavo Rodríguez e Oscar Bonifaz; Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro e Ernane Galvêas; Colômbia, Rodrigo Lloreda e Edgar Gutiérrez; Chile, Jaime Del Valle e Modesto Collados; Equador, Luis Valência e Pedro Pinto; México, Bernardo

Sepúlveda e Jesus Silva; Peru, Sandro Mariátegui e José Benavides; República Dominicana, José Agustín Vega e Hugo Giuliani Cury; Uruguay, Juan Carlos Maeso; Venezuela, Isidro Morales e Manuel Azpurúa.

I - DECLARACIONES

1) Los Cancilleres y los Ministros responsables de la área financiera de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, México, Peru, República Dominicana, Uruguay y Venezuela, se reunieron en Cartagena, los días 21 y 22 de junio de 1984, para continuar examinando la situación económica internacional, especialmente en lo que se refiere a los problemas de endeudamiento externo y a los obstáculos que esto provoca en la reactivación del desarrollo económico de sus países y proponer iniciativas y formas de acción adecuadas que resulten en soluciones satisfactorias para todas las partes interesadas.

2) Reiteraron la vigencia de los planteamientos y acuerdos contenidos en los documentos y declaraciones pertinentes, firmados por países latinoamericanos, en especial en la Declaración y el Plan de Acción de Quito, en la Declaración Conjunta de los Presidentes del 19 de mayo y en la carta remitida a los Jefes de Estado y de Gobierno de la Reunión de Londres, que constituyen antecedentes importantes de la presente reunión, cuya realización se torna necesaria a raíz de la intensificación de las dificultades que ha producido en América Latina la situación económica internacional.

3) Recogieron las palabras del Presidente Belisario Betancur considerándolas como un aporte fundamental para las deliberaciones de esta conferencia.

4) Señalaron que la región atraviesa una crisis sin precedentes caracterizada por una severa disminución en el producto por habitante, que hoy se ubica en los niveles de una década atrás y que ha provocado una desocupación que afecta ya a más de la cuarta parte de su población económicamente activa y una caída sustancial de los salarios reales, lo cual puede traer graves consecuencias políticas y sociales.

5) Destacaron que en gran medida la crisis obedeció a factores externos ajenos al control de los países de América Latina, que de 1980 a 1983 provocaron la reducción de las exportaciones y determinaron la contracción forzosa de las importaciones con graves consecuencias para el proceso de desarrollo. La recesión internacional en dicho período y el estancamiento de las economías de los países industrializados el deterioro de los términos de intercambio y el resurgimiento de políticas proteccionistas y restrictivas del comercio en las economías industrializadas provocaron graves retrocesos en el volumen y la estructura de las exportaciones de la región.

6) Insistieron en señalar que esos factores, sumados a los

reiterados aumentos de las tasas de interés, configuran un panorama de endeudamiento externo grave y sombrío para los países de la región. El valor acumulado de la deuda externa de América Latina es superior a la mitad de su producto interno bruto e a tres veces sus exportaciones anuales. Los pagos de servicio de la misma han tenido un crecimiento equivalente a casi el doble del aumento de las exportaciones y en los últimos ocho años el pago de intereses representó más de 173.000 millones de dólares. Cada punto porcentual de incremento en las tasas de interés representa para América Latina un egreso adicional de divisas del orden de 2.500 millones de dólares anuales. El alza de las tasas de interés en el presente año equivale a un mes de exportaciones de la región. El resultado más negativo de esta situación es que la región se ha convertido en exportadora neta de recursos financieros. Se estima que esta pérdida alcanzó en 1983 alrededor de 30.000 millones de dólares. Paradójicamente, mientras existen manifestaciones de recuperación económica en la mayoría de los países industriales, América Latina se ve forzada a aminorar y en algunos casos a paralizar su proceso de desarrollo.

7) Manifestaron que, en gran medida, el problema de la deuda latinoamericana obedece a cambios drásticos en las condiciones en que originalmente se contrataron los créditos especialmente en lo referente a liquidez y tasas de interés, en el grado de participación de los organismos multilaterales de crédito en la estructura de la deuda, y en la perspectiva de crecimiento económico. Estos cambios que se originaron en los países industriales y escaparon por completo a la capacidad de decisión de la región, ponen en evidencia la corresponsabilidad de deudores y acreedores.

8) Reiteraron la decisión ampliamente demostrada por sus países de cumplir con los compromisos derivados de su endeudamiento externo y la determinación de proseguir con los esfuerzos de reordenamiento monetario, fiscal y cambiario de sus economías para la reanudación del desarrollo económico, sin que ello signifique en ningún caso descuidar el deber de los Gobiernos de garantizar el bienestar y la estabilidad social y política de sus pueblos.

9) Reafirmaron que estos esfuerzos han exigido sacrificios importantes de los niveles de vida de la población latinoamericana, que en algunos casos están llegando a límites extremos y ratificaron la determinación de sus Gobiernos de no dejarse precipitar a una situación de insolvencia forzada y de continuado estancamiento económico. En este contexto reiteraron la necesidad de una consideración política de la cuestión de la deuda a nivel internacional, pues esta tiene evidentes consecuencias políticas y sociales y solo la voluntad concurrente de los Gobiernos de los países deudores y acreedores permitirá modificar las condiciones actuales que impiden alcanzar soluciones adecuadas y perdurables.

10) Reiteraron que la conducción de las negociaciones en materia de deuda externa es responsabilidad de cada país. Al mismo tiempo, advirtieron que la experiencia reciente

demuestra que el problema del endeudamiento externo en los países en desarrollo, no puede ser resuelto exclusivamente a través del diálogo con los bancos. La acción aislada de los organismos financieros multilaterales o el simple comportamiento de los mercados. Por lo tanto se requiere la definición y aceptación de lineamientos generales de políticas de reestructuración y financiamiento que sirvan de marco de referencia a las negociaciones individuales de cada país. La utilización de estos lineamientos generales debe adaptarse a las circunstancias específicas de cada nación, dada la diversidad de las situaciones de endeudamiento externo y de las medidas necesarias para restablecer las condiciones de crecimiento de cada economía en particular.

11) Acordaremos que este marco de referencia debe tener en cuenta la co-responsabilidad de las partes involucradas en la búsqueda de una solución permanente al problema, como son los Gobiernos de países acreedores y deudores, los organismos financieros internacionales y la banca internacional.

12) Reconocieron igualmente, que dicho marco debe contemplar el concepto de la equidad en la distribución de los costos del reordenamiento económico. El proceso de ajuste debe ser simétrico equitativo para que resulte eficaz. La expansión sostenida de la economía mundial requiere cambios en la política económica de algunos países industrializados. Señalaron la necesidad de la adopción urgente por parte de estos países, de políticas para el mantenimiento de estímulos a las respectivas economías, con margen para la reducción de las tasas de interés y sin perjuicio de los objetivos anti-inflacionarios.

13) Destacaron también que existe una estrecha vinculación entre los problemas de la deuda, el financiamiento y el comercio para fortalecer la capacidad de pago de la región estimulando el crecimiento económico a través del aumento de las exportaciones, de la reanudación de las corrientes financieras y del mantenimiento de niveles adecuados en la capacidad para importar.

14) Señalaron, además, la necesidad urgente de que los países industrializados adopten medidas y políticas tendientes a facilitar el acceso a sus mercados de las exportaciones de los países en desarrollo y creen condiciones que permitan la reanudación de corrientes de financiamiento y un alivio continuado y significativo de la carga del servicio de la deuda, sin lo cual el esfuerzo de reordenamiento económico que hagan los países latinoamericanos quedará anulado.

15) Manifestaremos que la inversión extranjera directa puede jugar un papel complementario por su aporte de capitales y por su contribución a la transferencia de tecnología. La creación de empleos y la generación de exportaciones, siempre que se atenga a las políticas y legislación en la materia de los países de la región. Sin embargo, su aporte en términos de divisas a la solución del desequilibrio externo limitado, por lo que no podría constituir un elemento decisivo en la solución de los problemas de la deuda externa.

16) Acogieron la exhortación del Sr. Presidente de Colombia en el sentido de propender a la creación de un sistema financiero internacional que permita el crecimiento vigoroso de los países en desarrollo para elevar la calidad de vida de sus pueblos. En dicho sistema deberán considerarse, entre otras, las ideas fundamentales que han servido de base para el presente consenso.

17) Resolvieron instar a los Gobiernos de los países industrializados y a la banca internacional a prestar la debida atención a los planteamientos formulados en el consenso de Cartagena para encontrar una solución estable y de fondo a los problemas del endeudamiento externo de América Latina.

II-PROPUESTAS

18) Con base en lo expuesto en este Consenso, los Cancilleres y Ministros responsables del área financiera decidieron proponer:

a) La adopción de medidas que conduzcan a la drástica e inmediata reducción de las tasas nominales y reales de interés en los mercados internacionales, lo cual debe constituir objetivo fundamental al que se dirijan los mejores esfuerzos de los Gobiernos de los países industrializados.

b) Que en las renegociaciones y en las operaciones de nuevos créditos, la banca internacional utilice tasas de referencia que en ningún caso superen los costos efectivos de captación de los fondos en el mercado, ni se basen en tasas administradas.

c) La reducción al mínimo de los márgenes de intermediación y otros gastos así como la eliminación de las comisiones y, durante período de renegociación, la abolición de los intereses de mora.

d) La puesta en práctica de mecanismos temporales que atenuen el impacto de las altas tasas de interés, tales como una vetalilla compensatoria en el Fondo Monetario Internacional, prestamos concesionales oficiales con este fin y extensión de los plazos de pago, aunque advirtieron que estos mecanismos solo tienen utilidad limitada pues simplemente difieren el problema.

e) Que se tome en cuenta en las operaciones de renegociación el perfil de la deuda y la capacidad de recuperación económica y de pago de cada país y se mejoren sustancialmente las condiciones de plazo y períodos de gracia. Cuando convenga a los países deudores interesados, podrán extenderse las bases de la negociación a períodos multianuales e incluir la capitalización de intereses.

f) Que, en los casos de países con problemas extremos de balanza de pagos, se consideren cláusulas que permitan diferir el pago de parte de los intereses que, sin devengar a su vez intereses, serían pagados con una proporción determinada de los recursos provenientes del incremento de las exportaciones.

g) Que en las renegociaciones de la deuda externa no se deben comprometer los ingresos provenientes de las exportaciones más allá de porcentajes razonables, compati-

les con el mantenimiento de niveles adecuados de la actividad productiva interna, considerando las características propias de las economías de cada país.

h) Que se elimine la exigencia por parte de los acreedores de transferir al sector público, en forma indiscriminada e involuntaria, el riesgo comercial del sector privado.

i) La eliminación de las rigideces regulatorias de algunos centros financieros internacionales que castigan automáticamente las carteras de crédito a países en desarrollo y que impiden la concesión de nuevos financiamientos; el reconocimiento de la calidad especial que tienen los países soberanos como deudores de la comunidad financiera internacional y la adaptación de la reglamentación vigente a dicha calidad.

j) La reactivación de las corrientes crediticias hacia los países deudores. Las cuales en muchos casos se encuentran virtualmente suspendidas, y la urgente reanudación del otorgamiento de créditos de corto plazo para financiar el comercio y otras operaciones necesarias para dichos países.

k) La asignación de un volumen mayor de recursos y el fortalecimiento de la capacidad crediticia de los organismos financieros internacionales tales como el Fondo Monetario Internacional, el grupo del Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo.

l) Una nueva asignación de Derechos Especiales de Giro en el Fondo Monetario Internacional, compatible con las necesidades de liquidez de los países en desarrollo, el aumento de los plazos de sus programas de ajuste y la ampliación del acceso a sus recursos.

m) La revisión de los criterios de condicionalidad del Fondo Monetario Internacional en los siguientes aspectos:

i) Deberá asignarse prioridad al crecimiento de la producción y del empleo, tomando en cuenta las circunstancias específicas económicas, sociales y políticas de cada país.

ii) El establecimiento de las metas fiscales y de balanza de pagos o su modificación, deberán excluir el impacto de la elevación de las tasas de interés internacionales por encima de lo contemplado en los programas de estabilización, para no cumplir más allá de niveles razonables la inversión pública ni las importaciones.

iii) La modificación de las metas monetarias acordadas deberá efectuarse para absorber alzas imprevistas en la tasa de inflación y evitar estrangulamientos contrarios a los objetivos de estabilización perseguidos.

n) Que se acelere e incremente la utilización de los recursos del grupo del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo, a través de mecanismos tales como:

i) El aumento de la proporción de préstamos de programa y del porcentaje financiable del costo de los proyectos.

ii) La agilización de los desembolsos de los créditos ya contratados.

iii) La reducción transitoria y de manera sustancial de los requisitos de contrapartida en moneda local.

iv) La eliminación de la graduación financiera.

o) Que se otorgue a los países deudores plazos mucho más amplios y tasas de interés aún más preferenciales en la renegociación de sus deudas con los Gobiernos y los organismos oficiales de créditos a la exportación de los países industrializados. Igualmente concederles sin dilación, nuevas líneas de crédito en términos y condiciones preferenciales y en montos suficientes para impedir la interrupción de sus importaciones.

p) La inmediata atención a los reclamos de los países en desarrollo con respecto a la estabilización de los precios de sus productos a niveles remunerativos, de forma tal que se contrarreste el fuerte deterioro de sus términos de intercambio, lo que entre otros perjuicios compromete seriamente la capacidad de pago de su deuda externa.

q) La rápida eliminación de barreras arancelarias y no arancelarias de los países industrializados, que limitan el acceso de los productos de los países en desarrollo a sus mercados, tanto en sectores tradicionales como en productos industriales, incluyendo los de alta tecnología.

III -CONSULTAS YSEGUIMIENTO

19) Para llevar adelante los lineamientos y propuestas expresados en este consenso, coadyuvar al diálogo con los países acreedores, tener bajo constante examen la coyuntura económica internacional y evaluar la puesta en marcha de las iniciativas planteadas, los Cancilleres y Ministros responsables del área financiera resolvieron mantener un mecanismo de consulta y seguimiento regional. Este mecanismo estará abierto a la participación de los otros países de la región.

20) Acordaron que dicho mecanismo de consulta y seguimiento servirá para:

i) Facilitar en el ámbito regional, los intercambios de información y experiencias, así como el apoyo a solicitudes de asistencia técnica, sobre deuda, financiamiento y otras cuestiones relacionadas.

ii) Promover en el ámbito extrarregional los contactos con otros países en desarrollo.

iii) Promover el diálogo con los Gobiernos de los países acreedores y bajo las modalidades adecuadas, con los organismos financieros multilaterales y la banca internacional.

21) Expresaron que la necesidad de este diálogo se sustenta en el contenido de la carta del 5 de junio a los participantes de la Reunión de Londres, en la cual se afirmó que "es urgente que la Comunidad Internacional abor-

de de manera integrada y coherente los problemas de la economía mundial, reconociendo las interrelaciones que **los** vinculan, y encuentre soluciones satisfactorias en un mundo interdependiente", y se subrayó que "la necesidad urgente de adoptar acciones concertadas es evidente sobre todo en matéria de endeudamiento", para lo cual "se requiere llevar adelante un diálogo constructivo entre países acreedores y deudores para la identificación de medidas concretas que alivien la carga dei endeudamiento externo, teniendo en cuenta los intereses de todas las partes involucradas".

Así mismo ese diálogo se ve estimulado por las expresiones dei Comunicado de Londres, de 9 de junio, en las que se reconoce la interdependência entre países industrializados y en desarrollo, se acepta que los niveles elevados y crecientes de las tasas de interés pueden agravar los problemas de los países deudores, se reafirma la decisión de conducir las relaciones con estos dentro de un espíritu de buena voluntad y cooperación y se anuncia una serie de acciones a las cuales los Gobiernos reunidos en Londres otorgan especial importância en lo que se refiere a los procesos de renegociación de la deuda y a las cuestiones monetárias, de financiamiento y de comercio.

22) Conviniere en utilizar plenamente los foros existentes para la discusión y el análisis dei tema de la deuda externa, en especial el Comité de Desarrollo dei BIRF donde se propondrá el establecimiento de un "grupo de trabajo" para esta cuestión.

23) Manifestarem su disposición de celebrar un encuentro con Gobiernos de países industrializados para una reflexión conjunta sobre los múltiples aspectos y consecuencias económicas, sociales y políticas dei endeudamiento externo de América Latina, teniendo en cuenta la necesidad de buscar una solución a la carga excesiva que este supone y la creación de condiciones favorables para la reactivación dei desarrollo de los países endeudados y la expansión sostenida de la economía y dei comercio mundiales, con salvaguardia de los intereses de todas las partes involucradas.

24) Acordaron realizar una nueva reunión para evaluar las acciones que deriven dei consenso de Cartagena, en relación con la evolución de las cuestiones de deuda financiamiento y otras conexas. Esta reunión se celebrará en Buenos Aires antes de la próxima Asamblea Anual dei Fondo Monetário Internacional y dei Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento, o en el momento en que algún evento extraordinário lo requiera. A tal efecto, el país sede actuará como Secretaria protémporte.

Expedido en Cartagena de Índias a los veintidos (22) días dei mes de junio de mil novecientos ochenta y cuatro. (1984).

acordos bilaterais do brasil com outros países, assinados no segundo trimestre de 1984, e que ainda não estão em vigor

Acordo sobre Cooperação Económica, Industrial e Tecnológica como a **Suécia**, assinado em Brasília, em 3 de abril de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro sueco das Relações Exteriores, Lennart Bodstrom.

Acordo Cultural e Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica com o **Marrocos**, assinado, em Fez, em 10 de abril de 1984, pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro e Abdelouahed Belkeziz.

Acordo sobre Radioamadorismo; Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica no Campo da Pesquisa Agropecuária; Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Social para a Implementação de um Programa no Campo Social e do Trabalho; Convênio Zoossanitário para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal; e Convênio de Defesa Fitossanitária com a **Espanha**, assinados, em Madrid, em 12 de abril de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro espanhol de Assuntos Exteriores, Fernando Morán López.

Acordo sobre Cooperação no Campo da Ciência e da Tecnologia com o **Japão**, assinado, em Tóquio, em 25 de maio de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro japonês das Relações Exteriores, Shintaro Abe.

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda com o **Canadá**, assinado, em Brasília, em 4 de junho de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá, Anthoy P. Yton.

Acordo Geral de Cooperação; Acordo Cultural; e Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica com **São Tomé e Príncipe**, assinados em Brasília, em 26 de junho de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Maria do Nascimento da Graça Amorim.

acordo multilateral do brasil com outros países, assinado no segundo trimestre de 1984, e que ainda não está em vigor

Acordo sobre Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil, assinado, em Bruxelas, em 4 de abril de 1984, pelo Embaixador do Brasil junto às Comunidades Econômicas Europeias (CEE), Luiz Augusto Pereira Souto Maior, e pelo representante da CEE, Wilhelm Haferkamp.

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no segundo trimestre de 1984

ACORDOS

Acordo que Estabelece o Banco Africano de Desenvolvimento, emendado pela Resolução 05/79 — 1979.
Espanha ACEITOU.

Acordo sobre Salvamento e Devolução de Astronautas e Restituição dos Objetos Lançados ao Espaço Cósmico — 1968.
Cuba ADERIU.

Acordo para a Repressão da Circulação das Publicações Obscenas — 1910.
Cuba ACEITOU (com declarações).

CONSTITUIÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Carta da Organização dos Estados Americanos — 1948
São Cristóvão e Neves RATIFICOU.

Constituição da Organização Mundial de Saúde — 1946
Antfgua e Barbuda ACEITOU.

Emendas aos Artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde - 1976
Canadá e Malásia ACEITARAM.

Constituição da União Postal Universal — 1964.
Ilhas Salomão ADERIU.

CONVENÇÕES

Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural - 1972.

144

México ACEITOU.

Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio - 1948.
Maldivas e Tanzânia ADERIRAM.

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial — 1966.
Suriname ACEITOU (por sucessão); Maldivas ADERIU.

Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres — 1979.
Brasil RATIFICOU; Quênia ADERIU.

Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas — 1971.
Costa do Marfim ADERIU.

Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias — 1972.
Itália RATIFICOU; Oman ADERIU.

Convenção Internacional sobre a Limitação da Responsabilidade dos Proprietários de Navios e Protocolo de Assinatura — 1957.
Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia DENUNCIARAM.

Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas - 1946.
Uruguai ADERIU.

Convenção Internacional para o Emprego da Radiodifusão no Interesse da Paz — 1936.
França DENUNCIOU.

PROTOCOLOS

Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal - 1969.
Ilhas Salomão ADERIU; Malawi RATIFICOU.

Segundo Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal - 1974.
Ilhas Salomão ADERIU; Malawi RATIFICOU.

ATOS

Atos do XI Congresso da União Postal das Américas e Espanha - 1976.
Guatemala RATIFICOU (com reservas).

TRATADOS

Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes — 1967.
China e Quênia ADERIRAM.

Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) — 1970.
República da Coreia ADERIU.

comunicados e notas

itamaraty anuncia visita do presidente do conselho da revolução de guiné-bissau

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 7 de maio de 1984:

A convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o General-de-Divisão João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução da República da Guiné-Bissau, visitará oficialmente Brasília nos dias 2 e 3 de julho próximo,

governo brasileiro emite nota sobre elevação da taxa de juros nos estados unidos da america

Nota do Governo brasileiro, emitida por decisão do Presidente João Figueiredo e divulgada pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 9 de maio de 1984:

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com apreensão, da nova elevação na taxa de juros registrada nos EUA, fato que acarreta considerável agravamento do ônus representado pelo serviço da dívida para os numerosos países em desenvolvimento com alto grau de endividamento.

A elevação das taxas de juros constitui fator de perturbação dos ingentes esforços de ajustamento em que se empenha o povo brasileiro, como sacrifício para todos e forte ânimo diante de severos ônus econômicos e sociais.

Os efeitos dos aumentos nas taxas de juros anulam parte significativa dos resultados dos esforços de ajustamento e em nada contribuem para manter a esperança de dias melhores que é tão necessária em momentos de dificuldades e sacrifícios.

O Brasil e outros países latino-americanos vêm dando à comunidade internacional reiteradas demonstrações da seriedade com que encaram seus compromissos externos. O Governo brasileiro espera que os Governos dos países credores considerem, em suas decisões de política econômica, as repercussões, por vezes graves, que podem elas acarretar para os países endividados e os meios de atenuá-las.

vice-ministro dos negócios estrangeiros do reino unido vem ao brasil

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 15 de maio de 1984:

A convite do Governo brasileiro, a Baronesa Young, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, visitará o Brasil de 11 a 16 de julho próximo.

a declaração conjunta dos presidentes da argentina, brasil, colômbia e méxico sobre o problema da dívida externa

Declaração Conjunta dos Presidentes da Argentina, Raul Alfonsín, do Brasil, João Figueiredo, da Colômbia, Belisário Betancúr, e do México, Miguel de la Madrid, sobre o problema da dívida externa, divulgado pelo Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de maio de 1984:

Os Presidentes Raul Alfonsín, da Argentina, João Figueiredo, do Brasil, Belisário Betancúr, da Colômbia, e Miguel de la Madrid, do México, manifestamos nossa preocupação com o fato de que as aspirações de desenvolvimento de nossos povos, o progresso das tendências democráticas na região e a segurança econômica de nosso continente estão seriamente afetados por fatores externos e fora do controle de nossos Governos.

Verificamos que os sucessivos aumentos das taxas de juros, a perspectiva de novos aumentos e a proliferação e a intensidade das medidas protecionistas criaram um panorama sombrio para nossos países e para a região em seu conjunto.

Nossos países não podem aceitar indefinidamente esses riscos. Temos expressado nossa firme determinação de superar os desequilíbrios e restabelecer as condições para a retomada do crescimento econômico e do processo de elevação do nível de vida de nossos povos.

Fomos os primeiros a demonstrar empenho em cumprir os compromissos financeiros em termos compatíveis com o interesse da comunidade internacional. Não aceitamos ser acucados a uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada.

Consideramos indispensável que se inicie, sem demora, um esforço concentrado da comunidade internacional, com o objetivo de definir ações e medidas de cooperação que permitam resolver esses problemas, especialmente nos setores interligados do comércio e das finanças internacionais.

Em conseqüência, nós, os Presidentes, propomos a adoção de medidas concretas para promover mudanças substantivas na política financeira e comercial internacional que ampliem as possibilidades de acesso dos produtos de nossos países aos mercados dos países desenvolvidos, representem um alívio substancial e efetivo do peso do endividamento e permitam assegurar a retomada dos fluxos de financiamento ao desenvolvimento. Em particular, devemos obter prazos de amortização e períodos de graça adequados, e redução das taxas de juros, margens, comissões e outros encargos financeiros.

Em vista do exposto, convocamos uma reunião entre os Chanceleres e os Ministros responsáveis pela área financeira em nossos países, a realizar-se no mais breve prazo possível, reunião à qual serão convidados Ministros de outros países latino-americanos, a fim de definir as iniciativas e meios de ação mais apropriados, com vistas a alcançar soluções satisfatórias para todos os países interessados.

Itamaraty anuncia visita do chanceler Saraiva Guerreiro ao Chile

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 6 de junho de 1984:

A convite de Sua Excelência o Senhor Jaime Del Valle, Ministro das Relações Exteriores do Chile, o Senhor Ministro de Estado realizará visita oficial a Santiago de 25 a 27 de julho próximo.

a elevação da "prime rate" por parte de alguns bancos norte-americanos

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 26 de junho de 1984:

Após consultas com o Senhor Ministro de Estado da Fazenda e com o Senhor Ministro-Chefe da SEPLAN, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores determinou a emissão da seguinte nota:

"Lamentamos profundamente a elevação de meio por cento da **prime rate** anunciada, ontem, por alguns bancos privados norte-americanos.

A elevação das taxas de juros internacionais, neste momento, vem agravar, ainda mais, a situação dos países em desenvolvimento sobrecarregados com pesados ônus decorrentes da recessão econômica mundial, solapando, dessa forma, o grande esforço que esses países vêm realizando para reajustar suas economias, equilibrar o balanço de pagamentos e superar a crise.

Esperamos que as autoridades do Governo dos Estados Unidos da América e os próprios bancos americanos reflitam conscienciosamente sobre os reflexos altamente negativos que essa medida terá sobre a economia desses países e adotem providências capazes de revertê-la e evitar a sua repetição.

Na Reunião de Cartagena, em notável demonstração de objetividade e serenidade no trato de tão delicada questão, os Governos de onze países latino-americanos dirigiram aos Governos dos países credores e aos bancos internacionais exortação sobre a co-responsabilidade na administração do problema do endividamento externo e apresentaram, nesse sentido, conjunto equilibrado de propostas tendentes a permitir a redução das taxas de juros, bem como a condução de um diálogo político entre Governos de países devedores e credores para a definição de soluções adequadas e duradouras para o problema do endividamento externo.

Reiteramos esse chamamento ao diálogo. De outra parte, estão sendo mantidas consultas com os demais participantes da Reunião de Cartagena."

a mensagem do secretário-geral da liga dos estados árabes ao presidente João Figueiredo

Mensagem do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Chedli Klibi, ao Presidente JoSo Figueiredo, datada de 3 de abril de 1984, e **entregue** pela delegação da MissSo Boa Vontade daquela entidade, que visitou Brasília no período de 10 a 12 de abril de 1984; e a resposta do Presidente João Figueiredo, datada de 18 de junho de 1984.

A MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DA LIGA DOS ESTADOS ÁRABES

His Excellency
President General João Baptista de Oliveira
Figueiredo
President of the Federative Republic of Brazil.

Mr. President,

It gives me great pleasure and honour to address Your Excellency in the spirit of friendship and mutual understanding, to commend your positive support to the Arab cause, and your important role in the promotion of Arab Latin American relations.

Mr. Presidente,

Arab Latin American friendship rests on the common goals and mutual interests in the battle for peace, freedom, economic development, and social progress. This friendship shall always be guided by the principles of Non-Alignment, and mutual understanding and respect for the legitimate rights and aspirations of the peoples of both regions.

Mr. President,

The situation in the Middle East poses a grave threat to peace, security and stability of the countries involved and the world at large. The Middle East is in the midst of a crisis originally generated by Israel's persistence in challenging the will of the international community and violating international laws. This is fully evidenced by its continued occupation of Arab territories, continued disregard for the national rights of the Palestinian people, and the escalation of its aggressive and expansionist policies.

The Arab States reaffirming their belief in a just and lasting peace and their readiness to spare no effort in creating a climate favourable to peace in the region, adopted the Fez peace plan, that would guarantee the Palestinian peoples' right to dignity as well as the right of all the Sta-

tes of the region to live in security, but Israel rejected the plan as it has rejected all peace proposals for the purpose of intensifying its course of aggression and occupation and creating a "fait accompli".

Mr. President,

The gravity of the situation in the Middle East, and its effects on the issue of world peace, calls upon all peace loving nations to assume their responsibilities and reinforce peace and security in one of the most sensitive regions of the world.

The establishment of a just, comprehensive, and lasting peace in the Middle East is possible on the basis of the complete withdrawal of Israeli forces from occupied Arab territories, and the recognition of the national rights of the Palestinian people, including their right of self determination and the establishment of an independent State.

In this connection, I wish to stress our highest appreciation for the positive stand adopted by most Latin American countries in supporting our just cause. This support is an important and serious contribution for the peace efforts, and shall always be valued and considered a symbol of solidarity with the cause of global justice, freedom, and peace.

Mr. President,

The League of Arab States with a view of strengthening and deepening ties of friendship and cooperation with Latin America, has decided to send missions of friendship to Latin American countries. We hope that these visits will help provide a sound base for closer relations geared to the achievement of our common cooperation objectives.

Allow me, Mr. President, to convey to you the assurances of my highest esteem and consideration.

Secretary General
of the League of Arab States

A RESPOSTA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

A Sua Excelência o Senhor Chadli Klibi,
Secretário-Geral da Liga dos
Estados Árabes.

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de acusar recebimento da mensagem de Vossa Excelência, datada de 3 de abril último, trazida pela MissSo de Boa Vontade que visitou Brasília nos dias 10 a 12 do mesmo mês.

Encontrando-me em visita oficial ao Reino do Marrocos — o **segundo** país-membro da Liga dos Estados Árabes que tive a satisfação de percorrer durante meu Governo — a comitiva foi recebida pelo Vice-Presidente da República, que me relatou o teor das conversações mantidas, nas quais foram ressaltados os laços de amizade e compreensão mútua entre o Brasil e a comunidade árabe de nações.

O Governo e o povo brasileiro acompanham com preocupação os desdobramentos da questão do Oriente Médio. Em todas as ocasiões e foros apropriados, tem o Brasil juntado sua voz ao clamor internacional que exige a retirada das forças israelenses dos territórios árabes ocupados; o reconhecimento dos direitos inalienáveis do povo palestino, inclusive o direito à autodeterminação e ao estabelecimento de um Estado independente; a participação da Organização para a Libertação da Palestina nas negociações sobre o seu futuro; e o direito de todos os Estados da RegiSo a existir, dentro de fronteiras reconhecidas.

O Brasil manifestou sua satisfação pelo esforço altamente construtivo representado pelo Plano da Paz subscrito em Fez ao término da 12ª Conferência de Cúpula dos Estados Árabes. Pode ele servir de base a negociações que conduzam a paz justa, duradoura e abrangente no Oriente Médio.

Esteja certo, portanto. Vossa Excelência, de que o Brasil, que confere alta prioridade às relações com os países árabes, estará sempre pronto, no limite de suas possibilidades, a contribuir para a causa da paz e da justiça no Oriente Médio.

Aproveito a oportunidade para apresentar os protestos da mais alta consideração, com que me subscrevo,

de Vossa Excelência,

JoSo Figueiredo

Presidente da República Federativa do Brasil

a carta aos chefes de governo de sete países industrializados

Carta dos Presidentes da Argentina, Raul Alfonsfn, do Brasil, João Figueiredo, da Colômbia, Belisário Betancúr, do Equador, Osvaldo Hurtado, do México, Miguel de la Madrid, do Peru, Fernando Belaúnde Terry, e da Venezuela, Jaime Lusinchi, enviada aos Chefes-de-Governo dos sete países industrializados que participaram da Reunião de Londres, e divulgada pelo Palácio do Iamaraty, em Brasília, em 6 de junho de 1984.

Dirigimo-nos a Vossa Excelência às vésperas de nova reunião dos Chefes-de-Governo dos sete principais países industrializados. Estamos convencidos de que a situação e as perspectivas das economias dos países latino-americanos,

em especial as questões de comércio, financiamento e endividamento externo, deveriam ser consideradas nas deliberações de Londres.

Como contribuição a essa consideração, a Declaração e o Plano de Ação de Quito, elaborados pela Conferência Económica Latino-Americana, foram oportunamente enviados ao Governo de Vossa Excelência. Em 19 de maio último, quatro Chefes-de-Estado da América Latina emitiram Declaração cujo texto foi amplamente divulgado. Outros Presidentes latino-americanos expressaram sua concordância com essa Declaração.

Tal como expresso nesses documentos, a América Latina tem experimentado uma severa redução em sua atividade económica e uma aguda crise financeira. Nos últimos três anos diminuíram o produto real e a renda **per capita**. O desenvolvimento social teve que ser sacrificado. Chegou-se a uma situação de difícil sustentação.

Os aumentos nas taxas de juros, as dificuldades de obtenção de recursos financeiros adicionais e o fortalecimento das práticas protecionistas são fatores impeditivos de que os benefícios da recuperação económica nos países industrializados atinjam nossas economias. Esta circunstância, por sua vez, reduz as possibilidades de que tal recuperação se consolide e resulte em uma expansão sustentada e não inflacionária.

Reiteramos a convicção latino-americana de que é urgente que a comunidade internacional aborde de maneira integrada e coerente os problemas da economia mundial, reconhecendo as inter-relações que os vinculam, e encontre soluções satisfatórias em um mundo interdependente.

A necessidade urgente de adotar ações concertadas é evidente, sobretudo, na questão do endividamento. Não é possível pensar que os problemas possam resolver-se apenas através do contato com os bancos ou com a participação isolada das organizações financeiras internacionais. É necessário o desenvolvimento de um diálogo construtivo entre países credores e devedores para a identificação de medidas concretas que aliviem a carga do endividamento externo, levando em conta os interesses de todas as partes envolvidas.

Com base em critérios de justiça e equidade, é preciso definir um conjunto de políticas e ações integradas nos campos do financiamento, do endividamento e do comércio. É indispensável estabelecer um ambiente franco de cooperação, que corresponda a um esquema de responsabilidade compartilhada e que reflita os interesses do conjunto da comunidade internacional.

Uma manifestação da vontade política dos principais países industrializados para avançar rumo à conquista desses objetivos seria, neste momento, particularmente oportuna.

Apresentamos a Vossa Excelência o testemunho de nossa mais alta consideração,

conferência diplomática sobre responsabilidade e indenização por danos relativos ao transporte de substâncias perigosas por mar

A Conferência Diplomática sobre Responsabilidade e Indenização por Danos relativos ao Transporte de Certas Substâncias Perigosas por Mar foi convocada, por decisão do Conselho da IMO, com triplo objetivo: examinar o projeto de Convenção sobre Responsabilidade e Indenização relativas ao Transporte Marítimo de Substâncias Nocivas e Perigosas (HNS); examinar o projeto do Protocolo para atualizar a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos por Poluição por Óleo (CLC-69); e examinar o projeto de Protocolo para atualizar a Convenção Internacional para o Estabelecimento de um Fundo Internacional de Indenização por Danos de Poluição por Óleo (FUND-71).

Embora os três textos proviessem do Comitê Jurídico, julgava-se que seria prematura a discussão pela Conferência do projeto de Convenção sobre Responsabilidade e Indenização relativas ao Transporte Marítimo de Substâncias Nocivas e Perigosas (conhecida abreviadamente como Convenção HNS). O texto, tal como submetido à Conferência, englobava conceitos que colocavam em evidência as posições conflitantes dos países considerados grandes e tradicionais transportadores, em face dos países que constituíam os usuários dos meios de transporte. Tal foi o caso da divisão da responsabilidade entre o proprietário do navio e o usuário/embarcador (shipper) que se transformou numa questão insolúvel no decorrer do exame do texto.

Em decorrência do impasse registrado durante os trabalhos do Comitê I (que se encarregou do estudo do projeto da Convenção HNS), a Conferência decidiu, na segunda sessão plenária, interromper o exame do citado projeto de Convenção e concentrar os recursos da Conferência no estudo dos textos dos Protocolos às Convenções CLC-69 e FUND-71, a cargo do Comitê II. Foi decidido, na mesma sessão plenária, que o texto do projeto da Convenção HNS seria devolvido à IMO, cabendo ao Conselho da Organização decidir de que forma se retomaria o estudo do projeto da HNS.

Os dois textos de Protocolos à CLC-69 e ao FUND-71, embora objeto de intensa discussão, foram finalmente aprovados, graças ao trabalho preparatório desenvolvido pelo Comitê Jurídico, que remeteu à Conferência Diplomática projetos já escoimados de divergências de fundo que poderiam fazer fracassar a Conferência.

Embora muitas das questões tivessem sido resolvidas no

âmbito do Comitê II, foram levadas a voto durante a última sessão plenária, revelando nitidamente a oposição dos países em desenvolvimento aos industrializados. Votou-se, assim, a definição de navio, havendo 2/3 do plenário preferido a definição apoiada pelos países em desenvolvimento. Foram, igualmente, colocadas em votação a definição de "danos por poluição" e a questão do âmbito de aplicação das Convenções, havendo, novamente, alcançado os 2/3 dos votos requeridos das delegações presentes e votantes as propostas dos países em desenvolvimento, em ambos os escrutínios.

Por haverem os Protocolos incorporado os dispositivos contidos em ambas as Convenções, passaram os Protocolos a denominar-se (abreviadamente) Convenção sobre Responsabilidade Civil-84 e Convenção do Fundo-84 (ou CLC-84 e FUND-84). Ao final da sessão plenária, foram aprovados os dois textos: a CLC-84, por 48 votos contra 16 abstenções, e a FUND-84, por 44 votos contra 21 abstenções, não havendo votos contra. Na explicação de voto, as delegações de França, Japão e Grécia se referiram à questão dos novos limites de responsabilidade que lhes causavam dificuldades para assinar as duas Convenções, havendo a Bélgica mencionado o aumento do âmbito de aplicação de ambas as Convenções, motivo por que a delegação belga se havia absterido de votar favoravelmente.

segunda sessão do comitê intergovernamental, para o desenvolvimento e utilização de fontes novas e renováveis de energia

Realizou-se em Nova York, no período de 23 de abril a 04 de maio, a II Sessão do Comitê Intergovernamental para o Desenvolvimento e Utilização de Fontes Novas e Renováveis de Energia—FNRE, criado pela Resolução 37/250 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, com o objetivo principal de cuidar da implementação do Programa de Ação de Nairóbi-PAN.

A agenda da II Sessão do Comitê sobre FNRE, cujos pontos se encontram indicados na RESENHA n? 69, foi abordada de forma global, mediante a negociação de um texto-base, preparado pelo Grupo dos 77, relativamente curto, de natureza realista, objetiva e crítica. No texto em questão, o Grupo dos 77 procurou o máximo possível preservar e promover os mandatos já acordados da I Sessão do Comitê, mantendo os pontos fundamentais da posição do Grupo. Tendo sobretudo em mente o fato de que os progressos realizados até agora com relação à implementação do PAN foram bastante limitados, o Grupo dos 77 procu-

rou dar ao texto um caráter de avaliação dos pontos indicados na agenda.

A parte introdutória do texto é de caráter genérico, estando nela reiterados os princípios referentes à necessidade de imediata implementação do PAN. Nesse sentido, ficou acordado, por exemplo, que a situação energética mundial caracterizada por flutuações de demanda e preço não deve desviar a atenção da comunidade internacional da necessidade urgente de promover o desenvolvimento e a utilização de FNRE. Esse empreendimento requer um esforço contínuo que não deve estar sujeito às flutuações de ordem econômica, e implica uma ação multilateral dirigida para a cooperação econômica internacional, assegurando-se, assim, mais uma vez, o papel vital das Nações Unidas na matéria, o qual os países desenvolvidos procuram sempre esvaziar ao máximo. Um ponto de difícil negociação nessa parte do documento diz respeito às áreas de ação prioritária, tendo sido negociada uma fórmula ao final da reunião onde ficaram reconfirmadas aquelas já apontadas em Nairóbi, levando-se em conta as circunstâncias específicas das necessidades de cada país ou região, juntamente com os programas nacionais.

A segunda parte do documento refere-se à tarefa de avaliação do Comitê propriamente dita, de natureza portanto bastante crítica, apesar da tentativa dos países desenvolvidos de suavizar ao máximo as observações nele contidas. Nessa parte, foi indicado o desapontamento do Comitê com relação aos relatórios apresentados pelo Secretário-Geral, os quais serão refeitos, mediante acréscimos e modificações, para apresentação à III Sessão do Comitê. Os relatórios são de grande importância pois abordam questões vitais como a mobilização financeira e os mecanismos de convocação de reuniões consultivas para a geração de recursos adicionais, sem o que o PAN falhará em sua implementação.

A terceira e última parte refere-se às recomendações e diretrizes emanadas da II Sessão do Comitê, tendo em vista as atividades para os próximos dois anos. Nesse sentido, após as constatações e avaliações da parte precedente, consideradas pelos países desenvolvidos como pessimistas e pelo Grupo dos 77 como apenas realistas, o Secretário-Geral foi solicitado a rerepresentar seus relatórios e a formular outros, a saber:

- a) relatório sobre o progresso alcançado com relação às reuniões consultivas (a CEPAL deverá organizar sua primeira ainda em 1984), contendo uma parte sobre propostas para outros meios de mobilização financeira como a da filial energética do Banco Mundial e o caso da conta de energia do PNUD, cujos atuais arranjos interinos deverão ser revistos por solicitação do Comitê;
- b) relatório analítico do Secretário-Geral sobre a implementação do PAN contendo uma revisão e uma avaliação das tendências e medidas tomadas, bem como das atividades dos órgãos, organizações e entidades que compõem o sistema da ONU no campo de **FNRE**, in-

cluindo uma parte sobre o desempenho e resultados do grupo-interagências em FNRE e outra sobre a convocação de painéis técnicos ad **hoc** e reuniões de peritos para assuntos específicos;

- c) relatório do Secretário-Geral de avaliação sobre o progresso alcançado na implementação dos programas e projetos contidos em documento já apresentado na reunião do Comitê Interino sobre FNRE (Roma, maio/82, RESENHA n? 47, página 5). Nesse relatório deverá ser incluída uma parte de atualização das propostas existentes e novas propostas para ação futura e outra parte sobre a realização das reuniões consultivas.

Finalmente, pode-se dizer que, pela natureza bastante crítica e precisa da avaliação da instrumentação do **PAN**, o documento acordado ao final da II Sessão do Comitê, sem as reservas habituais de países como os EUA, favorece a posição dos países em desenvolvimento.

xv assembleia extraordinária da organização de aviação civil internacional

Realizou-se, em Montreal, no período de 24 de abril a 11 de maio, a XXV Assembleia Extraordinária da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), convocada com o objetivo de examinar a adoção da emenda à Convenção de Chicago de 1944, para evitar o uso da força contra aeronaves civis.

A tarefa de se emendar a Convenção de Chicago transformou-se em legítimo anseio da comunidade internacional, em decorrência do trágico incidente de 19 de setembro de 1983, em que uma aeronave civil sul-coreana foi destruída pela aviação militar da URSS, resultando no desaparecimento de 269 vítimas inocentes de diversas nacionalidades. Coube à OACI — agência especializada das Nações Unidas dedicada a desenvolvimento seguro e harmônico da aviação comercial — a realização de estudos sobre a adoção de medidas para impedir a ocorrência de incidentes semelhantes.

Participaram da Assembleia delegações de 107 Estados-membros da Organização. Os trabalhos se desenvolveram em torno de três projetos — franco-austriaco, estadunidense e soviético — e, ainda, de proposta do grupo latino-americano, elaborado pela Comissão Latino-Americana de Aviação Civil-CLAC (RESENHA n? 68, página 39). Após intensas deliberações e delicadas negociações, logrou-se um resultado significativo, ou seja a aprovação, por consenso, de emenda ao texto da Convenção, que se constituirá no Artigo 3 bis. O novo Artigo incorpora os seguintes princípios:

- a) a obrigação de os Estados contratantes não recorrerem ao uso de armas contra aeronaves civis, ressalvado o exercício do direito de legítima defesa consagrado na Carta das Nações Unidas;

- b) o direito de o Estado interceptar e exigir o pouso em aeroporto apropriado de toda aeronave que viole a sua soberania ou que seja utilizada com propósitos incompatíveis com os fins da Convenção de Chicago;
- c) a necessidade de os Estados contratantes incorporarem a suas legislações internas as disposições necessárias, a fim de que seja obrigatório as aeronaves civis acatarem as instruções de pouso, de conformidade com o princípio anterior; e
- d) a obrigação de o Estado interceptador adotar todas as medidas necessárias para não colocar em perigo a segurança da aeronave interceptada e a vida das pessoas que se encontram a bordo.

A referida emenda foi transformada num Protocolo de Emenda à Convenção de Chicago, elaborado em inglês, francês, espanhol e russo, o qual estará aberto à ratificação pelos Estados que aprovaram a Convenção de Chicago ou aderiram à mesma, devendo entrar em vigor após a ratificação por 102 Estados contratantes (dois terços dos Estados-membros da OACI).

comité conjunto brasil-iraque apresenta resultados expressivos

Ao visitar oficialmente Bagdad, em setembro de 1983, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, negociou com o Ministro do Comércio do Iraque, Senhor Hassan Ali, a constituição de Comitê Conjunto Ad Hoc, o qual, como órgão executor e negociador dos Governos brasileiro e iraquiano, foi incumbido de, após examinar questões pendentes entre empresas e entidades brasileiras e iraquianas, formular recomendação para que os dois Governos pudessem solucionar, de forma justa e equitativa, os problemas existentes, de natureza financeira, comercial, administrativa e técnica.

O referido Comitê, que se reuniu, pela primeira vez, em 22 de outubro do ano passado, encaminhou devidamente, em cerca de sete meses, e no curso de várias e sucessivas reuniões, realizadas em Brasília e Bagdad, todas as pendências identificadas, de interesse da Construtora Mendes Júnior S/A, da ESUSA—Engenharia e Construções S/A e da PETROBRÁS-Comércio Internacional S/A (INTERBRÁS).

As delegações do Brasil e do Iraque àquele Comitê — chefiadas, do lado brasileiro, pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, e, do lado iraquiano, pelo Doutor Abdul Wahab Al-Mufti, inicialmente, Presidente da Organização Estatal Iraquiana para Estradas e Pontes e, atualmente, Prefeito de Bagdad — estudaram diretamente, ou por meio de grupos de trabalho especialmente formados, as questões relativas aos projetos de construção da Expressway nº 1 (Bagdad—Basra), no trecho Hit-Tullaba (em construção); da ferrovia Bag-

dad—Al Qaim—Akashat; e dos hotéis Novotel Al-Sadeer e Novotel Al-Marbid, dos quais o primeiro se encontra em funcionamento desde o segundo semestre de 1982.

Foram encontradas soluções singulares para os diferentes casos, através de várias medidas de ordem técnica e administrativa de supervisão e controle de obras, abrindo-se agora a perspectiva de contratação de novas obras no Iraque.

Os Governos do Brasil e do Iraque, ao ensejo da assinatura das Atas Finais do Comitê Conjunto Ad Hoc, nesta data, expressaram grande satisfação pelos resultados alcançados, produto do trabalho profícuo realizado, a nível político e técnico, pelas Delegações brasileira e iraquiana, e reflexo da maturidade que já atingiram as relações bilaterais, nos diversos campos de atividade.

ministro dos transportes do marrocos visita o brasil

O Ministro dos Transportes do Marrocos, Senhor Mansour Benali, visitou o Brasil no período de 21 a 23 de maio, com o objetivo de examinar com as autoridades brasileiras as possibilidades de retomada das operações da linha aérea entre o Rio de Janeiro e Casablanca pela Royal Air Maroc, suspensas desde novembro de 1983.

Em Brasília, o Ministro marroquino teve audiências com os Ministros da Aeronáutica e dos Transportes e, no Rio de Janeiro, entrevistas com o Diretor-Geral do DAC e com o Presidente da CERNAL, bem como uma visita às instalações da EMBRAER, em São José dos Campos.

missão de uganda identifica áreas de cooperação com o brasil

Missão ugandense, chefiada pelo Ministro de Cooperativas e Comercialização, Senhor Yoka Kanyomozi, esteve em Brasília no princípio do mês de junho, intitulada Delegação exploratória, com o objetivo de identificar áreas diversas para a cooperação com o Brasil.

O Ministro Kanyomozi trouxe mensagem do Presidente Milton Obote ao Presidente Figueiredo a propósito da quantificação das quotas estabelecidas pela OIC para a exportação de café ugandense.

O Ministro Kanyomozi foi recebido, no dia 5, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores. Foi igualmente recebido pelo Ministro Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, e pelo Senhor Presidente da República no dia 7.

Os demais integrantes da Delegação foram recebidos, no Itamaraty, no dia 4, em audiências separadas, pelos senho-

res Chefes do DEAF, DPR, DEC (substituto) e DCT (substituto).

A Delegação visitou também o Centro de Pesquisas da EMBRAPA.

Trata-se da primeira Delegação ugandense de alto nível a visitar o Brasil desde a década de 60.

reunião da junta de governadores da agência internacional de energia atômica, em viena

A Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) reuniu-se em Viena, de 5 a 8 de junho de 1984.

Foram os seguintes os pontos da agenda de maior interesse:

a) Garantia de suprimentos

— diversas delegações intervieram para expressar preocupação com a falta de progresso no Comitê de Garantia de Suprimentos (CAS). O Diretor Geral informou que convocou grupo de peritos para auxiliar no estudo dos problemas administrativos, técnicos e práticos do transporte internacional de materiais nucleares;

b) Assistência e cooperação técnicas

— os países em desenvolvimento expressaram em geral satisfação com o aumento dos recursos disponíveis para assistência técnica (US\$ 35 milhões em 1983) e esperam que essa tendência continue, de modo a diminuir ainda mais o peso relativo das atividades regulatórias em favor das de promoção. Os desenvolvidos, por seu turno, procuraram demonstrar que os recursos atingiram níveis satisfatórios. Concordaram todos em que ainda é muito baixa a taxa de implementação de projetos com relação ao total de recursos disponíveis, tendo também sido bem recebida a tendência demonstrada pelo Secretariado de recrutar maior número de técnicos em países em desenvolvimento. A delegação brasileira fez notar a redução gradual que vêm sofrendo os recursos oriundos do PNUD e solicitou maior utilização de peritos de países em desenvolvimento, sobretudo para a execução de projeto na mesma região, tendo oferecido a eventual colaboração de peritos brasileiros. Fez comentário semelhante com relação à compra de equipamentos pela AIEA, 94% dos quais são adquiridos nos países industrializados, estando muitas vezes disponíveis nos países em desenvolvimento;

c) Designação de membros para servir na junta de Governadores em 1984/85

— foram designados Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá,

R.P. da China, Egito, EUA, França, Índia, Japão, Reino Unido, RFA e URSS. As delegações saudaram a entrada da RPC na Junta de Governadores;

d) Salvaguardas

— o relatório da AIEA assinala que não foi detectado desvio de material nem utilização, para fins não pacíficos, de instalações nucleares sob salvaguardas. Em fins de 1983, estavam em vigor 159 acordos de salvaguardas da AIEA com 92 países, tendo sido inspecionadas aproximadamente 520 instalações durante o ano. O exame do relatório do Secretariado suscitou variadas críticas: a delegação do Brasil criticou a pouca utilização da informação estatística, a linguagem utilizada no relatório para classificar os Estados-membros, baseada em conceitos do TNP, e o alto custo das salvaguardas, tendo notado que os recursos para compra de equipamentos cresceram 150% de 1982 para 1983. Ainda na consideração desse item, foi aprovada a lista dos inspetores de salvaguardas;

e) Segurança nuclear

— o relatório do Secretariado considera satisfatória a segurança da indústria nuclear em 1983, ano em que aproximadamente 12% da energia elétrica mundial foi suprida por mais de 300 usinas nucleares. Recomendou-se a criação de um grupo assessor com o objetivo de desenvolver conceitos de segurança aceitáveis internacionalmente. O comitê funcionaria, em princípio, durante três anos e não teria a incumbência de formular normas ou de exercer tarefas regulatórias;

f) Escala de contribuições dos Estados-membros ao orçamento regular

— tendo em vista que o Comitê de Contribuições das Nações Unidas está ora reunido para cuidar do assunto no âmbito daquela organização, foi julgado aconselhável aguardar os resultados das suas deliberações. A questão das quotas voltará à apreciação da Junta em setembro.

Continuarão ainda sob consideração as questões relativas ao financiamento da assistência técnica e das salvaguardas, às consequências do ataque militar de Israel ao reator de pesquisa do Iraque, à capacidade nuclear da África do Sul e à emenda ao Artigo VI.A.2 do Estatuto. Foram aprovadas as contas da AIEA de 1983.

primeiro encontro interamericano sobre o impacto estratégico de etanol

Realizou-se em Belo Horizonte, no período de 12 a 15 de junho de 1984, o I Encontro Interamericano sobre o Impacto Estratégico do Etanol, organizado sob o patrocínio da Organização dos Estados Americanos, do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de Georgetown, do Ministério da Indústria e do Comércio, do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Governo do Estado de Minas Gerais.

A iniciativa, que partiu da OEA, teve por motivo a busca de uma solução satisfatória para os problemas que afetam a indústria açucareira dos países do Continente, fazendo parte de uma estratégia de diversificação do uso e do aproveitamento da cana enquanto insumo renovável. Nesse sentido, o encontro teve por objetivo principal aprofundar as discussões sobre a viabilidade econômica da produção de álcool para fins químicos e carburantes, proporcionando oportunidade para uma análise mais aprofundada da possibilidade da associação de empresários e Governos dos países americanos para o desenvolvimento de projetos de diversificação agroindustrial visando à produção de etanol, para consumo ou exportação.

Ao sediar o evento no Brasil, a OEA deu destaque ao fato de ser o país pioneiro em tecnologia, fabricação de equipamento, capacidade gerencial e experiência institucional na produção de álcool carburante, que o capacita a prestar grande colaboração aos parceiros do Continente.

seminário sobre tecnologia brasileira para o desenvolvimento

O Itamaraty, em coordenação com a FINEP e o CNPq, fará realizar, no mês de julho, nas cidades de Santiago, Bogotá e México, a primeira Série do Programa para 1984 de Seminários sobre "Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento". O Seminário em Santiago contará com a presença de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, que presidirá a abertura solene na manhã do dia 26 de julho.

Os Seminários têm como objetivo principal apresentar informações sobre o grau de desenvolvimento tecnológico do Brasil e demonstrar a capacidade das empresas brasileiras cooperarem com firmas de países em desenvolvimento mediante o intercâmbio de bens e serviços.

Cada seminário terá duração de um dia, reservando-se o dia subsequente para contatos com autoridades e/ou empresários locais, e será realizado em torno de três painéis principais, em que serão abordados os temas a seguir:

- I) Infra-estrutura básica (telecomunicações);
- II) Energia e Desenvolvimento (hidrelétrica e Bens de Capital);
- III) Agropecuária e Agroindústria (Reflorestamento e Industrialização de matéria-prima agrícola).

As conferências serão proferidas por representantes de entidades de classe e de empresas brasileiras da área privada e do Governo. O tema "Telecomunicações" será exposto e debatido por técnicos da ABINEE, DARUMA e INTERBRÁS/PETROBRÁS. Aos representantes da ELETROBRÁS, PROMON, ABINEE, ABDIB e INTERBRÁS/

PETROBRÁS caberá discutir sobre os tópicos "Energia e Desenvolvimento". Os técnicos da EMBRAPA, IBDF, CIBRAZEM, AGROCERES e INTERBRÁS/PETROBRÁS se responsabilizarão pelos temas "REFLORESTAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA AGRÍCOLA".

As Séries de Seminários pretendem reunir uma plateia de autoridades e representantes de órgãos governamentais afetos às áreas dos temas escolhidos, bem como empresários da iniciativa privada e estudantes universitários. Os convites são especialmente dirigidos a autoridades e/ou representantes de instituições com poder de decisão no Governo local.

As Séries de Seminários sobre "Tecnologia Brasileira para o Desenvolvimento" não são eventos isolados; inserem-se no âmbito de inúmeras atividades que o Departamento de Promoção Comercial desenvolve com o objetivo de ampliar a parcela de participação do Brasil no intercâmbio internacional de bens e serviços.

Seminários semelhantes já foram realizados, em anos anteriores, em países da África (Togo, Nigéria e Costa do Marfim), Ásia (China, Malásia e Tailândia) e América Latina (Peru).

despedidas de embaixadores estrangeiros

Embaixador da **Bolvia**, Gustavo Fernández Saavedra, em 3 de maio; Embaixador da Grécia, Dlamantis Adamantis Vacalopoulos, em 10 de maio; Embaixador da **Argentina**, Hugo Caminos, em 12 de junho; Embaixador do **Haiti**, Lafontaine Saint-Louis, em 15 de junho; e o Embaixador da **Nigéria**, Timothy Anaele Mgbokwere, em 28 de junho. Todos os Embaixadores foram homenageados pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, em solenidades realizadas no Palácio do Itamaraty, durante as quais os homenageados receberam as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, com exceção do Embaixador da Nigéria, que recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Rio-Branco.

visitas ao brasil

ABRIL

Carlos XVI Gustavo e a Rainha Sílvia, Reis da **Suécia**, de 01 a 14; Missão de Boa Vontade da **Liga dos Estados Árabes**, integrada pelos representantes permanentes do Iraque, Embaixador Nouri el Wiss, da Jordânia, Embaixador Nabih Ennimr, e do Sudão, Embaixador Seyed Cherif Ahmed, de 10 a 12 (a delegação foi recebida pelo Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, Aureliano Chaves, a quem fez entrega de mensagem do Secre-

tário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Chedli Klibi, ao Presidente João Figueiredo).

MAIO

Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Dante Mário Caputo, dia 14; Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Alemã, Bernhard Neugebauer, de 14 a 15; Ministro dos Transportes do Marrocos, Mansour Benali, de 21 a 23.

JUNHO

Ministro de Cooperativas e Comercialização de **Uganda**, Yona Kanyomozi, de 4 a 7; Ministro dos Negócios Estrangeiros da **Tchecoslováquia**, Bohuslav Chnoupek, de 16 a 20; Presidente do **Peru**, Fernando Belaúnde Terry, de 18 a 20; **Ministru** dos Negócios Estrangeiros de **São Tomé e Príncipe**, Maria do Nascimento da Graça Amorim, de 21 a 26.

índice

brasil recebe o rei carlos XVI gustavo, da suécia discursos do presidente João figueiredo e do rei carlos XVI gustavo, no palácio do itamaraty em brasília, por ocasião do banquete oferecido pelo presidente brasileiro aos reis da suécia	3
a visita do presidente joão figueiredo ao marrocos comunicado conjunto brasil—marrocos, divulgado em fez, ao final da visita do presidente João figueiredo àquele país	9
figueiredo na espanha: brasil quer dialogar em bases construtivas discurso do presidente joão figueiredo, em madrid, por ocasião do banquete que lhe foi oferecido pelo rei da espanha, d. juan carlos I	13
senado espanhol homenageia o presidente joão figueiredo discurso do presidente joão figueiredo, em madrid, por ocasião de sua visita ao senado espanhol, reunido em sessão solene	15
presidente figueiredo: expandir e dinamizar o intercâmbio entre brasil e espanha discurso do presidente joão figueiredo, em madrid, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo presidente do governo espanhol, felipe gonzález marquez	16
figueiredo é recebido na prefeitura de madrid discurso do presidente joão figueiredo, ao ser recebido na prefeitura de madrid	17
saraiva guerreiro recebe homenagem do ministro dos assuntos exteriores da espanha discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio de santa cruz, em madrid, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo ministro dos assuntos exteriores da espanha, fernando morán lopez	18
a viagem do presidente joão figueiredo ao japão discursos do imperador hirohito e do presidente joão figueiredo, em tóquio, por ocasião de banquete oferecido pelo imperador japonês ao chefe-de-estado brasileiro	21
figueiredo em tóquio: estreitar cada vez mais os laços de amizade entre brasil e Japão discursos do primeiro-ministro do japão, yasuiro nakasone, e do presidente joão figueiredo, em tóquio, por ocasião de almoço oferecido ao presidente brasileiro	23
presidente figueiredo no keidanren: amplos espaços adicionais para a cooperação brasil-japão discursos do presidente da federação das organizações econômicas do japão (keidanren) e do presidente joão figueiredo, em tóquio, por ocasião de almoço oferecido ao chefe-de-estado brasileiro	27
presidente figueiredo diz que brasil e japão continuam próximos pela vontade de sua gente e de seus governos brinde do presidente joão figueiredo, em tóquio, por ocasião do banquete de retribuição que ofereceu às autoridades do governo japonês	31

comunicado conjunto relata os entendimentos do presidente figueiredo no japão comunicado conjunto de imprensa brasil—japão, emitido em tóquio, ao final da visita do presidente joão figueiredo àquele país	31
figueiredo, em pequim, destaca as faixas de convergência entre brasil e china discursos dos presidentes da república popular da china, li xiannian (tradução não-oficial) e do brasil, joão figueiredo no grande palácio do povo, em pequim, por ocasião de banquete oferecido pelo presidente chinês ao presidente brasileiro	37
relações sino-brasileiras tornaram-se mais densas nos últimos dez anos brindes dos presidentes joão figueiredo e li xiannian (tradução não-oficial), em pequim, por ocasião do jantar de retribuição oferecido pelo presidente brasileiro ao presidente da república popular da china	40
presidente do peru, fernando belaúnde terry, visita o brasil discurso do presidente joão figueiredo, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião do jantar que ofereceu ao presidente do peru, fernando belaúnde terry	43
figueiredo a belaúnde terry: avançar cada vez mais a cooperação entre brasil e peru discursos dos presidentes fernando belaúnde terry e joão figueiredo, na embaixada do peru, em brasília, por ocasião do jantar oferecido pelo presidente peruano ao presidente brasileiro	46
declaração conjunta brasil—peru declaração conjunta brasil—peru, assinada, em brasília, pelos presidentes joão figueiredo e fernando belaúnde terry	49
saraiva guerreiro em lisboa: dinamizar o intercâmbio brasil—portugal discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em lisboa, por ocasião de banquete que lhe foi oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros de portugal, jaime gama	55
no dia do diplomata, saraiva guerreiro assinala que barão do rio-branco é exemplo de vocação diplomática discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da solenidade comemorativa do dia do diplomata, que contou com a presença do presidente joão figueiredo	59
em entrevista à ebn, saraiva guerreiro explica a viagem do presidente figueiredo ao japão e à china entrevista do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, à empresa brasileira de notícias (ebn), concedida, em brasília, à repórter marisa gibson	63
chanceler saraiva guerreiro na comissão parlamentar de inquérito da dívida externa exposição do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, na comissão de inquérito da câmara dos deputados que investiga a dívida externa brasileira	69
a visita do ministro das relações exteriores e culto da argentina discursos do chanceler saraiva guerreiro e do ministro das relações exteriores e culto da argentina, dante mário caputo, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao chanceler argentino	73
a XII sessão do conselho de administração do programa das nações unidas para o meio ambiente, em nairobi discurso do chefe da delegação do brasil à XII sessão do conselho de administração do programa das nações unidas para o meio ambiente, joão augusto de medeiros, em nairobi	77
a entrevista do chanceler saraiva guerreiro à revista exame entrevista do chanceler saraiva guerreiro à revista exame , concedida em brasília	79

carlos calero rodrigues, o novo secretário-geral das relações exteriores

discursos (de improviso) do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, do embaixador joão clemente baena soares e do embaixador carlos calero rodrigues, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião da solenidade de posse do embaixador carlos calero rodrigues no cargo de secretário-geral das relações exteriores, em substituição ao embaixador joão clemente baena soares

85

embaixador baena soares assume a secretaria-geral da oea

discurso do embaixador joão clemente baena soares, em Washington, ao assumir o cargo de secretário-geral da organização dos estados americanos (oea)

91

no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros da tchecoslováquia

discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do ministro dos negócios estrangeiros da tchecoslováquia, bohuslav chnoupek (tradução não-oficial), no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao chanceler tchecoslovaco

99

a visita da ministra dos negócios estrangeiros de são tome e príncipe

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de almoço oferecido à ministra dos negócios estrangeiros de são tome e príncipe, maria do nascimento da graça amorim

103

comunicado conjunto brasil—são tome e príncipe

comunicado conjunto brasil—são tome e príncipe, emitido em Brasília, ao final da visita da ministra dos negócios estrangeiros daquele país, maria do nascimento da graça amorim

105

relações diplomáticas

brasil estabelece relações diplomáticas com a república democrática popular do iêmen e com a república árabe do iêmen

109

o estabelecimento de relações diplomáticas entre brasil e brunei

109

designação de embaixadores brasileiros

110

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

110

tratados, acordos, convênios

brasil e eua assinam memorando de entendimento relativo ao sistema landsat

111

brasil e rfa assinam dois ajustes ao acordo básico de cooperação técnica

114

o acordo brasil—paraguai sobre a diretoria executiva da itaipu binacional

117

entendimento entre brasil e argentina para o estabelecimento de mecanismos de consultas política e económica

118

brasil e japão assinam ajuste para desenvolvimento do núcleo de imunopatologia do centro de ciências de saúde da ufpe

119

os acordos entre o brasil e a república popular da china

124

memorando de entendimento brasil—canada sobre cooperação no setor pesqueiro

139

assinado o consenso de cartagena

139

acordos bilaterais do brasil com outros países, assinados no segundo trimestre de 1984, e que ainda não estão em vigor

143

157

acordo multilateral do brasil com outros países, assinado no segundo trimestre de 1984, e que ainda não está em vigor	144
registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no segundo trimestre de 1984	144
comunicados e notas	
itamaraty anuncia visita do presidente do conselho da revolução da guiné-bissau	145
governo brasileiro emite nota sobre elevação da taxa de juros nos estados unidos da américa	145
vice-ministro dos negócios estrangeiros do reino unido vem ao brasil	145
a declaração conjunta dos presidentes da argentina, brasil, colômbia e méxico sobre o problema da dívida externa	145
itamaraty anuncia visita do chanceler saraiva guerreiro ao chile	146
a elevação da "prime rate" por parte de alguns bancos norte-americanos	146
mensagens	
a mensagem do secretário-geral da liga dos estados árabes ao presidente joão figueiredo	147
a carta aos chefes-de-governo de sete países industrializados	148
notícias	
conferência diplomática sobre responsabilidades e indenização por danos relativos ao transporte de substâncias perigosas por mar	149
segunda sessão do comité intergovernamental para o desenvolvimento e utilização de fontes novas e renováveis de energia	149
XV assembleia extraordinária da organização de aviação civil internacional	150
comité conjunto brasil—iraque apresenta resultados expressivos	151
ministro dos transportes do marrocos visita o brasil	151
missão de uganda identifica áreas de cooperação com o brasil	151
reunião da junta de governadores da agência internacional de energia atômica, em viena	152
primeiro encontro interamericano sobre o impacto estratégico do etanol	152
seminário sobre tecnologia brasileira para o desenvolvimento	153
despedidas de embaixadores estrangeiros	153
visitas ao brasil	153
158	